

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

DANIELE ECKERT

**A MERCANTILIZAÇÃO EM CONTRAMOVIMENTO:  
RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE E COESÃO SOCIAL NA AGRICULTURA  
SUSTENTADA PELA COMUNIDADE EM MINAS GERAIS**

Porto Alegre

2016

DANIELE ECKERT

**A MERCANTILIZAÇÃO EM CONTRAMOVIMENTO:  
RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE E COESÃO SOCIAL NA AGRICULTURA  
SUSTENTADA PELA COMUNIDADE EM MINAS GERAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de Concentração: Estudos Organizacionais

Orientador: Prof. Dr. Fabio Bittencourt Meira

Porto Alegre

2016

### CIP - Catalogação na Publicação

ECKERT, DANIELE

A MERCANTILIZAÇÃO EM CONTRAMOVIMENTO: RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE E COESÃO SOCIAL NA AGRICULTURA SUSTENTADA PELA COMUNIDADE EM MINAS GERAIS / DANIELE ECKERT. -- 2016.  
235 f.

Orientador: Fabio Bittencourt Meira .

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA).  
2. Cadeias curtas. 3. Coesão social. 4.  
Mercantilização da agricultura. 5. Reciprocidade. I.  
Bittencourt Meira , Fabio, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DANIELE ECKERT

**A MERCANTILIZAÇÃO EM CONTRAMOVIMENTO:  
RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE E COESÃO SOCIAL NA AGRICULTURA  
SUSTENTADA PELA COMUNIDADE EM MINAS GERAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Administração  
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito parcial para a obtenção do título  
de Mestre em Administração

Área de Concentração: Estudos Organizacionais

Orientador: Prof. Dr. Fabio Bittencourt Meira

Aprovada em 10 de junho de 2016.

**Banca Examinadora:**

---

Orientador: Prof. Dr. Fabio Bittencourt Meira

---

Examinador: Prof. Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

---

Examinadora: Profa. Dra. Mariana Baldi

---

Examinador: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

Porto Alegre

2016

*Pleiteio a restauração da unidade de motivações que deve instrumentar o Homem na sua atividade cotidiana de produtor, a reabsorção do sistema econômico na sociedade e a adaptação criativa de nossas maneiras de viver a um ambiente industrial. Em todos esses pontos, a filosofia do laissez-faire, com seu corolário de uma sociedade mercantil, cai por terra.*  
(POLANYI 2012b, p. 223)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu professor e orientador Fabio Bittencourt Meira pelo exemplo de dedicação profissional, pela oportunidade de aprendizado, pela liberdade, pelas críticas e sugestões que foram essenciais para a construção da dissertação e por toda a disponibilidade, serenidade e paciência infinitas diante de minhas ansiedades e dúvidas ao longo do percurso acadêmico.

Aos agricultores e aos consumidores da CSA em Minas Gerais, em especial ao agricultor e sua família que me receberam em sua casa, pela presteza, contribuição, carinho e confiança raros a estes dias que me depositaram. A experiência e os momentos compartilhados ficarão guardados em minha memória.

Aos professores que compuseram a banca examinadora, pelas valiosas contribuições e sugestões na elaboração da dissertação.

Aos professores e funcionários da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo ambiente de excelência acadêmica.

Ao CNPQ pela bolsa concedida, a qual me propiciou uma dedicação exclusiva a este trabalho.

Ao meu noivo Filipe, pelo imensurável incentivo ao longo do mestrado, pelo apoio e por toda a compreensão diante das minhas ausências.

Aos colegas de Estudos Organizacionais, em especial aos integrantes do grupo “*Les Misérables*”, muitos dos quais se tornaram verdadeiros amigos e com os quais dividi momentos de discussão intelectual, aflição, companheirismo e diversão.

Por fim, aos meus familiares e amigos pelo apoio e compreensão neste momento importante.

Vocês tornaram a difícil e angustiante trajetória do mestrado mais fácil e prazerosa.

Sinceramente,

Obrigada!

## RESUMO

O modelo convencional de organização da cadeia de produção e distribuição de alimentos é baseado na dependência cada vez maior do capital financeiro e industrial, no uso de agroquímicos, adubos, fertilizantes industriais e de outras técnicas provenientes da Revolução Verde, na livre circulação de mercadorias nos países e na inserção de intermediários na cadeia de distribuição. Esse modelo representa um movimento de mercantilização da agricultura e prejudica a autonomia dos indivíduos sobre a sua reprodução material e social, fazendo com que a sociedade enfrente um incremento de pobreza, insegurança alimentar, êxodo rural, danos à saúde e ao meio ambiente, assim como uma perda do senso de comunidade e de solidariedade. Além da compreensão do conceito e das formas de expressão do movimento de mercantilização, a lente teórica, que tem origem em Karl Polanyi, possibilita capturar o conceito da pluralidade e da coexistência dos princípios de regulação econômica e também do contramovimento como uma forma de resistência e de resgate da autonomia relativa dos indivíduos. É nesse contexto que a Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA) surge como uma possibilidade de contramovimento ao mercado convencional de alimentos ao adicionar uma qualidade ao ato de alimentar-se pela produção agroecológica e ao reconectar produção e consumo mediante o encurtamento da cadeia de distribuição. O problema que norteou a pesquisa desta dissertação foi compreender quais seriam as formas de contramovimento que se configuram na Agricultura Sustentada pela Comunidade diante da generalização do processo de mercantilização. Por isso, o objetivo geral consistiu em compreender e analisar, em uma experiência real de CSA situada na região sudeste do Brasil, os padrões de troca não mercantil em operação e os fatores que favorecem a autonomia relativa e elevam a coesão social de produtores e consumidores que participam da experiência observada. O método empregado foi a observação participante, utilizando as técnicas da etnografia. Em termos gerais, os resultados encontrados na pesquisa sinalizam que os indivíduos não são passivos diante dos efeitos da mercantilização e articulam-se em movimentos que buscam proteção e ganho de autonomia. Os resultados confirmam a hipótese inicial de que nas atividades de CSA coexistem, com a troca de mercado, outros princípios de regulação da economia, especificamente a reciprocidade, que aparece em diversos momentos, desde as motivações para o engajamento dos indivíduos até a forma em que a própria troca é realizada. Isso porque ao privilegiar nas suas trocas o ato em vez do objeto e do interesse privado, há menção a uma relação mais humana que permite o estabelecimento de amizade, solidariedade, tolerância, fidelidade e comprometimento mútuos, mas, principalmente, possibilita a ampliação da autonomia relativa dos indivíduos e o estabelecimento de um senso de comunidade, que se faz em torno do alimento. Na pesquisa, foram identificados três fatores específicos desta eficácia: a forma de produzir o alimento, oposto ao da agricultura tradicional, o encurtamento da cadeia e as atividades em conjunto mobilizadas pelo grupo de agricultores e consumidores. Desta forma, a Agricultura Sustentada pela Comunidade constitui um contramovimento à mercantilização na agricultura e aparece como uma alternativa eficaz na construção da autonomia daqueles que estão entrelaçados nessa rede de alimentos e na ampliação da coesão social. Os resultados e conclusões apresentados ao longo da dissertação ganham relevância na medida em que contribuem com novas informações e possibilidades de atuação na reversão do êxodo rural, na diminuição da pobreza, na redução de gastos públicos em saúde com uma alimentação mais saudável, assim como na promoção de iniciativas de preservação do meio ambiente.

**Palavras-chave:** Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA). Cadeias curtas. Coesão social. Mercantilização da agricultura. Reciprocidade.

## ABSTRACT

The conventional model of organization of the production and distribution of food chain is based on the increasing dependence on the financial and industrial capital, the use of agrochemicals, fertilizers, industrial fertilizers and other techniques from the Green Revolution, the free circulation of goods in countries and the inclusion of intermediaries in the distribution chain. This model represents a movement of commodification of agriculture and undermines the autonomy of individuals concerning their material and social reproduction, leading society to a status of poverty, food insecurity, rural exodus, damage to health and environment, as well as to a loss of sense of community and solidarity. In addition to understanding the concept and the ways of expression of the commodification movement, the theoretical approach, based on Karl Polanyi, enables to capture the concept of plurality and coexistence of the principles of economic regulation and also the countermovement as a form of resistance and rescue of the individuals' autonomy. In this context, the Community-Supported Agriculture (CSA) emerges as a possibility of countermovement to the conventional food market to add quality to the act of feeding by the agroecological production and to reconnect production and consumption by shortening the supply chain. The problem that guided the research of this dissertation was to understand what are the forms of countermovement that are present in the Community-Supported Agriculture before the generalization of the commodification process. Therefore, the overall objective was to understand and analyze, in a real experience of CSA located in southeast region of Brazil, the patterns of non-market exchange and the elements that favor the relative autonomy and increase social cohesion among producers and consumers participating in the observed experience. The method used was participant observation, using the techniques of ethnography. In general, the results found in the study show that individuals are not passive before the effects of commodification and they articulate in movements that seek protection and autonomy. The results confirm the initial hypothesis that, in the CSA, activities coexist with the exchange market, such as other principles of regulation of economy, especially reciprocity, which appears at various times, in motivation for engagement and in the way the exchange itself is performed. This happens because, when they prioritize their exchanges act instead of the object and the private interest, they develop a more human relationship that allows the establishment of friendship, solidarity, tolerance, mutual fidelity and commitment and also enable the expansion of autonomy of individuals and establish a sense of community, which is around the food. In this study, we have identified three specific elements that contribute to the effectiveness of the process: the way of producing food, as opposed to traditional agriculture, the shortening of chain and the activities in group promoted by the group of farmers and consumers. Thus, the Community-Supported Agriculture is a countermovement to the commodification in agriculture and an effective alternative in the construction of autonomy of those who are part of this net of food and in the expansion of social cohesion. The results and conclusions presented throughout the dissertation are relevant since they contribute with new information and possibilities of actions to slowdown rural exodus, alleviate poverty, reduce public spending on health with a healthier diet, as well as to promote the development of initiatives to preserve the environment.

**Keywords:** Community-Supported Agriculture (CSA). Short chains. Social cohesion. Agriculture commodification. Reciprocity.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Representação esquematizada de algumas estruturas de reciprocidade: .....	89
Figura 2 – Tipologia de circuitos curtos para comercialização de produtos ecológicos no Brasil.....	109
Figura 3 – Produtor 1 com as cestas da primeira colheita na CSA Alfa .....	133
Figura 4 – Disposição de elementos nas terras do Produtor 1 .....	150
Figura 5 – Irrigação automática do plantio.....	151
Figura 6 – Irrigação manual do plantio .....	152
Figura 7 – Seca em um dos açudes.....	153
Figura 8 – Capina .....	154
Figura 9 – Preparo da alimentação dos animais .....	155
Figura 10 – Preparo de novo canteiro.....	156
Figura 11 – Plantio de mudas de alface .....	157
Figura 12 – Aplicação de Super Magro .....	158
Figura 13 – Colheita de Alface.....	159
Figura 14 – Montagem das cestas da CSA Alfa.....	160
Figura 15 – Entrega das cestas .....	169
Figura 16 – Mutirão na horta.....	172
Figura 17 – Aplicação de <i>reiki</i> na horta .....	172
Figura 18 – Ritual xamânico de invocação dos elementais, com fogueira e lua cheia .....	173
Figura 19 – Integração em torno da alimentação dos peixes.....	174
Figura 20 – Jogo de truco entre Produtor 1 e consumidores .....	175
Figura 20 – Atividade de yoga entre os consumidores da CSA Alfa .....	178
Figura 21 – Aula sobre Alimentação Viva .....	179
Figura 22 – Confraternização entre produtores e consumidores no açude.....	181
Figura 23 – Produtor 1 e consumidores da CSA Alfa na horta .....	182
Figura 24 – Bananas que Produtor 1 recebeu como presente do cunhado .....	191
Figura 25 – Cenouras pequenas e aceitas na CSA Alfa .....	195

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os dez princípios do <i>Teikei</i> .....	25
Quadro 2 – Princípios gerais de comportamento.....	53
Quadro 3 – Estruturas elementares de Reciprocidade .....	93
Quadro 4 – Integrantes da CSA Alfa.....	138
Quadro 5 – Trecho de uma resposta de <i>e-mail</i> enviado pela CSA Alfa a um consumidor ....	142

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 A AGRICULTURA SUSTENTADA PELA COMUNIDADE .....</b>	<b>24</b>
<b>2 REGULAÇÃO ECONÔMICA E COESÃO SOCIAL.....</b>	<b>46</b>
2.1 A DESCOBERTA DA SOCIEDADE .....	48
2.2 PRINCÍPIOS GERAIS DE COMPORTAMENTO .....	49
2.3 ECONOMIA CAPITALISTA DE MERCADO .....	54
<b>3 MOVIMENTO DE MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....</b>	<b>63</b>
3.1 AGRICULTURA CAMPONESA.....	63
3.2 A REVOLUÇÃO NEM TÃO VERDE .....	67
3.3 IMPÉRIOS ALIMENTARES .....	72
3.4 A RETÓRICA DAS EMPRESAS .....	76
<b>4 RECIPROCIDADE E CONTRAMOVIMENTO EM SISTEMAS ALIMENTARES</b>	<b>80</b>
4.1 RECIPROCIDADE .....	81
4.2 RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE NA AGRICULTURA CAMPONESA .....	97
4.3 REDISTRIBUIÇÃO DIRETA DE ALIMENTOS E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS.....	105
4.4 MERCADOS DE PROXIMIDADE: RECONNECTANDO A PRODUÇÃO AO CONSUMO .....	108
4.5 CERTIFICADOS DE ORIGEM .....	116
<b>5 RESULTADOS .....</b>	<b>120</b>
5.1 O CONTEXTO E AS MOTIVAÇÕES QUE ORIGINARAM A CSA ALFA NA REGIÃO DE MINAS GERAIS .....	120
5.2 MODO DE OPERAÇÃO DA CSA ALFA .....	137
5.3 TROCAS E IMPLICAÇÕES DAS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE NO CIRCUITO DA CSA: .....	164
5.4 REPRODUÇÃO MATERIAL E SOCIAL DOS INDIVÍDUOS.....	193
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>205</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>209</b>
<b>ANEXO I – REGIME INTERNO DA CASA .....</b>	<b>220</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>223</b>

## INTRODUÇÃO

A Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA) é uma modalidade de organização da cadeia de produção e distribuição de alimentos que se manifestou no Brasil muito recentemente, com o primeiro grupo surgindo em 2011. Ela é caracterizada, na maior parte de suas ocorrências, como uma produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos, sendo realizada por agricultores familiares que preparam colheitas semanais de diferentes vegetais, legumes ou frutas, sempre locais e da estação, fornecendo-os ainda frescos para grupos de famílias de consumidores que se vinculam previamente a esses agricultores. Um primeiro objetivo dessas iniciativas é reconectar produção e consumo mediante a eliminação do intermediário na cadeia distributiva.

Mas a grande singularidade ou novidade da Agricultura Sustentada pela Comunidade é que os consumidores tornam-se sócios do agricultor e financiam antecipadamente o plantio. Em muitos grupos, o vínculo estabelecido torna-se tão proeminente que os consumidores estão presentes com regularidade na unidade rural, tanto verificando o andamento da produção quanto ajudando no plantio, na colheita, na entrega das cestas ou simplesmente em visitas para realizar atividades de lazer com os demais membros.

Uma CSA é uma proposta que não se afasta do sistema capitalista, todavia coloca-se simultaneamente como uma crítica ao mercado convencional de alimentos e como uma alternativa de comercialização mais justa. De acordo com Henderson e Van En (2007), a CSA oferece uma das mais esperançosas possibilidades para os pequenos produtores, os quais têm de enfrentar sozinhos os riscos de um mercado cada vez mais global e competitivo. Além dos valores recebidos serem superiores aos do mercado convencional, nesta forma de lidar com os sistemas alimentares, o consumidor conscientemente concorda em compartilhar os riscos e os benefícios com os produtores rurais. Ela é compreendida como uma resposta à preocupação dos indivíduos em relação à dominância do agronegócio, ao uso intensivo de produtos químicos e à industrialização, mas também busca se diferenciar do sistema convencional pela importância concedida à geração de alimentos em harmonia com a natureza e preservando a qualidade da terra.

O argumento nesta dissertação parte da compreensão de que o modelo convencional de lidar com os sistemas alimentares, que é hegemônico no capitalismo, realiza um movimento de mercantilização da agricultura que prejudica a coesão na sociedade. Essa

mercantilização leva a uma perda de controle dos indivíduos sobre a sua reprodução material e social, quer estejam na condição de produtores rurais, quer estejam na condição de consumidores. Há uma dependência cada vez maior do capital financeiro e industrial para a realização das atividades agrícolas. A livre circulação de mercadorias nos países estimula uma competição desleal que, ao contrário do que se propõe, reduz os valores pagos aos produtores ao mesmo tempo que eleva o preço pago pelos consumidores, especialmente em decorrência da inserção de intermediários na cadeia de distribuição. O uso de sementes modificadas, agroquímicos, adubos e fertilizantes industriais, dentre outras técnicas provenientes da Revolução Verde, diminui a qualidade nutricional dos alimentos, traz prejuízos à saúde humana, degrada o meio ambiente, impacta nos custos de produção e reduz a autonomia dos produtores e consumidores. Em decorrência dessa mercantilização, a sociedade enfrenta, no mínimo, um incremento de pobreza, insegurança alimentar, êxodo rural, danos à saúde e ao meio ambiente e uma perda do senso de comunidade e de solidariedade.

Como bem descrevem Groh e McFadden (1997), mediante a condição em que é manipulado por grandes corporações, o alimento torna-se uma mercadoria, sendo reduzido a suas propriedades físicas de minerais, vitaminas e calorias, que podem ser precisamente sintetizadas e manipuladas. Por meio do foco no lucro, a alma do solo é extirpada e, por meio de petroquímicos, hormônios sintéticos, manipulação genética, irradiação e uma série de processos, as características básicas da nossa alimentação são alteradas. Cada vez mais o poder sobre os sistemas alimentares é transferido para as grandes empresas em detrimento da autonomia dos indivíduos. Uma corporação por si só não é maligna, entretanto pode produzir verdadeiras catástrofes quando associa práticas nocivas à sociedade, políticas de autorregulação do mercado e livre circulação de mercadorias.

Conforme Schneider (2004), esse modelo tradicional de lidar com os sistemas alimentares é amplamente incentivado pelas políticas governamentais e materializa-se na proposta básica do modelo econômico desenvolvimentista para o setor agropecuário brasileiro como um todo, sem distinção das diversas categorias de produtores que nele se inserem. Aktouf (2004) propõe que a origem do problema está nas bases que fundamentam esse modelo, isto é, nos pressupostos da economia neoclássica que apresenta uma visão muito estreita dos indivíduos como *Homo Economicus* e da economia unicamente sob a forma de mercado. Esse modelo de desenvolvimento fundado na busca pelo lucro mediante um mercado autorregulado é inviável em longo prazo, ilusório e ideológico.

Destarte, a lente teórica de Karl Polanyi constitui a linha central da argumentação desta dissertação, pois fornece as ferramentas analíticas para compreender o conceito e as formas de expressão do movimento de mercantilização, de que forma ele impacta na coesão social e o porquê da advertência em relação à autorregulação e aos livres mercados. Mediante a análise da efemeridade da economia capitalista, é possível apontar algo além da crítica. O conceito de contramovimento como resistência e meio necessário para resgatar a autonomia relativa dos indivíduos soma-se à constatação da pluralidade e coexistência dos princípios de regulação econômica para oferecer possibilidades nas quais a relação com o alimento não é mercantilizada. As relações econômicas têm estruturas que vão além do mercado e são essas interações e vínculos sociais que motivam, justificam e demonstram a importância de pesquisar a Agricultura Sustentada pela Comunidade.

A produção, distribuição e consumo de alimentos nunca deixaram de ser uma relação social e humana, cotidiana e vital. Essa interação dificilmente pode ser explicada apenas pela teoria da ação racional da economia neoclássica, que assimila os seres humanos a algo puramente calculista, os quais em todos os momentos buscam maximizar seus interesses individuais e o seu lucro, inserido em um ambiente de puro funcionamento da lei da oferta e da demanda, mediante a expressão da livre concorrência e da competitividade dos atores que estariam em condições igualitárias (SABOURIN, 2013, p. 5-6).

### **Hipótese de Pesquisa**

Dito isso, a hipótese central que orientou a pesquisa apresentada nesta dissertação é a de que, nas atividades realizadas no âmbito da Agricultura Sustentada pela Comunidade, coexistem com a troca mercantil outros princípios de regulação da economia, com destaque para a reciprocidade. Uma vez que cooperação e aproximação entre produtores e consumidores são conceitos-chave nessas iniciativas, supõe-se que há momentos nos quais princípios econômicos não mercantis prevalecem, originando relações condizentes com uma maior coesão social. Desta forma, possivelmente a Agricultura Sustentada pela Comunidade seja capaz de ser compreendida e traduzida como um contramovimento ao modelo agroalimentar convencional e à mercantilização na agricultura, sendo uma alternativa eficaz na construção da autonomia relativa daqueles que estão entrelaçados nesta rede de alimentos.

## **Objeto, problema e questão de pesquisa**

Essa hipótese é útil para sustentar uma questão-problema e um objetivo de pesquisa, que aqui emergiram em razão de uma lacuna na literatura e podem ser assim enunciados:

*Questão-Problema: diante da generalização do processo de mercantilização, quais formas de contramovimento se configuram na Agricultura Sustentada pela Comunidade?*

## **Objetivo Geral**

De acordo com Karl Polanyi (2012a e 2012b), a coesão social na sociedade moderna configura-se em contramovimento aos padrões de mercado, e a Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA) se apresenta como uma forma social alternativa ao processo de mercantilização. Se assim for, *o objetivo geral desta pesquisa é compreender e analisar, a partir da observação de uma experiência real situada na região sudeste do Brasil, os padrões de troca não mercantil em operação e os fatores que favorecem a autonomia e elevam a coesão social de produtores e consumidores que participam da experiência observada.*

Para ser operacionalizado, esse objetivo geral foi desdobrado em objetivos específicos.

- a) compreender o contexto e as motivações que originaram a CSA na região de Minas Gerais;
- b) descrever e caracterizar o modo de operação da CSA;
- c) identificar de que forma se concretizam as trocas e quais as implicações das relações de reciprocidade no circuito da CSA;
- d) analisar como a CSA possibilita ou fortalece as condições necessárias para a reprodução material e social dos indivíduos, especialmente dos pequenos agricultores, no sentido de favorecer ou restringir sua autonomia.

Convém salientar que, apesar de a Agricultura Sustentada pela Comunidade ser regularmente mencionada como uma resistência ao paradigma dominante agroalimentar, pouca pesquisa sistemática tem sido referenciada. Foi realizada uma ampla busca na literatura disponível em inglês, português e espanhol, e não foram encontrados estudos avaliando o potencial da CSA como um contramovimento. A própria temática é praticamente inexplorada



no contexto acadêmico brasileiro, possivelmente em decorrência de ainda ser uma novidade. Em outros países, ela tem sido tema de discussões mais aprofundadas, sendo uma destas a obra de Groh e McFadden, escrita em 1997, como seminal ou como uma das obras iniciais mais importantes. Foi encontrada uma relevante quantidade de pesquisas que vinculam o encurtamento das cadeias de produção e distribuição da CSA a resultados econômicos e culturais benéficos para os agricultores e consumidores. Outras pesquisas informam que uma CSA é calcada em relações de reciprocidade entre produtor e consumidor, mas não aprofundam de que forma essas relações ocorrem e no que elas implicam. Também foram encontradas pesquisas que ressaltam a importância da redistribuição direta de alimentos, uma atividade principalmente atrelada à produção para o autoconsumo, mas nenhuma associa a existência de uma CSA com essas práticas. Por fim, apesar de haver um referencial bem elaborado sobre as relações de reciprocidade existentes nas comunidades rurais, não há estudos analisando se uma CSA incentiva de alguma forma essas relações. Deste modo, ao tratar das relações de reciprocidade como categorias de análise para o contramovimento, cada uma dessas temáticas foi discutida de forma individual.

Além da introdução, esta dissertação está dividida em seis capítulos. O Capítulo 1 apresenta o conceito, as principais características e modo de funcionamento da Agricultura Sustentada pela Comunidade. O Capítulo 2 trata da regulação econômica e coesão social, centrando-se na tese da pluralidade dos princípios de regulação de Karl Polanyi. O Capítulo 3 trata do movimento de mercantilização na agricultura e nos sistemas alimentares, focando as suas consequências para a autonomia e coesão na sociedade, especialmente para os agricultores familiares. O Capítulo 4 caracteriza mais profundamente a reciprocidade como uma categoria de análise e como uma possibilidade de contramovimento frente à mercantilização na medida em que permite uma autonomia relativa pelo afastamento da lógica do mercado. O Capítulo 5 realiza a exposição e a análise dos resultados, para, finalmente, o Capítulo 6 trazer as considerações finais, limitações e sugestões de estudos futuros.

Há duas observações que considero importantes aclarar ao leitor. A primeira delas é que, apesar de em alguns momentos os temas produção, distribuição e consumo estarem abordados individualmente, reconheço que são elementos indissociáveis. A segunda observação remete a uma questão mais delicada e alvo de pontos controversos ao redor da teoria de Polanyi. Ele afirma que a economia de mercado, por meio da autorregulação dos preços, promove uma desincrustação das relações econômicas na sociedade. Ao longo de toda

a elaboração desta pesquisa busquei amadurecer a compreensão da desincrustação através de inúmeras leituras e reflexões, das quais restou o entendimento de que as críticas que são realizadas a Polanyi desconsideram duas questões importantes de sua obra.

A primeira delas é que a conceituação que ele faz da economia de mercado e de todos os princípios de regulação são ferramentas teóricas e analíticas para facilitar a compreensão do seu leitor, mas não necessariamente ocorrem na realidade. O que se verifica nas sociedades, e Polanyi deixa isso muito claro, é um constante movimento em direção ao estabelecimento da autorregulação. Mas esse movimento nunca atinge a sua plenitude. O principal elemento da obra e tese de Polanyi é afirmar que a economia de mercado é uma utopia: ela não poderia existir sem destruir a sociedade. Por isso, reconhecendo a suscetibilidade deste ponto e as suas tensões, desprovida de qualquer pretensão ou arrogância, optei por manter a ideia na forma em que ela aparece originalmente em Polanyi ao longo de meu referencial teórico. Por isso ressalto que, nos momentos nos quais me refiro à economia de mercado, estou fazendo uma referência à sua forma pura e conceitual.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa é um estudo de caso realizado por meio da observação participante, utilizando as técnicas da etnografia. A observação participante é uma estratégia para coletar dados, na qual o pesquisador entra em um grupo ou comunidade (ANGROSINO, 2009) e participa das atividades cotidianas da vida social por meio da observação de eventos nos seus contextos naturais (MCKECHNIE, 2008). O pesquisador que utiliza essa técnica precisa viver a vida dessas pessoas e submeter-se às mesmas circunstâncias, na condição de uma testemunha à forma que respondem às situações, observando inclusive os seus gestos corporais (GOFFMAN, 1989).

A observação participante é uma característica da investigação etnográfica, definida como a arte e a ciência de descrever a cultura de um grupo, ou seja, os padrões observáveis de comportamento, os costumes e os modos de vida, englobando as ideias, as crenças e os conhecimentos que caracterizam esse grupo de pessoas (FETTERMAN, 2008). Descrever um grupo humano é descrever também as suas instituições, os seus comportamentos interpessoais e as suas produções materiais (ANGROSINO, 2009). Assim, o objetivo maior de uma pesquisa etnográfica é reconstruir a tessitura social e considerar a particularidade dos

fenômenos ao mesmo tempo em que os contextualiza e interpreta como expressão de outros aspectos ou situações sociais. Isso possibilita estudar a relação entre os agentes, sua organização e espaço territorial, as particularidades culturais e os laços recíprocos, a temporalidade histórica, os valores éticos e políticos, a capacidade de inovação, adaptação e regulação (ANDION E SERVA, 2006).

Angrosino (2009) propõe que, nessas investigações, a técnica de amostragem é mais enfocada no local para a observação ou na escolha de campos e instituições do que na seleção de pessoas. Assim, a descoberta sobre a existência de um grupo de Agricultura Sustentada pela Comunidade em Minas Gerais ocorreu por meio do endereço eletrônico da CSA Brasil (2015). O primeiro contato manifestando o interesse de pesquisa foi realizado através de *e-mail* no dia 26 de agosto de 2015. A partir disso, iniciou-se uma série de conversações que vieram a resultar na escolha por pesquisar esse grupo em detrimento das demais possibilidades existentes no país. Para essa escolha considerou-se inicialmente a proximidade geográfica do local de residência desta pesquisadora naquele período e, somado a isso, a receptividade e a disponibilidade que os integrantes daquela CSA demonstraram ao longo dos contatos realizados.

Após a seleção do local, é preciso que o grupo que se deseja estudar concorde com a presença do pesquisador entre eles (ANGROSINO, 2009). Este é um momento delicado na pesquisa, pois a desconfiança do grupo em relação ao pesquisador é uma dificuldade concreta e comum na realização de dissertações e teses (BRESLER, 1997). De fato isso é um problema metodológico associado à observação participante, pois pode ser muito desafiador obter a autorização para coleta de dados, estabelecer a credibilidade e ganhar a confiança daqueles que estão sendo observados (MCKECHNIE, 2008). Não há regra para conquistar a confiança desses grupos, mas um requisito é ser sincero sobre a tarefa, explicando o que se pretende estudar e como fazer isso (FETTERMAN, 2008). Também é possível tentar decodificar alguns dos seus códigos para buscar uma aproximação (BRESLER, 1997).

O primeiro encontro presencial com essa CSA ocorreu no dia 11 de setembro de 2015 na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Estavam presentes três integrantes: a pessoa que iniciou o grupo e mais dois consumidores que atuavam como voluntários na gestão. Em uma conversa regada a cafés e pães de queijo típicos daquela região, o fundador contou a sua trajetória de vida e as motivações para formar a CSA. O grupo explicou de uma forma geral o modo de funcionamento e de organização, os desafios enfrentados e os objetivos para o

futuro. Expliquei a eles meu interesse de pesquisa e recebi uma primeira autorização para conduzi-la, com a ressalva de que faltava a aprovação dos agricultores. Eles precisariam me conhecer pessoalmente e também aprovar a minha presença. Dentro de 15 dias haveria uma oportunidade apropriada para essa tarefa, pois seria possível acompanhar os consumidores da CSA em um evento nos dias 26 e 27 de setembro de 2015 nas terras do Produtor 1.

Nesse evento, as famílias dos consumidores acamparam nas terras do agricultor durante o final de semana, realizando diversas atividades no campo e também de ordem festiva. Participei das atividades, conheci muitos consumidores, já realizando investigações iniciais, e conversei com os agricultores presentes sobre meu interesse de pesquisa, explicando que precisaria acompanhar a sua rotina de vida no campo. Eles aceitaram a minha participação, e o Produtor 1 realizou o convite para que eu fizesse residência com ele e sua família durante o período que fosse necessário para a realização da pesquisa.

Tendo obtido a aprovação, o próximo passo foi consolidar e esquematizar a compreensão sobre as categorias de análise, pois conforme indicam Andion e Serva (2006) a primeira condição básica para o campo da etnografia é a sólida preparação teórica. Malinowski (1978) é o precursor deste tipo de pesquisa e propõe que é importante conhecer muito a teoria científica sobre o tema a estudar. Isso não significa uma ida a campo com ideias preconcebidas, pois o objetivo é que os estudos teóricos ofereçam inspiração e um bom preparo para o trabalho de pesquisa. Assim, a elaboração teórica forneceu importantes elementos para a construção das categorias de análise que precederam o trabalho em campo e auxiliaram na análise das observações realizadas. Mas essa construção foi dinâmica, com revisões e ampliações diante das situações deparadas na vivência em campo, em uma espécie de construção mútua entre a teoria e a prática.

Para buscar compreender as relações existentes na Agricultura Sustentada pela Comunidade em Minas Gerais, eu realizei um acompanhamento ao longo de sete meses com dois grupos de CSA. É importante ressaltar que, nos cinco primeiros meses da pesquisa, havia apenas um grupo: a CSA Alfa. A esse grupo estavam vinculados ativamente dois produtores já fornecendo alimentos para os consumidores e estava sendo organizado um terceiro grupo, com o produtor já definido, todavia sem consumidores acoplados. Ao longo da pesquisa, uma série de conflitos levou à divisão do grupo, o que originou duas novas CSAs: a CSA Beta e a CSA Gama. Os três produtores que acompanhei vivem na zona rural de diferentes distritos de um município localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Com um destes

produtores tive um vínculo mais aprofundado, acompanhando seu processo produtivo diário e morando com a sua família. Com os outros dois eu tive contatos em eventos do grupo e realizei visitas a suas terras. Um quarto produtor, que veio a fazer parte do grupo da CSA Beta, ingressou nos momentos finais da pesquisa. Apesar de alguns breves contatos que tivemos pela *internet*, ele não integra os resultados da pesquisa. Em relação aos consumidores, a maioria reside em Belo Horizonte.

A observação *in loco* ocorreu em quatro diferentes etapas. A primeira delas demarca o início da pesquisa e corresponde à primeira reunião com os consumidores em Belo Horizonte, no mês de setembro de 2015, anteriormente descrita. A segunda etapa, também já relatada, ocorreu ao longo do final de semana do acampamento dos consumidores com os agricultores, também no mês de setembro daquele ano e permitiu, além da obtenção da autorização dos produtores, a observação de uma série de eventos e suas interações.

A terceira etapa *in loco* teve a duração de 14 dias e ocorreu entre 06 e 19 de outubro de 2015. Nesse período, residi junto à família do Produtor 1, que foi o primeiro vinculado à CSA Alfa. Dentre as atividades realizadas, eu acompanhei intensamente a rotina de trabalho desse produtor, a sua vida em comunidade e no ambiente familiar e as suas relações cotidianas com os consumidores da CSA, realizei visitas e entrevistas junto aos outros dois agricultores, conversei com o técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) daquela região, acompanhei o transporte e a entrega das cestas de alimentos aos consumidores em Belo Horizonte por dois finais de semana, conversei com os consumidores que retiravam as suas cestas e também com os que trabalhavam de forma voluntária auxiliando nessa atividade. Também entrevistei e tive uma série de momentos de interação com a pessoa que construiu a CSA Alfa e acompanhei em Belo Horizonte as reuniões dos consumidores que atuam na gestão do grupo, realizando também conversas com cada um deles.

No período que se estende entre os dias 20 de outubro de 2015 até 19 de abril de 2016, foi realizado um acompanhamento quinzenal com o Produtor 1 por telefone. Acompanhei todas as trocas de *e-mail* que foram realizadas entre os consumidores que gerem a CSA e os demais consumidores, participei de um grupo de conversas por telefone via aplicativo Whatsapp, atualmente integrado por todos os participantes da CSA Alfa e movimentado diariamente, acompanhei algumas reuniões de gestão realizadas pela *internet* via Skype e mantive contato com os consumidores que participam da gestão do grupo periodicamente. A

última visita *in loco* ocorreu nos dias 20 e 21 de abril de 2016, com a maioria dos resultados consolidados e almejando capturar as últimas impressões e atualizações em conversas face a face com os envolvidos, mas principalmente demarcar simbolicamente o encerramento do período da pesquisa, para despedir-me pessoalmente dos produtores e dos consumidores com quem mantive contato ao longo desse período e agradecer o acolhimento que recebi. Por fim, cabe salientar que, ao longo da pesquisa, foi-me concedido o acesso à pasta de *e-mails* da CSA desde a sua origem, possibilitando a leitura de todos os *e-mails* que foram recebidos e enviados. Além disso, acompanhei o histórico de postagens do grupo no *site* Facebook desde a formação até o encerramento da pesquisa.

McKechnie (2008) afirma que a observação participante é caracterizada por uma variedade de métodos, incluindo a observação direta, a entrevista informal e também a análise de documentos, opções que foram utilizadas ao longo desta pesquisa. Fetterman (2008) e Goffman (1989) recomendam que o pesquisador fique em campo no mínimo entre seis meses a um ano para que seja possível obter uma maior riqueza e profundidade de dados. Nesse sentido, Fetterman (2008) faz uma observação interessante ao afirmar que em contextos aplicados a observação participante muitas vezes não é contínua, situação que ocorreu ao longo deste estudo. Nessas situações, aquele autor esclarece que o pesquisador não realiza uma etnografia, ainda que lhe seja permitido aplicar as suas técnicas. Essa proposição orientou a elaboração deste estudo, decorrendo daí a escolha da metodologia utilizada.

A literatura também recomenda que as observações realizadas em campo sejam registradas em detalhes e fornece diversas possibilidades para isso, desde listas de verificação até narrativas mais livres, que podem ser feitas manualmente, por meio de fichários ou cadernos, ou digitalmente com dispositivos eletrônicos (ANGROSINO, 2009). Outras possibilidades remetem ao uso de gravadores e câmeras de vídeo digitais (FETTERMAN, 2008). Esses instrumentos facilitam a missão da pesquisa, capturando os detalhes da experiência vivida. A escolha de como fazer esse registro é pessoal e pode ser tomada em função daquele método que melhor ajude o pesquisador a recuperar os dados coletados e facilite a sua análise (ANGROSINO, 2009).

Angrosino (2009) aconselha que os dados sejam registrados da forma mais metódica possível e fornece pistas de informações que podem ser catalogadas. Alguns exemplos são a explicação e a contextualização do cenário em que as situações ocorrem, a descrição dos participantes, a relação entre eles, a cronologia dos eventos, as descrições de comportamentos

e interações, assim como o registro de conversas ou de outras interações verbais. Goffman (1989) alerta para que o pesquisador se esforce ao máximo para escrever os fatos sem julgamentos morais. Ele diz que, após descrever os fatos, é possível fazer observações pessoais, mas sempre indicando que são percepções próprias do pesquisador, por exemplo, através de expressões como “eu sinto” ou “eu penso”. Ele também recomenda que o preenchimento das notas de campo seja diário em razão do risco de perder a riqueza e o detalhamento das informações por esquecimento em momento futuro. Para McKechnie (2008), o investigador deve tentar permanecer tão discreto quanto possível, escrevendo seus dados no final do dia a partir da memória e de preferência em áreas isoladas.

Para a realização desta pesquisa, optei por fazer anotações manualmente em um diário de campo em virtude da facilidade de movimentação do material nos momentos em que acompanhei o trabalho do agricultor na roça. Nos primeiros dias em que estive *in loco*, optei por realizar as anotações conforme recomendação da literatura, isto é, ao final do dia e em local reservado. Essa opção não se mostrou muito adequada para esta pesquisadora, uma vez que percebi o esquecimento do registro de informações que poderiam ser relevantes para a análise em momento futuro. Recordava dessas informações no dia subsequente e as anotava fora da sua cronologia. Apesar de indicar essa informação no diário, isso prejudicava a organização dos dados. Além disso, a pesada rotina de trabalho na roça não permitia qualquer trabalho intelectual ao final do dia. Passei a realizar as anotações das observações, na maioria das situações, logo em seguida de sua ocorrência, anotando o contexto, o fato, as reações e também minhas impressões. Apenas nas situações em que julgava não ser apropriado o registro imediato eu esperava até o final do dia.

Em adição ao diário de campo, ao longo de toda a pesquisa carreguei comigo um gravador para registrar tanto as conversas com teor de entrevista quanto aquelas nos momentos mais informais em que surgiam elementos interessantes. Dessa forma, pude capturar as exatas palavras e as frases proferidas, as expressões típicas, a entonação, os risos e as exaltações que nem sempre podem ser expressos em um diário de campo. Para isso, solicitei previamente aos pesquisados uma permissão e, antes de iniciar a gravação, eu sinalizava verbalmente ou mostrando o gravador. Obtive 21 horas e 10 minutos de conversas gravadas. Também integrou o meu grupo de ferramentas para o trabalho em campo uma máquina digital que me proporcionou ao final da pesquisa mais de mil registros, entre fotos e vídeos, posteriormente reduzidos a 324 arquivos.

As leituras sobre metodologia foram essenciais para a condução da pesquisa. Entretanto, a grande inspiração para o trabalho em campo partiu da leitura da edição brasileira de 1978 do livro *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, publicado em 1922 por Malinowski, especialmente em razão do detalhamento sobre o seu método de trabalho em campo. Por exemplo, Malinowski (1978) faz uma descrição muito detalhada da região que estuda, abordando desde a paisagem, a geografia, as características dos habitantes como a sua aparência, vida sexual, estrutura social e econômica, apresenta uma série de diagramas, descreve os cerimoniais, as relações de parentesco e amizade, as expedições, e, de uma forma geral, fornece relatos de fatos diários com mapas, fotos e os contextos em que ocorreram. Ele diz que o pesquisador deve contar com a sua máquina fotográfica e deve participar pessoalmente do que está ocorrendo.

A partir da questão da dificuldade em obter a confiança dos pesquisados e dessa sugestão de Malinowski para participar ativamente, surgiu a ideia de ir muito além de estar presente como uma pesquisadora: no período em que vivi com a família dos agricultores, eu fui mais uma “mão” para lhes ajudar. Por isso, foi uma escolha estratégica desde o primeiro dia trabalhar ativamente no campo e ajudar nas tarefas domésticas, para me apresentar como uma “aliada” que deseja ajudar, e não apenas como uma pesquisadora. Outra escolha estratégica foi não gravar conversas quando dos primeiros contatos, para que as pessoas não se sentissem pressionadas. Além disso, no evento do acampamento observei as vestimentas dos agricultores e busquei reproduzir isso, utilizando chapéu de palha, galochas e roupas mais confortáveis.

Suponho que as estratégias adotadas produziram resultado positivo, pois em meu penúltimo dia em campo, realizado em outubro de 2015, recebi um relato da família, especialmente da filha do agricultor, que me emocionou. Expressaram estarem tristes por minha partida no dia seguinte, afirmaram que sentiriam a minha falta, pois eu havia virado uma boa companhia na roça e que poucas pessoas “de fora” da comunidade cativaram a ponto de ter obtido a simpatia e a confiança da esposa do Produtor 1, descrita como a mais “difícil” de conquistar. De fato, a hospitalidade que eles me ofereceram tornou o trabalho em campo extremamente prazeroso, com lembranças de momentos e aprendizados que transcendem muito a pesquisa científica.

Os dados obtidos foram explorados por meio de uma análise descritiva. Conforme Angrosino (2009), na análise descritiva o processo de decompor o fluxo de dados obtidos



serve ao estudo etnográfico por buscar compreender os padrões e regularidades que emergem deles, no sentido de capturar quais são os comportamentos partilhados pelos membros do grupo. É possível avaliar as declarações feitas pelas pessoas, analisar as atividades individuais e coletivas, observar a espontaneidade das situações, buscar consistências e inconsistências nas informações, dentre outros. Hoonard e Hoonard (2008) sugerem avaliar as transcrições de entrevistas, as notas de campo, os dados visuais, os documentos e também as ocorrências na *internet*. Angrosino (2009) também sugere realizar leituras panorâmicas a fim de obter um apanhado geral e incentivar a reflexão, para posteriormente esclarecer as categorias utilizadas. Em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Malinowski (1978) diz que o resultado de qualquer pesquisa científica deve ser apresentado de maneira absolutamente clara e honesta. Especialmente a respeito da etnografia, ele compreende que somente é possível ter um valor científico irrefutável se for possível a distinção clara entre os resultados da observação direta, as declarações do grupo observado e as inferências do autor, baseadas em seu conhecimento, intuição e bom senso. A exposição e a análise dos resultados nesta pesquisa buscam atender a essas recomendações.

## 1 A AGRICULTURA SUSTENTADA PELA COMUNIDADE

A Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA) é uma forma de organização da cadeia de produção e distribuição que está emergindo no Brasil como alternativa à mercantilização dos sistemas alimentares. Seu preceito básico é reconectar a produção ao consumo, ao ligar um agricultor a grupos de famílias em uma região geográfica próxima, geralmente uma área urbana.

Em uma CSA, diferentemente do modelo de agricultura tradicional, os produtores e os consumidores deixam de utilizar intermediários na cadeia alimentar e realizam uma parceria, dividindo os custos e os riscos inerentes ao processo produtivo. Os consumidores financiam a produção desses agricultores e semanalmente recebem uma cesta com os alimentos que foram colhidos nesse período. A regra básica é que os produtos sejam frescos, da estação, sem agrotóxicos e cultivados localmente. A cota é composta por uma série de vegetais, ervas, frutas e legumes, que variam conforme a época, mas também pode incluir outros produtos como ovos, carnes, flores, mel, geleias, peixes, grãos e aves (BROWN E MILLER, 2008; CSA BRASIL, 2015; DAROLT, 2013; GROH E MCFADDEN, 1997; HENDERSON e VAN EN, 2007; OBERHOLTZER, 2004; TEGTMEIER E DUFFY, 2005).

O equivalente à primeira CSA foi desenvolvido no Japão. Em 1971, foi iniciado por um grupo de mulheres que estavam preocupadas com o uso de pesticidas, o aumento da industrialização e de alimentação importada, além do decréscimo da população de agricultores locais. O grupo se aproximou de um fazendeiro local, realizando um acordo de cooperação e assim começou o movimento Teikei. A tradução do termo significa parceria ou cooperação (HENDERSON E VAN EN, 2007).

Os dez princípios do Teikei foram formulados em 1978 e tornaram-se arraigados como a base ideológica para a prática da CSA (Quadro 1). Sua essência não é a negociação em si, mas a relação amigável entre as pessoas (HENDERSON E VAN EN, 2007; URGENCI, 2016).

Quadro 1 - Os dez princípios do *Teikei*

Princípio	Significado
Assistência Mútua	Agricultores e consumidores devem buscar se ajudar com base no entendimento mútuo de que a essência reside em uma relação de amizade previamente construída.
Produção Planejada	Mediante prévio acordo com os consumidores, os produtores devem buscar produzir o máximo de variedade de alimentos no espaço destinado ao plantio.
Aceitação da Produção Obtida	Mediante prévio acordo, o que foi obtido na terra deve ser aceito e a dieta deve depender o máximo possível desta fonte.
Concessão Mútua na Decisão do Preço	Ao decidir os preços da produção, os agricultores devem levar em conta as economias que foram realizadas pelo encurtamento da cadeia, pela aceitação de todos os produtos e pela redução de embalagem. Os consumidores devem considerar que estão obtendo produtos de qualidade, seguros, frescos e saborosos.
Aprofundamento das Relações de Amizade	Deve-se buscar o máximo de contato entre produtor e consumidor, pois disso depende a relação de amizade.
Autodistribuição	Visa diminuir ou excluir a dependência de transporte externo: a logística deve ser encargo do produtor ou consumidor.
Gestão Democrática	As responsabilidades são compartilhadas entre todos.
Busca pelo Aprendizado	É importante fomentar práticas de compartilhamento de saberes entre os membros.
Manutenção da Escala do Grupo Apropriada	Deve-se evitar que um grupo fique muito grande. Para isso, recomenda-se ampliar a quantidade de grupos de modo a manter constante a colaboração mútua.
Desenvolvimento Estável	Nem sempre as condições serão adequadas e favoráveis a todos, deve-se fazer um esforço para melhorar e avançar com colaboração mútua.

Fonte: adaptado de HENDERSON e VAN EN (2007) e URGENCI (2016).

Além dessa iniciativa no Japão, na mesma época, havia outra semelhante no Chile. Na América do Norte, a CSA teve início em 1986, em duas diferentes unidades agrícolas. Há uma compreensão equivocada divulgada pela imprensa, de que nos EUA o movimento teria sofrido inspiração do modelo japonês. Nesse caso, houve forte influência europeia, especialmente em relação à tradição agrícola biodinâmica (MCFADDEN, 2004).

Ainda não se sabe exatamente como o conceito da CSA migrou para a Europa (HENDERSON E VAN EN, 2007), mas ninguém encontrou uma ligação direta com o modelo japonês. Há indícios de que tenha sofrido influência chilena e do movimento camponês de trabalho na França (URGENCI, 2016). O que se sabe é que a base ideológica do modelo europeu teve origem no ano de 1920, por meio do filósofo austríaco Rudolf Steiner, e

foi disseminada após a Segunda Guerra Mundial, especificamente entre as décadas de 1950 a 1970 (MCFADDEN, 2004).

Essas ideias tomaram nova forma no contexto norte-americano. No ano de 1986, surge simultaneamente, porém independentemente, o que viria a se tornar a *Indian Line Farm* em *Massachusetts* e a *Temple-Wilton Community Farm*, em *New Hampshire*. Em 1985, um artigo publicado em uma revista sobre orgânicos atraiu um jovem horticultor chamado Jan Vander Tuin para *South Egremont*. Ele havia trabalhado com agricultura biodinâmica na Europa e observou uma aliança entre produtor e consumidor em Genebra, que havia sido fundada por um homem inspirado pelo movimento chileno, durante o governo de Salvador Allende. Essas experiências influenciaram o pensamento de Jan Vander Tuin quando retornou aos EUA. Desse modo, ele iniciou a sua conversa com outros membros da comunidade local, já bem informados sobre a agricultura biodinâmica e a antroposofia, legados de Rudolf Steiner, que tem como um de seus pilares a associação entre produtor e consumidor, ligados por interesses mútuos. Tiveram inspiração em outros movimentos que buscavam produzir e consumir localmente e decidiram colocar em prática uma iniciativa que combinasse essas duas ideias principais, iniciando assim a CSA de *Indian Line Farm* (MCFADDEN, 2004).

Inicialmente, o grupo possuía outro nome, *CSA Garden at Great Barrington*, tomando a forma de uma associação sem personalidade jurídica. Até este momento o grupo não havia tomado conhecimento sobre o movimento que já estava ocorrendo no Japão, fato sobre o qual vieram a ter conhecimento cerca de um ano depois, em uma conferência na *Pennsylvania*. A associação iniciou em 1986 um contrato de arrendamento de três anos com Robyn Van En para o uso da terra em *Indian Line Farm*. Em 1990, o grupo se separou, alguns agricultores e membros partiram e formaram um novo grupo nos mesmos moldes chamado *Mahaiwe Harvest*. Robyn Van En permaneceu em sua terra e formou a CSA América do Norte (CSANA), uma organização não governamental sem fins lucrativos para apoiar o desenvolvimento de CSA naquele país. Ela faleceu em 1997 de um ataque de asma, sendo atualmente considerada uma das principais incentivadoras da CSA no seu continente. Após a morte, seu filho foi forçado a vender a fazenda. Os agricultores não possuíam recursos para a aquisição, mas receberam auxílio externo para adquirir a fazenda em 1999 (MCFADDEN, 2004).

A respeito do início da *Indian Line Farm*, Robyn Van En explica que os fazendeiros pediram aos seus consumidores regulares para pagar em adiantado uma cota dos custos de

produção anual em troca de uma cota semanal da produção. Introduziram a ideia de compartilhamento dos custos para compartilhar a colheita. Dessa forma, passaram a entregar comida local para as pessoas da comunidade a um preço justo, tanto para os consumidores quanto para os produtores. Os membros realizavam um compromisso para pagar sua cota nos custos de produção e também assumir os riscos, assim como desfrutar as recompensas desse tipo de produção. Tratava-se de uma fazenda comunitária, que dedicava sua produção inteiramente aos membros do grupo. Na primavera de 1986, realizaram a primeira colheita de vegetais. No verão, os membros recebiam cestas de vegetais duas vezes por semana e, no inverno, recebiam duas vezes por mês. Posteriormente, passaram a entregar as cestas uma vez por semana. Após quatro anos houve a separação do grupo, já descrita aqui (HENDERSON E VAN EN, 2007).

No mesmo ano de 1986, outro grupo de CSA teve início, o *Temple-Wilton Community Farm*, localizado a cerca de 130 quilômetros a noroeste de *New Hampshire*. Os fundadores foram Anthony Graham, Trauger Groh e Lincoln Geiger. Trauger havia vindo da Alemanha, sua esposa era de *New Hampshire*. Eles iniciaram as conversas sobre a formação do grupo em 1985, com influência de três ideias de Rudolph Steiner: (1) novas formas de propriedade, em que a terra é mantida em comum por um grupo comunitário, que aluga a propriedade a longo prazo para agricultores os quais utilizam a terra para cultivar alimentos para a comunidade; (2) novas formas de cooperação, em que uma rede de relações humanas substitui sistemas antigos de empregadores e empregados; e (3) novas formas de economia, em que a questão norteadora não é como obter mais lucro, mas buscar quais as reais necessidades da terra e das pessoas envolvidas no empreendimento. Após quase duas décadas de funcionamento, Trauger afirmava que as pessoas conhecem e confiam neles e que podem ver o que estão fazendo para a terra e para a comunidade (MCFADDEN, 2004).

Nas décadas entre 1980 e 1990, grupos de CSA se disseminaram especialmente pela América do Norte, atingindo mais de mil projetos até o final daquele milênio. A grande maioria desses projetos era de pequenas explorações familiares, realizando o cultivo de hortaliças orgânicas ou biodinâmicas em espaços equivalentes a 1,2 até 2 hectares, em parcerias com membros na área urbana mais próxima, grupos entre 30 e 50 pessoas em média (URGENCI, 2016). Em quase duas décadas, a Agricultura Sustentada pela Comunidade criou raízes na América do Norte e cresceu gradualmente. Em 2004, estimava-se a existência de 1.500 a 2.000 grupos de CSA (HENDERSON E VAN EN, 2007; MCFADDEN, 2004).

A CSA foi muito além, cresceu para o nível de um movimento global, atingindo quase todos os continentes. Na América do Norte, é possível encontrar uma série de iniciativas nos Estados Unidos e Canadá. Na Europa, as principais iniciativas encontram-se no Reino Unido, França, República Tcheca, Alemanha, Romênia, Eslováquia, Grécia, Hungria, Suíça, Bélgica, Itália, Áustria e Espanha. Na Ásia, é possível encontrar CSAs na China, Índia, Paquistão, Japão e Taiwan. Também há várias iniciativas no continente Africano, como na Argélia, Benin, Marrocos, Mali e África. Na Oceania, é possível encontrar iniciativas na Austrália. Por fim, na América Latina há CSAs no Brasil, Chile, Argentina e Equador (URGENCI, 2016).

A Agricultura Sustentada pela Comunidade é conhecida pela sigla CSA, inclusive no Brasil, proveniente do termo inglês *Community-supported Agriculture* ou *Community-shared Agriculture*. A disseminação desse termo pode ser em decorrência da alta concentração de estudos divulgados nesse idioma (ver, entre outros, ANDREATTA e RHYNE, 2008; BROWN E MILLER, 2008; COOLEY E LASS, 1998; CONNER, 2003; ENDRES E ARMSTRONG, 2012; HENDERSON e VAN EN, 2007; MCFADDEN, 2004; URGENCI, 2016).

Outras denominações possíveis relacionadas à mesma iniciativa são: *Teikei* no Japão (CSA BRASIL, 2015; HENDERSON e VAN EN, 2007; MCFADDEN, 2004; URGENCI, 2016), *Gruppi di Acquisto Solidale* na Itália, *Groupes d'achat solidaires de l'agriculture paysanne* na Bélgica, *Agriculture Soutenue par la Communauté* no Canadá, *Gemeinschaftlich getragene Landwirtschaft* na Alemanha (CSA BRASIL, 2015) e *Associations pour le maintien d'une agriculture paysanne* na França (LAVILLE, 2009).

No Brasil, as iniciativas de Agricultura Sustentada pela Comunidade são muito recentes. O primeiro grupo começou em julho de 2011, na cidade de Botucatu/SP. Tratou-se de uma iniciativa de um alemão chamado Hermann Pohlmann em reproduzir o que já ocorria na Alemanha. O projeto recebeu o nome de CSA-Demétria. Em março de 2016, havia o conhecimento de, no mínimo, 20 grupos em São Paulo, três grupos no Rio de Janeiro, dois grupos no Paraná, dois grupos no Rio Grande do Sul, um grupo no Distrito Federal, um grupo em Pernambuco e, finalmente, dois grupos em Minas Gerais, um deles tendo sido escolhido como objeto de estudo neste trabalho. No Brasil, há uma associação que fornece orientações e auxílios aos grupos, chamada de CSA Brasil. Essa rede tem o seguinte ideal:

Promover o desenvolvimento da economia associativa por meio da agricultura comunitária entre agricultores e consumidores, em âmbito nacional, para se chegar a uma Escultura Social (Arte Social), com ações de apoio e educativas para que o agricultor deixe de vender seus produtos por meio de intermediários e conte, para organização e financiamento de sua produção, com a participação dos membros consumidores, colaborando para o desenvolvimento sustentável, comércio justo e fraterno, assegurando a oferta de produtos orgânicos/biodinâmicos, sem prejuízo ao meio ambiente (utilização do solo e recursos naturais), proporcionando, por fim, uma alimentação saudável para todos os envolvidos na comunidade (CSA BRASIL, 2015).

Um princípio fundamental é a promoção de um modelo de produção que não seja nocivo ao ser humano e ao entorno, sendo esta uma “condição pétrea” para participar de um modelo orgânico e/ou agroecológico de produção. Os outros princípios da Agricultura Sustentada pela Comunidade no Brasil são a ajuda mútua, a diversificação da produção, aceitação de produtos da época, a comercialização com preços justos, a criação e manutenção de relações de amizade, a distribuição independente, a gestão democrática, a aprendizagem mútua, a produção e consumo local e a estabilidade (CSA BRASIL, 2015).

Groh e Mcfadden (1997) são autores seminais sobre o tema e enunciam 10 conceitos que subjazem a todo grupo de Agricultura Sustentada pela Comunidade. O primeiro deles é não utilizar substâncias sintéticas no solo, nas plantas e nos animais, sejam estas fertilizantes minerais, pesticidas sintéticos, herbicidas e fungicidas ou suplementos minerais na alimentação animal. O segundo é conseguir o estrume necessário para as plantas crescerem saudáveis, mantendo um número suficiente de animais em combinação harmoniosa com outras espécies. Destes, o gado merece destaque pela qualidade do seu excremento, apesar de o ideal ser uma combinação que inclua galinhas, cavalos, porcos, ovelhas e cabras, pois cada um gera um estrume com qualidade e funções diferentes. E quanto mais livres eles pastarem, melhor será a qualidade do excremento. O terceiro é nutrir esses animais com a alimentação produzida na própria fazenda.

O quarto conceito atrelado ao CSA é buscar uma grande diversidade de plantas em combinação e como parte de uma rotação de culturas. O quinto é reconhecer que a circulação do carbono ou das substâncias orgânicas, através do solo, das plantas e do ar, é a base para uma fertilidade permanente, expresso por meio do “*húmus*”, que é um forte nutriente para o solo construído por excremento de animais e resíduos de plantas. O sexto é fortalecer a circulação de sílica no solo encorajando o processo macrobiótico, que tem estreita relação com os processos da natureza vinculados à luz e ao calor. A grande importância da sílica por

vezes é diminuída na agricultura tradicional, mas sem ela há perda de resistência e força, permitindo a infecção da planta por fungos, por exemplo.

O sétimo conceito é criar condições harmoniosas e balanceadas no solo, nas plantas, nos animais e na paisagem como uma base necessária para a produtividade, pois dessa harmonia depende a saúde do ambiente natural. O oitavo é que a natureza destruída deve ser restaurada, pois além da questão moral, ela serve como barreira natural contra a erosão, mantendo a umidade do solo e servindo de *habitat* para animais e insetos que detêm importantes funções e são inclusive benéficos para o estabelecimento do equilíbrio e de uma planta saudável. O nono conceito é implementar um controle biológico de ervas daninhas e de pestes, que é auxiliado por todos os passos anteriores, com destaque para a natureza restaurada, o uso de excrementos de qualidade e a rotação de plantas. O décimo e último passo é estabelecer uma ordem rítmica conectada com a natureza, respeitando os ciclos de produção, do sol e da lua. Essa cadência é essencial para a sobrevivência atrelada à preservação.

A importância que Groh e Mcfadden (1997) concedem à presença de animais é tamanha que dedicam um ensaio inteiro em seu livro para tratar do assunto. Essa concepção é compartilhada com Henderson e Van En (2007), ao compreender que um dos objetivos da CSA é desenvolver a diversidade e a sustentabilidade local, motivo pelo qual os animais invariavelmente estão atrelados. A inserção deles, dizem esses autores, pode tanto expandir a possibilidade dos produtos oferecidos como auxiliar na compostagem dos alimentos ou produzindo esterco, que são imprescindíveis para a produção de alimentos orgânicos. Mais do que isso, a maioria dos produtores de alimentos agroecológicos compreende que a presença de animais define a fazenda como um organismo atrelado a questões morais, religiosas e filosóficas.

Em relação às possibilidades de organização de um grupo CSA, emergem questões que dizem respeito às motivações dos produtores e consumidores para se engajar, ao perfil dos agricultores, à forma como as cotas de produção são calculadas, à divisão dos riscos, à organização do trabalho, ao manejo da produção, às formas de distribuição e ao nível de participação dos consumidores. Conforme Henderson e Van En (2007), dentre as diversas possibilidades que podem emergir, o ponto em comum é sempre a ligação direta entre produtor e consumidor e os alimentos frescos, locais e da estação.



Uma CSA pode ter início por meio de diferentes maneiras ou formas. Por exemplo, ela pode surgir em uma fazenda que já está em atividade ou em uma nova, de forma individual ou coletiva, fornecendo parte ou a totalidade de sua produção para os consumidores. Pode ser estabelecida em terras de propriedade individual, de uso coletivo ou fornecidas por ordens religiosas ou bancos de alimentos, assim como pode ser fruto de iniciativa de aspirantes ou produtores já atuantes e, ainda, de grupos de consumidores. Da mesma forma, cada início de atividade de uma CSA tem seu contexto peculiar no que diz respeito às motivações (HENDERSON E VAN EN, 2007).

Quanto às motivações para o engajamento dos produtores, os principais estudos constataram que eles buscam um mercado mais estável e com preços justos (BÎRHALA E MÖLLERS, 2014; OBERHOLTZER, 2004; FLORA E BREGENDAHL, 2012); preocupam-se com uma produção orgânica, em relação ao meio ambiente e à saúde (COX ET AL, 2008; FLORA E BREGENDAHL, 2012; OBERHOLTZER, 2004); almejam divisão dos riscos (FLORA E BREGENDAHL, 2012) e têm interesse em fornecer para a comunidade local (COX ET AL, 2008). Também são relatadas como motivações o entendimento de que é importante o desenvolvimento de relações entre produtores e consumidores, a vontade em reduzir as responsabilidades de gestão e a menção de valores filosóficos, crenças e convicções de vida (FLORA E BREGENDAHL, 2012).

Em relação às motivações dos consumidores, há uma combinação de lógicas que vão desde melhorar a saúde pessoal, lidar com problemas das comunidades locais e alcançam críticas ao modelo de produção e distribuição hegemônico, chegando a oferecer críticas bem desenvolvidas ao sistema agroalimentar convencional para explicar a sua participação (OSTROM, 2007). Os motivos mais frequentemente relatados e ordenados como prioritários se referem a uma busca por melhores condições de saúde e nutrição através do consumo de produtos frescos e orgânicos (BÎRHALA E MÖLLERS, 2014; COOLEY E LASS, 1997; CONNER, 2003; COX ET AL, 2008; FARNSWORTH, THOMPSON E DRURY, 1996; OBERHOLTZER, 2004; OSTROM, 2007; PEREZ, ALLEN E BROWN, 2003).

As demais motivações relatadas são as preocupações ambientais (BOUGHERARA ET AL, 2009; COOLEY E LASS, 1997; COX ET AL, 2008; OSTROM, 2007; PEREZ, ALLEN E BROWN, 2003). Há um estudo ressaltando especificamente a não utilização de embalagens (COX ET AL, 2008), a necessidade de conhecer quem e como se produz o alimento consumido pela família (COOLEY E LASS, 1997; FARNSWORTH, THOMPSON E

DRURY, 1996; PEREZ, ALLEN E BROWN, 2003), preocupações políticas (COX ET AL, 2008), como o apoio a iniciativas que realizem produção e distribuição alternativa de alimentos sem a presença de intermediários (COX ET AL, 2008; FARNSWORTH, THOMPSON E DRURY, 1996; HENDERSON E VAN EN, 2007; PEREZ, ALLEN E BROWN, 2003), a oposição aos grandes mercados (COX ET AL, 2008), a diminuição da distância percorrida pelos alimentos (OSTROM, 2007), o reestabelecimento de um canal direto entre ambiente rural e urbano (FARNSWORTH, THOMPSON E DRURY, 1996; OSTROM, 2007; PEREZ, ALLEN E BROWN, 2003) e o desejo em aprender sobre a agricultura (OSTROM, 2007). A solidariedade e o apoio à agricultura local também aparecem dentre as principais motivações que levam os consumidores a se engajarem em uma CSA (BÎRHALA E MÖLLERS, 2014; BOUGHERARA ET AL, 2009; COOLEY E LASS, 1997; CONNER, 2003; COX ET AL, 2008; OBERHOLTZER, 2004; OSTROM, 2007; PEREZ, ALLEN E BROWN, 2003). Cabe ressaltar que Bougherara et al. (2009) constataram que o preço não desempenhou qualquer papel significativo na decisão para se inscrever em um grupo.

Grande parte das CSAs ocorre em fazendas ou terras de pequena extensão (HENDERSON E VAN EN, 2007; LASS et al, 2003). Praticamente todas as fazendas realizam agricultura orgânica ou biodinâmica (GROH E MCFADDEN, 1997, LASS et al, 2003, HENDERSON E VAN EN, 2007), calcadas no trabalho intensivo, em geral executado pelo grupo familiar do agricultor. Esse trabalho raras vezes é calculado em valor por horas de trabalho. Em muitos casos, há expressiva valorização das horas passadas em família e dos sons e cheiros vivenciados ao longo das tarefas no campo (HENDERSON E VAN EN, 2007).

Em contraste com a construção convencional da fazenda tradicional, que tem as funções predominantemente com o sexo masculino e do núcleo familiar tradicional, os grupos de CSA também desbravam novos caminhos. É possível encontrar fazendas de propriedade e operadas exclusivamente por casais do sexo feminino (BREGENDAHL E FLORA, 2006; OSTROM, 2007), do sexo masculino ou mesmo geridas por um coletivo (OSTROM, 2007). Apesar da concepção ideal da CSA ser de produtores dedicados integralmente ao grupo, em muitos casos, utilizam-se outros canais (HENDERSON E VAN EN, 2007), como, por exemplo, feiras, venda direta na propriedade e venda para pequenos mercados (DAROLT, 2013).

Quando um consumidor ingressa na CSA, deve pagar ao produtor vinculado àquele grupo uma ação ou uma cota sobre a produção, normalmente antes do plantio. Esse cálculo ocorre em uma lógica diferente da predominante no mercado, leva em conta a distribuição dos custos totais de produção da fazenda, que deve refletir um salário justo para o agricultor, assim como o pagamento dos fatores de produção. O valor total é dividido pelo número de cotas oferecidas (COOLEY E LASS, 1998), garantindo boa parte do escoamento da produção e também uma renda antecipada para o agricultor (DAROLT, 2013). Os consumidores por sua vez compreendem e aceitam a ideia de compartilhar o risco da temporada com o agricultor como um conceito-chave da CSA (OBERHOLTZER, 2004). De fato, eles mostram um alto nível de confiança nos agricultores parceiros, sendo esta a base que mantém a relação econômica ativa (BÎRHALA E MÖLLERS, 2014).

Henderson e Van En (2007) pontuam raros casos de lugares em que as condições climáticas não são severas e que alguns grupos optaram por eliminar a necessidade da divisão de riscos. Um desses grupos que não havia implementado a divisão dos riscos, chamado *Full Belly Farm* e localizado na Califórnia, certa vez enfrentou uma tempestade de neve que os impediu de realizar a colheita. Ainda assim, a maioria dos integrantes não fez objeção, aceitando continuar pagando sem receber a cesta.

A distribuição dos itens é afetada diretamente pela distância geográfica entre produtor e consumidor, por facilidades de armazenamento e transporte, tamanho da cidade dos consumidores, trabalho disponível e quantidade de membros do grupo participando de forma efetiva do sistema de distribuição. O mais comum é haver uma combinação entre diversas modalidades, sendo que, na maioria dos casos conhecidos, a entrega independente da modalidade escolhida é realizada pelos próprios produtores, que aproveitam o momento para manter contato com os consumidores (HENDERSON E VAN EN, 2007).

Assumindo que produtores e consumidores vivem perto, a maneira mais fácil é os membros irem até a fazenda e pegarem suas cestas. Entretanto, há maneiras possivelmente mais adequadas quando a distância é um pouco maior, como levar até um centro de distribuição na cidade, que pode ser um espaço público ou até a casa de um membro, para os consumidores retirarem em um determinado dia e período de tempo. Quando a distância é maior, há casos de distribuição em vários pontos ao longo da cidade. E também há casos de CSAs que entregam diretamente na casa do consumidor (CASTELO BRANCO ET AL, 2011;

GROH E MCFADDEN, 1997; HENDERSON E VAN EN, 2007; OBERHOLTZER, 2004; TEGTMEIER E DUFFY, 2005).

Uma primeira grande decorrência disso é o encurtamento das cadeias de distribuição e a territorialização do consumo. Laville (2009) também indica que essa atividade pode ser compreendida como uma modalidade de comércio justo. De fato, de acordo com Urgenci (2016), um dos objetivos da Agricultura Sustentada pela Comunidade é fazer com que os produtos regionais tornem-se mais atraentes e acessíveis para os consumidores por meio do encurtamento das cadeias de distribuição de alimentos, melhorando os valores recebidos pelos produtores e os pagos pelos consumidores.

De fato, além do aspecto social, a economia também é importante para uma CSA, pois é preciso que a atividade funcione de forma viável financeiramente. A ausência do intermediário auxilia na eliminação de custos, mas não é suficiente. A sobrevivência a longo prazo requer um gerenciamento financeiro do orçamento, preço, contabilidade, manutenção das terras a longo prazo e acordos contratuais entre os membros. A participação ativa dos membros em uma CSA influencia todos esses fatores (HENDERSON E VAN EN, 2007), pois os agricultores utilizam uma variedade de fontes complementares de trabalho, incluindo mão de obra familiar, contratados e também o trabalho voluntário dos seus consumidores (TEGTMEIER E DUFFY, 2005).

Por exemplo, alguns grupos de CSA oferecem aos membros a oportunidade de reduzir o valor pago por sua cota se estes realizarem trabalhos voluntários na produção ou na administração (GROH E MCFADDEN, 1997; HENDERSON E VAN EN, 2007; TEGTMEIER E DUFFY, 2005). Os trabalhos tipicamente se referem a ajudar no plantio, no cultivo ou na colheita, auxiliando na distribuição das cestas, realizando a gestão em tarefas que envolvem desde o controle financeiro até comunicação e logística. A frequência pode ser ocasional, recorrente ou até diária (BROWN e MILLER, 2008; GROH E MCFADDEN, 1997). Por isso, apesar de o trabalho não ser pago, algumas das atividades são tão onerosas que essas pessoas recebem uma compensação monetária pelo tempo dispensado, que pode ocorrer mediante o abatimento do valor das cestas ou até por remuneração em função das horas trabalhadas e das atividades desenvolvidas (GROH E MCFADDEN, 1997).

Em uma CSA, os agricultores podem tomar decisões sozinhos sobre todas as questões que perpassam a atividade produtiva e distributiva, ou dispor da orientação de um

subconjunto de consumidores mais envolvidos e comprometidos com o projeto, que discutem e os aconselham (BROWN e MILLER, 2008; HENDERSON E VAN EN, 2007; LASS ET AL, 2003; LASS, LAVOIE E FETTER, 2005; LIZIO E LASS, 2005; SANNEH, MOFFITT e LASS, 2001). O conjunto formado por agricultores e parte dos consumidores é comumente designado na literatura como *core group* e aqui será referido como *núcleo de gestão*.

Esse grupo realiza decisões tanto operacionais quanto gerenciais, como, por exemplo, quais culturas e quanto produzir, se a base de trabalho será voluntária ou se contará com trabalhadores contratados, as formas de distribuição, orçamento e inclusive quais os rendimentos do agricultor. Essas decisões são normalmente postas em votação (HENDERSON E VAN EN, 2007; SANNEH, MOFFITT e LASS, 2001).

Resultados de pesquisas não demonstraram um padrão definido em relação ao uso dessa configuração. Há estudos relatando que cerca de metade das operações de CSAs analisadas contavam com um núcleo de gestão (SANNEH, MOFFITT e LASS, 2001). Em contrapartida, também há estudos relatando que foram encontradas apenas 28% das CSAs analisadas utilizando núcleo gestão, dos quais 16% atuavam apenas fornecendo assessoria e 12% estavam envolvidos de forma mais ativa na tomada de decisões (LASS et al, 2003).

De fato, o grau de envolvimento no processo de tomada de decisão varia muito de um grupo de CSA para outro (LASS, LAVOIE E FETTER, 2005; SANNEH, MOFFITT e LASS, 2001), chegando ao extremo de haver núcleos de gestão que gerem toda a CSA (LASS, LAVOIE E FETTER, 2005). Isso ocorre com frequência quando um grupo de consumidores reúne-se e procura um agricultor para realizar a parceria (SANNEH, MOFFITT e LASS, 2001). Em relação ao tamanho, alguns núcleos são pequenos e contam com quatro ou cinco membros. Outros são maiores e possuem cerca de 20 membros, com diferentes responsabilidades assumidas por cada um (GROH E MCFADDEN, 1997). Para melhorar a organização, muitos dos grupos possuem uma descrição do trabalho de cada uma das funções e uma agenda anual das responsabilidades. Eles se encontram com certa frequência para decisões, atualizações e também para socialização (HENDERSON E VAN EN, 2007; SANNEH, MOFFITT e LASS, 2001).

Groh e Mcfadden (1997) ilustram umas dessas possíveis configurações. Descrevem a interação de um núcleo de gestão que atua de forma voluntária em conjunto com três produtores. Os consumidores são responsáveis por quase todas as atividades, liberando o

produtor para se concentrar na produção. Eles atuam em comitês organizando a distribuição dos produtos, realizando o trabalho administrativo e financeiro, buscando novos membros, realizando a comunicação e o planejando das festividades. Cada tarefa é executada individualmente e os encontros ocorrem uma vez ao mês. As diretrizes da fazenda são decididas em conjunto com os produtores duas vezes por ano. Também existem custos administrativos inerentes ao núcleo de gestão, variando desde uma compensação aos coordenadores locais, cópias, equipamentos, transporte dos alimentos por caminhão, horas de trabalho, dentre outros. Todos esses custos são levados em consideração no momento de determinar o custo das cestas.

Diversas pesquisas apontam que as CSAs com núcleos de gestão obtiveram melhor desempenho financeiro e sucesso nas suas atividades em relação aos demais grupos (BROWN e MILLER, 2008; GROH E MCFADDEN, 1997; LASS et al, 2003; LIZIO E LASS, 2005). A melhoria do desempenho pode ocorrer devido a uma melhor gestão em decorrência da interação entre consumidores e agricultor que dividem o peso das decisões (LIZIO E LASS, 2005; GROH E MCFADDEN, 1997). No entanto também pode ocorrer porque o núcleo de gestão se sente especialmente comprometido em relação à operação da fazenda e pode ser mais propenso a elevar os preços pagos.

De fato, fazendas com esses núcleos cobram preços mais altos (LASS et al, 2003; LIZIO E LASS, 2005). Pesquisas que analisaram equivalências entre cestas constataram que o preço médio de participação de um grupo que tem o núcleo de gestão foi 78% maior (SANNEH, MOFFITT e LASS, 2001). Uma explicação é que, apesar de o preço ser definido pelo produtor da CSA na maioria das situações (76%), em 16% dos casos a decisão ocorre em conjunto entre produtor e consumidores e em 8% dos grupos o preço é definido pelo grupo principal (TEGTMEIER E DUFFY, 2005).

Entretanto, a importância dos núcleos de gestão em uma CSA transcende a questão monetária pois, quando utilizam essa configuração, eles conseguem envolver mais ativamente os consumidores e ampliam o senso de comunidade (HENDERSON E VAN EN, 2007; LASS ET AL, 2003). Nos casos em que os membros trabalham junto com o produtor de forma voluntária, há relatos de sentirem uma conexão mais profunda com o projeto e de grande aprendizagem sobre a realidade de quem produz alimentos. Entretanto, quando isso não é possível, a aproximação entre produtor e consumidor pode ocorrer de outras formas, como realizando atividades de integração (HENDERSON E VAN EN, 2007).

Muitos adeptos relataram que não ingressaram no projeto por se tratar de uma CSA, mas que ao longo do tempo passaram a se envolver e ficaram mais preocupados com o seu consumo. Muitos saíram de uma simples preocupação com o tipo de alimentação orgânica para um maior interesse em preservar o meio ambiente, passando a pensar sobre questões de qualidade do solo, poluição, uso da água, redução do uso de produtos químicos inclusive no ambiente doméstico e na alimentação dos animais. Grande parte dessa mudança veio da maior quantidade de informações recebidas e das interações com as pessoas ao longo da participação na CSA (COX ET AL, 2008). Além do fortalecimento dos laços sociais internos, esses grupos passam a organizar eventos sociais e educacionais e são mais capazes de estabelecer programas para os membros de baixa renda (BROWN e MILLER, 2008; LASS ET AL, 2003).

Um dos objetivos dos defensores da CSA é proporcionar uma oportunidade em que os membros possam se conectar com os agricultores e a terra de onde provém o seu alimento. Algumas pesquisas demonstram que o objetivo tem sido atingido parcialmente. Em um dos casos analisados, 60% dos entrevistados foram para a fazenda ao menos uma vez ao longo do ano anterior, o que implica que alguma forma de conexão está ocorrendo. No entanto, apenas 34% deles visitaram o agricultor regularmente e apenas 5% dos entrevistados relataram ter feito qualquer trabalho para a CSA (PEREZ, ALLEN E BROWN, 2003). Algumas das razões oferecidas por membros consumidores que não realizam uma interação mais forte se referem ao fato de estarem muito ocupados com o seu trabalho ou a conflitos de agenda com os eventos agrícolas (OBERHOLTZER, 2004).

Assim, existem inúmeras variações na forma de organizar uma CSA: de acordo com a localização geográfica, o tamanho da localidade rural, o tipo de projeto em relação à necessidade do agricultor e dos associados, a escolha de ter um grupo de consumidores atuando na gestão, a utilização de trabalho manual ou mecanizado, a forma de distribuição das cestas, a realização de programa de subscrição ou fazendas comunitárias. O nível de participação dos membros também varia. Há grupos em que os membros participam ativamente, inclusive tendo o trabalho como parte de sua cota de contribuição, assim como há grupos em que o agricultor faz todo o trabalho sozinho e os membros apenas recebem uma cesta de produtos semanalmente. A maioria das CSAs permanece em uma configuração intermediária entre essas duas, com membros trabalhando de forma voluntária em dias especiais de trabalho no campo, ajudando com a distribuição ou realizando parte do pagamento de suas cotas com fornecimento de trabalho (HENDERSON E VAN EN, 2007).

As modalidades práticas também variam de acordo com cada grupo, havendo casos de contrato tanto verbal quanto escrito entre consumidores e produtores (LAMB, 1994). Em relação ao status legal, há muitos casos em que os produtores e os consumidores possuem aversão a elaborar uma estrutura formal e cumprir as regulamentações do governo (HENDERSON E VAN EN, 2007). As fazendas que possuem grupo de gestão com consumidores mostram-se especialmente mais propensas a adotar estruturas empresariais alternativas (LASS et al, 2003).

Uma vez que as CSAs se propõem a trazer impactos positivos sobre todo o sistema social e ambiental, um tema que emerge é a sua escalabilidade e replicabilidade. Nem sempre o aumento da escala na fazenda é desejável (PAUL, 2015), pois não se trata apenas de um ganho em quantidade, mas sobretudo em qualidade, buscando criar melhores condições nos sistemas alimentares, novas relações sociais, novos valores e resgate da autonomia dos agricultores e dos consumidores (DAROLT, 2013). Realmente, a maioria das CSAs é modesta em escala, envolvendo em média de 20 a 100 grupos familiares como associados. Alguns grupos até expandiram-se, mas acabam perdendo sua característica de coesão social, pois é tarefa muito difícil manter um nível mínimo de relacionamento que fortaleça os laços em grupos maiores (GROH E MCFADDEN, 1997).

No entanto, é possível pensar em ampliar a operação do sistema como um todo. Para isso, o apoio institucional é necessário em todos os níveis, desde os cidadãos comuns até as políticas públicas. A realidade mostra essa possibilidade, pois enquanto o setor agrícola americano continuou em seu caminho de concentração, resultando em menor quantidade de fazendas com áreas unitárias cada vez maiores, os grupos de CSA continuam a aumentar em termos de números de unidades agrícolas (PAUL, 2015).

Em vez de competirem entre si, é interessante que grupos de CSA trabalhem em conjunto para a busca de benefícios mútuos (HENDERSON E VAN EN, 2007). A cooperação entre eles é essencial para a transformação dos sistemas alimentares regionais e para o sucesso do movimento da CSA como um todo (GROH E MCFADDEN, 1997; HENDERSON E VAN EN, 2007). Ela é muito mais fácil do que o sistema tradicional, uma vez que uma CSA requer a proximidade física entre consumidor e produtor, diminuindo de modo significativo as possibilidades de competição entre fazendas afastadas geograficamente, abrindo espaços para a cooperação. A cooperação entre diferentes grupos pode ocorrer mediante a troca de conhecimentos técnicos e de administração, auxílios para estrutura e gestão dos grupos,



realizando parcerias para a distribuição das cestas e até eventos em comum. Uma outra possibilidade é a realização de mecanismos de certificação participativa, que se opõem às modalidades de certificação tradicional na forma em que são realizados e nos custos incorridos.

Embora os alimentos sejam geralmente cultivados de maneira orgânica ou agroecológica, a maioria não é certificada (CASTELO BRANCO ET AL, 2011; HENDERSON E VAN EN, 2007; NIEDERLE, 2014; OSTROM, 2007; TEGTMEIER E DUFFY, 2005) em função do alto custo e do grande número de documentos exigidos. Somado a essa dificuldade, a aproximação entre o produtor e o consumidor faz com que a certificação nem sempre seja considerada importante por ambas as partes (CASTELO BRANCO ET AL, 2011). Na CSA não há uma preocupação manifesta com os processos de certificação. A qualificação do alimento provém especialmente das relações de reciprocidade e confiança entre os agricultores e consumidores (NIEDERLE, 2014). Entretanto, mesmo não sendo um requisito legal, o selo de orgânico é uma ferramenta que pode auxiliar na obtenção de novos membros em busca de uma alimentação orgânica e que ainda não tenham conhecimento sobre a CSA.

Há alternativas à certificação tradicional que abrem espaços para parcerias entre diferentes grupos de CSA, pois elas podem ser utilizadas no caso de venda direta entre produtor e consumidor e em especial por aqueles agricultores com pequenas porções de terra, que não dispõem de condições financeiras para arcar com os custos do processo. Um exemplo de uso de certificação participativa com sucesso ocorre na Rede Ecovida, localizada no sul do Brasil. Em vez de inspeções e relatórios realizados por empresas externas, essa cooperativa assegura que seus produtos são orgânicos por meio de relações de confiança entre produtores, cooperativas de consumidores e técnicos agrícolas, com visitas regulares nas terras dos produtores e discussões sobre o andamento da plantação, os problemas enfrentados e novas descobertas (HENDERSON E VAN EN, 2007). Esses mecanismos podem ser muito úteis para aproximar os diferentes grupos, reduzir custos e ajudar nas atividades de recrutamento, que são pontos críticos para grande parte das CSAs.

A questão do custo é importante porque está atrelada a uma importante crítica que a CSA recebe e que diz respeito à comparação de preços com a agricultura tradicional, por vezes proibitivos para as famílias de recursos limitados (BÎRHALA E MÖLLERS, 2014; HARMON, 2014). De fato, há estudos que apontam que os consumidores que participam de

grupos de CSA são em maioria moradores urbanos, com alto nível de educação e renda (BÎRHALA E MÖLLERS, 2014). Mas também é possível encontrar estudos que indicam o contrário, com a maioria dos participantes recebendo abaixo da média nacional (COX ET AL, 2008).

Cooley e Lass (1997) realizaram uma comparação entre os preços das cotas de CSA em três fazendas localizadas em Amherst e Massachusetts, nos Estados Unidos, com o preço que seria pago por essa mesma cota em três diferentes formas de varejo (cadeia alimentar nacional convencional, cadeia regional de venda de orgânicos e convencionais e uma loja local que vende produtos convencionais cultivados localmente). Eles constataram que os participantes das três CSAs analisadas realizam uma economia financeira significativa em relação aos meios de compra tradicionais. Conner (2003) constatou que o preço pago pelos consumidores de CSA era inferior ao dos mesmos produtos em três pontos de venda locais, resultando em economia na compra dos alimentos.

Andreatta e Rhyne (2008) apontam que, ao contrário do que é sugerido muitas vezes na literatura, a CSA não é um projeto elitista em relação aos consumidores, pois, além de auxiliar o produtor, a CSA também pode ser um projeto capaz de lidar parcialmente com o problema da insegurança alimentar presente nas famílias de consumidores de baixa renda. Bîrhala e Möllers (2014) sugerem que, entre as medidas possíveis para resolver esse problema, estão os preços especiais de cotas para consumidores de baixa renda ou a instalação de um regime de pagamento solidário que tenha um preço mínimo para os acionistas.

Nesse sentido, algumas iniciativas realizadas por grupos de CSA merecem destaque por adotarem em seus projetos a inclusão das famílias de baixa renda e, inclusive, das pessoas sem lar. A iniciativa mais comum encontrada é o grupo se organizar para doar as sobras das cestas para um banco de alimentos, uma cozinha pública ou diretamente para famílias que se encontram em situação de necessidade. Algumas CSAs mais consolidadas estão partindo para a integração de pessoas de baixa renda ao grupo. Há projetos em que as pessoas aceitam pagar um valor um pouco maior nas suas cotas para incluir a participação das famílias de baixa renda (GROH E MCFADDEN, 1997), sendo um exemplo o grupo *Genesee Valley Organic*, localizado nos Estados Unidos, que consegue oferecer as cestas por quase um terço do preço para incluir essas famílias, equilibrando a diferença de valor nas outras cestas (URGENCEI, 2016). Outras CSAs também oferecem a opção de participação para pessoas sem renda ou de baixa renda ao oferecer cestas em troca de horas de trabalho (GROH E MCFADDEN, 1997),

como a *CSA Homeless Garden*, também localizada nos Estados Unidos, que oferece treinamento e salários para que as pessoas sem teto possam trabalhar em iniciativas de CSA (URGENCI, 2016).

A busca por novos consumidores é um problema recorrente e difícil de resolver para uma boa parcela das CSAs. Até o momento, as alternativas mais eficazes utilizadas tem sido o “boca-a-boca” e os artigos em jornais locais (OBERHOLTZER, 2004). A busca constante por novos membros decorre da alta rotatividade que muitos grupos enfrentam, com casos extremos que alcançam 70%. Isso é um problema sério, pois remete a uma comunidade instável (GROH E MCFADDEN, 1997). O nível de retenção dos consumidores no grupo é afetado pela qualidade da interação entre produtor e consumidor, quanto mais interação houver menor será o índice de rotatividade e a necessidade de recrutar novos membros (GROH E MCFADDEN, 1997). A manutenção de relações de longo prazo impacta a satisfação do consumidor, pois há uma correlação entre a quantidade de anos que um indivíduo integra a CSA e o seu nível de satisfação, assim como o desenvolvimento de atividades com os consumidores que sejam diretamente ligadas as atividades produtivas da fazenda, como, por exemplo, participar da colheita (KOLODINSKY e PELCH, 1997). Por isso, é importante estimular contatos diretos, quer seja no ambiente rural, quer seja nos locais de distribuição. Isso também pode ser feito por meio de ligações ocasionais ou, em uma forma mais simples, de boletins informativos semanais (GROH E MCFADDEN, 1997).

Uma vez que em uma CSA não há a opção de escolher semanalmente o tipo e a quantidade de alimentos que virão na cesta, uma parte daqueles recebidos pelas famílias lhes é desconhecida, trazendo a necessidade de descobrir novos modos de preparo. Por vezes também surge resistência das pessoas em comer um alimento diferente. Somado a isso, os alimentos recebidos costumam ser acima da quantidade de consumo médio de vegetais, legumes e frutas, resultando, em alguns casos, no descontentamento e, em outros, na mudança de hábitos na alimentação de todo o grupo familiar em direção a algo mais saudável (GROH E MCFADDEN, 1997). Por exemplo, uma pesquisa realizada em Amherst constatou que 14% dos membros de uma CSA achavam que havia uma falta de variedade nos produtos fornecidos, 11% deles estavam incomodados com a impossibilidade de escolher os itens que receberiam e 24% deles informaram que não conseguiam consumir todos os itens recebidos, resultando em desperdício (COOLEY E LASS, 1997). Muitos consumidores reclamam da falta de tempo para preparar alimentos integrais em comparação aos alimentos processados (HARMON, 2014). Em contrapartida, um outro estudo encontrou um alto nível de satisfação

entre os participantes de CSA em relação à variedade, quantidade e qualidade dos produtos (FARNSWORTH, THOMPSON E DRURY, 1996).

Vários estudos relatam mudanças em direção a uma alimentação mais saudável como resultado de adaptação à quota recebida nas cestas semanais. Ao longo da participação na CSA, as pessoas passaram a experimentar novas receitas e a comer alimentos que normalmente nunca haviam cogitado (OSTROM, 2007), passaram a comer uma maior quantidade e variedade de produtos hortícolas frescos (ANDREATTA E RHYNE, 2008; GROH E MCFADDEN, 1997; HARMON, 2014; OBERHOLTZER, 2004; OSTROM, 2007; PEREZ, ALLEN E BROWN, 2003), passaram a realizar mais refeições em família e a comer menos fora de casa (ANDREATTA E RHYNE, 2008; GROH E MCFADDEN, 1997; HARMON, 2014; PEREZ, ALLEN, AND BROWN, 2003). Há relatos inclusive de perda de peso (ANDREATTA E RHYNE, 2008) e de pessoas que diminuíram o volume de suas compras de uma forma geral (ANDREATTA E RHYNE, 2008; OSTROM, 2007). A maioria dos integrantes afirma que seus hábitos alimentares domésticos e comerciais mudaram de maneira positiva como resultado da adesão à CSA. Inclusive a alimentação tomou um significado ampliado para eles, pois tornou-se um tema mais frequente de conversa em casa e no trabalho (OSTROM, 2007).

Além disso, muitas dessas mudanças nas próprias motivações dos consumidores provêm da intensa comunicação entre produtor e consumidores e entre os próprios consumidores, fazendo com que as pessoas reflitam sobre seus comportamentos. Nas comunicações entre produtor e consumidores, há ênfase na informação de que os consumidores estão adquirindo cotas da produção e não uma certa quantidade de alimentos semanalmente, assim como no compartilhamento dos riscos. A relação direta entre consumidores e produtores da CSA é importante porque as comunicações mais efetivas entre produtores e consumidores pode sustentar o tipo de entendimento que conduz ao comprometimento e à tolerância em relação aos riscos que um produtor enfrenta a um longo prazo, assim como pode estimular comportamentos e práticas mais amplas, talvez conduzindo a mudanças mais radicais nas relações de produção e consumo (COX ET AL, 2008).

Alguns membros observaram que a participação na CSA os levou a ter uma conexão maior com os agricultores e os próprios consumidores, resultando em um maior senso de comunidade estabelecido em torno da alimentação (ANDREATTA E RHYNE, 2008; COX ET AL, 2008; HARMON, 2014; MCFADDEN, 2004; SCHNELL, 2013). Os consumidores

sentem-se mais conscientes das questões agrícolas e ambientais e são mais ativos em relação ao sistema de alimentação e às questões sociais e ambientais (PEREZ, ALLEN E BROWN, 2003). Esse senso de comunidade amplia a criação e a manutenção de vínculos mais profundos, incentivando cada vez mais o consumidor a participar ativamente no ambiente rural, seja visitando, plantando, colhendo ou até cuidando dos animais (TONON, 2013). Ao trazerem os filhos para a participação nessas atividades, até as crianças aprendem lições fascinantes (HENDERSON E VAN EN, 2007).

Uma CSA também estabelece uma matriz de preservação ambiental (MCFADDEN, 2004) ao promover a sustentabilidade nos sistemas alimentares locais por meio da conservação dos recursos naturais, ao melhorar a viabilidade econômica da agricultura de pequena escala, ao minimizar a necessidade de processamento de alimentos, ao realizar a distribuição de curta distância e ao melhorar o acesso a alimentos de alta qualidade (HARMON, 2014), sem pesticidas e mais benéficos para a saúde, além de não prejudicar o solo nem a qualidade das águas (COX ET AL, 2008; HENDERSON E VAN EN, 2007), assim como ao eliminar os custos e os prejuízos da produção mediante o uso de químicos e combustíveis fósseis, ao eliminar a necessidade de selecionar e embalar os produtos, etapas que são obrigatórias em outros canais de comercialização (DAROLT, 2013). Não há dúvidas de que as CSAs possibilitam a existência de uma maior conexão com a natureza (HENDERSON E VAN EN, 2007).

Os benefícios extrapolam muito as questões ambientais e têm satisfeito tanto consumidores quanto os produtores. Muitas dessas percepções positivas, anteriormente relatadas, somam-se aos relatos de alguns consumidores sobre os benefícios percebidos em relação à qualidade dos produtos (COOLEY E LASS, 1997; PEREZ, ALLEN E BROWN, 2003); ao custo (FARNSWORTH, THOMPSON E DRURY, 1996), quer seja pela percepção de que o valor pago permite o recebimento de uma quantidade justa ou até acima do esperado de alimentos (FARNSWORTH, THOMPSON E DRURY, 1996), quer seja por saber que o dinheiro investido vai diretamente para o produtor rural (HENDERSON E VAN EN, 2007) e inclusive às necessidades ocasionais de trabalho na produção ou na distribuição (FARNSWORTH, THOMPSON E DRURY, 1996). Também há relatos da redução do senso de insegurança alimentar (ANDREATTA E RHYNE, 2008), da satisfação em “saber que o alimento é produzido com amor e respeito” (COX ET AL, 2008) e no prazer em incentivar os produtos locais e um comércio mais justo (HENDERSON E VAN EN, 2007; TONON, 2013).

A CSA é um incentivo para a permanência no campo, promovendo melhores remunerações e estabilidade na renda (BREGENDAHL E FLORA, 2006; HENDERSON E VAN EN, 2007; HENDRICKSON, 2005). Muitos produtores afirmam que a CSA nem sempre é a atividade produtiva que oferece mais rendimentos, entretanto torna-se mais interessante em função da estabilidade que proporciona. Isso ocorre devido à garantia de saída do produto, à estabilidade financeira pelo recebimento adiantado e à divisão dos riscos com os clientes, bem como pela maior segurança em relação às variações climáticas. Além disso, os membros da CSA aceitam produtos que não seriam aceitos em outros mercados por razões estéticas, que comumente consideram a perfeição visual do produto como um sinônimo de qualidade (HENDERSON E VAN EN, 2007).

Hendrickson (2005) constatou que a CSA aparece como uma estabilizadora da renda, tanto por ter as vendas mais estáveis e garantidas antecipadamente em função do pagamento anterior ao momento da plantação, quanto por não depender diretamente das flutuações do mercado. Bregendahl e Flora (2006) relatam que o Estado de Iowa, nos Estados Unidos, sofreu com o êxodo rural entre os anos 1900 a 2000 e que o estabelecimento de grupos de Agricultura Sustentada pela Comunidade ajudou a diminuir esse problema. Constataram que uma CSA faz isso porque afeta o poder e controle dos produtores, ajudando-os a expandir e a diversificar suas operações, oferecendo possibilidades de acordos comerciais de cooperação, aumentando a renda, a confiança e o orgulho. Fazer parte de uma CSA possibilita a esses produtores ampliar a sua educação sobre práticas mais sustentáveis ambientalmente no processo produtivo e também influencia a sua decisão em participar de outras atividades locais ligadas à alimentação nas suas comunidades. Além disso, verificaram que uma CSA oferece oportunidades de desenvolvimento da força de trabalho dentro da comunidade e serve como uma incubadora para a existência de novos produtores. De acordo com Urgenci (2016), promover diversas formas de Agricultura Sustentada pela Comunidade por meio de parcerias diretas entre produtor e consumidor é uma das alternativas mais esperançosas para lidar com os problemas associados ao modo intensivo de produção e distribuição global, dentre eles o êxodo rural.

Outras vantagens dizem respeito à valorização dos sujeitos e agentes da produção em uma lógica inversa ao modelo tradicional predominante, no qual o valor está na mercadoria, e não em quem a produz (CSA BRASIL, 2015). Por meio da CSA, os consumidores passam a respeitar e apreciar as habilidades dos agricultores e expressam essa apreciação com as relações de amizade, o suporte financeiro e a ajuda no campo. Os membros e os consumidores

convergem em uma comunidade vital e criativa, que celebra a diversidade, tanto social quanto biológica, e fazem com que a justiça e a segurança alimentar se tornem realidade por meio dos produtos ecológicos e comercializados de uma forma mais justa para ambos (HENDERSON E VAN EN, 2007; URGENCI, 2016). Por isso, talvez essas iniciativas de CSA possibilitem uma maior coesão nas comunidades por meio dessa aproximação entre produtor e consumidor e das relações de solidariedade e reciprocidade estabelecidas entre eles, atuando frente aos processos de mercantilização na agricultura.

## 2 REGULAÇÃO ECONÔMICA E COESÃO SOCIAL

O debate sobre a mercantilização dos sistemas alimentares recupera a agenda das questões trazidas por Karl Polanyi sobre a pluralidade das formas econômicas. O ponto de partida da discussão teórica consiste na exposição do seu conceito de sociedade e das motivações que levam os indivíduos a se engajarem na produção e distribuição de bens e serviços. Em seguida, são apresentados os princípios de comportamento capazes de atuar na regulação econômica e no seu processo de institucionalização.

Adquire importância, a seguir, a análise da economia capitalista de mercado no século XIX, sua lógica de funcionamento, o alerta sobre o caráter artificial dos pressupostos sobre o qual ela repousa e a consequente mercantilização da substância natural e humana da sociedade. O resgate histórico possibilita uma comparação com o contexto de regulação econômica no qual está inserida, atualmente, uma fatia dos produtores e consumidores de alimentos no Brasil. O objetivo é compreender o que está na base desse mecanismo de mercantilização e de que forma ele impacta a coesão social.

As ideias de Karl Polanyi permanecem atuais frente aos desafios que enfrentamos no século XXI (BIENEFELD, 2007). Ainda que mudanças tenham ocorrido no sistema capitalista global, dentre as quais merece destaque o abandono do padrão-ouro, os defensores da corrente neoliberal sustentam as mesmas e velhas crenças na eficácia dos mercados autorregulados, na integração da economia global e na necessidade da redução da interferência dos governos (STIGLITZ, 2012). A estabilização das moedas continua sendo um dos objetivos centrais da economia:

Lá, como agora, a estabilização da moeda torna-se o ponto fulcral do pensamento político e das práticas dos governos; é quando o pagamento das dívidas externas torna-se a pedra de toque da racionalidade política; é, pois, o tempo em que a restauração do padrão monetário é o objetivo supremo de todo o esforço organizado na área econômica. Como bem assinala o autor [Polanyi], nenhum sacrifício, nenhuma violação da soberania, é tido como demasiado grande para recuperar a integridade monetária. O desemprego causado pela deflação, o abandono dos direitos nacionais e a perda das liberdades constitucionais passam a ser vistos como o preço justo a se pagar (GARLIPP, 2006, p. 16).

A essência do capitalismo é ainda aquela descrita por Polanyi. As forças do mercado ao buscar retirar as restrições tornam-se fundamentalmente destrutivas inclusive para a racionalidade econômica capitalista (BIENEFELD, 2007). Há uma série de desenvolvimentos



que, juntos, marcam o surgimento de uma consciência do fato de que os mercados não funcionam no vácuo, mas requerem algum tipo de intervenção para garantir a sua eficiência econômica e viabilidade social. No entanto, a expansão continua, e não há muitos indícios de uma inversão da tendência de mercantilização de todos os aspectos da vida e do sustento (BUGRA, 2007).

Na esfera do dinheiro, pouca coisa mudou desde os anos 1920 e 1930. Aqui também as contradições fundamentais dos mercados excessivamente liberalizados manifestam muitos aspectos semelhantes aos descritos por Polanyi. O controle do dinheiro está efetivamente fora das mãos das autoridades públicas, movido pelo caótico e irracional movimento de finanças especulativas em todo o mundo. As taxas de câmbio tornaram-se armas de guerra econômica. Montanhas de dívidas incontroláveis estão sendo criadas em várias frentes de forma simultânea. As taxas de crescimento estão estagnadas e as finanças públicas em desordem enquanto as tensões sociais e políticas estão aumentando, as pessoas protestando contra a alegação de que não há alternativa, e que a má alocação de recursos deve ser aceita como sendo de interesse público (BIENEFELD, 2007).

Quanto ao contexto brasileiro, é possível afirmar que a transformação pela qual passou a civilização europeia com o ingresso da economia de mercado é análoga àquela de hoje, com a qual se defrontam os países em desenvolvimento (STIGLITZ, 2012). Por essas razões, os conceitos e as conclusões de Polanyi “mantêm-se atuais para uma crítica à teoria econômica *mainstream* e as instituições de uma sociedade cuja economia é (des)regulada por um sistema globalizado de mercados” (SCHNEIDER, ESCHER, 2011, p. 184).

A tese da pluralidade das formas de regulação econômica é de suma importância para se pensar formas alternativas de regulação que coexistam com o mercado capitalista contemporâneo. Entende-se que algumas dessas formas atuem como proteção ao movimento de mercantilização e possibilitem o controle dos indivíduos sobre as atividades de produção, armazenamento, distribuição e consumo dos alimentos. É nesse sentido que Karl Polanyi vem a ser a principal referência para a construção desta dissertação.

## 2.1 A DESCOBERTA DA SOCIEDADE

A lente teórica oferecida por Polanyi (2000, 2012a, 2012b) sustenta que a economia do homem está inserida, incrustada nas relações sociais. O homem é e sempre foi um ser social. As motivações humanas para a produção e a distribuição são asseguradas por motivações não econômicas:

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição estão ligados a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa quando noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas (POLANYI, 2000, p. 65).

Entretanto, a economia constitui uma parte vital de cada comunidade humana, sem a qual nenhuma sociedade poderia existir. No sentido substantivo, ela é um processo instituído de interação entre o homem e o ambiente ao seu redor, servindo à reprodução material da própria vida. Essa interação é uma sequência de eventos físicos, químicos, fisiológicos, psicológicos e sociais que não podem ser separados fisicamente do tecido ecológico, tecnológico e societal (POLANYI, 1977).

Há diversas formas possíveis de organização da economia que dizem respeito a questões de tempo e espaço, estrutura e função, modos de ação definidos em relação ao todo e à maneira de ser influenciada pelas metas da sociedade. A institucionalização de cada um dos processos de organização se realiza por meio de princípios básicos de comportamento, também chamados de formas de integração. Eles são capazes de nortear a atividade econômica em qualquer tipo de sociedade, permitindo classificar empiricamente as economias humanas (POLANYI, 1957 e 2012b). Eles designam os movimentos (locacional ou de apropriação)<sup>1</sup> institucionalizados por meio dos quais os elementos do processo econômico são conectados, englobando desde os recursos materiais e o trabalho até o transporte, o armazenamento, a distribuição e a troca (POLANYI, 2012b, p. 83).

---

<sup>1</sup> O movimento locacional é uma troca de lugares no espaço e faz referência à produção e ao transporte de alguma coisa. O movimento de apropriação é uma troca de pessoa ou pessoas com a capacidade de possuir alguma coisa ou então do grau dessa capacidade e refere-se às transações e disposições (POLANYI, 2012b, p. 78-79)

Os princípios básicos de comportamento são a *reciprocidade*, a *redistribuição* e a *troca de mercado*. São formas de integração não excludentes, isto é, cada princípio pode coexistir de forma subordinada ao lado de um dominante, e nenhum deles representa estágios de um desenvolvimento, pois não há sequência temporal ou evolutiva implicada (POLANYI, 1957 e 2012b). Há um quarto princípio, que emerge com o surgimento de um domínio econômico doméstico; este seria um princípio subsidiário por ser historicamente posterior: o princípio da domesticidade, subordinado aos demais (POLANYI, 2012a).

A presença dessas formas de integração não depende de padrões individuais de comportamento, mas de estruturas institucionais cujo suporte, organização básica e validação florescem da esfera social (POLANYI, 2012a e 2012b). Assim, para cada um desses princípios, há um padrão institucional específico: a *simetria* facilita o princípio da reciprocidade, a *centralidade* fornece um conduto para a redistribuição, a *autarquia* é a base da domesticidade e o *padrão de mercado* é um requisito do qual depende o princípio da permuta ou troca (POLANYI, 2012a).

Na regulação das atividades econômicas por meio dos princípios de comportamento, as instituições realizam a mediação entre os indivíduos e as estruturas socioeconômicas. São apenas alguns exemplos de instituições as leis, as escolas, a religião, os sindicatos, os bancos e o mercado autorregulável. À medida que elas evoluem, as estruturas sociais são modificadas. A mediação através delas é essencial tanto para ampliar quanto para restringir a liberdade humana, estreitamente correlacionada com a coesão social (POLANYI, 2012a).

## 2.2 PRINCÍPIOS GERAIS DE COMPORTAMENTO

A reciprocidade, a redistribuição e a domesticidade representam o sistema econômico não mercantil, caracterizado como uma função da organização social. A reciprocidade é uma troca de natureza social em suas motivações; o que regula a produção e a distribuição são as normas de comportamento social, tais como parentesco, amizade, associação ou cooperação. É caracterizada por movimentos de tomar e dar sucessivos entre indivíduos ou grupos e em relações de longo prazo, baseadas na aceitação e na confiança, com a valorização de atos considerados honestos e honrosos (POLANYI, 2012a).

O princípio da reciprocidade salvaguarda a produção e a subsistência familiar. Ela é muito facilitada pelo padrão institucional da simetria, uma “dualidade” essencial e que permite a entrega e o recebimento de bens e serviços perfeitamente organizados. Três, quatro ou até mais grupos podem ser simétricos em relação a dois ou mais eixos. A simetria padroniza as instituições já existentes na sociedade. Entretanto, apesar de a reciprocidade ser amplamente facilitada pela dualidade, os membros de um grupo não precisam usar a reciprocidade uns com os outros, eles podem fazer isso com um terceiro grupo com o qual mantenham relações análogas (POLANYI, 1957 e 2012a).

O sistema de reciprocidade melhor descrito está em Malinowski, nos estudos sobre as comunidades Ilhéus de *Trobriand* da Melanésia Ocidental. As instituições que garantem a produção e a distribuição são fortemente entrelaçadas com a organização social, com destaque para as relações de parentesco, a organização sexual e territorial, os costumes, a lei, a magia e a religião. A manutenção da ordem produtiva ocorre mediante uma aparente troca de presentes, em que o ato de dar graciosamente é considerado uma virtude. Não se encontrou nesses grupos qualquer pretensão à barganha, à permuta e à troca com interesse no ganho, pois o hábito de ofertar presentes não é acompanhado de práticas de negociação (POLANYI, 2012a e 2012b).

O princípio da domesticidade é definido como a produção para uso próprio ou para um grupo. É auxiliado pelo padrão institucional de autarquia. A autarquia econômica, assim como ocorre com a simetria, não gera novas instituições, ela é apenas um traço acessório de um grupo fechado que já existe. O seu núcleo institucional é indiferente, podendo ser organizado, por exemplo, por sexo, localidade ou poder político. Mesmo quando ocorre a venda dos excedentes, a base de produção ainda é a domesticidade, fazendo com que o mercado e o dinheiro sejam acessórios em uma situação autossuficiente.

Nas comunidades da Melanésia Ocidental, há uma grande participação da economia hortelã e doméstica como parte das relações sociais, ligadas à reputação de bom cidadão ou marido. A subsistência da família é tarefa dos parentes matrilineares e as recompensas provêm do bom comportamento cívico e da reputação. Por exemplo, um homem que sustenta sua irmã e família com os melhores produtos de sua colheita será visto como alguém de bom comportamento nessas comunidades, do contrário terá a sua reputação atingida. Na ausência de preço, os atos de troca não possuem características quantitativas, mas qualitativas e de prestígios. Via de regra, não existe inanição em sociedades que vivem à margem da

subsistência, exceto em situações nas quais a comunidade como um todo sofra essa ameaça. Isso torna o referido tipo de economia mais humano (POLANYI, 2012a e 2012b).

A redistribuição é caracterizada pelo deslocamento de bens a um ponto central para o seu posterior retorno aos indivíduos, por regras vinculadas a um ordenamento político vigente, a costumes, etc., surgindo daí a sua tendência a enredar o sistema econômico nas relações sociais (POLANYI, 1957 e 2012a). O conceito também engloba a terra e os recursos naturais e permite concentrar o resultado de um trabalho dividido. Em geral, ela possui caráter territorial e é importante em relação a todos que possuem uma chefia em comum. É ligada ao padrão institucional da centralidade, que está presente em todos os grupos humanos. Em algumas ocasiões, a centralidade gera instituições distintas, entretanto, isso não implica motivação que faria com que a instituição resultante tivesse uma função única, pois a autoridade central pode assumir uma série de funções, sejam elas políticas, militares, religiosas ou econômicas (POLANYI, 2012a).

Nas Ilhas *Trobriand*, segundo Polanyi, uma parte substancial de toda a produção é entregue pelo chefe da aldeia ao chefe geral, que armazena e faz a atividade comunal em festas, danças e outras ocasiões, tanto com os ilhéus quanto com os vizinhos de outras ilhas, momento no qual presentes são entregues e reciprocados a todos os participantes de acordo com regras de etiqueta. Do ponto de vista econômico, esse armazenamento é essencial para o sistema da divisão do trabalho, do comércio exterior, da taxação e das provisões de defesa, no entanto está sempre subordinado a motivações não econômicas no quadro do sistema social. Quanto maior for o território e mais variado for o produto, maior será a redistribuição, podendo reunir grupos de produtores que estão geograficamente separados. A redistribuição esteve presente no reinado de Hamurabi, na Babilônia e no Novo Império do Egito. Em civilizações como a China, império dos Incas, Índia e Babilônia, foi elaborada uma complexa divisão do trabalho com o mecanismo da redistribuição, que também existiu durante o feudalismo.

A troca de mercado (permuta, barganha e troca com vistas ao lucro) é um princípio de comportamento que atua na regulação da economia com base no pressuposto de que os seres humanos são movidos por razões econômicas e propensos à permuta, à barganha e à troca, caracterizando, assim, um sistema mercantil. Essa prática faz referência a um movimento bilateral de troca de bens ou serviços entre dois pontos dispersos ou aleatórios do sistema,

com os envolvidos orientados para o ganho e buscando obter o melhor resultado em uma relação impessoal (POLANYI, 2012a).

Nesse ponto, há que se distinguir diferentes tipos de troca: a troca operacional, que é caracterizada pelo mero movimento de mudança na localização ou “entre mãos”; a troca decisória ou de equivalências fixas, que é o movimento de troca de apropriação a uma taxa fixa, cujo preço fixado entre os parceiros deve ser tão favorável quanto possível para todos, muito presente em economias não mercantis; e a troca integrativa (por equivalências negociadas), que também é um movimento de troca de apropriação, mas a uma taxa negociada (barganhada) entre os parceiros supondo a busca do lucro. A sociedade que busca preservar a fonte da solidariedade entre seus membros não deve permitir a troca com taxa negociada de itens vitais, tais como alimentos. Daí que a existência de comércio não pressupõe a existência do mercado, pois é possível haver comércio sem ele, por exemplo, por meio de preços pré-fixados (POLANYI, 1957, p. 254-255).

Já a troca de mercado como um modo de interação econômica é um princípio que depende de um sistema de mercado concorrencial e prevê que o equilíbrio entre a oferta e a demanda ocorra mediante o ajuste dos preços a uma taxa negociada (troca integrativa). Os atos aleatórios de permuta não produzem preços. Para que esses atos de permuta produzam os preços, é requisito essencial que o padrão de mercado esteja presente, ao menos parcialmente. Na relação entre a troca de mercado e o seu padrão institucional, ao contrário do que ocorre nos outros casos, há a criação de uma instituição designada para uma única função: o mercado. Nos seus dois sentidos atuais, ele pode designar tanto um lugar quanto um mecanismo de oferta-procura-preço (POLANYI, 2012a).

O mercado como lugar precedeu qualquer mecanismo competitivo do tipo oferta e procura. No sentido institucional, ele é uma conjunção de traços definidos, chamados de elementos do mercado: um local, mercadorias disponíveis, um grupo ofertante, um grupo demandante, costumes ou leis e equivalências. A ideia de escassez e excesso funciona como o grande mecanismo de barganha (POLANYI, 2012a 2012b). Essa concepção mistura os significados substantivo e formal da economia, realizando de forma ingênua a fusão dos sentidos de subsistência e escassez ao desconsiderar outras instituições nas quais a subsistência do ser humano está incrustada (POLANYI, 1957).

O quadro a seguir sintetiza as principais características dos princípios gerais de comportamento vinculados à regulação econômica:

Quadro 2 – Princípios gerais de comportamento

<b>Princípios</b>	<b>Reciprocidade</b>	<b>Domesticidade</b>	<b>Redistribuição</b>	<b>Troca de mercado</b>
Características	Movimentos de tomar e dar entre indivíduos ou grupos em relações baseadas na confiança	Produção para uso próprio ou para um grupo	Deslocamento de bens a um ponto central para o seu posterior retorno aos consumidores, por regras vinculadas a um ordenamento político vigente	Permuta, barganha ou troca a preço negociado no mercado concorrencial com vistas ao ganho
Pressupõe motivação	Social – não mercantil	Social – não mercantil	Social – não mercantil	Econômica
Padrão institucional	Simetria	Autarquia	Centralidade	Padrão de mercado
Criação de novas instituições	Não – apenas padroniza as instituições já existentes	Não – é apenas um traço acessório de um grupo já existente	Sim – mas a instituição resultante não tem uma única função	Sim (mercado) – instituição designada para uma única função
Mercado e dinheiro	Acessórios	Acessórios	Acessórios	Requisitos

Fonte: autora, com base em Polanyi (2012a)

Todos os sistemas econômicos conhecidos anteriores à sociedade moderna tiveram suas economias reguladas com base nos princípios da reciprocidade e da redistribuição ou de uma combinação entre eles, inclusa aí a domesticidade, tendo a troca de mercado como um princípio subordinado. Em sociedades com o predomínio desses princípios, a terra e o trabalho são normalmente alocados de acordo com relações sociais em que a subsistência é um direito moral, e em momentos de crise, os laços sociais, sinônimo de coesão da sociedade, oferecem o suporte necessário (Polanyi, 2012a).

Somente a partir do século XVI, os mercados passaram a ser mais numerosos e importantes. Ainda assim, não havia ainda sinal de que passariam a exercer maior influência e controle na sociedade humana. Nas relações de regulação econômicas contemporâneas, a troca de mercado tornou-se o princípio de comportamento dominante. A regulação da economia por meio dela é a responsável pelo movimento de mercantilização no ambiente agrícola e nos sistemas alimentares. Para compreender como a mercantilização manifesta-se hoje e buscar formas de superá-la, é essencial conhecer seus pressupostos, sua lógica de

funcionamento, o contexto em que se tornou o princípio predominante e que consequências isso acarretou na coesão social.

Polanyi evidencia a existência de uma ligação entre a crença do homem ser movido por razões econômicas e o esforço da sociedade no século XIX em instituir um mercado autorregulável, contexto social que denominou economia de mercado. A intenção é oferecer ao leitor uma base histórica do ponto de vista das instituições humanas. Os problemas a que fazemos frente têm estreita relação com as causas que deram origem aos dilemas enfrentados pela sociedade naquele período, por isso a importância desse resgate.

### 2.3 ECONOMIA CAPITALISTA DE MERCADO

Uma economia capitalista de mercado é sinônimo de um sistema autorregulável de mercados. O princípio de comportamento dominante nesse tipo de organização social é a troca de mercado, com base no pressuposto de que os seres humanos são movidos por razões econômicas e com a expectativa de que eles se comportem de maneira a atingir o máximo de ganhos em suas transações. Conceitualmente, uma economia de mercado genuína caracteriza-se como um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados, em que a ordem na produção e na distribuição é confiada a um mecanismo de autorregulação dos preços. A autorregulação pressupõe que o fornecimento de bens e serviços a um preço definido será capaz de igualar a demanda a esse mesmo preço, assim como pressupõe a presença do dinheiro como poder de compra nas mãos de seus possuidores. Os lucros dos que dirigem a produção dependerão dos preços, os preços formam rendimentos e esses rendimentos auxiliam na distribuição do que é produzido entre os membros da sociedade (POLANYI, 2012a, p. 73-74).

Isso significa que, em um mercado autorregulado, toda a produção é orientada à venda e todos os rendimentos derivam dessa atividade. Potencialmente, há mercado para todos os bens (inclusos os serviços). Uma consequência importante disso é que os preços formam rendas: a renda da venda de mercadorias chama-se lucro, o salário é o preço para o uso da força de trabalho, o juro é preço para o uso do dinheiro e o aluguel é o preço para o uso da terra, todos constituindo a renda daquele que está na posição de fornecimento. Nessas



condições, todas as rendas devem derivar do mercado e ser suficientes para comprar todos os bens produzidos (POLANYI, 2012a).

De acordo com essa abordagem formalista, que se contrapõe à visão substantiva da economia, o mercado é a instituição geradora, da qual o comércio e o dinheiro são funções: o mercado é o local da troca, o comércio é a troca real e o dinheiro é o meio de troca. Assim, uma vez que o comércio é norteado pelos preços e os preços são uma função do mercado, todo comércio é mercantil e todo o dinheiro é moeda de troca (POLANYI, 2012b).

Um requisito essencial para a autorregulação é a ausência de qualquer interferência ou regulação social no ajustamento dos preços, da oferta ou da demanda às condições do mercado. Esse deve ser o único poder capaz de organizar a produção e a distribuição na sociedade. As únicas interferências permitidas são aquelas que possibilitam assegurar a autorregulação. Isso resulta na necessidade de mercados para todos os fatores produtivos, inclusive o trabalho, a terra e o dinheiro.

Assim, um sistema de mercado é um padrão institucional que prevê a completa separação da esfera econômica em relação às demais instituições, em especial da esfera política, através da ideia de autorregulação. A instituição mercado, ao demandar que todo o controle do sistema econômico ocorra pelo mercado autorregulável, implica a necessidade de que a sociedade seja moldada de maneira a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. A regulação ocorre de forma autônoma ou desincrustada (de acordo com os termos de Polanyi) das relações sociais. Por isso, a economia de mercado autorregulável funciona tal qual um moinho que tritura tudo e transforma as relações sociais, servindo como um projeto político para atender a interesses individuais, de grupos e classes sociais específicos, em detrimento dos interesses da sociedade como um todo (POLANYI, 2012a).

Essa subordinação da substância da própria sociedade às leis do mercado está impressa no movimento em direção à mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, mecanismos essenciais para a indústria que, apesar de não serem mercadorias, precisam ser organizados em mercados. São comprados e vendidos, e sua oferta e procura são magnitudes reais. A economia de mercado produz a crença de que terra, trabalho e dinheiro se comportarão como mercadorias, por isso Polanyi os designa “mercadorias fictícias” e vê nisso o caráter utópico ou impossível dessa economia desincrustada:

Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda, entretanto, seu tratamento como mercadorias é essencial para a economia de mercado. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia (POLANYI, 2012a, p. 78).

O movimento de mercantilização das mercadorias fictícias expressa a transformação das relações sociais e a desvinculação da forma em relação à substância. Isso significa uma ruptura violenta com a organização das sociedades pré-modernas. Os recursos não são mais organizados de acordo com as relações sociais, mas como mercadorias e, dessa venda no mercado, inclusive da força de trabalho, é que passa a depender a subsistência dos indivíduos.

Tudo isso tem estreita relação com a introdução do sistema fabril em uma sociedade comercial, tendo como palco a Revolução Industrial. Os altos investimentos de longo prazo na introdução das máquinas e fábricas especializadas incorreram em grandes riscos à existência dos negócios se a continuidade da produção fosse afetada. Perante esses riscos, a forma de organizar passa a se orientar para o mercado. Novas crenças e instituições foram estabelecidas: o liberalismo econômico e a autorregulação. Esse é o contexto em que o princípio da troca mercantil passou a predominar, alterando as motivações de subsistência e transformando a sociedade em uma sociedade capitalista de mercado (POLANYI, 2012a).

Polanyi (2012b) critica a ideia de homem econômico introduzida por Adam Smith e seus pressupostos de que a divisão do trabalho dependia da existência de mercado, tendo sido originada pela propensão do homem a barganhar, permutar e trocar. Apesar da crença que rege a economia formal desse modelo humano ser equivocada, e seus pressupostos se aplicarem somente na economia capitalista de mercado, o mecanismo oferta-procura-preço acabou por se converter em uma das forças mais poderosas que já entraram no cenário humano.

É importante diferenciar mercados isolados de uma economia de mercado, bem como mercados reguláveis de mercados autorreguláveis. Os mercados sempre existiram em todas as sociedades, inclusive lidando com a subsistência humana, mas os mercados isolados nunca se interligaram para formar uma economia. “O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional

controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social” (Polanyi, 2012a, p. 88). Embora a instituição mercado fosse comum desde a Idade da Pedra, seu papel sempre foi incidental na economia: quando existia tratava-se de um aspecto subordinado da vida econômica. A divisão do trabalho não tinha relação com o mercado, mas com fatores relacionados a sexo, território e normas sociais. A diferença entre os povos ditos “civilizados” e os “não civilizados” foi exagerada, especialmente na esfera econômica. A Europa agrícola até bem pouco antes da vida industrial não era diferente daquela de milhares de anos. Foi somente no século XIX que o mercado se transformou no princípio de grande influência na organização da sociedade, por meio de uma ruptura com aquela ordem social que era tradicional.

Os mercados também não evoluíram naturalmente para mercados autorreguláveis, isso não era uma tendência. Essa evolução foi o “efeito de estimulantes altamente artificiais administrados ao corpo social, a fim de fazer frente a uma situação criada pelo fenômeno não menos artificial da máquina” (POLANYI, 2012a, p. 60-61). A história da economia ortodoxa foi baseada em uma perspectiva exagerada do significado de mercados, pois é falsa a afirmação de que o dinheiro foi uma invenção que transformou a sociedade, com a criação de mercados, e assim acabou forçando o ritmo da divisão do trabalho e liberando a propensão natural do homem à permuta, barganha e troca. Nas sociedades tradicionais, a presença ou a ausência tanto de mercados quanto de dinheiro não afeta necessariamente o seu sistema econômico.

Os pensadores do século XIX supunham que o homem só visava ao lucro em sua atividade econômica, que suas propensões materialistas induzi-lo-iam a escolher o menor, em vez do maior esforço, na expectativa do pagamento pelo seu trabalho. Em resumo, que na sua atividade econômica ele tenderia a guiar-se por aquilo que eles descreviam como racionalidade econômica, e que todo comportamento em contrário seria o resultado de uma interferência externa. Decorria daí que os mercados eram instituições naturais, que surgiriam naturalmente se apenas deixassem os homens em paz. Nada mais natural, portanto, do que um sistema econômico que consistia em mercados sob o controle único dos preços de mercado, e uma sociedade humana baseada em tais mercados seria, assim, o objetivo de todo o progresso (POLANYI, 2012a, p. 273-274).

Mesmo quando os mercados se desenvolveram, o princípio da permuta não apresentava tendência à expansão a ponto de ser dominante. As regulamentações e os mercados cresceram juntos. A ideia de um mercado autorregulável ainda não era conhecida. O mercantilismo, apesar da insistência enfática na comercialização como política nacional, tratava os mercados de maneira contrária ao que veio a ocorrer na economia de mercado, fato

demonstrado pela ampla intervenção estatal na indústria. Mais ainda, não atacou as salvaguardas que protegiam os dois elementos básicos para a produção – a terra e o trabalho – pois até então a sociedade era avessa à sua ideia de comercialização. Neste ponto, não havia diferença entre feudalismo e mercantilismo.

Foi na década de 1820 que o liberalismo passou a representar três dogmas clássicos: o trabalho deveria encontrar o seu preço no mercado (mercado de trabalho), a criação do dinheiro deveria estar sujeita a um mecanismo automático (que foi padrão-ouro), e não deveria haver empecilhos ou privilégios para que os bens pudessem fluir de país a país (livre comércio), inclusive os alimentos. O padrão-ouro servia ao objetivo de criar um mercado global que fosse integrado e autorregulado. Esses três dogmas formavam um conjunto e deveriam funcionar ao mesmo tempo.

A sociedade do século XIX, de forma excepcional, foi organizada a partir desse pressuposto. A civilização passou a se firmar em quatro instituições: o sistema de equilíbrio de poder (que durante um século impediu a guerra prolongada entre as grandes potências mundiais), o padrão internacional do ouro (simbolizando uma tentativa de organizar uma única economia mundial), o mercado autorregulável e o estado liberal. Dentre estas, apesar da importância do padrão-ouro, foi o mercado autorregulável a matriz do sistema. Havia uma crença de que todos os países deveriam seguir as regras do padrão-ouro para que a economia global fosse perfeitamente autorregulada: na economia externa, o valor da moeda de cada país seria definido em quantidade fixa de ouro e o país deveria se comprometer a comprar e vender ouro por esse valor; a oferta da moeda na economia interna seria baseada na quantidade de ouro em reserva e a moeda circulante seria lastreada no ouro; por fim, o governo deveria garantir o máximo de liberdade para que fossem possíveis as transações econômicas internacionais. Esses mecanismos permitiram a expansão do sistema de mercado naquele século. Essa expansão teve estreita relação com o aumento no ritmo e no volume do comércio internacional, assim como a mercantilização da terra que estava subentendida na realização do transporte de alimentos entre os mais diversos países a um baixo custo (POLANYI, 2012a).

A inserção da terra e sua produção no mercado autorregulável ocorreu em três estágios. O primeiro foi a comercialização do solo, o segundo foi o incremento da produção de alimentos e de matérias-primas para atender às exigências da crescente produção industrial e o terceiro foi estender esse sistema de produção excedente a outros territórios. Entretanto, para Polanyi (2012a, p. 199), a função econômica é apenas uma dentre as muitas funções

vitais da terra, pois ela “dá estabilidade à vida do homem; é o local de sua habitação; é a condição da sua segurança física, são as paisagens e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés”. E justamente a separação entre o homem e a terra na organização social foi vital para a economia de mercado. Esse novo sistema afetou o tecido da sociedade, desarticulando as relações humanas nas formas mais variadas em praticamente todas as suas instituições.

Todavia, o mais importante impacto da tentativa de imposição de um mercado autorregulável ocorreu em relação à mão de obra. A força de trabalho não pode ser impelida, utilizada indiscriminadamente ou mesmo não utilizada sem afetar o indivíduo humano. Dispor de sua força de trabalho é também dispor incidentalmente da entidade física, psicológica e moral desse indivíduo. A modificação na organização do trabalho, ao transformar grande parte dos seres humanos em empregados, acompanhou uma mudança na organização da própria sociedade ao torná-la um acessório do sistema econômico. “Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individual” (POLANYI, 2012a, p. 183).

Ao mesmo tempo em que não era concebível uma economia de mercado que não incluísse o mercado de trabalho, o seu estabelecimento, especialmente na civilização rural, significava destruir o tecido tradicional da sociedade. O aumento da pobreza rural foi o primeiro sintoma dos danos à organização da sociedade. Havia uma ligação entre a pobreza rural e o impacto do comércio mundial. A pobreza parecia acompanhar a abundância, sendo um dos surpreendentes paradoxos com os quais a sociedade industrial confrontou o homem moderno (POLANYI, 2012a).

Entretanto, as consequências foram muito além do ambiente rural. O esforço para a implementação do padrão-ouro no comércio internacional impactou o nível dos preços nas economias internas, ocasionando incertezas e instabilidades. Isso levou à contração de economias nacionais, gerando diminuição dos salários e também desemprego e falência de empresas. Milhões de pessoas sofreram os efeitos da deflação, quando nações foram espoliadas e a estabilização da moeda era a principal preocupação:

O pagamento dos empréstimos externos e o retorno às moedas estáveis eram reconhecidos como as pedras de toque da racionalidade política. Nenhum sofrimento particular, nenhuma violação de soberania eram considerados um sacrifício demasiado grande para a recuperação da integridade monetária. As privações dos

desempregados, sem emprego devido à deflação, a demissão de funcionários públicos, afastados sem uma pensão, até mesmo o abono dos direitos nacionais e a perda das liberdades constitucionais eram considerados um preço justo a pagar pelo cumprimento da exigência de orçamentos estáveis e moedas sólidas, estes a priori do liberalismo econômico (POLANYI, 2012a, p. 159).

Essa destruição foi ampliada com a generalização do princípio de liberdade de contrato. Isso significava que as organizações não contratuais de parentesco, vizinhança, de profissão e de credo teriam de ser liquidadas, pois, segundo a lógica do liberalismo, elas restringiam a liberdade dos indivíduos. Em conjunto, isso resultou no desmoronamento da coesão social.

A tentativa de tornar o mecanismo de mercado autorregulável o grande dirigente do destino dos seres humanos e da natureza, sem a proteção das demais instituições, faz com que as pessoas comuns sucumbam aos efeitos do abandono social, enfrentando um agudo transtorno que, no século XIX, manifestou-se em diversas ocasiões mediante vício, perversão, crime e fome. A natureza, por sua vez, torna-se reduzida a seus elementos mínimos, ameaçando o poder dos povos em produzir alimentos e matérias primas. Nenhuma sociedade suportaria esses efeitos sem reagir, porque um mercado plenamente autorregulável aniquilaria a vida humana (POLANYI, 2012a).

Decorre daí a afirmação de Polanyi de que uma economia autorregulável é utópica. As suas leis de funcionamento inevitavelmente geram um comportamento de defesa da sociedade, na busca de proteção. Esse comportamento de defesa demonstra que a subordinação da sociedade nunca é plena e conflita com as leis de autorregulação do mercado:

Nossa tese é que a ideia de um mercado autorregulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria de tomar medidas para se proteger, mas quaisquer que tenham sido essas medidas, elas prejudicariam a autorregulação do mercado, desorganizariam a vida industrial e, assim, ameaçariam a sociedade em mais de uma maneira (POLANYI, 2012a, pg. 4)

Por isso, Polanyi (2012a) compreende que a dinâmica social da sociedade moderna foi governada por um duplo movimento, com a ação de dois princípios organizadores da sociedade, cada um com os seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e com o uso de diferentes métodos próprios. O primeiro é o movimento do liberalismo econômico, que busca estabelecer um mercado autorregulável e necessita da transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias. O outro é chamado de

contramovimento, ditado pelo comportamento de defesa da sociedade diante dos efeitos negativos da autorregulação, através de uma série de medidas e políticas cuja finalidade é preservar o homem e a natureza, além da própria organização produtiva. Por meio do contramovimento emerge uma sociedade mais intimamente entrelaçada. Os seus métodos no século XIX consistiam no uso de legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção, dependendo geralmente do apoio das classes trabalhadora e fundiária, que eram as mais imediatamente afetadas pela ação do mercado.

No que diz respeito ao ambiente rural, o livre comércio internacional somado aos efeitos mais violentos da urbanização estava eliminando cada vez mais os pequenos produtores agrícolas. Os adeptos do livre comércio haviam se esquecido de que a terra é parte de um território, há uma série de ligações entre a comunidade humana e a localidade em que se situa, e isso é construído gradualmente. Na Europa, o contramovimento protecionista conseguiu estabilizar a vida no campo e diminuir o fluxo em direção às cidades, que era um dos principais problemas enfrentados na época. No pós-guerra, o princípio da liberdade do comércio foi retomado em vão, pois uma moeda sólida ou um crédito ilimitado não salvariam a sociedade do desamparo. A saída dessa condição seria alcançada por meio da posse de seus próprios alimentos e de fontes de matérias primas ou da garantia do acesso a eles (POLANYI, 2012a).

É necessário desmistificar a ideia da economia neoclássica de que a única forma de organizar uma sociedade que faz uso de máquinas é através de mercados:

A verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato de ela se basear na economia – num certo sentido, toda e qualquer sociedade tem que se basear nela – mas que a sua economia se baseava no autointeresse. Uma tal organização de vida econômica é inteiramente antinatural, no sentido estritamente empírico de excepcional (POLANYI, 2012a, p. 273).

A economia de mercado é uma estrutura institucional presente em uma forma de organização social, e não uma totalidade na história da civilização humana. As leis de mercado só adquirem relevância quando esta organização está posta. Entretanto, mesmo sob a economia de mercado, a sociedade nunca deixou de agir com base nas motivações sociais. Não foram as motivações que mudaram neste período, mas a introdução de novos mecanismos por meio de uma transformação institucional que resultou em uma menor coesão social. Foram “precisamente os interesses sociais, e não os econômicos, de diferentes segmentos da população que se viram ameaçados pelo mercado” (POLANYI, 2012a, p. 173)

e precisaram ser protegidos por uma conjugação de forças de vários estratos econômicos. A crise do capitalismo liberal demonstrou que a economia não pode funcionar sem um controle social consciente.

Polanyi acredita que é possível transcender o mercado autorregulável, subordinando-o de forma consciente a uma sociedade democrática. O principal passo é romper com as crenças de que a vida social deve ser submetida aos mecanismos de mercado. É preciso recuperar o significado substantivo da economia, relacionado à subsistência do homem. Isso não significa a ausência de mercados, pois eles continuarão a existir de várias maneiras, mas sem constituir uma instituição autônoma das relações sociais através do mecanismo de autorregulação.

Uma das alternativas possíveis é que, mesmo em uma economia centrada no mercado, busque-se o desenvolvimento de outros mecanismos regulatórios mais capazes de proteger o tecido social e o meio ambiente das pressões exercidas pelo movimento da mercantilização. Para alcançar a liberdade em uma sociedade complexa, a sociedade precisa buscar uma reafirmação dos valores essenciais da vida humana. A última palavra, portanto, é a sociedade. Ela precisa ser redescoberta (POLANYI, 2012a e 2012b).



### 3 MOVIMENTO DE MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Os sistemas alimentares enfrentam um movimento de mercantilização em um processo de transformação e modernização da agricultura iniciado nas últimas décadas, que gerou uma mudança na organização da produção, da distribuição e do consumo mundial. Essa mudança afetou substancialmente a sociedade e em especial as famílias que integram o ambiente rural e dependem dele para a sua subsistência – a referência aqui é o camponês. O conceito da agricultura camponesa e a compreensão da sua lógica de operação em contraste com os demais grupos é essencial para entender de que forma a mercantilização afeta a sua reprodução material e simbólica e como isso está relacionado com a coesão na sociedade.

#### 3.1 AGRICULTURA CAMPONESA

É possível fazer uma segmentação da agricultura em três grupos díspares, porém, inter-relacionados: a agricultura camponesa, a agricultura do tipo empresarial e a agricultura capitalista ou de grande escala. Em situações reais, não há uma linha de demarcação bem definida entre esses grupos, pois na fronteira entre eles existem algumas sobreposições e ambiguidades, com limites por vezes ultrapassados através de movimentos complexos em ambas as direções. Apesar desses pontos e correlações comuns, em termos teóricos e analíticos, há diferenças fundamentais, especialmente no que se refere à forma de estruturar o seu mundo social e material (PLOEG, 2008).

A agricultura capitalista ou corporativa de grande escala, de uma forma muito generalista, pode ser descrita como constituída por uma extensa rede de empresas agrícolas de grande mobilidade, que utiliza mão de obra essencialmente assalariada, com a produção voltada para a maximização do lucro e vista como uma função desta. Ela está bastante presente nos sistemas alimentares por meio do modelo agroexportador. Os outros dois grupos, a agricultura camponesa e a agricultura do tipo empresarial, constituem duas modalidades particulares da agricultura familiar (PLOEG, 2008, p. 18).

A agricultura familiar é definida pela Lei nº 11.326 como uma forma de produção no meio rural que utiliza predominantemente a mão de obra da própria família nas atividades econômicas, inserida em uma área física delimitada a até quatro módulos fiscais, medida em

hectares, variável de acordo com cada município brasileiro. Esse mesmo conceito é adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006). A maior parte dos agricultores familiares vive em locais chamados de sítios, fazendas ou comunidades (SABOURIN, 2009).

A relevância da agricultura familiar na economia brasileira é enorme. Apesar de defasado, o último Censo Agropecuário, realizado no ano de 2006 pelo IBGE, identificou que a agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil e que, apesar dessa representatividade, a área ocupada por esse grupo é pequena, correspondendo a 24,3% do total de hectares ocupados. O mais interessante é que mesmo cultivando uma área, tanto nas lavouras quanto nas pastagens, a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do País, sendo importante fornecedora de alimentos para o mercado interno. Por exemplo, a agricultura familiar tem 87% de participação na produção nacional da mandioca, 70% na produção de feijão, 58% na produção leiteira, 46% na produção do milho, 38% na produção do café, 34% na produção nacional do arroz, dentre outros. Apesar da sua relevância e representatividade, a agricultura familiar responde por apenas 33% das receitas dentre o total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. A receita desse grupo é constituída principalmente pela venda de produtos vegetais (67,5%) e pela venda de animais e seus produtos (21%), e o restante é dividido entre prestação de serviço para empresa integradora e produtos da agroindústria (IBGE, 2006).

Em virtude de a legislação brasileira não subdividir a agricultura familiar em grupos menores, não é possível obter dados estatísticos oficiais que mensurem de que forma a agricultura camponesa e a agricultura do tipo empresarial contribuem para os dados apresentados. De fato, no Brasil existem muitas dúvidas e divergências entre os estudiosos sobre o que é a agricultura familiar. Para Schneider (2009), esse debate é recente e não possui contornos definidos. Neste trabalho, é adotada a classificação de Ploeg (2008) por entender que a análise da agricultura familiar precisa considerar, além dos processos mais gerais inseridos na lógica do capitalismo, as lógicas das famílias camponesas que possuem outra racionalidade, mesmo quando estabelecem relações mercantis, pois é no grau de mercantilização que se apresenta a principal "ruptura" entre esses grupos. Da mesma forma, Abramovay (2007) pontua que a diferença entre esses grupos reside na forma como se relacionam com o mercado, pois uma agricultura familiar que tenha alta integração com o mercado e que seja capaz de integrar os principais avanços técnicos não pode ser classificada como camponesa.

Assim, a agricultura do tipo empresarial é essencialmente, embora não exclusivamente, baseada em capital no que se refere ao uso de créditos, insumos e tecnologias. Por vezes, esse grupo resulta de políticas governamentais de modernização da agricultura. A sua produção é altamente especializada e orientada para o mercado, buscando expansão por meio do aumento de escala. É um grupo ativamente dependente dos mercados, em especial dos de insumos. Esse grupo é ligado ao consumo mundial através de empresas de processamento e de comercialização de alimentos (os Impérios Alimentares, que serão descritos em breve), formando circuitos centralizados, tal como ocorre na agricultura capitalista de grande escala (PLOEG, 2008).

A agricultura camponesa, objeto de estudo neste trabalho, possui as terras e os meios de produção essenciais à família e utiliza mão de obra fundamentalmente familiar ou mobilizada na própria comunidade rural por meio de relações de reciprocidade. A sua produção é orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família, caracterizada pela multifuncionalidade e pelo uso sustentado do capital ecológico com orientação para a defesa e melhoria das suas condições de vida (PLOEG, 2008).

A agricultura camponesa se diferencia dos demais grupos principalmente em relação ao grau de autonomia relativa em sua base de recursos. Por exemplo, há um menor grau de mercantilização devido ao maior distanciamento do mercado de insumos, à diferenciação dos produtos e ao fato de que o mercado constitui uma saída, o lugar onde os produtos são vendidos, seja isso vantajoso ou não, em oposição ao modo empresarial que tem o mercado como um orientador, em função do grau de integração e de dependência. Entre os camponeses, há a forte ideia de continuidade entre o passado, o presente e o futuro, com uma maior conexão e internalização da natureza, de modo que a coprodução e a coevolução são elementos centrais, em contraste com a ideia de “artificialização”<sup>2</sup> da agricultura (PLOEG, 2008).

Neste grupo, também há uma intensificação da produção, mas ela ocorre baseada na quantidade e na qualidade do trabalho, em oposição à escala e à tecnologia especializada, com uma maior centralidade da perícia artesanal e de tecnologias baseadas em habilidades. A ação baseia-se em uma lógica diferente, calcada na ideia de que a produção precisa ser elevada e

---

<sup>2</sup> A respeito da artificialização da agricultura, Ploeg (2008) cita como exemplo a substituição do estrume genuíno por fertilizantes artificiais, de gramíneas e dos fenos por concentrados industriais, da luz solar por luz artificial e do trabalho manual de eliminação das ervas daninhas por herbicidas.

sustentável, mas não pode ser “forçada”. Os camponeses compreendem que é necessário cuidar bem dos animais, das plantas e do campo. Esse cuidado é sinônimo da artesanidade, que tem estreita relação com a qualidade do trabalho e a organização dos processos de produção. Outra importante diferença consiste na forma de integração com a sociedade, pois ela essencialmente, embora não exclusivamente, é baseada em circuitos curtos e descentralizados, ligando a produção e o consumo de alimentos na sociedade (PLOEG, 2008).

As características fundamentais da condição camponesa são: (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem por objetivo e se concretiza em (3) criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de coprodução entre o homem e a natureza viva, que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos por meio de outras atividades não agrícolas. Finalmente, (10) existem padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, 2008, p. 40).

Por fim, outra diferença consiste na visão geral que impera na sociedade a respeito desses grupos. A agricultura camponesa é percebida como uma unidade pequena e vulnerável, com importância secundária e relegada ao passado. Do lado oposto está a agricultura capitalista, compreendida como vasta, forte, importante e pertencente ao futuro. A agricultura empresarial possui uma situação intermediária, por vezes atuando de forma híbrida entre os outros dois grupos, preponderando o pensamento de que, se tiverem sucesso, poderão atingir os níveis dos agricultores capitalistas. Dessa forma, os camponeses produzem campos e gados diferentes daqueles produzidos pelos agricultores empresariais e capitalistas, em diferentes modos de produção, escala e formas de relacionar-se com o mundo exterior. Assim, é possível definir a condição camponesa como uma forma de agricultura que tem relação de coprodução com a natureza, uma base autônoma de recursos próprios, como a terra, a fertilidade, o trabalho e o capital, certa autonomia e diferenciação na relação com os mercados, um projeto de sobrevivência e de resistência ligado à reprodução da unidade familiar, à pluriatividade e à presença da cooperação e das relações de reciprocidade (PLOEG, 2008).

Os fatores socialmente explicativos da racionalidade camponesa são definidos por uma integração parcial aos mercados e pelo caráter incompleto desses mercados no que diz respeito à forma em que os camponeses compram os elementos necessários para a sua reprodução e vendem os produtos de seu trabalho. Isso demonstra a exposição permanente do campesinato às forças do mercado ao mesmo tempo que aponta para uma integração parcial ao indicar que parte da sua subsistência vem da autoprodução e a flexibilidade nas relações com o mercado, do qual o camponês pode se retirar com frequência sem comprometer a sua reprodução social. Essa integração parcial ao mercado não significa isolamento nem produção exclusivamente para autossustentação (ABRAMOVAY, 2007). Significa que “a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida.” (ABRAMOVAY, 2007, p. 111).

Acima de tudo, a agricultura camponesa é marcada social e culturalmente por um conjunto de regras coletivas e laços comunitários. A vida é a estrutura em torno de um conjunto de normas próprias e específicas. O camponês representa muito mais do que um modo econômico, ele representa um modo de vida, pois a economia nesse grupo não existe como uma esfera institucional que busca ser autônoma da vida social. Há uma forte vida em comunidade e regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo. Essa vida em comunidade exige um comportamento que ultrapassa as regras jurídicas presentes na troca de mercadorias (ABRAMOVAY, 2007).

### 3.2 A REVOLUÇÃO NEM TÃO VERDE

A questão da mercantilização aqui tratada tem uma estreita relação com uma orientação política, econômica e social, que busca progresso e crescimento econômico por meio do estabelecimento de mercados autorregulados. A organização da economia sobre esse pressuposto traz uma série de prejuízos aos agricultores familiares, englobando tanto a agricultura do tipo empresarial quanto os camponeses. Mas as suas consequências vão muito além do ambiente rural, atingindo parcela significativa da população urbana e o ambiente natural. A mercantilização diminui a autonomia da sociedade e, conseqüentemente, a coesão social; trata-se de um processo social que influencia a organização da produção e da reprodução social da agricultura familiar moderna (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2005). Ela

tem estreita correspondência com a reestruturação e modernização capitalista da agricultura e é impulsionada especialmente pela Revolução Verde.

A Revolução Verde é o nome dado à adoção de novas técnicas e tecnologias no ambiente agrícola, como o uso de tratores, mecanização, sementes modificadas, adubos e fertilizantes industriais, agroquímicos em geral e biotecnologias. A relação de dependência do mercado é originada por um processo de “incorporação institucional”, especialmente em relação a essas mudanças tecnológicas da Revolução Verde, engendradas nos países desenvolvidos e fortemente difundidas nos países subdesenvolvidos. Esse movimento é levado a cabo por diversas instituições e ocorre por meio de ações e políticas do Estado e de grandes corporações, em atividades relacionadas ao crédito agrícola, à pesquisa agropecuária, à extensão rural, ao cooperativismo tradicional e às empresas agroindustriais (ESCHER, 2011; SCHNEIDER E ESCHER, 2011).

A institucionalização dessa relação de dependência do mercado ocorre por meio de uma série de processos. Um deles é a externalização e corresponde à transferência do controle de tarefas, recursos e processos produtivos dos agricultores para atores externos, como as empresas, os bancos, o Estado e as agências. Cria-se uma dependência fazendo com que os processos dificilmente possam se reproduzir fora do alcance do capital (ESCHER, 2011; SCHNEIDER E ESCHER, 2011). Assim, o agricultor passa a necessitar de fatores externos à propriedade, como máquinas, equipamentos, insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), sementes melhoradas, assistência técnica, dentre outros (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2005). Esse agricultor também passa a usar novas técnicas, como a inseminação artificial, a transferência de embriões, as sementes transgênicas, os tratores assistidos por satélite e GPS (SABOURIN, 2011a). Outra forma de institucionalizar essa dependência é com a cientificação da produção agrícola, levando ao controle dos processos de trabalho e da natureza por esses atores externos, assim como nas diferentes relações que são formadas entre esses produtores e os circuitos mercantis nos quais estão inseridos (ESCHER, 2011; SCHNEIDER E ESCHER, 2011).

A mercantilização é um amplo processo que leva o agricultor a ter a sua reprodução social e econômica dependente dos mercados, o que representa maior vulnerabilidade da unidade de produção (GAZOLLA, 2004; GAZOLLA E SCHNEIDER, 2005), direcionando a uma perda de autonomia do agricultor nos seus processos decisórios em relação à produção e impacta o seu processo de reprodução. Profundas alterações nas estruturas sociais rurais de

países como o Brasil ocorreram em consequência dessa mercantilização (SCHNEIDER E ESCHER, 2011; PLEIN, 2010). Por exemplo, há uma maior separação entre trabalho mental e trabalho manual dos produtores, pois suas rotinas são mais ou menos modificadas por esses controles externos. Desse modo, ocorre uma alteração na sua autonomia relativa e transformam-se as suas condições objetivas (materiais) e subjetivas (simbólicas) de reprodução social (ESCHER, 2011).

Uma forma para compreender como ocorrem os processos de mercantilização na agricultura familiar pode ser ilustrada pelas medidas de intensificação na produção, decorrente da busca por melhor desempenho nas atividades de extração de alimentos da terra. Conforme Ploeg (2012), é possível intensificar a produção de duas principais maneiras. A primeira delas é socialmente orientada e resulta da utilização mais intensiva dos recursos disponíveis, aumentando a eficiência do processo técnico de produção, a fertilidade do solo ou a ampliação dos conhecimentos e das habilidades. A segunda forma de intensificação ocorre por um impulso tecnológico, que pode ocorrer pela reorganização da agricultura de acordo com novos modelos de tecnologia e de uso dos insumos, como, por exemplo, introduzindo variedades de alto rendimento, fertilizantes químicos, aumentando o uso de concentrados na alimentação animal, a realização de monocultivo, a mecanização pesada ou a automação.

Quando uma unidade de produção agrícola segue uma lógica de produção de intensificação por um impulso tecnológico primordialmente centrado na busca por uma maximização de lucros em curto e longo prazo, há um grau de mercantilização elevado. Ou seja, a unidade produtiva segue a “lógica do mercado”. O pressuposto dessa decisão é que apenas sobreviverão as empresas maiores e mais bem equipadas tecnologicamente, e que é uma tendência natural o desaparecimento do pequeno produtor rural e de sua forma típica de desenvolver a agricultura (PLOEG, 2008).

A economia neoclássica e as empresas do ramo associam o uso dessas tecnologias a uma melhor rentabilidade na produção, como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento sustentável e para o combate da fome mundial. Todavia, é importante notar que, embora tenha havido um crescimento considerável na produtividade por causa da industrialização agrícola, concomitantemente diminuiu o ritmo de crescimento no setor agropecuário como um todo. Convém lembrar que a biotecnologia agrícola é voltada para melhorar a produtividade das operações de grande escala, altamente especializadas em uma

única cultura e de alta capitalização (OTERO, 2013), o que não é o caso da agricultura familiar, em especial a agricultura camponesa.

A dependência do capital industrial e financeiro para promover essas inovações na agricultura aumentou os custos de produção desproporcionalmente ao desempenho obtido para os agricultores familiares, reduzindo de forma drástica a margem de lucro por unidade. A industrialização veio acompanhada de uma necessidade de um aumento ainda maior na escala de produção e, para expandir a produção, existe a necessidade de uso de mais capital financeiro, quer seja para a introdução de novas tecnologias ou para a aquisição de mais terras (PLOEG, 2010).

Aqui já é possível apontar um primeiro e importante efeito da mercantilização na agricultura: o aumento da dependência de capital. Para Schneider e Escher (2011), o impacto da transferência do controle de tarefas, recursos e processos produtivos dos agricultores para os atores externos, mediante a dependência tecnológica, é que esses processos apenas podem ser reproduzidos no alcance do capital. De acordo com Aktouf (2004, p. 30), em diversas situações a concentração e a mecanização traduzem-se em longo prazo de um modo inteiramente contrário aos objetivos perseguidos. O aumento dos custos de produção obriga o capital a comprimir cada vez mais o custo dos outros fatores para manter o lucro, seja o trabalho ou a matéria prima (AKTOUF, 2004, p. 30).

É inegável que muitos grupos se beneficiaram dessa nova relação da agricultura com o mercado, em especial as indústrias estrangeiras e os agricultores de produção de grande escala. Em conjunto com mudanças na política e na economia mundial, grandes impérios agrícolas e alimentares formaram-se. Entretanto, o mesmo não ocorreu com a agricultura familiar (SCHNEIDER E ESCHER, 2011). Muitas atividades rurais familiares, que no passado dispunham de um diversificado conjunto de produções e fontes de ingresso econômico, não conseguiram incorporar as transformações tecnológicas e essa nova forma de produzir. As que conseguiram sobreviver foram conduzidas pelo mercado a uma especialização, passando a depender de uma única atividade produtiva, a monocultura (OTERO, 2013; SACCO DOS ANJOS, CALDAS E HIRAI, 2010; SCHNEIDER, 2004). Outros agricultores, endividados, acabaram falindo.

Abramovay (2007), Ploeg (2010), Schneider (2004) e Otero (2013) relatam que houve um grande abandono do campo (êxodo rural) pelos pequenos agricultores, que ficaram sem o



seu meio de subsistência. Abramovay (2007) faz referência ao êxodo agrícola, que é a redução da população que desenvolve atividades agropecuárias, mesmo vivendo no campo. Schneider e Escher (2011) relatam o aumento do desemprego nos campos e nas cidades, a exclusão social e econômica e a desarticulação regional dos processos de desenvolvimento econômico, bem como o surgimento de problemas de saúde nos agricultores, decorrentes do uso de agroquímicos e de técnicas insustentáveis do ponto de vista ecológico.

Em uma pesquisa realizada nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Schneider (2009) verificou que a expansão da mercantilização da vida social e a pluriatividade nessas duas regiões elimina costumes e aponta para novos padrões sucessórios. O costume de atribuir a sucessão aos filhos mais jovens aos poucos vai desaparecendo em função da crescente determinação de fatores econômicos. A conclusão é inevitável: tal como afirma Conterato (2004), esse padrão de mercantilização no ambiente agrícola tem se mostrado concentrador e excludente no que concerne à agricultura familiar. Para Sacco dos Anhos, Caldas e Hirai (2010), a perda da autonomia por essas famílias lhes confere uma posição subordinada e cada vez mais vulnerável em relação aos mercados e às grandes empresas. As questões relativas aos padrões sucessórios das propriedades rurais também merecem importância, pois é cada vez menor o número de jovens, filhos e filhas de agricultores, que se dispõem a conduzir uma propriedade agrícola e a ficar afastados, seja pelo preconceito, pelo baixo nível de renda ou pela penosidade do trabalho na agricultura (SCHNEIDER, 2004).

Quando olhamos para o meio ambiente, a experiência recente também confirma o medo de Polanyi de que as forças de mercado representam uma ameaça à natureza pois tendem a tratá-la como uma mercadoria. Numerosos relatórios internacionais recentes que refletem um peso esmagador da opinião científica de especialistas atestaram o fato de que a era neoliberal tem visto uma maior deterioração do meio ambiente. Eles alertam que, em certas áreas críticas, estão ocorrendo mudanças descontínuas no clima, nas correntes oceânicas e na disponibilidade de recursos. Por trás desses relatórios, está um mundo cada vez mais desregulamentado em que as pressões competitivas ferozes são encorajadoras e estão permitindo cada vez a mercantilização da terra (BIENEFELD, 2007). No caso do Brasil, conhecido pelo seu modelo de agricultura predador de recursos naturais, o caráter não sustentável ou não renovável é apontado com frequência na literatura. Quando os pequenos produtores rurais utilizam os mesmos insumos e sistemas técnicos que os da agricultura

empresarial, eles produzem os mesmos impactos sobre o meio ambiente, de forma proporcional às áreas utilizadas (SABOURIN, 2009, p. 278).

A biotecnologia agrícola, combinada com o neoliberalismo, exacerba as tendências para a polarização social e a degradação ambiental. As agriculturas intensivas e de alta capitalização não são capazes de preservar a biodiversidade devido à tendência para a monocultura, ao uso de plantas transgênicas ou à prática de alto desempenho híbrido. A biotecnologia também é ineficaz para combater a fome mundial, conforme alegam as grandes empresas do ramo, pois esse problema não tem relação com a capacidade de produção suficiente de alimentos, mas sim com a desigualdade e a falta de acesso a eles (OTERO, 2013). De fato, a questão do acesso aos alimentos remete diretamente ao tema dos Impérios Alimentares.

### 3.3 IMPÉRIOS ALIMENTARES

A expansão das grandes monoculturas, a modernização agroquímica e os acordos de livre comércio celebrados nas últimas três décadas acentuaram o perfil agroexportador dos países considerados do Terceiro Mundo, como o Brasil (PETERSEN, 2008). A formação de um mercado alimentar global reestruturou os mercados, e a grande mudança refere-se à possibilidade de grandes fluxos de mercadorias transitarem entre diferentes partes do mundo. Isso, em conjunto com uma grande mercantilização de todos os principais recursos, como a terra, a água e as sementes, trouxe uma característica completamente nova para o mercado agrícola e alimentar mundial: a permutabilidade completa de grandes sistemas agrícolas. Por exemplo, tornou-se viável e fácil trazer alimentos frescos da China para o Brasil ou então exportar carnes produzidas no Brasil para o noroeste da Europa e para as metrópoles dos Estados Unidos (PLOEG, 2010).

Entretanto, a agroexportação brasileira e essa facilidade de distribuição de alimentos pelo mundo prejudicou as frágeis capacidades de abastecimento alimentar internas (PETERSEN, 2008). Um dos principais motivos está relacionado aos efeitos do surgimento dos Impérios Alimentares, que são constituídos por grandes empresas comerciais de alimentos, agronegócios e redes de supermercado. São grupos poderosos e influentes que controlam cada vez mais amplos segmentos da cadeia mundial. Esses impérios exercem um

poder de monopólio considerável, tornando muito difícil para os agricultores familiares e os consumidores a venda e compra fora dos circuitos controlados por eles (PLOEG, 2010)

Os Impérios Alimentares são personificados por grupos de agronegócios, grandes varejistas, que também perpassam de alguma forma os mecanismos estatais, as leis, os modelos científicos e tecnológicos, assim como os acordos supranacionais. No mundo criado e estruturado por eles, a produção e o consumo de alimentos estão sendo cada vez mais desconectados entre si. Há uma perda de identidade, pois os alimentos estão se tornando itens cuja origem já não importa, tampouco a viagem no tempo e no espaço. A produção agrícola está sendo desconectada das especificidades dos ecossistemas locais e das sociedades regionais (PLOEG, 2008).

As práticas de produção, processamento e consumo de alimentos, bem como a organização da circulação de alimentos em todo o globo, estão sendo drasticamente remodeladas. O império não é apenas outra maneira de colocar comida na mesa; ele transforma de forma profunda os próprios alimentos, a forma como são produzidos e consumidos. Ou seja, reformulam partes consideráveis da própria vida, produzem suas próprias ciências e tecnologias para reconstruir a vida (PLOEG, 2008, p; 112).

A relação dos Impérios Alimentares com a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos ocorre por meio da exploração socioecológica e econômica descuidada, por vezes pela degradação da natureza, dos agricultores, dos alimentos e da cultura. Eles partilham várias características comuns, como o expansionismo, o controle hierárquico e a criação de novas ordens materiais e simbólicas, reorganizando progressivamente grandes domínios do mundo social e natural, sujeitando-os a novas formas de controle centralizado e de apropriação massiva, trazendo uma série de conflitos e contradições, em especial com o campesinato (PLOEG, 2008). Merece destaque a estreita relação com o êxodo rural, em função da permanente pressão para a queda dos valores recebidos pelos produtores primários (PLOEG, 2010). De outro lado, os impérios exercem uma pressão ascendente sobre os preços pagos pelos consumidores. Outro fator é o *squeeze* na agricultura, a estagnação dos valores recebidos combinada com o aumento de custos para o produtor, muitas vezes decorrentes da própria Revolução Verde. Ao *squeeze* é somada a dependência crescente dos supermercados e da indústria alimentar por parte dos consumidores (PLOEG, 2008).

A crescente concentração dos mercados em várias atividades agrícolas e a falta de regulamentação do setor geraram níveis sem precedentes de controle corporativo do sistema agroalimentar, com impactos adversos para a agricultura familiar em todo o mundo. O resultado foi uma drástica redução da capacidade de concorrência e do acesso justo aos mercados para os produtores de pequena e média escala, varejistas independentes e consumidores. À medida que essa concentração dos mercados se consolida, cresce o domínio exercido por um punhado de agroindústrias transnacionais, tanto no âmbito nacional como internacional (ISHII-EITEMAN, 2013, p. 30).

Niederle (2013) e Ploeg (2010) concordam que os Impérios Alimentares afetam profundamente não apenas a agricultura, mas a sociobiodiversidade, a preservação do patrimônio natural e cultural, a qualidade e distribuição de alimentos e a situação social, tanto das populações rurais quanto das urbanas, o que se reflete nas flutuações de preços e na insegurança da continuidade de muitos sistemas agrícolas. Para Niederle (2013), isso prejudica a sobrevivência dos agricultores familiares e das comunidades rurais, com suas práticas, costumes e saberes alimentares tradicionais. De acordo com Ploeg (2010), as recentes crises globais de alimento e agrária são o resultado de vários processos combinados, ocasionados pela industrialização da agricultura, pela globalização e liberalização dos mercados agrícolas e de alimentos como princípio ordenador para a produção e comercialização, bem como pela ascensão dos Impérios Alimentares.

Outro fator de impacto da mercantilização para as famílias rurais são os contratos de integração vertical com as empresas do complexo agroindustrial. Sacco dos Anjos, Caldas e Hirai (2010) constataram que uma empresa líder mundial na produção de carnes de aves e derivados que atua na região no sul do Brasil, além do rígido controle do processo produtivo, impõe uma dinâmica que orienta a compra compulsória dos insumos vendidos pela empresa. Mais danosa ainda é a proibição de que famílias de avicultores integrados mantenham aves de fundo de quintal ou porcos em seus estabelecimentos, sob alegação sanitária. Além dos prejuízos simbólicos, isso impede a preservação de uma atividade fundamental, pois faz o abastecimento de itens essenciais à reprodução material da família passar a ocorrer via mercado, em vez de ser gerado pela própria família.

A produção para autoconsumo familiar sofreu um processo de fragilização nas últimas três décadas em função da mercantilização socioeconômica nos ambientes rurais, incorrendo em dificuldades para garantir a segurança alimentar, além da perda de autonomia. Com as

transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização na agricultura, principalmente a especialização produtiva, muitos produtores aumentaram sua inserção no mercado e deixaram de produzir os alimentos para o consumo familiar no interior da unidade produtiva, passando a adquiri-los no comércio local ou de vendedores ambulantes. A mercantilização do ambiente rural também se corporifica externalizando a alimentação familiar básica e aumentando a insegurança alimentar das famílias (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2005; GAZOLLA, 2004).

Ao analisar localidades rurais da microrregião de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, Sacco Dos Anjos, Caldas e Hirai (2010) constataram mudanças substanciais nas práticas de autoconsumo em decorrência da mercantilização da agricultura. As famílias produtoras estão sacrificando as práticas de autoconsumo, passando cada vez mais a consumir os produtos adquiridos no mercado. Isso é consequência da intensificação e modernização dos processos de produção, pois eles precisam incrementar o nível de ingresso econômico e lidar com a escassez de mão de obra. Mas isso tem efeito negativo direto na rentabilização do espaço produtivo para incrementar o nível de ingresso econômico dessas famílias. Além de ferir a autonomia, a falta de tempo ou as imposições que os levam a não se dedicar ao autoconsumo, a família passa a consumir produtos de procedência desconhecida, obtidos com o uso de agroquímicos (SACCO DOS ANJOS, CALDAS E HIRAI, 2010).

O declínio do autoconsumo é intensificado pela crescente mediação pelo dinheiro no ambiente rural. A expansão do crédito e a consequente pressão por produtividade para pagar o financiamento alteram a relação do agricultor com o tempo e com o espaço, levando à mecanização e à intensificação das relações comerciais. Muitos agricultores passam a vender a sua força de trabalho para proprietários de terra em troca de um percentual sobre o valor comercializado. Em situações assim também há o abandono da agricultura de subsistência, que resulta em uma maior necessidade de dinheiro para a compra de alimentos que antes eram produzidos pela família. Somado a isso, os agricultores enfrentam dificuldades e limitações na comercialização de seus produtos em função da estrutura monopolista do varejo alimentar, que tem sido cada vez mais concentrado em grandes redes de supermercadistas (ARAUJO E SILVA, 2015). De fato:

O abastecimento das cidades já não é mais atribuição das colônias, mas de uma complexa rede liderada pelos hipermercados e grandes superfícies de varejo. Elevam-se os custos de produção com o uso das inovações, mas o preço dos produtos agrícolas é cada vez mais baixo em face de uma concorrência que vem de

dentro e de fora do País, além de outras dificuldades (Sacco dos Anjos, Caldas e Hirai, 2010, p. 122).

O impacto limitado em termos de financiamento ou de apoio à produção constatado no norte e nordeste brasileiros levou os governos a diversificar as formas e linhas de auxílio (jovens, mulheres, semiárido, agroecologia, transformação de produtores, dentre outros). Entretanto, mesmo para os agricultores mais pobres, trata-se ainda de um apoio à produção agrícola voltada para o mercado capitalista, tanto nacional quanto internacional (SABOURIN, 2009). Assim, o desenvolvimento de cadeias mais longas na comercialização de alimentos é uma das principais características do sistema agroalimentar moderno, acompanhado por uma queda nos rendimentos dos agricultores e limitação de opções para os consumidores, gerando dietas menos variadas e menos saudáveis (BORJA ET AL 2013). A argumentação neoliberal busca fazer com que se acredite que a abertura dos mercados não traz penalidades aos produtores do Terceiro Mundo, mas na verdade eles são colocados em concorrência com multinacionais agroindustriais que podem trazer quantidades enormes de mercadorias de outras partes do mundo, desafiando os preços locais (AKTOUF, 2004). Esse ordenamento tem uma tendência a marginalizar e destruir o campesinato e os valores dessa forma de vida (PLOEG, 2008).

Portanto, a relação entre a formação de um mercado global e o poder dos grandes impérios contribui consideravelmente para a ocorrência das crises alimentares. Como consequência, há intensificação de fenômenos como a desnutrição, menos espaço para a ação dos produtores e dos consumidores devido aos fortes esquemas regulatórios (em parte por impostos por esses Impérios Alimentares e em parte por agências estatais), uma degradação contínua do capital ecológico e um aumento substancial da pobreza na sociedade (PLOEG, 2010). Há uma situação endêmica de pobreza em nosso mundo: cerca de 1,4 bilhão de pessoas vive com menos de US\$ 1,25 por dia, e a maioria destas – 70% – vive na zona rural (PLOEG, 2012).

### 3.4 A RETÓRICA DAS EMPRESAS

Por vezes, grandes empresas sofrem de uma “legitimidade questionada”. A grande acusação diz respeito ao poder que utilizam para delinear as fronteiras de suas ações em benefício próprio. Portanto, elas precisam resolver um hiato que existe entre a maneira como

são percebidas e acreditadas e a maneira como gostariam que isso ocorresse. Procuram resolver esse problema por meio da “expansão simbólica das fronteiras organizacionais”, construindo a realidade na qual estão inseridas pela importação ou exportação de significados no ambiente. As multinacionais constroem simbolicamente a sua legitimidade em torno de três temas principais: utilidade, compatibilidade e transcendência. A utilidade diz respeito a ser vantajosa para o seu público ao produzir bens e serviços, ao consumir produtos e serviços de outras organizações, ao fornecer capital e tecnologia e ao empregar mão de obra. A compatibilidade diz respeito a se identificar com o seu ambiente externo, por meio de filiação, ideias, passado comum, gostos e metas. Por fim, a transcendência é buscada pela invocação de nomes, crenças ou valores para justificar as suas ações. A transcendência é necessária para lidar com a deslegitimação que ocorre em função da ideia de lucro, da propriedade privada e do próprio sistema de trocas econômicas (HALLIDAY, 1987).

Em última análise, quando uma organização apresenta credenciais que justifiquem sua existência e atividades, e estas são exercidas “em nome de” algo maior e mais nobre que ela mesma, a legitimidade que ela está retoricamente construindo é a legitimidade de seu poder. As multinacionais assim o fazem ao justificar seu poder de gerar e usar tecnologias, controlar riquezas e influenciar consequências sociais, tais como os gostos do consumidor, o mercado de trabalho, o equilíbrio ecológico, a distribuição de renda e as tendências e modismos culturais (Halliday, 1987, p. 90).

Um dos exemplos apresentados por Halliday (1987) para melhor compreender a retórica das empresas no contexto da agricultura familiar aconteceu no ano de 1960, quando a empresa Ciba-Geigy alardeou para o público brasileiro os seus valores altruístas e humanitários, afirmando que os herbicidas vendidos aumentariam a produtividade, garantindo colheitas mais abundantes, e serviriam como uma arma contra a fome. Ao fim de sua comunicação, a empresa informava que somente uma agricultura moderna seria capaz de alimentar a pobreza mundial. Dessa maneira, colocou a sua razão de ser em algo maior do que ela mesma. Meio século depois, o problema ainda persiste, mesmo com o uso disseminado de herbicidas e demais constituintes da Revolução Verde. O mais grave é que a retórica utilizada pelas grandes empresas permanece a mesma ou muito similar.

O processo atual da industrialização e consumo de alimentos se expressa e é impulsionado por uma agenda bem definida, cujos elementos-chave são a globalização, a liberalização, a afirmação de que o mundo nunca teve alimentos mais seguros à sua

disposição como agora e de que não existe alternativa a não ser o incremento da industrialização. Mas essa industrialização, sob a lógica do império, implica a destruição do capital ecológico, social e cultural da natureza, dos agricultores, dos alimentos e da cultura local (PLOEG, 2008).

De fato, independentemente de toda a retórica associada a metas do milênio e afins, que dizem respeito à redução da pobreza e da fome mundial, não se tem sido capaz de reduzi-las (PLOEG, 2010). Apesar da retórica sobre alimentos seguros, estão emergindo de forma constante uma série de escândalos alimentares, muitas vezes com grandes dimensões (PLOEG, 2008). No ocidente, os mercados agrícolas e alimentares não são governados por uma “mão invisível”, que surge do encontro entre forças anônimas de oferta e demanda. Eles são sim (se não especialmente) governados por intervenções e regulamentações políticas, bem como por operações estratégicas de grupos de agronegócio (PLOEG, 2008, p. 57)

Além da retórica do livre mercado ser acompanhada por um aumento súbito e abrangente da regulação e da hierarquia (PLOEG, 2008), é importante ter em conta que a ação retórica é apenas um dos meios utilizados pelas empresas para manter o seu poder, pois ele é garantido principalmente por meio dos recursos que elas controlam, como tecnologias, capital, bens e mão de obra (HALLIDAY, 1987). Mais recentemente, um novo mecanismo entrou na agenda retórica das empresas com vistas a manter a sua legitimidade: o discurso que alia desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Para Banerjee (2008), é muito claro que o discurso emergente sobre a sustentabilidade foi sequestrado e manipulado por interesses corporativos, passando a ser uma “sustentabilidade empresarial”. O impacto disso é que os mercados e os processos de produção se remodelam para atender à lógica da acumulação capitalista.

Para Bienefeld (2007), persistem as evidências que nos remetem à advertência de Polanyi sobre os prejuízos da imposição de um mercado autorregulável, com enormes custos aos indivíduos, ao meio ambiente e, conseqüentemente, às sociedades. Ao mesmo tempo, crescem as contradições econômicas e os desequilíbrios que ameaçam a coerência interna do sistema econômico global. A mercantilização da agricultura está levando a deslocamentos sociais significativos, de modo que um número cada vez maior de pessoas abandona o setor agrícola e se estabelece em áreas urbanas, onde não tem quase nenhuma chance de encontrar um emprego regular (BUGRA, 2007). Outras conseqüências da mercantilização já haviam sido advertidas por Polanyi: a alienação dos seres humanos, a sua subordinação a uma



racionalidade individualista, a instituição de valores predominantemente mercantis, a concepção do indivíduo e das relações humanas como objetos, assim como a desumanização da sociedade (SCHNEIDER E ESCHER, 2011). Sob essa ótica, a expansão do mercado autorregulável significa a perda do controle por parte da sociedade em detrimento dos interesses privados. Daí decorre o fato de a economia de mercado ser análoga a um moinho satânico. Frente ao seu movimento, a sociedade reorganiza-se em contramovimentos a fim de buscar a sua proteção. Esses contramovimentos, quando constituídos pelo predomínio de outros princípios de regulação social, coexistentes com a troca de mercado, são capazes de resgatar o controle do sistema econômico pela sociedade.

De acordo com Lisboa (2008, p. 8), “é incrível como a crença no *homo economicus* impede de perceber que as próprias relações mercantis sempre coexistiram com outras relações sociais de caráter não utilitário, sem as quais as próprias relações mercantis não poderiam existir”. O empoderamento excessivo das forças de mercado, uma das grandes marcas da revolução neoliberal, criou uma situação em que os interesses econômicos têm sido capazes de exercer uma influência crescente ao mesmo tempo que as capacidades de regulamentação estão diminuindo. Esse é o problema que precisa ser tratado: o pressuposto neoliberal que busca livres mercados tem criado as condições para os contramovimentos (BIENEFELD, 2007).

#### 4 RECIPROCIDADE E CONTRAMOVIMENTO EM SISTEMAS ALIMENTARES

Comer talvez seja a nossa atividade mais básica, mas seu potencial como ferramenta para a mudança tem sido negligenciado e esquecido. Os recursos já estão disponíveis. Eles só precisam ser reinvestidos e realocados para novos fins sociais (BORJA ET AL, 2013, pg. 31).

Polanyi (2012b) percebe duas tendências entre aqueles que têm consciência da dimensão do problema da mercantilização na economia capitalista. A primeira é daqueles que acreditam que a sociedade deve se adaptar ao sistema econômico. A segunda tendência é daqueles que acreditam que o problema resolve-se pela intervenção planejada dos próprios produtores e consumidores, em uma sociedade mais democrática, considerada como a opção mais consciente e responsável. Os esforços nesse sentido somente podem obter êxito se forem acompanhados por uma visão global do homem e da sociedade.

Assim, por meio da visão substantiva da economia de Polanyi, percebendo a dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes, é possível pensar na existência dos espaços de reciprocidade coexistindo com as relações de troca mercantil e atuando como um contramovimento à mercantilização dos sistemas alimentares. Na alimentação, o excesso de industrialização, a monocultura e a logística que não privilegia a produção local acabaram por incentivar o contramovimento de proteção (TONON, 2013).

Há muitos sinais e alguns desses movimentos ocorrendo na América Latina (BIENEFELD, 2007). Os agricultores camponeses brasileiros oferecem perspectivas e soluções promissoras, mobilizando estratégias de resistência e formas de adaptação diante dos processos de mercantilização que resultam da externalização, do *squeeze* na agricultura, da deterioração dos recursos, dos efeitos da globalização e livre comércio dos mercados de alimentos (ESCHER, 2011; PLOEG, 2008; SCHNEIDER, 2004; SCHNEIDER E ESCHER, 2011). Eles intervêm e alteram as relações de troca e de distribuição, a divisão do trabalho, as relações de propriedade, a separação entre consumidores e produtores e o modo de atuação do Estado (SCHNEIDER E ESCHER, 2011, p. 212). Consequentemente, reorganizam os espaços de produção e vida, demonstrando que o contramovimento de Polanyi está em andamento e é essencial para alcançar uma maior coesão na sociedade (BIENEFELD, 2007; DEVINE, 2007; ESCHER, 2011, PLOEG, 2008).

O efeito negativo do modelo agroalimentar hegemônico abre espaço para a discussão de novas proposições de desenvolvimento local que incorporem não apenas variáveis técnico-produtivas, econômicas e ambientais, mas também valores éticos, sociais e culturais. Princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais podem ser incorporados nas relações entre produção e consumo (DAROLT, 2013). Para isso, é essencial uma mudança qualitativa que aponte tanto para um afastamento da lógica dos mercados quanto para o aumento da autonomia em relação a eles (PLOEG, 2008). No entanto, para compreender esse contramovimento, é preciso submeter à crítica a ideia do agricultor como um empresário rural, especializado e integrado aos mercados de *commodities* como um ideal a ser seguido. Também é necessário escrutinar a ideia do camponês que vive e produz apenas para a subsistência (SCHNEIDER, 2009).

Propõe-se aqui a possibilidade de que a Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA), objeto do primeiro capítulo desta dissertação, constitua um contramovimento em vista dos esforços conjuntos de produtores e consumidores. Nesse contramovimento, articulam-se reciprocidade e troca mercantil, o que ocorre mediante cinco diferentes mecanismos entrelaçados, ainda que analiticamente apresentados de forma separada: o estabelecimento de relações de reciprocidade entre produtores e consumidores, o incentivo às relações de reciprocidade do agricultor com a comunidade em que vive, a redistribuição direta de alimentos, o encurtamento das cadeias de produção e os mecanismos de certificação ou validação de origem e qualidade. Em conjunto, esses mecanismos devolvem aos indivíduos um maior controle sobre os sistemas alimentares. Ao aumentar a autonomia relativa, promovem ou fortalecem a coesão social. Conforme o exposto na introdução, os estudos sobre a CSA no Brasil são praticamente inexistentes e as pesquisas encontradas no exterior não relacionam grande parte desses mecanismos à forma de organização e operação da CSA, tampouco ventilam a hipótese do contramovimento. Em vista disso e dada a necessidade de sistematização, cada uma das dimensões será abordada separadamente.

#### 4.1 RECIPROCIDADE

As relações de reciprocidade permeiam uma série de práticas e interações na agricultura familiar, em especial entre os camponeses. Para compreender essas relações, esta

seção esforça-se para definir o conceito de reciprocidade. O segundo capítulo apresentou o conceito polinyiano de reciprocidade, e esse é o ponto de partida a ser aprofundado, dando ênfase às diferenças em relação à troca de mercado.

No “Ensaio sobre a Dádiva”, Marcel Mauss (2013) observa que as sociedades da antiguidade e certas sociedades contemporâneas, as quais chamou de arcaicas, realizam trocas sob formas e por razões diferentes da troca mercantil. As dádivas oferecidas e retribuídas são o mais antigo sistema de economia e de direito que se pode encontrar. A dádiva opõe-se à troca mercantil, pois associa questões morais e valores éticos às transações, aparecendo aí a figura da reciprocidade e a troca como manifestação de certa coesão social, expressa na homogeneidade de valores e crenças. Entretanto essas sociedades não são privadas de mercado, pois a produção, o consumo e a transferência de riquezas também ocorrem. O mercado é apenas um momento da circulação das riquezas, sendo parte de um contrato muito mais geral e permanente, que vai além da simples troca de bens úteis. É um comércio nobre, cheio de etiqueta e generosidade. Nessas sociedades ditas primitivas ou arcaicas, a moral e a economia que regem as transações constituem fenômenos sociais “totais”, em que as diversas instituições que constituem a vida social dessas sociedades misturam-se e exprimem-se de uma só vez (MAUSS, 2013).

As motivações para os relacionamentos econômicos são de ordem social. A dádiva é uma lógica que rege certas relações, por meio de um constante dar e receber. Refere-se a uma tríplice obrigação – dar, receber e retribuir – que nada tem de voluntária, livre e gratuita. Trata-se de uma obrigação cujo objetivo é produzir alianças – matrimoniais, políticas, religiosas, econômicas, jurídicas ou de hospitalidade. Mas essa obrigação é expressão mítica, dado o caráter da coisa trocada. As dimensões imaginária e simbólica coletivas revelam-se, pois, no fato de que a coisa jamais se separa completamente de quem a troca, ela leva consigo algo daquele que a doou: ao doar um objeto, doa-se a si mesmo. Por isso, as alianças que se estabelecem nesse tipo de relação são indissolúveis (MAUSS, 2013). A dádiva não se restringe ao material e ocorre por uma série de prestações, tais como visitas, festas e comunhões, que podem ser totais ou agonísticas. A vida material e moral, assim como a troca, funciona de maneira desinteressada e obrigatória, ao mesmo tempo. Se é preciso dar, é preciso produzir, daí a produção de riqueza material ser uma consequência; por isso que as sociedades tradicionais estudadas por Mauss (2013) são ricas, trabalhadoras e produtoras de excedente. Ainda hoje, essa moral econômica está presente em nossa sociedade, pois as trocas não se esgotam nos termos de compra e venda, há outros valores em jogo: “nas profissões liberais de

nossas grandes nações já funcionam, em certo grau, uma moral e uma economia desse gênero. Neles, a honra, o desprendimento, a solidariedade corporativa não são uma palavra vã, nem contrariam a necessidade do trabalho” (Mauss, 2013, p. 118). Temple (2003) considera ser um êxito de Mauss destruir a fábula do *homo economicus*. Concorde com a distinção maussiana entre intercâmbio mercantil interessado e sistema da dádiva. É a partir da dialética da dádiva que formula seu conceito de reciprocidade; nesse sentido, a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir expressa a própria reciprocidade. Entretanto, Temple (2003) compreende que a busca de Mauss limitou-se à reciprocidade da dádiva, que é apenas uma das suas formas.

Para Granovetter (1992), Sabourin (2006 e 2009) e Temple (2003), os valores da reciprocidade são gerados e reproduzidos pela própria organização dos ciclos econômicos, porque as estruturas sociais nunca param de exercer influência sobre as transações. Segundo esses autores, Polanyi erra ao pressupor que os valores da reciprocidade seriam culturalmente dados ou estariam socialmente incrustados nas estruturas simbólicas e nas representações sociais. Machado (2010) identifica que Polanyi coloca as motivações e os valores sociais em segundo plano, pois a primazia adquirida pela economia a torna autônoma em relação ao controle social consciente. Mas isso não significa que a dinâmica do mercado determine todos os aspectos da vida social. Para Cangiani (2012), ocorre uma restrição, uma liberdade apenas relativa. Ao ser fundamentado na instituição do mercado e na produção capitalista, o sistema organizado “economicamente” tende a se autoalimentar. O termo “desenraizamento”, utilizado por Polanyi, é aqui entendido como mudança de valores ditada por interesses privados, expressa na retórica das grandes empresas, nas políticas de Estado, nos acordos e tratados internacionais que impactam profundamente a sociedade.

Temple (2003) e Sabourin (2011c) defendem a hipótese de que uma moralidade permeia as relações de reciprocidade. Os sentimentos produzidos por essas relações são constitutivos do sujeito e suficientes para gerar comportamentos muito além dos interesses individuais. Temple (2003) conceitua a reciprocidade como o redobramento de qualquer prestação ou ação que possibilite reconhecer o outro e propõe que a reciprocidade seja a matriz da dádiva, pois lhe dá um sentido de ato desinteressado. Para isso, utiliza o conceito de “Terceiro Incluído”, compreendendo que ele é gerado por cada uma das estruturas elementares de reciprocidade e se traduz nos diferentes valores éticos fundamentais: liberdade, amizade, responsabilidade, justiça, solidariedade e confiança. Para Sabourin (2011c), o “Terceiro Incluído” constitui uma consciência de ser, que gera afetividade e pode se transformar em valor ético nas formas de reciprocidade simétrica. Do ponto de vista

antropológico, o princípio da reciprocidade opõe-se ao princípio da troca. A reciprocidade faz referência a uma relação humana em que se privilegia o ato sobre o objeto e o interesse privado, correspondendo a uma relação intersubjetiva e a um ato reflexivo entre sujeitos.

O princípio da reciprocidade, mesmo quando envolve movimentação de objetos, caracteriza relações e prestações que não implicam a noção do cálculo ou que não privilegiam apenas a satisfação dos interesses materiais privados, o que corresponde ao princípio da troca. “Troca” é um termo polissêmico que tem sido utilizado tanto no senso comum quanto no meio acadêmico para designar categorias bem diferentes. Diz respeito, principalmente, à permuta de bens e serviços para a acumulação do lucro, normalmente individual, em uma lógica de concorrência entre os interesses privados (CHABAL E TEMPLE, 1998; SABOURIN, 2011c). A operação da troca é uma permuta de objetos que não cria em si mesma um valor econômico; a unidade monetária pode ser apenas uma medida de referência. Apesar da troca, em algumas ocasiões, supor alguma reciprocidade, ela subordina ao interesse o elo que foi criado por essa reciprocidade (CHABAL E TEMPLE, 1998). Mas a reciprocidade implica o cuidado com o outro a fim de estabelecer um compromisso (Mauss, 2013). O intercâmbio inverte o movimento da reciprocidade já que, em vez de apontar para o bem do outro, aponta para a satisfação do próprio interesse. No intercâmbio, a competição e os interesses se sobrepõem à confiança, à paz, à compreensão mútua, ainda que possam supor um grau mínimo de reciprocidade (TEMPLE, 2003).

Da mesma forma, Sabourin (2011c) diferencia a reciprocidade da troca mercantil por meio da noção de satisfação de necessidades. Não se pode reduzir a reciprocidade a uma norma social de cortesia ou cooperação, nem à dádiva e contradádiva, ou às prestações binárias das sociedades primitivas:

O princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contradádiva entre pares ou grupos sociais simétricos. O reducionismo da definição, que por muito tempo prevaleceu e ainda prevalece às vezes na antropologia, conduz, de fato, a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. [...]. Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, como havia identificado Polanyi, mas um princípio oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca (SABOURIN, 2011a, p. 11 e SABOURIN, 2011b, p. 30)

O autor reconhece a existência de diferentes modos de institucionalização do processo econômico na sociedade como formas de integração social (SABOURIN, 2011c). Assim, produzir para “dar” é um motor da economia bem diferente de produzir para acumular

(TEMPLE, 2003). Trata-se de uma alternativa à concorrência ou à competitividade como forma de regulação da alocação dos recursos (SABOURIN, 2011c), pois:

A lógica da reciprocidade pode constituir um motor da produção, e de uma produção de excedentes, tão poderoso como aquele da lógica da troca para a acumulação do lucro. Contudo, as relações de reciprocidade geram valores humanos que garantem modos de regulação capazes de estabelecer justiça e contra poderes podendo limitar os excessos, assim como foram propostas modalidades de regulação dos excessos do livre mercado (SABOURIN, 2011c, p. 57).

É importante esclarecer que, ao abordar o tema da regulação por meio da reciprocidade, não se propõe uma volta às origens ou uma substituição sistemática das relações de troca por relações de reciprocidade. Sabourin (2011c) pontua muito bem o que chama de dupla leitura. Cada uma dessas lógicas (troca e reciprocidade) pode prevalecer-se de vantagens respectivas e, principalmente, de conquistas, dentre as quais algumas irreversíveis. Assim, não se trata de defender a exclusividade de uma ou de outra lógica, mas de realizar uma dupla referência. De fato, Sabourin (2009, p. 63) lembra que a articulação entre princípio de troca e princípio de reciprocidade introduz uma dimensão dialética, graças à qual é possível colocar em perspectiva e articular entre si as expressões sociais e econômicas, por vezes muito diversas, conforme as sociedades e as culturas.

Em relação aos níveis de reciprocidade, é possível distinguir o real, o imaginário e o simbólico. O real reúne as atividades biológicas, tais como alimentar-se e reproduzir-se (TEMPLE, 2003). Os parceiros de reciprocidade expressam os seus sentimentos pela palavra em um nível simbólico que estrutura a linguagem e a vida política. A reciprocidade que mobiliza essas atividades produz os primeiros sentimentos, que são revelados como consciência humana e referências comuns aos parceiros de reciprocidade. Ao imaginário, correspondem as representações. Nenhum desses níveis é independente do outro. Por exemplo, a dádiva leva a reciprocidade para fora do seu contexto biológico, para fora do corpo a corpo da aliança matrimonial e da filiação (TEMPLE, 2003).

[A...] reciprocidade se expressa por meio de formas de solidariedade, na produção ou na redistribuição de alimentos, que constituem o nível do real; mas ela existe também no plano simbólico, através da reza, do canto, do compartilhamento do verbo. A linguagem está na base da reciprocidade. Esse compartilhamento recíproco permitido pela linguagem dá sentido à ação do homem. Reencontramos aqui a base dos valores humanos e éticos [...] (SABOURIN, 2009, p. 52).

A reciprocidade pode assumir as formas positiva, negativa e simétrica. A forma positiva pode ser compreendida como a reciprocidade das dádivas. A negativa, de maneira

geral, corresponde a ciclos de vingança. As formas intermediárias são agrupadas sob a denominação simétrica (CHABAL, 2006; TEMPLE, 2003; SABOURIN 2009 e 2011c). Fala-se em forma positiva quando a referência é estabelecer laços sociais em uma implicação positiva ou de inclusão (CHABAL, 2006; SABOURIN, 2011c). Na antropologia, isso corresponde à reciprocidade das dádivas (MAUSS, 2013): oferendas, partilhas e prestações totais vinculadas em busca do prestígio. O prestígio torna-se fonte de autoridade e poder porque doar não é oferecer algo de si mesmo, mas adquirir algo. A reciprocidade comporta uma “dialética da dádiva” (SABOURIN, 2011c). O prestígio é o imaginário no qual se expressa o sentimento de humanidade criado pela reciprocidade positiva. Para Mauss (2013), a aquisição do espiritual implica um reforço do ser e não do ter. A noção de intercâmbio não é somente desnecessária, mas é errônea. Quem dá, cria o valor do prestígio pelo ato da doação, ele não intercambia nem troca (TEMPLE, 2003). No ambiente rural, Sabourin (2011c) apresenta alguns exemplos da reciprocidade positiva: a ajuda às famílias em dificuldade, como no caso de uma colheita ruim, as festas coletivas oferecidas por uma família com prestações de alimentos de qualidade e fornecimento de bebidas, muitas vezes em comemoração a uma colheita de alimentos no campo. Esse tipo de reciprocidade oferece um perigo no que se refere à submissão do outro mediante o prestígio.

A forma de reciprocidade negativa corresponde a um laço social de implicação negativa, de exclusão do outro, vinculada a uma dialética da honra. Nela, o princípio da reciprocidade funciona fazer respeitar a honra dos direitos ou para fazer guerra (CHABAL, 2006; SABOURIN, 2011a). O conflito é fator de socialização, visando reestabelecer a unidade do que foi alterado, inclusive produzindo valores como a coragem, a honra e a lealdade. Enquanto a troca é associada à lógica de concorrência e de acumulação pelo lucro, a lógica da vingança está ligada a uma dialética da honra, assim como a lógica da dádiva está ligada a uma dialética do prestígio (SABOURIN, 2011a). Entretanto, somos tentados a definir reciprocidade positiva pela união com os outros, e a reciprocidade negativa pela oposição. Esses conceitos correspondem à intuição comum, pois, contrariamente, o que une não é necessariamente semelhante, nem os desiguais se opõem (CHABAL, 2006). Nas sociedades primitivas, a inimizade correspondia um sistema de reciprocidade negativa, em que a vingança era a matriz da honra. A relação é geradora de um laço social justamente porque a vingança não é somente a compensação por um dano, mas é a restauração de um equilíbrio recíproco. Outra forma negativa da reciprocidade é o *potlatch* (TEMPLE, 2003), uma forma de prestações totais de tipo agonístico ou de prestações totais simples. Trata-se de um sistema



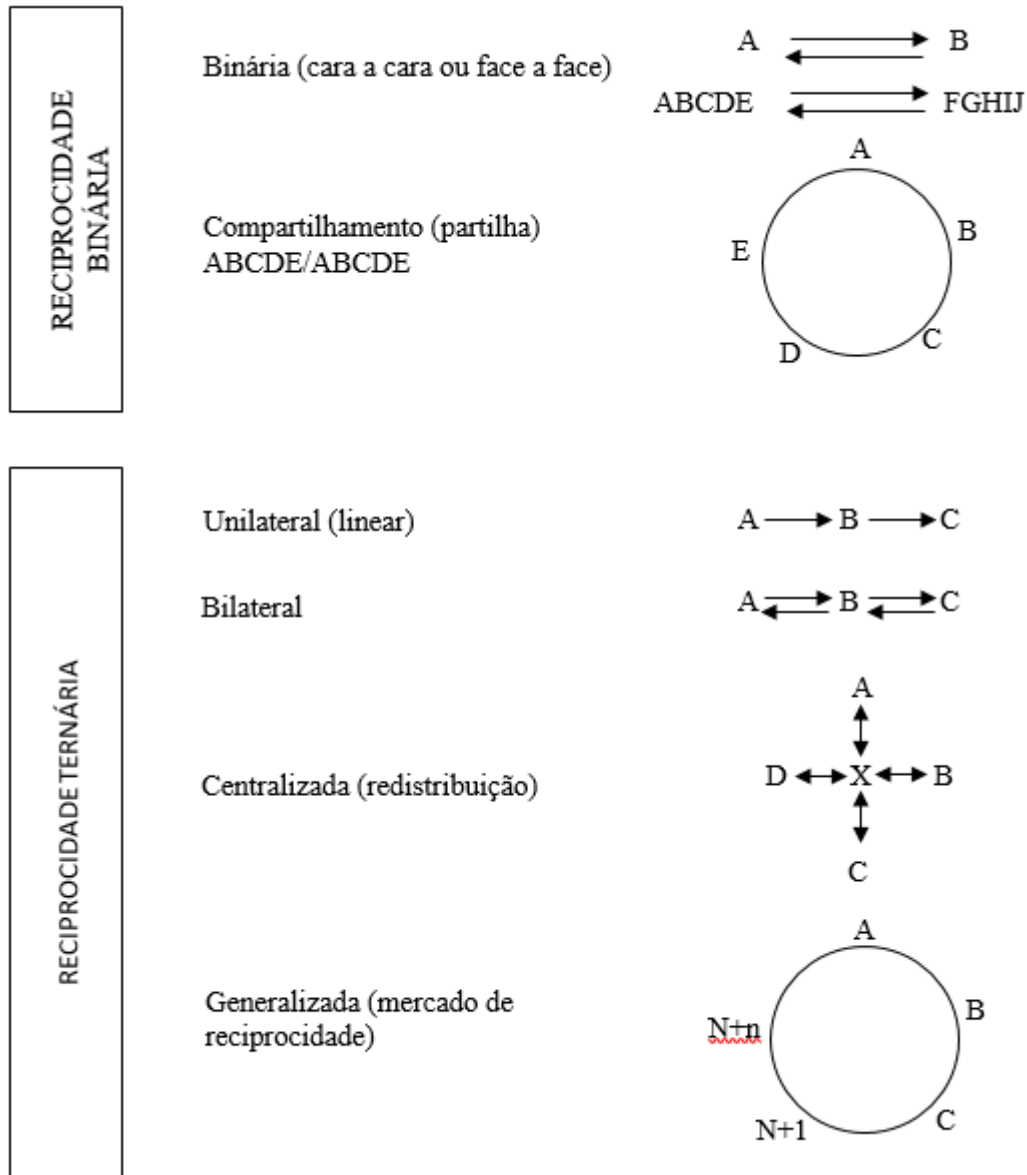
das dádivas, também calcado na obrigação de dar, receber e retribuir, em que é notável um princípio de rivalidade e antagonismo: diversos rituais são organizados para que os contratantes rivalizem em presentes, brindes de fim de ano, festas e até mesmo em simples convites para jantar (MAUSS, 2013). Dar e distribuir tem como objetivo provar a fortuna, autoridade e nobreza do líder da tribo, buscando, de certa forma, humilhar o outro. A dádiva implica, necessariamente, uma noção de crédito e também de honra, pois o prestígio tanto de um chefe quanto de um clã inteiro é ligado ao ato de retribuir as dádivas aceitas, transformando, assim, em obrigados aqueles que os obrigaram (MAUSS, 2013). Encontra-se aqui um princípio de antagonismo e rivalidade, como uma “luta de riqueza”, em que os bens se perdem assim como na guerra e no jogo. Mas o *potlatch* “é o ato ‘fundamental do reconhecimento’ militar, jurídico, econômico, religioso, em todos os sentidos da palavra” (MAUSS, 2013, p. 71). Especificamente em relação à agricultura, não foi possível encontrar exemplos na literatura de ocorrência das formas negativas da reciprocidade. Uma possibilidade talvez seja pensar em situações de vingança, no caso de furto de animais ou equipamentos de trabalho.

A terceira forma de reciprocidade é a simétrica, definida por formas intermediárias. A reciprocidade simétrica reestabelece a paridade diante de uma alienação da dádiva ou de formas agonísticas. Não há uma busca pela submissão e obrigação. Isso implica um sentimento de justiça. A reciprocidade simétrica pode se disseminar desde o início ou ser uma resultante da relativização das reciprocidades positiva ou negativa (TEMPLE, 2003). Ela expressa uma preocupação com a harmonia social do grupo, para que cada um possa satisfazer suas necessidades elementares (SABOURIN, 2011c, p. 225). Nas comunidades *Trobriand*, o padrão institucional da simetria é representado por uma dualidade em que parece haver uma contrapartida de cada aldeia da costa em uma aldeia do interior, realizando a troca de fruta, pão e peixe sob a forma de distribuição recíproca de presentes. Entretanto, a reciprocidade não requer igualdade matemática em sua resposta, tampouco se limita à simetria, podendo implicar em outras estruturas. “A economia *Trobriand*, por exemplo, organiza-se como um contínuo dar e receber, mas não há possibilidade de fazer um balanço nem de empregar o conceito de reserva. A reciprocidade exige adequação da resposta, não igualdade matemática” (POLANYI, 2012b, p. 239). A reciprocidade simétrica produz valores afetivos e éticos, como a confiança, a amizade, a justiça e a responsabilidade. Entretanto, é importante observar que muitos desses valores podem também ser produzidos por relações de reciprocidade desigual (SABOURIN, 2009 e SABOURIN, 2011c). Em relação ao ambiente

rural, a reciprocidade simétrica pode ocorrer em situações de ajuda mútua, solidariedade, cooperação e partilha, que serão descritas em detalhes nos próximos tópicos (SABOURIN, 2011c).

As estruturas elementares da reciprocidade são classificadas por Mauss (2003) como diretas (estruturas binárias) e indiretas (estruturas ternárias). Temple (2003) parte dessa mesma classificação, definindo que as estruturas binárias ocorrem quando há prestações diretas entre dois indivíduos ou grupos, e as estruturas ternárias são verificadas quando a relação ocorre com outro grupo diferente daquele da prestação inicial. Chabal (2005), Sabourin (2009) e Temple (2003) explicam que cada uma dessas estruturas elementares de reciprocidade gera sentimentos e valores específicos. Temple (2003) faz uma sistematização em que as relações de reciprocidade aparecem sob os rótulos unilateral, bilateral, centralizada, circular ou em forma de estrela. A classificação de Sabourin (2009, 2011c e 2012a) é similar, ele divide as estruturas elementares da reciprocidade em quatro tipos: binária (que se subdivide em cara a cara e em compartilhamento ou partilha), ternária, centralizada e generalizada. Temple (2003) aponta que a reciprocidade centralizada e a generalizada emergem da ternária. As principais configurações estão representadas no esquema da Figura 1.

Figura 1 - Representação esquematizada de algumas estruturas de reciprocidade:



Fonte: Autora, baseada em Sabourin (2009, p. 58) e Sabourin (2011c, p. 56)

As estruturas binárias correspondem a relações de aliança – como o casamento, o compadrio e as redes interpessoais – estabelecidas entre indivíduos, famílias ou grupos (TEMPLE, 2003; SABOURIN, 2006, 2009 e 2011c). Elas podem ser divididas face a face (também chamada de cara a cara) e por compartilhamento (ou partilha) (CHABAL, 2005; TEMPLE, 2003; SABOURIN 2009 e 2011c). A relação binária bilateral simétrica (cara a cara) é representada pelo esquema A/B ou ABCDEF/GHIJKL (ver Fig. 1) e gera um sentimento de amizade. A relação binária bilateral assimétrica é unilateral e cria o prestígio do doador e a obrigação ou a submissão do donatário (SABOURIN, 2006, 2009 e 2011c). Na

relação face a face, o efeito é compartilhado e nada pode existir sem o outro, que é cogerador dos sentimentos (CHABAL, 2005). A estrutura binária bilateral produz, além do sentimento de amizade, um sentimento de confiança (TEMPLE, 1998 e 2003).

O compartilhamento é uma estrutura binária que ocorre quando um indivíduo ou grupo está em frente a outro numa situação de partilha em círculo (SABOURIN, 2011c; CHABAL 2005), conforme esquema apresentado na Figura 1. Nessa ocasião, geralmente é produzido um sentimento de pertencimento, de comunidade e, eventualmente, de confiança. Uma ideia de totalidade domina esse tipo de estrutura com um forte sentimento de pertencimento que une a todos. A união é o que produz a partilha (CHABAL 2005); no compartilhamento, é gerada uma relação de confiança (SABOURIN, 2011c; TEMPLE, 1998). Não importa tanto, nesses casos, o objeto de partilha, mas as ações dos indivíduos. Nas estruturas binárias, o sentimento e o valor resultante é comum aos parceiros. Entretanto, não é necessário anular as personalidades: identidade e diferença são necessárias para produzir consciência, o Terceiro. Esse Terceiro não é uma terceira pessoa ou objeto, apesar de em alguns momentos estar presente um terceiro elemento na forma de pessoa ou grupo. Trata-se de um valor espiritual produzido pela reciprocidade. O Terceiro em uma estrutura é a convivência, em outra é a solidariedade, e em uma terceira é a amizade (CHABAL, 2005).

A estrutura ternária mobiliza no mínimo três sujeitos ou grupos. O termo ternário diz respeito a agir sobre um parceiro e sofrer a ação de outro, em uma cadeia ininterrupta, aberta ou fechada, em rede ou em círculo. Se as estruturas binárias (face a face e compartilhamento) produzem um sentimento indiviso, com o sentimento comum aos parceiros, as estruturas ternárias produzem uma individualização do sentimento e da consciência, abrindo caminho para a responsabilidade do sujeito (TEMPLE, 2003). Na representação desse tipo de estrutura, pode-se dizer que A tem uma ação relativa a B, que por sua vez será retribuído para uma terceira pessoa ou grupo. A estrutura ternária pode ser unilateral ou linear (ABC) ou bilateral (ABC/CBA). A reciprocidade ternária unilateral ocorre, essencialmente, no relacionamento familiar, quando a dívida segue apenas um caminho, em geral entre gerações de pais e filhos, chamada de dívida intergeracional. Ela ocorre mediante a transmissão de saberes, como a educação e a aprendizagem, e na transmissão de patrimônio. O objetivo do doador é doar o máximo possível para gerar mais vínculo social. O ciclo não pode ser interrompido. Por isso o sentimento produzido se traduz em responsabilidade (SABOURIN, 2009 e 2011c; TEMPLE, 1998 e 2003). A reciprocidade ternária bilateral ocorre quando, por exemplo, a dívida retorna pelo mesmo caminho, sendo inclusive o caso do compartilhamento de recursos comuns. O

sentimento de responsabilidade de cada parceiro está confrontado com a obrigação de reproduzir e equilibrar as dádivas e contra dádivas dos demais. Aquele que se encontra entre dois doadores deve reproduzir a dádiva de um e de outro de forma apropriada e equilibrada. Assim, a reciprocidade ternária bilateral também transforma o sentimento de responsabilidade em um sentimento de justiça (SABOURIN, 2009 e 2011c; TEMPLE, 1998 e 2003). Quando as estruturas de reciprocidade ternária referem-se a um número indeterminado de parceiros, elas podem ocorrer em uma estrutura generalizada ou centralizada (TEMPLE, 2003). Esse último caso corresponde à definição de Polanyi da redistribuição a partir de um centro de poder que capta e redistribui recursos (SABOURIN, 2012a, p. 57).

Convém destacar que Polanyi percebe a redistribuição e a reciprocidade como princípios diferentes, e não como variantes estruturais, como os autores aqui referenciados. “O sistema de reciprocidade como forma de integração pode ser mais eficiente que o sistema da troca, podendo utilizar a redistribuição e a troca de forma subordinada (POLANYI, 2012a)”. Nas economias não mercantis, a reciprocidade e a redistribuição costumam ocorrer concomitantemente. A primeira seria uma forma integrada com grande poder devido à sua capacidade de combinar redistribuição e troca como métodos subordinados. Uma forma de se alcançar a reciprocidade é o compartilhamento do fardo do trabalho, conforme as regras definidas na redistribuição. Outra forma é por meio da troca de equivalências fixas, em favor de um parceiro que possua necessidades básicas.

A reciprocidade centralizada ocorre quando apenas um intermediário intervém entre todos os membros de uma sociedade de reciprocidade (TEMPLE, 2003). Nesse caso, as prestações são distribuídas desde um centro na figura do chefe, patriarca, rei, poder religioso ou Estado (SABOURIN, 2009 e 2011c; TEMPLE, 1998). O centro é um personagem que adquire prestígio por sua redistribuição (CHABAL, 2005). Assim, nesse tipo de estrutura centralizada, aparecem novos valores: confiança para o intermediário comum e solidariedade de uns com outros. Entretanto, se a confiança não é mais nômade nem espontânea, ela se converte em obediência (TEMPLE, 1998 e 2003). Por fim, é preciso observar que, para que de fato exista uma estrutura centralizada de reciprocidade, a participação deve ocorrer de forma espontânea (CHABAL, 2005). Um mercado de reciprocidade (representado por AB, AC, AD, BA, BC, BD, CA, CB, CD) resulta de uma reciprocidade generalizada, em que cada parceiro pode ter várias relações de reciprocidade ternária, assim como vários parceiros diferentes, de modo a construir uma rede (TEMPLE, 2003). Essa rede é o que origina o mercado de reciprocidade. A reciprocidade generalizada é caracterizada por relações

múltiplas e abertas entre todos, geralmente demarcadas pelo uso de medidas de equivalência (SABOURIN, 2012a, p. 57).

As equivalências são mecanismos simples que estabelecem relações quantitativas entre bens de diferentes tipos, como, por exemplo, gado de grande porte e gado de pequeno porte na proporção de um para dez. O termo equivalência indica o número de unidades de um tipo de objeto que, quando é substituído por um número de unidades de outro objeto, não tem relação com o estabelecimento de preços. Especialmente nas sociedades primitivas, as equivalências dependiam de uma série de instituições que organizavam o movimento dos gêneros de primeira necessidade e de objetos similares. Quando as trocas se tornam frequentes, as equivalências podem desempenhar o papel dos preços, se houver uma troca indireta sem moeda. Qualquer transação na esfera econômica pode se enquadrar na lei de equivalência, inclusive a terra e o trabalho. A retribuição de uma dívida costuma ser indicada em termos convencionais, como, por exemplo, os legumes de uma comunidade pelos peixes de outra localizada à beira-mar (POLANYI, 2012b). As equivalências desempenham papel importante na redistribuição, por exemplo, quando é inevitável que os bens colhidos ou redistribuídos sejam substituídos por outros. De fato, nem reciprocidade, nem redistribuição são viáveis sem alguma medida proporcional. O uso do dinheiro como meio de troca é desnecessário quando as transações podem ser realizadas por equivalências. Por outro lado, o uso do dinheiro como padrão de valor muitas vezes se torna mais eficaz com o mecanismo da equivalência, ao permitir somar e equiparar as ofertas, com a diferença sendo paga em moeda (POLANYI, 2012b).

Um mercado de reciprocidade conjuga várias estruturas de reciprocidade, tais como a face a face, o compartilhamento, a estrutura em estrela, isso sem excluir outros tipos de relação, como a troca, o roubo ou o intercâmbio. É possível haver mercados de reciprocidade positiva quando os preços são determinados pelas necessidades dos menos favorecidos e quando os equivalentes de reciprocidade são acompanhados de uma dívida; é possível haver mercados de reciprocidade negativa quando os preços da oferta são assimilados a resgates e interpretados em termos de vingança, assim como é possível haver mercados de reciprocidade simétrica. O sentimento varia de acordo com as estruturas e formas presentes (TEMPLE, 2003).

Quadro 3 – Estruturas elementares de Reciprocidade

Estrutura	Característica	Valores
Reciprocidade binária bilateral (face a face)	Relação de aliança em que um indivíduo ou grupo está frente ao outro	Simétrica: amizade Assimétrica: prestígio para o doador e a obrigação ou a submissão para o donatário
Reciprocidade binária de compartilhamento (partilha)	Um indivíduo ou grupo está em frente a outro numa situação de partilha em círculo	Sentimento de pertencimento, de comunidade e, eventualmente, de confiança
Reciprocidade ternária unilateral ou linear	Relação que mobiliza no mínimo três sujeitos ou grupos e a dádiva segue por um único caminho	Responsabilidade
Reciprocidade ternária bilateral	Relação que mobiliza no mínimo três sujeitos ou grupos e a dádiva retorna pelo mesmo caminho	Justiça
Reciprocidade ternária centralizada (redistribuição)	Redistribuição a partir de um centro de poder que capta e redistribui recursos	Obediência e confiança
Reciprocidade ternária generalizada	Relações múltiplas e abertas entre todos	Varia conforme as estruturas e formas presentes

Fonte: Autora, com base em Chabal (2005), Temple (2003) e Sabourin (2009)

Temple (2003) indica outras possibilidades resultantes da articulação entre as diferentes formas e estruturas de reciprocidade. Por exemplo, a estrutura centralizada e a estrutura ternária unilateral, apesar de incompatíveis, podem ser articuladas, em tempos ou espaços diferentes, para formar sistemas semicomplexos como o sistema helicoidal e o sistema espiral. Um exemplo de sistema helicoidal é quando um convite se reproduz de modo que, quando a obrigação esteja novamente a cargo do primeiro doador, seja assegurada pela geração seguinte. Mas entre os membros dessa geração, a reciprocidade é ternária unilateral, por filiação. No caso da reciprocidade em espiral, pode-se pensar na situação de um convite

que, quando volta ao cargo do primeiro doador, requer uma nova distribuição superior. Nas sociedades andinas, esse tipo de estrutura é acoplado a uma estrutura em estrela, correspondendo a diversas relações binárias simples para um parceiro. Isso permite preparar o capital para uma nova distribuição, que depende do número das relações binárias. Nesse caso, o valor produzido aumenta a cada ciclo (TEMPLE, 2003).

Outro fator importante que deve ser considerado são as formas de alienação da reciprocidade, pois, de acordo com Sabourin (2011a), a dupla leitura dos princípios de reciprocidade e troca deve ser completada por uma leitura das suas formas de alienação para não se afastar da crítica:

A alienação específica do princípio da reciprocidade consiste na centralização assimétrica (reciprocidade centralizada ou redistribuição) ou na fixação de estatutos, classes ou castas, institucionalizando alguma desigualdade essencial entre grupos humanos. Com sua herança escravagista caciquista e colonial, o Brasil padece deste tipo específico de alienação (SABOURIN, 2009, p. 131).

Deve-se evitar uma idealização das práticas e dos sistemas de reciprocidade (SABOURIN, 2011b). A reciprocidade assimétrica pode provocar alienação quando os excessos em relação à dádiva agonística na procura do prestígio e submissão do outro podem conduzir à perda da identidade individual ou coletiva. O crescimento da dádiva aparece na submissão e dependência do donatário e no prestígio do doador. Um exemplo no contexto brasileiro é a alienação herdada de um sistema de reciprocidade assimétrica com dominação paternalista dos descendentes dos senhores da terra, dos grandes proprietários rurais e também dos políticos, banqueiros e altos cargos do judiciário. Entretanto, isso não significa que toda relação de assimetria seja alienante. A alienação ocorre com a perda dos valores éticos. Com o desaparecimento desses valores, acaba toda relação de reciprocidade simétrica (SABOURIN, 2011c). Também existem diversas formas de alienação da estrutura de partilha, como o fechamento do círculo, que tende a excluir alguns membros da comunidade do acesso aos recursos comuns ou monopolizar os recursos colocados em partilha por uma fração do grupo (SABOURIN, 2011c). Além do perigo do fechamento do círculo, o compartilhamento apresenta o perigo de realizar uma reciprocidade negativa ao exterior ou até a saída da reciprocidade em trocas com o exterior (CHABAL, 2005).

Sabourin (2011a, 2011c e 2014) alerta que, atualmente, nem sempre é possível encontrar as relações de reciprocidade na sua forma pura e conceitual. A maioria das comunidades camponesas e sociedades rurais apresenta sistemas mistos, nos quais as práticas



socioeconômicas de troca e reciprocidade coexistem. Laville (2001), França Filho (2007) e Cruz Filho (2012) também utilizam a noção da coexistência dos princípios de regulação de Polanyi para dizer que as atividades nesse meio, mesmo quando inseridas em uma lógica de mercado, comumente são conduzidas a uma hibridação entre fontes mercantis (produto de vendas), não mercantis e não monetárias para atingir as suas finalidades sociais. Ou seja, a economia mercantil, cuja distribuição de bens e serviços é confiada prioritariamente ao mercado autorregulado, admite contribuições não mercantis, fundadas no princípio da redistribuição, assim como também admite contribuições não monetárias por meio da distribuição de bens e serviços confiada, prioritariamente, à reciprocidade e à administração doméstica. Convém ressaltar que, apesar de muitas relações de reciprocidade utilizarem formas monetárias, as suas principais contribuições recíprocas são não monetárias, por meio da autoprodução e da economia doméstica (FRANÇA FILHO, 2007; LAVILLE, 2001). A clássica separação entre mercantil e não mercantil esquece a existência de atividades não monetárias. Existe, portanto, uma hibridação entre recursos advindos de cada uma dessas formas de economia (LAVILLE, 2001).

Sabourin (2009, 2011b e 2014) considera limitada essa proposta de hibridação de sistemas por conter uma ideia de complementaridade entre os princípios de regulação, como se ela fosse natural. Para ele, essa é apenas uma das possibilidades de articulação ou interfaces entre esses sistemas, principalmente em razão do antagonismo entre a lógica de troca e da reciprocidade. Esse antagonismo gera uma dificuldade de articulação entre esses princípios. Além das opções de complementaridade e antagonismo, Sabourin (2011b) também indica que os fatos mostram situações de desenvolvimento paralelo (justaposição). De fato, constata que as maiores dificuldades das comunidades e organizações camponesas estão na interface entre a troca e a reciprocidade. Assim, passa a utilizar a expressão “sistemas mistos” para denominar as situações que associam as relações de reciprocidade e relações de troca mercantil. A coexistência, portanto, entre as relações de reciprocidade e as de troca podem acontecer de maneira paralela e separada, mediante tensões resultantes do antagonismo de sistemas, ou de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade e as práticas de troca. Assim, os sistemas mistos podem se diferenciar em justaposição de mundos paralelos, complementaridade reversível e contradição (SABOURIN, 2011b, p. 40). Na justaposição dos mundos paralelos, as práticas de troca e de reciprocidade coexistem sem se misturar ou até ignorando-se. Na complementaridade reversível, as práticas de troca e de reciprocidade são reconhecidas como

diferenciadas e os atores articulam-se de maneira complementar na base de uma interface; quando uma deixa de funcionar, volta-se ao tipo anterior. Na contradição entre as lógicas da troca e da reciprocidade, há dois tipos de consequência: ou ocorre a paralisia mútua das duas lógicas, ou ocorre o domínio de uma sobre a outra (SABOURIN, 2011c).

Convém ressaltar que a noção de sistemas mistos é explicativa e serve como uma representação teórica e uma ferramenta de análise. Diferenciar as lógicas da troca e da reciprocidade somente é possível mediante a observação e análise das práticas, do projeto em realização, dos valores dos indivíduos que participam e das estruturas relacionais implementadas. Trata-se de verificar, por meio da observação, dos depoimentos dos agricultores e das entrevistas, se suas práticas ou seus critérios são de natureza prioritária que visa à rede comercial, de reciprocidade ou se reúne ambos os princípios (SABOURIN, 2009).

Em outros termos, trata-se de verificar se essas unidades familiares ou suas redes técnicas e comerciais funcionam unicamente para realizar lucros ou também para estabelecer e manter relações com os outros e participar de uma sociedade mais humana e de uma coletividade social. A resposta deve informar se as ações dos agricultores resultam apenas de uma lógica de concorrência que visa ao acúmulo do lucro para fins privados ou se eles participam também de uma lógica de ampliação da reciprocidade que associe o interesse pelos outros e a satisfação das necessidades do grupo com o interesse para si. Trata-se de verificar, por exemplo, se o objetivo de trabalhar em rede também depende de uma opção ética, como satisfazer as necessidades da família, em seguida, dos próximos e aliados e, logo, da população local. Nesse caso, reencontramos a ideia substantivista de Polanyi, que considera a economia sob a ótica da satisfação das necessidades e práticas (SABOURIN, 2009).

Entretanto, é um equívoco pensar que a reprodução social da agricultura familiar não passa pelos mercados, quer seja de mercadorias ou força de trabalho, pois ele é necessário para a sobrevivência. A grande questão é de que maneira essa integração ocorre com o mercado, pois a agricultura familiar não pode ser isolada dos mercados, assim como não pode ser totalmente subordinada (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2005). É essencial também evitar juízos de valor de uma lógica ou outra. É necessário explicitar as diferenças de natureza entre os dois sistemas, assim como as diversas configurações intermediárias que podem existir entre a polaridade da troca e a da reciprocidade. A compreensão das diferentes articulações passa pelo funcionamento dos mercados, das redes, das decisões políticas e dos programas de desenvolvimento; além disso, é necessário estudar os sistemas de parentesco, as

representações e o funcionamento dos sistemas técnicos de produção e de gestão dos recursos naturais (SABOURIN, 2011a, p. 15).

#### 4.2 RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE NA AGRICULTURA CAMPONESA

Sabourin (2009 e 2011c) analisa dois exemplos importantes de estruturas de reciprocidade vinculadas à produção agrícola e também a vida familiar e doméstica: a ajuda mútua e o compartilhamento de recursos comuns. A ajuda mútua agrícola é uma forma de solidariedade essencial para a sobrevivência de várias comunidades. Ela é necessária para a produção de bens materiais e percorre prestações sociais e econômicas. Entretanto, antes de tudo, trata-se de uma relação humana visando à manutenção dos laços sociais, sentimentais e simbólicos. O trabalho é uma expressão do esforço conjunto do corpo e do espírito, uma dádiva de si próprio e de entregas recíprocas. Ao fazer isso, diferencia-se da troca simples ou da troca mercantil com trabalho assalariado por não implicar uma retribuição equivalente ou imediata. As comunidades percebem, nessa forma de trabalho, uma maneira de manter regras de compartilhamento e solidariedade que produzem ou reproduzem valores de confiança e de amizade.

A ajuda mútua designa dois tipos de cooperação camponesa sob o termo *mutirão*. A primeira tem relação com convites para trabalhar em benefício de uma família, normalmente para trabalho penoso, como desmatar um terreno, montar uma cerca ou construir uma casa. A segunda tem relação com os bens comuns e coletivos, como a construção ou manutenção de uma rodovia, uma escola, uma barragem ou uma cisterna. A relação vai além da produção de bens ou do bem-estar material no plano real; é sobretudo uma questão de amizade (SABOURIN, 2009). A ajuda mútua pode assumir duas grandes formas: simétrica e assimétrica. Em ambas as situações (inclusive na assimétrica), a existência da relação e da sua reprodução contam mais que a natureza do serviço ou a quantidade de trabalho. Apesar de haver uma expectativa de retorno da ajuda, ela não é contratual nem obrigatória. O retorno pode ser de outra forma assumido por outro membro da família ou inclusive corresponder a uma prestação de natureza diferente, como uma dádiva de sementes ou alimentos, ou um gesto de amizade (SABOURIN, 2011c). As formas simétricas de ajuda mútua podem ser dos seguintes tipos: prestação de ajuda cotidiana dentro da família nuclear ou estendida (como o parentesco); a prestação mútua de trabalho entre famílias associadas com prestações

alimentares ou boas refeições; prestações de trabalho que implicam o conjunto das famílias da comunidade sob a forma de trabalhos coletivos (como o mutirão), sendo para uma família de cada vez ou podendo beneficiar todas as famílias do grupo; ou para a comunidade, como na construção, manutenção ou gestão de bens comuns (equipamentos produtivos coletivos ou sociais). A criação de valores humanos afetivos (amizade) e éticos (solidariedade e confiança), nesse tipo de relação simétrica, está relacionada à práxis, à partilha de esforços entre os pares. Essas relações estruturadas de reciprocidade produzem ou reproduzem valores de amizade e de confiança, além de valores materiais de uso. Eles são expressos em termos de qualidade das relações sociais, de obrigações sociais, de satisfação, de reconhecimento, de respeito, de felicidade, de festas e de espírito de grupo. Eles constituem tanto um resultado quanto um incentivo para a reprodução dos ciclos de reciprocidade. Isso pode ser celebrado com marcas simbólicas, como presentes regulares e rituais compartilhados, e com festas e consumo de alimentos de qualidade, como no caso das festas das colheitas (SABOURIN, 2011C). A estrutura assimétrica pode ocorrer entre um pequeno agricultor e o seu patrão, entre famílias com poder aquisitivo diferente, dentre outros. Essas relações produzem respeito mútuo, afetividade e amizade entre os parceiros, assim como um sentimento de que o mais poderoso deve lealdade e fidelidade ao mais pobre em relação à sua proteção. Entretanto, também pode produzir prestígio para o mais poderoso, assim como uma relação de obediência e submissão daquele que detém menos poder na relação. As relações de reciprocidade assimétricas correspondem às sociedades muito hierarquizadas (SABOURIN, 2011C). Para analisar as relações de ajuda mútua, Sabourin sugere:

Na ajuda mútua recíproca, simétrica ou assimétrica, mede-se o quanto a relação social ou afetiva entre os sujeitos é mais importante que a natureza material da prestação do trabalho, mesmo se essa é necessária ou até indispensável às unidades de produção familiar. Prova disto é o fato dos agricultores procurarem a reprodução ou a renovação de relações de reciprocidade características da ajuda mútua, até no marco de organizações modernas (associações e cooperativas) ou em função da introdução de novas tecnologias (debulhadora motorizada, ensiladeira, de forragens, casa de farinha, sistemas de irrigação, etc.) (SABOURIN, 2011c, p. 126).

A ajuda mútua corresponde a, pelo menos, três estruturas elementares de reciprocidade: a reciprocidade binária bilateral (simétrica ou assimétrica), o compartilhamento do trabalho (estrutura binária de grupo) e a estrutura ternária unilateral (entre gerações ou faixas etárias) (SABOURIN, 2011c). Uma variante que também emerge em relação à estrutura é a reciprocidade em forma de estrela (SABOURIN, 2009). A reciprocidade binária ocorre quando há uma relação regular entre duas famílias, geralmente vizinhos e compadres. Essa estrutura pode ser na forma simétrica (se ocorrer entre pares) ou assimétrica (quando

uma família fornece mais trabalho ou produto, de acordo com o seu tamanho ou riqueza). O principal sentimento produzido nessa estrutura é a amizade, que é institucionalizada nas relações de compadrio e apadrinhamento mútuo das crianças, estendendo as relações de parentesco (SABOURIN, 2009).

No compartilhamento do trabalho, cada um dá para a comunidade e recebe dos demais. Quando as famílias da comunidade ou os membros do grupo mobilizam-se para realizar um trabalho em benefício de um agricultor, como, por exemplo, desmatar uma parcela de terra ou cavar um poço, o compartilhamento é bilateral, gerando sentimento de amizade e aliança. A relação será unilateral quando, por exemplo, o compartilhamento do trabalho for para construir a casa de um jovem casal. Entretanto, esse tipo de relação por vezes também pode gerar prestígio para o donatário, quando há oferecimento de bebidas, alimentos especiais, banquetes ou até mesmo festas (SABOURIN, 2009). Os valores afetivos e éticos gerados pela relação de compartilhamento correspondem a um sentimento de pertencimento e de confiança. Sabourin (2011c) ressalta que o sentimento de pertencimento é muito forte e aparece de forma espontânea em todos os depoimentos de camponeses pesquisados por ele, associado a uma noção de unidade, solidariedade, força e vida do ser coletivo ou comunitário. Esse sentimento de pertencer a um grupo, diz o autor, é criado pela dependência da mesma fonte de recursos limitada e pelo fazer em conjunto. Isso não anula a personalidade de cada um, pois o sentimento da identidade e da diferença aparecem ao mesmo tempo para produzirem uma consciência e um sentimento de pertencer a uma totalidade.

A reciprocidade em forma de estrela, descrita por Temple (2003), é uma variante do compartilhamento. Ela é um tipo de mutirão que mobiliza todas as famílias da comunidade para assumir responsabilidades específicas em tarefas que beneficiam todos os membros, como construir uma escola, consertar um salão comunitário, uma cisterna ou rodovia, assim como cavar ou limpar um açude comum. As relações além da amizade produzem confiança entre os membros e um sentimento de pertencimento e de responsabilidade perante o grupo (SABOURIN, 2009).

Um outro caso de reciprocidade em estrela mais complexo e que transcende a estrutura binária é citado em Sabourin (2009): no nordeste brasileiro, foi percebido que, em determinada comunidade com esse tipo de relação, cada grupo assume uma tarefa específica na manutenção de um açude, de acordo com a faixa etária: os homens cavam, as mulheres e as crianças limpam a área e os jovens carregam a terra. Conclui que esse tipo de manejo

corresponde a uma estrutura de reciprocidade ternária, mais complexa que a ajuda mútua binária simples. No entanto, essa estrutura apenas assume o desenho em forma de estrela plenamente se houver repartição e revezamento das famílias para assumir cargos comunitários, como os de chefe da comunidade ou presidente da associação. O prestígio é estendido a toda a família. Quem não participa ou não assume cargos perde prestígio e honra.

Mas a perda do prestígio ocorre também quando as práticas de ajuda mútua são dominadas pela lógica da troca, quando os agricultores pagam um diarista em vez de cuidarem de suas prestações nos mutirões coletivos. Nesse caso, eles assumem sua obrigação material, porém, segundo a comunidade, não cumprem o seu dever social ao não participarem pessoalmente dos trabalhos coletivos, enfraquecendo as relações de reciprocidade simétrica e não garantindo a atualização das relações de reciprocidade que mantêm a produção dos valores humanos e éticos. Isso ocorre porque a produção desses valores depende de uma relação de reciprocidade simétrica associada a uma práxis que, na ajuda mútua, corresponde ao compartilhamento do esforço entre os pares. A sociabilidade dessa relação expressa-se nas refeições em conjunto, em um ambiente descontraído e por vezes até festivo (SABOURIN, 2009).

A ajuda mútua também pode implicar uma articulação entre reciprocidade binária e ternária. Por exemplo, ela pode mobilizar uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral. Isso ocorre quando estão envolvidos atores de várias gerações, como quando um pai constrói ou ajuda a construir a casa de um filho. O valor produzido é o da responsabilidade, enquanto, por exemplo, o pai constrói a casa para o filho, o filho futuramente poderá ajudar no conserto da casa do pai idoso, mas sempre permanecendo inferior na hierarquia parental (SABOURIN, 2011C).

Em relação à estrutura ternária intergeracional, como no caso recém apontado do pai que constrói a casa para o filho, se for em suas terras, é possível classificar com uma relação centralizada (ou redistribuição, nos termos de Polanyi). Nesse caso, pode-se justificar ao ato do pai distribuir os espaços para a construção das casas dos filhos, assim como ocorre na doação de terras e parte do rebanho (SABOURIN, 2006 e 2009). Nas comunidades da Bahia e da Paraíba, por exemplo, a reciprocidade familiar manifesta-se por meio da distribuição de animais entre os descendentes, por meio dos dotes das filhas e pelas dotações para a instalação dos jovens. Há dádivas associadas à filiação, ocorrendo doação de animais também por ocasião do nascimento de cada criança, sendo estas claramente exemplos de relação

intergeracional característica da reciprocidade ternária unilateral, que faz reproduzir, de uma geração para outra, a estrutura da reciprocidade (dádiva da vida) da relação unilateral de pais e filhos. O objetivo é assegurar a capacidade de produção da geração seguinte e gerar valores de justiça e de responsabilidade nas futuras gerações. Há casos em que essas dotações são interpretadas como uma obrigação, uma dívida entre as gerações (SABOURIN, 2009).

Também constitui uma forma de reciprocidade nas comunidades rurais a gestão dos recursos naturais comuns (manejo dos recursos comuns), como no caso de terras, águas, pastos e florestas, assim como a gestão da produção e da manutenção de equipamentos coletivos. Nos pastos comuns, não há divisão de território fundiário entre os membros, podendo ocorrer, por exemplo, o uso concedido por um proprietário, o acordo entre proprietários vizinhos, a exploração coletiva de terras, dentre outros. O acesso é permitido a diversos componentes comuns, tal como pastoreio de rebanhos, madeira, frutas, mel, cascas e taninos, animais selvagens, água, etc. (SABOURIN, 2009).

De acordo com Sabourin (2009 e 2011c), o manejo dos recursos comuns corresponde a uma estrutura de reciprocidade binária coletiva específica, que é o compartilhamento. Eles diferem da face a face, que é uma estrutura simétrica entre o indivíduo e o grupo, entre cada um dos indivíduos e o grupo. Em relação ao manejo da água, Sabourin (2009) cita a combinação de três principais infraestruturas hídricas, sendo elas o açude, a cacimba e o cacimbão, que também podem ser associadas a outras fontes de água, situadas geralmente em leitos de rios cavados, cercados e protegidos, constituindo cisternas abertas ou cobertas. A propriedade dessa infraestrutura, seja barragem, poço ou reservatório, pode ser privada ou coletiva. Nos casos de propriedade privada, no ambiente rural não é concebível proibir o acesso daqueles que necessitam. Em certas ocasiões, é possível haver regras específicas de acesso, que variam conforme a situação do reservatório, a sua capacidade durante períodos de seca ou a quantidade de água armazenada. Quando os dispositivos de gerenciamento dos recursos baseados na reciprocidade são reconhecidos pelo Estado e pelas políticas públicas, as relações de partilha (compartilhamento) conseguem se atualizar ou reorganizar de forma mais adaptada no âmbito das estruturas institucionais novas. Um exemplo disso é o reconhecimento e o financiamento, pelo Estado da Paraíba, dos bancos de semente comunitários, que visam à conservação e à produção de variedades locais. Esses bancos de semente podem corresponder a dispositivos coletivos ou institucionais dos agricultores para assegurar funções de manejo de recursos comuns (SABOURIN, 2011C).

É possível considerar que o conhecimento e os saberes locais podem fazer parte dos bens comuns ou compartilhados. Sua expressão é a partilha de saberes e experiências comuns (SABOURIN, 2011c). Essa partilha dos saberes ocorre por meio da família e das redes de relacionamentos sociais. Um exemplo bastante comum é a interação entre técnicos e agricultores ou entre agrônomos e agricultores, em que a ajuda mútua e o compartilhamento dos saberes constroem relações sociais e econômicas de reciprocidade, que produzem valores humanos e éticos, tais como respeito, amizade, confiança, assim como responsabilidade e equidade (SABOURIN, 2009).

Além disso, esse tipo de estrutura produz confiança em si mesmo e nas capacidades do grupo, reconhecimento da capacidade do outro em um quadro de interação, sentimento de justiça e responsabilidade em relação a parceiros de formação e em relação à comunidade ou à organização. A confiança coletiva é proveniente da estrutura do compartilhamento no grupo que coloca cada um em situação de paridade diante dos outros, como a partilha dos saberes, aprendizagens mútuas ou cruzadas, partilha das responsabilidades e solidariedade. O sentimento de justiça pela aprendizagem deriva da consciência da necessidade do conhecimento, da aplicação desse novo conhecimento para si e para os outros, e também da fonte do conhecimento, que é personificada pelo formador. A transmissão de saberes e a formação de adultos são exemplos de relações de reciprocidade binárias ou ternárias, unilaterais ou bilaterais. Na relação entre formadores e aprendizes, por exemplo, na formação de adultos em meio camponês, é possível identificar estruturas binárias simétricas e assimétricas, gerando valores e sentimentos como reconhecimento, identificação e amizade (nas estruturas simétricas) e submissão, respeito e dependência (nas estruturas assimétricas) (SABOURIN, 2011C).

No compartilhamento dos saberes em que ocorre reciprocidade simétrica, é possível analisar e identificar quatro diferentes estruturas: uma estrutura de reciprocidade bilateral simétrica (cara a cara) em aprendizagens cruzadas, que surgem do encontro de duas pessoas que integram ambas as condições de aluno e educador, com ensinamentos mútuos, gerando valores de respeito, reconhecimento e amizade; uma estrutura de reciprocidade ternária nas situações de aprendizado social ou organizacional, em experiências de práticas coletivas, em que há circulação ou mutualismo de saber com participação de, no mínimo, três sujeitos, sem a necessidade de colocar em prática de forma conjunta, gerando, quando for bilateral, confiança e valores de solidariedade e justiça; no caso da transmissão de saberes entre gerações, a estrutura que ocorre é a ternária unilateral, produzindo o sentimento de



responsabilidade; por fim, ocorre uma estrutura de reciprocidade ternária, ou reciprocidade coletiva, nos casos de aprendizagens coletivas, por meio de práticas conjuntas de experiência comum, em que a aprendizagem pode ser mobilizada para outras ações coletivas com o grupo (SABOURIN, 2009).

Pertence à categoria manejo de recursos comuns os comunitários de sementes. Os bancos de semente ou as sementes criolas apontam para fortes relações de vínculo de identidade e reciprocidade entre camponeses e meio ambiente no plano real, agrupam pessoas de várias famílias da mesma comunidade ou até de comunidades vizinhas e objetivam garantir a possibilidade, de cada família da comunidade rural, produzir e conservar suas próprias sementes. Essa iniciativa tem por base prática a ajuda mútua entre a comunidade sempre que há dádivas recíprocas de sementes, desde pequenas quantidades para plantios ou experimentações mútuas ou até sacas em caso de necessidade imperiosa, de doença ou de colheita ruim. Esses bancos de sementes promovem o apoio à produção por meio da descentralização de estoques e de variedades adaptadas à diversidade das condições agroecológicas. Além disso, contribuem para a conservação da biodiversidade das espécies e dos cultivares locais e concorrem para a segurança alimentar regional (SABOURIN, 2009).

No nordeste brasileiro, as comunidades camponesas mantêm ou estabelecem formas de solidariedade e complementaridade na produção, no plano da ajuda mútua agrícola, para o manejo de terras e também de recursos comuns, como pastos e reservas de águas, ou para a aquisição e gestão de infraestruturas comunitárias, como casas de farinha de mandioca, poços, cisternas, escolas, fornecimento de energia elétrica, dentre outros (SABOURIN, 2009).

Além da ajuda mútua e do compartilhamento dos recursos comuns, Sabourin (2009) faz menção a outro tipo de relação entre os camponeses. Ele afirma que a hospitalidade é uma das primeiras formas universais de reciprocidade que perpassa o ambiente rural. Ela é uma forma de dádiva que marca as relações sociais e econômicas. A generosidade e a prodigalidade nos sistemas de reciprocidade conferem prestígio e reputação, fonte de autoridade e, inclusive, poder, como nas formas agonísticas da dádiva. O autor cita como fato histórico a hospitalidade com os viajantes e vaqueiros, assegurando-lhes abrigo e proteção. Compreende que isso se estende inclusive aos rebanhos, que podem ter acesso aos pontos de água e aos pastos comuns. O autor também considera a doação da água, já abordada como um caso de manejo de recursos comuns, como um caso de hospitalidade, citando como exemplo

um dito do sertão brasileiro: “não se nega água”; a sua negação é vinculada a uma crença que leva a consequências negativas no plano espiritual.

Temple (2003) apresenta um exemplo de mercado de reciprocidade em contextos africanos e andinos em que a oferta e a demanda não determinam as relações de troca. Há prestações recíprocas em função de necessidades mútuas, medidas por equivalências. As equivalências podem ser quantitativas ou simbólicas. Dentre as quantitativas, foram encontradas equivalências medidas por cabeças de animais, cestas, punhados, litros, e outros; dentre as simbólicas, foram encontrados objetos raros ou prestigiosos, como, por exemplo, búzios ou penas de pássaros amazônicos. Até o dinheiro pode ser considerado quando seu uso o transforma em unidade de contabilização de equivalências de reciprocidade. Os sentimentos que se sobressaem nessa estrutura dizem respeito à responsabilidade, atrelada à qualidade e à autenticidade dos produtos comercializados, assim como à preocupação de atender às necessidades dos clientes, e à justiça, associada à noção de um preço justo (SABOURIN, 2014). A reciprocidade, por meio da redistribuição generalizada, gera uma produção motivada no plano social que constitui um fator de desenvolvimento econômico que vai além da satisfação das necessidades elementares da população (agricultura de subsistência) ou da aquisição de bens materiais por meio da troca. Pelo contrário, a tendência natural das sociedades camponesas consiste em produzir excedentes, considerando as exigências da vida social e comunitária (SABOURIN, 2009, p. 285). Assim, as relações e estruturas de reciprocidade têm conseguido, mesmo se ignoradas, e apesar da dominação do sistema de intercâmbio capitalista, assegurar a sobrevivência material da maioria das populações rurais. Sobretudo, elas têm obtido sucesso em manter um mínimo de valores éticos nas nossas sociedades. Em um outro plano, trata-se também de escolher entre privilegiar apenas a produção e apropriação de valores materiais de uso e de troca, ou a produção conjunta entre valores de uso, de mercado e valores humanos comuns (SABOURIN, 2006, p. 15).

A reciprocidade possibilita um distanciamento dos mercados para obter mão de obra na agricultura familiar, para a produção de recursos (utilizando a autoprodução de recursos), a transferência intergeracional de unidades agrícolas (PLOEG, 2008). Sabourin (2011a, p. 12) afirma que analisar as relações de reciprocidade em termos de estrutura é o aspecto mais difícil de validar, visto que envolve não somente a produção de bens materiais, mas também a produção de sentimentos e de valores humanos. No entanto, esse também é o elemento mais original e interessante de uma teoria de reciprocidade, de modo a ser aquele que oferece a possibilidade de análises e de propostas alternativas em matéria de economia humana. Para

uma análise, Temple (2003) compreende que é preciso enumerar as estruturas elementares, reparar os valores que cada uma produz, entender como as diferentes estruturas articulam-se entre si para formar os sistemas. Sabourin (2011c, p. 241) apresenta possibilidades para analisar se as interações podem ser explicadas como relações de reciprocidade no plano real e simbólico. No plano real, elas existem no nível das relações de parentesco, na família e na comunidade, em relações de aliança. No plano simbólico, é possível analisar os sentimentos gerados. Mas no plano simbólico, além dos sentimentos entre indivíduos ou grupos, podem aparecer as relações entre o camponês e a natureza, em particular mediante a matriz humana fundadora de três estruturas elementares de reciprocidade, que são a relação binária de interdependência entre o agricultor e a terra/clima/meio vivo; a relação binária de partilha de parcelas dessa terra e dos seus recursos (limitados) com os outros seres vivos, como as plantas, os animais e até outros seres humanos (produtores usuários ou consumidores de terra, do espaço rural, dos seus recursos e produtos); e a relação ternária de transmissão de um patrimônio natural para as futuras gerações e das normas de preservação ou de valorização desse patrimônio (SABOURIN, 2011c, p. 241).

#### 4.3 REDISTRIBUIÇÃO DIRETA DE ALIMENTOS E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

O conceito da redistribuição direta de alimentos engloba a produção para o autoconsumo (SACCO DOS ANJOS, CALDAS E HIRAI, 2010; PLOEG, 2008; SABOURIN, 2011a) e as dádivas mútuas a parentes, vizinhos e próximos (SABOURIN, 2011a; GAZOLLA, 2004; SCHNEIDER E GRISA, 2008) e representa a dimensão doméstica mencionada por Polanyi (2012a). Trata-se da subsistência e autossuficiência das famílias de agricultores, que, longe da equivocada concepção de um consumo mínimo, está atrelada a uma preocupação para que cada um tenha os meios para suprir suas necessidades e que a produção seja, em primeiro lugar, destinada ao consumo do grupo familiar (PLOEG, 2008; (SABOURIN, 2011c). Além disso, a redistribuição direta de alimentos necessariamente deve ser pensada em termos do nível de renda obtido (PLOEG, 2008). Nesse tipo de relação, a lógica da reciprocidade domina a lógica de troca (SABOURIN, 2011a).

De acordo com Polanyi (2012a), a troca adiciona à subsistência alguns elementos que a produção doméstica não consegue criar. A prática de prover as necessidades domésticas próprias somente virou um aspecto da vida econômica em um nível mais avançado da

agricultura e, ainda assim, ela nada tinha em comum com a motivação do ganho nem com a instituição de mercados. O princípio era sempre o de produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo. A produção para o autoconsumo é responsável pela segurança alimentar por meio da produção de alimentos básicos e pela autonomia produtiva e reprodutiva diante dos processos sociais e econômicos, pois o agricultor produz e consome a sua própria produção no seu grupo familiar. Quanto maior ela for, menor será a dependência do mercado, das suas flutuações e das condições externas à unidade de produção para a sua reprodução social (GAZOLLA, 2004). Por isso trata-se de uma fonte de alimentação não monetária que atua no combate à pobreza rural (ela pode chegar a representar 69,09% de uma cesta básica) mediante o aumento da segurança alimentar e a melhoria das condições de vida. Também serve como fonte de uma alimentação mais saudável e confiável, em que a família pode optar por produzir sem a presença de agrotóxicos (SCHNEIDER E GRISA, 2008). De fato, as práticas de autoconsumo justificam-se quando se anseia consumir um produto seguro em termos de ausência de contaminantes ou em virtude de qualidades intrínsecas que o artigo adquirido fora não possui (SACCO DOS ANJOS, CALDAS E HIRAI, 2010).

A relação de reciprocidade dominará a de troca nas prestações de redistribuição direta de alimentos como no autoconsumo, nas dádivas mútuas aos parentes, vizinhos e próximos (SABOURIN, 2011c; SABOURIN 2011a). A redistribuição direta de alimentos transcende a provisão para o grupo familiar, pois ela faz parte da construção da identidade social do agricultor, perpassando a esfera cultural, seus símbolos e modo de vida típico. Faz isso por meio do estabelecimento de uma sociabilidade mediante relações de reciprocidade entre os seus vizinhos e parentes através da doação e troca de alimentos, animais e sementes ligados à esfera do autoconsumo (GAZOLLA, 2004; SCHNEIDER E GRISA, 2008). No plano simbólico, a redistribuição direta de alimentos é uma forma de sociabilizar na qual se realizam as visitas e as conversas cotidianas. Mas ela também é uma forma de relacionar-se com a natureza e o meio ambiente no qual estão inseridos (GAZOLLA, 2004).

As famílias que vivem no ambiente rural e fortalecem a produção para o autoconsumo auferem maiores rendas agrícolas, demonstrando a importância dessa atividade para a sua reprodução material e social. Um bom indicador desse tipo de atividade é observar a presença de pomares e hortas na unidade de produção, com a presença de verduras, saladas e frutas, e questionar se o montante produzido é suficiente para alimentar o grupo familiar ou se precisam adquirir essa classe de produtos no mercado (GAZOLLA, 2004). O agricultor que possui pouca dependência social e econômica do mercado possui uma família mais bem

estruturada em termos de coesão social, consegue manter um bom número de filhos na propriedade e possui uma renda mais elevada por não precisar obter seus alimentos no mercado (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2005).

A mobilização de recursos pode ser considerada uma categoria ampliada da redistribuição direta de alimentos. Conforme Ploeg (2008), recursos materiais e sociais relevantes, como gado, rações e forragens, fertilizantes, sementes, mão de obra, conhecimento, capital de giro, instalações, dentre outros, podem ser mobilizados por meio de transações de mercado e, conseqüentemente, entrar no processo de produção como mercadorias, podem ser mobilizados por trocas reguladas mediante as relações de reciprocidade ou podem ser produzidos e reproduzidos na própria unidade agrícola. Quanto mais esses recursos forem recursos produzidos, reproduzidos e reutilizados na própria unidade agrícola, maior será o nível de autonomia do agricultor em relação ao mercado. A autonomia pode ser mensurada pelo percentual da força total de trabalho mobilizada por meio do mercado de trabalho ou de relações de reciprocidade, a percentagem do total dos serviços de máquinas fornecidas por trabalhadores especializados, se há financiamentos para obtenção de capital de curto prazo, de médio prazo (relacionados normalmente com mecanização e gado) e de longo prazo (relacionados à terra e instalações), o percentual de terras arrendadas, as rações e as forragens compradas como percentual total do gasto com a alimentação do gado e a quantidade de gado comprado como percentual total do rebanho. De fato, as relações de reciprocidade permitem obter um distanciamento dos mercados em épocas de preparação DA terra ou de colheita, quando pode haver uma escassez de recursos e de mão de obra (PLOEG, 2008).

Os agricultores são capazes de construir o seu espaço de manobra em meio a ambientes adversos, criando estratégias que possibilitem reduzir o nível de externalização e aumentar a sua base de recursos endógenos. Eles retomam a produção para o autoconsumo familiar, reduzindo a dependência externa e estabelecendo uma perspectiva de agricultura mais conectada à natureza, considerando o modo ecologicamente diferenciado com que essa produção é levada à cabo. Dessa forma, eles conseguem se afastar do mercado de insumos e dos fatores de produção (NIERDELE 2007, pgs 190-191)

#### 4.4 MERCADOS DE PROXIMIDADE: RECONNECTANDO A PRODUÇÃO AO CONSUMO

Ao analisar contramovimentos no ambiente rural à luz das ideias de Polanyi, um dos fatores a serem considerados são as relações entre produtores e consumidores. Eles constroem novas possibilidades de coesão social por meio da ação coletiva e interferem na forma de organização social da troca e da distribuição, na divisão do trabalho, nas relações de propriedade e na própria separação entre esses produtores e consumidores (SCHNEIDER E ESCHER, 2011). Essas ações coletivas se desdobram em uma série de diferentes possibilidades. Nesta pesquisa, o interesse recai sobre a formação de associações, especialmente daquelas que mesclam cooperação social, ajuda mútua e protesto. Elas assinalam uma modificação tendencial nas formas de engajamento e representam a dúvida na capacidade de intervenção pública em remediar as insuficiências do mercado (LAVILLE, 2001):

[...] surgem múltiplas iniciativas paralelas que recusam a mercantilização dos serviços da vida cotidiana, como a privatização dos bens comuns, ou que lutam contra as desigualdades sociais e por uma transição ecológica. Seus fomentadores consideram que a democratização da economia é indispensável para que o objetivo de emancipação possa ser mantido. O renascimento associativista manifesta-se principalmente por uma renovação de envolvimento solidário em atividades que revelam a introdução de comportamentos solidários nos atos econômicos mais correntes (criação de novos serviços e modos de troca, produção, comércio, consumo, poupança, etc.) (LAVILLE, 2014, p. 66).

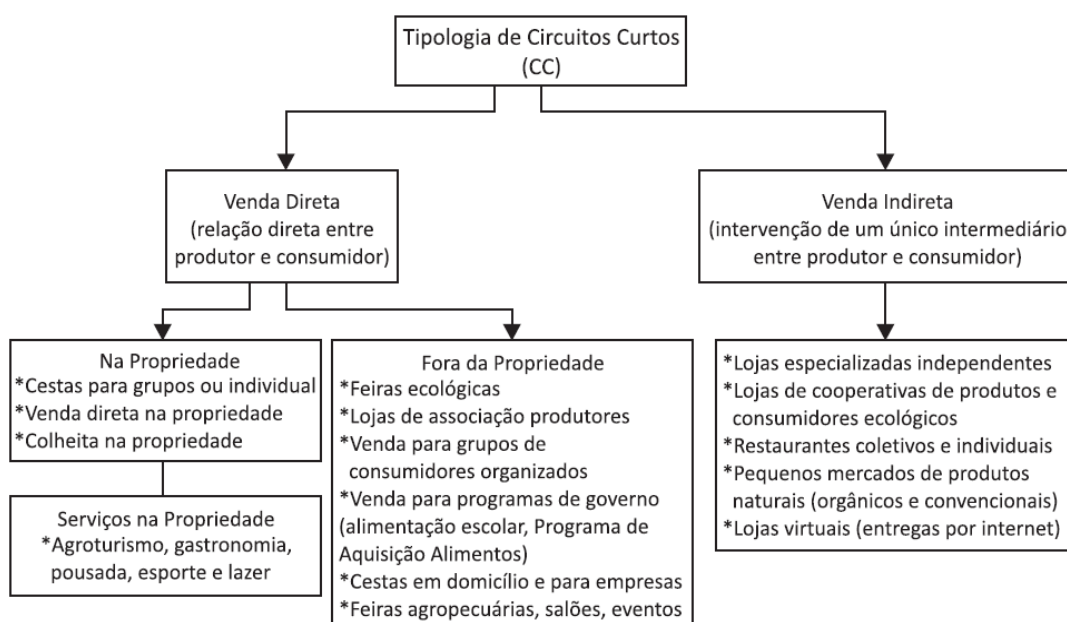
O engajamento entre os indivíduos por meio das associações busca respostas para necessidades específicas de uma população, podendo variar quanto a uma série de motivos, como, por exemplo, à inserção de pessoas sem emprego ou à preservação do meio ambiente. Elas podem ser abordadas como um componente da economia que redescobre o potencial organizador da sociedade, fazendo referência à existência de uma maior solidariedade (LAVILLE, 2001).

De acordo com Darolt (2013) e Tonon (2013), um movimento associativo que vem trazendo respostas a uma série de necessidades tanto dos produtores quanto dos consumidores é a Agricultura Sustentada pela Comunidade. Esse tipo de associação aproxima produtor e consumidor mediante o encurtamento da cadeia de produção e distribuição de alimentos agroecológicos ou orgânicos. Para Niederle e Almeida (2013), as CSAS fazem parte de

movimentos que defendem os sistemas locais de produção e consumo em detrimento do desperdício alimentar e o custo energético da circulação global dos alimentos. Ploeg (2008) denomina esse movimento de Agricultura Apoiada pela Comunidade e define-a como uma combinação híbrida de padrões mercantis e não mercantis em uma “variedade de fenômenos frequentemente confusos”, cuja importância não deve ser subestimada, podendo até ser considerada uma crítica simbólica, um ato de “insubordinação” e uma alternativa aos Impérios Alimentares.

Esse encurtamento da cadeia recebe vários nomes na literatura: cadeias curtas (BORJA ET AL, 2013; MATTE ET AL, 2014; SABOURIN, 2006), circuitos curtos (BORJA ET AL, 2013; DAROLT, 2013; DAROLT, LAMINE E BRANDEMBURG, 2013, PLOEG, 2008), circuitos descentralizados (PLOEG, 2008), redes alimentares locais (BORJA ET AL, 2013), mercados locais (DAROLT, 2013; DAROLT, LAMINE E BRANDEMBURG, 2013) mercados aninhados (PETERSEN, 2013), mercados encaixados (PETERSEN, 2013). Apesar das diferentes denominações, todos convergem ao conceituar uma cadeia curta como uma regulação estabelecida diretamente entre produtores e consumidores, com o fornecimento de alimentos sem o intermédio de supermercados ou distribuidores. Darolt (2013) apresenta uma tipologia de circuitos curtos para comercialização de produtos ecológicos no Brasil:

Figura 2 – Tipologia de circuitos curtos para comercialização de produtos ecológicos no Brasil



Fonte: (DAROLT, 2013, p. 143)

Sabourin (2006) afirma que as associações entre produtores e consumidores que realizam a comercialização de produtos agroalimentares mediante um encurtamento da cadeia com frequência são classificadas de iniciativas da economia solidária. Essa possível classificação será discutida um pouco mais adiante, mas o relevante aqui é que, na realidade, essas relações correspondem a sistemas mistos entre a troca mercantil e reciprocidade (SABOURIN, 2006; 2009, 2011a; 2011b; 2011c; 2014).

Nesse sentido, a produção de alimentos agroecológicos, orgânicos, caseiros e coloniais integra o rol de possibilidades desses mercados de cadeias curtas permeados pela reciprocidade (NIEDERLE, 2013) e, por isso, sinaliza um potencial para ser palco de contramovimentos:

O surgimento desses movimentos em busca de mercados ecológicos e solidários demonstra uma crescente insatisfação dos consumidores e produtores com as estruturas de mercado dominantes e com os escândalos em torno da segurança alimentar (vaca-louca, dioxina, agrotóxicos, transgênicos, entre outros). De um lado, existem consumidores que desejam adquirir produtos mais saudáveis e cultivados de forma ambientalmente correta, a preços justos, conhecendo sua origem e quem os produz. De outro lado, produtores familiares encontram-se insatisfeitos com as estruturas de mercado que privilegiam grandes varejistas (DAROLT, 2013, p. 157).

A produção agroecológica em circuitos curtos diz respeito à produção de alimentos em pequenas áreas, com o uso de mão de obra familiar, em uma produção diversificada em menor escala, que não faz uso de agrotóxicos ou fertilizantes e que mantém uma ligação direta e forte com o consumidor. Somam-se a isso a preservação da biodiversidade, a valorização da paisagem, a preocupação em garantir qualidade alimentar e saúde e em conceder uma maior autonomia dos agricultores (DAROLT, 2013).

Aos poucos, iniciam-se discussões que entrelaçam a agroecologia e a alimentação como um ato sociocultural capaz de fortalecer as dimensões dos territórios locais, da promoção da saúde, do artesanal e das questões de convivência. As reivindicações vão além da questão que remete a uma produção convencional ou agroecológica e requerem novas interfaces entre agricultores e consumidores, pois o alimento torna-se primordialmente relacional. Mais do que uma mercadoria, ele assume o caráter de dádiva, cercado por valores e representações que solidificam os laços sociais. Por isso a noção de alimentos mais saudáveis e as estratégias de comercialização de alimentos orgânicos ou agroecológicos podem constituir expressões de contramovimentos aos processos de mercantilização dos alimentos, sejam eles orgânicos, pois a produção destes também sofre processos de mercantilização (NIEDERLE, 2014), sejam eles convencionais.



Entretanto, especialmente a agricultura ecológica opõe-se à agricultura convencional no grau de mercantilização em função da autonomia concedida ao produtor. Isso porque o agricultor agroecológico busca criar um ecossistema em sua propriedade para que cada atividade sirva e seja interligada às demais. Um grande exemplo disso é a utilização dos restos da comida, da horta e do esterco para preparar a compostagem a fim de obter húmus de minhoca e melhorar a qualidade da terra sem a dependência do mercado. Além disso, o conjunto das culturas plantadas busca uma relação de harmonia com os outros organismos do solo, como as ervas, os inços, os insetos, em detrimento do uso de venenos, sugerindo uma interpretação relacional entre seres vivos e inorgânicos (RADOMSKY, 2010)

Especialmente no contexto brasileiro, caracterizado pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e chegando a ocupar o posto de maior consumidor mundial de agrotóxicos, as reivindicações dos movimentos sociais ambientalistas começam a despertar a atenção da sociedade e podem despertar novas mudanças no sistema agroalimentar (NIEDERLE E ALMEIRA, 2013). Soma-se isso ao histórico de exclusão da agricultura familiar e camponesa e ao aumento da condição de insegurança alimentar em escala global tanto no que diz respeito ao acesso a esses alimentos quanto pela sua baixa qualidade nutricional (PEREZ-CASSARINO E FERREIRA, 2013).

A agroecologia abre novas perspectivas para as pequenas unidades de produção que não se integraram completamente a esse regime sociotécnico que foi herdado da Revolução Verde (NIEDERLE, 2014; PEREZ-CASSARINO E FERREIRA, 2013). De fato, os agricultores deparam-se com o aumento da demanda por produtos orgânicos e agroecológicos e um número crescente de agricultores adere a essas práticas (LAMB, 1994; NIEDERLE E ALMEIRA, 2013), incentivando os processos de reconversão produtiva e organização social. Surgem novas associações, grupos e redes comprovando a capacidade de articulação desses agricultores em conjunto com os outros atores sociais para fazer frente às transformações que ocorreram no mercado (NIEDERLE E ALMEIRA, 2013).

A comercialização em circuitos curtos associada à agroecologia pode ser a chave para reconectar produtores e consumidores de alimentos agroecológicos. Por exemplo, considerando os dados de uma pesquisa que aponta que 72% das compras dos produtos orgânicos ainda são realizadas em supermercados, torna-se evidente a possibilidade de aproximar a comunidade rural e a urbana, impulsionando o desenvolvimento local e redirecionando parte do controle do sistema de alimentar (DAROLT, 2013). Nesse sentido, é

possível afirmar que novos mercados que ampliam a possibilidade de coesão social estão emergindo no Brasil, sendo governados de modos que contrastam radicalmente com os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares. Eles buscam proteger espaços específicos da sociedade (PLOEG, 2011; SABOURIN, 2006).

Os mercados de venda direta de produtos agroecológicos pelos agricultores familiares e as redes curtas controladas socialmente por agrupamentos de produtores ou cooperativas podem ser analisados em termos de relações de reciprocidade, pois eles associam uma transação material comercial a uma relação humana específica, que vem a agregar um valor social ao valor de troca. De fato, eles podem constituir sistemas mistos entre a troca mercantil e a reciprocidade (SABOURIN, 2006; 2009, 2011a; 2011b; 2011c; 2014). Isso porque, apesar de existir uma relação de troca, o contato direto entre o produtor e o comprador permite redobrá-la em uma relação de reciprocidade binária, dando lugar a relações humanas, como em conversas e explicações em torno do produto, do trabalho, dos procedimentos, das receitas, e que geram valores afetivos, como a amizade, o reconhecimento mútuo ou os valores de fidelidade e respeito. Essa relação mista entre troca e reciprocidade com frequência é marcada por uma dádiva simbólica, como um punhado de feijão, uma fruta a mais ou um tomate suplementar (SABOURIN, 2009, 2011c e 2013).

Isso reforça a noção de autonomia relativa e confere uma maior participação aos consumidores e aos produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo (DAROLT, LAMINE E BRANDEMBURG, 2013). Eles podem caracterizar movimentos de resistência voltados à realocação do controle dos sistemas alimentares (PETERSEN, 2013), pois oferecem alternativas à troca desigual e à exploração capitalista, ao valorizar os atributos específicos dos territórios locais e os valores humanos éticos, afetivos e de identidade gerados por essas relações de reciprocidade simétrica (SABOURIN, 2014). Por isso, quando se fala em restabelecer os vínculos da produção e do consumo, é preciso explorar os elementos que estão em jogo e compreender de que forma isso afeta o sistema agroalimentar como um todo e o entorno socioambiental mediante uma reterritorialização (SCHMITT, 2011).

De acordo com Darolt (2013), os circuitos curtos são iniciativas que buscam retomar o contato entre produtores e consumidores e, para isso, requerem a proximidade geográfica, a territorialização da alimentação e a participação ativa do consumidor. Isso permite uma maior autonomia do agricultor em relação à padronização imposta pelo sistema agroalimentar industrial, que uniformiza modos de vida e direciona o consumo através de empresas que

controlam o que, quanto e como produzir (DAROLT, 2013). Em geral, os circuitos curtos têm um impacto ambiental positivo se comparados às cadeias tradicionais, especialmente pela redução de embalagens plásticas e pelo menor gasto energético com transporte (DAROLT, 2013). Por isso, o consumo de alimentos produzidos regionalmente pode se tornar um meio de fortalecer a solidariedade em defesa da soberania alimentar ao estabelecer uma oposição às corporações agroalimentares, que têm a sua agenda baseada em biotecnologia, apropriação de terras e empobrecimento nutricional (SAGE, 2014). A formação de cadeias curtas por pequenos produtores representa também um comprometimento de preservação da comunidade, da tradição, de conhecimento tácitos, entre outros valores não mercantis (MATTE ET AL, 2014).

Para França Filho (2004 e 2007), esse circuito integrado de relações socioeconômicas entre produtores e consumidores estimula uma lógica de rede nesses territórios, na qual a competição perde a importância, assim como perde sentido a consideração da oferta e da demanda como entidades abstrata harmonizadas por uma mão invisível, sinônimo da autorregulação do mercado:

O objetivo da rede é a ruptura com a dicotomia habitual dos regimes de mercado, supostamente auto-regulados em relação à produção e o consumo (por seus efeitos danosos em termos sociais), e o estímulo à livre associação entre produtores e consumidores (ou prestadores de serviços e usuários), permitindo a criação do conceito de prossumidores (FRANÇA FILHO, 2007, p. 161)

No centro das disputas ideológicas, apresentam-se tanto produtores quanto os consumidores. Não é apenas o produtor, pois o consumidor exerce papel preponderante no processo de mudança social. Ele pode tanto estimular a produção e distribuição de alimentos mediante os processos de mercantilização ou pode questionar essa lógica (BETTI et al, 2013). Há espaço para as pessoas participarem, há empreendedores cívicos, com postura mais coletiva do que individual, que transformam projetos em realidade. O que realizam não pode ser explicado pela espera de um retorno sobre o investimento, pois a pressão por lucratividade não é determinante (LAVILLE, 2001).

Todavia, é preciso estar atento, visto que uma rede é apenas um possível instrumento para as relações de reciprocidade, uma vez que ela serve também às relações de troca. Quando permeada pela reciprocidade, a rede consegue ir muito além da transmissão de valores de uso, sejam eles materiais ou imateriais, pois ela constitui também uma estrutura de partilha ou uma estrutura ternária de transmissão de um sentimento comum capaz de produzir um novo valor

comum para seus membros. Obviamente, uma rede de reciprocidade pode estar mais aberta, mais fechada, possuir relações mais assimétricas ou simétricas e variar também na natureza dos valores produzidos (SABOURIN, 2011c).

Nesse ponto, pode ser interessante um esclarecimento. Alguns autores, como, por exemplo, Cruz Filho (2012), França Filho (2007) e Laville (2001), compreendem que as redes que operam nessa lógica da economia plural de Polanyi podem ser categorizadas como iniciativas de Economia Solidária.

A Economia Solidária é conceituada como uma forma inovadora de desenvolvimento sustentável, com geração de trabalho e distribuição de renda calcada na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais. As formas de organização variam desde cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, dentre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. As suas principais características são cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade (BRASIL, 2015).

Entretanto, apesar de a proposta ser uma alternativa de profunda transformação social que tem como ideologia uma oposição à economia capitalista – ali posta como um grande inimigo a combater –, essa transformação a que se propõe deve ser relativizada, pois a mudança não é tão radical como se propõe e tem a assunção de que uma outra forma de produção ali está posta. Nesse ponto existem algumas tensões e contradições em função da sua inserção no próprio contexto de produção capitalista, que reflete, em primeiro lugar, a lógica de acumulação, a necessidade de adotar essa base de produção e inclusive a busca dos elementos permeados por uma racionalidade capitalista, como a constituição de negócios prósperos e que buscam competitividade. Por isso, precisa ficar claro que uma iniciativa de economia solidária certamente pode constituir uma alternativa à exclusão socioeconômica, mas ela está integrada ao modo produção capitalista (MEIRA, 2009 e 2012a).

De fato, Laville (2014) reconhece essa insuficiência na proposta da economia solidária:

A economia social é constituída por empresas a-capitalistas e o indicador de seu sucesso é o crescimento do volume de atividades mercantis, o que oculta uma incerteza sobre o funcionamento interno e as esferas não mercantis da economia. Esse quadro conceitual não só confunde igualdade formal nos estatutos e funcionamento democrático, como também sucesso econômico e inserção no mercado. A economia social banalizou-se com o tempo, porque alimentou a ilusão de uma reforma que viria da simples existência de uma empresa diferente. Ela fracassou por esquecer o que lhe confere sua originalidade, ou seja, a mobilização desta rocha das sociedades humanas (Mauss, 2012, p. 218-220) que é a dádiva (LAVILLE, 2014, p. 65).

O que permanece é a proposta da hibridação já levantada por Sabourin. Assim, é muito factível afirmar que a Agricultura Sustentada pela Comunidade constitui uma rede de produção e comercialização de alimentos agroecológicos com espaços de reciprocidade que atuam, principalmente, em função do encurtamento das cadeias e das relações entre produtores e consumidores produzidas em decorrência disso. Mas essas relações estão inseridas em uma forma de produção capitalista e servem como contramovimentos e alternativas à mercantilização dentro desse contexto.

Por exemplo, no caso dos mercados agropecuários, a economia solidária é apresentada como uma alternativa mais justa ao comércio internacional, fundado na lógica da troca mercantil capitalista e na exploração dos agentes mais fracos, na despersonalização do ato mercantil, na materialização e degradação do vínculo social e nos processos de exclusão. Por isso, ela é invariavelmente associada a uma ideia de comércio justo, isto é, uma parceria comercial pautada na busca por uma equidade e baseada no diálogo, na transparência e no respeito. Do ponto de vista operacional, trata-se de garantir aos produtores um preço diferenciado que seja mais justo que aquele dos mercados nacionais ou internacionais (SABOURIN, 2013 e 2014).

Em relação ao preço justo, Sabourin (2014, p. 18) faz uma consideração pertinente ao dizer que a dificuldade da construção de um valor de troca adaptado e justo tanto para o produtor como para o consumidor reside na contradição entre o sistema de reciprocidade, que considera as necessidades das pessoas, e o sistema de troca capitalista, que privilegia a concorrência para a acumulação privada do lucro. Por isso, para que exista um comércio justo, França Filho (2004) ressalta a importância e a necessidade da eliminação do máximo de intermediários entre produtor e consumidor.

O Comércio Justo, mesmo operando dentro de um sistema capitalista, permite que a troca mercantil abra espaço para novas relações, ampliadas em princípios de reciprocidade.

Essas relações criam novos significados para o consumo e ajudam o consumidor a assumir para si a responsabilidade diante de fenômenos como a justiça social, assimetria comercial, preservação ambiental e alimentação, alterando, assim, as possibilidades e formas de exercer cidadania por meio do ato de consumir. Por outro lado, a agricultura familiar, alvo de discussões acerca de suas categorizações, principalmente nas formas em que se relacionam com o mercado, pode ver no Comércio Justo uma perspectiva alternativa dentro das relações de troca, que podem lhe auferir certa autonomia perante a dependência de mercado (PINTO E FROEHLICH, 2012).

#### 4.5 CERTIFICADOS DE ORIGEM

Outra possibilidade de análise de contramovimentos por meio da Agricultura Sustentada pela Comunidade diz respeito aos mecanismos de certificação sobre a origem, a especificidade e a qualidade dos produtos. Isso porque a interface oferecida por essas certificações pode seguir tanto a lógica da troca mercantil, a lógica da reciprocidade ou até mesmo uma dinâmica mista (SABOURIN, 2009, 2011c e 2012b). A certificação de produtos da agricultura e da pecuária é um processo crucial na economia contemporânea para atestar a origem dos alimentos ecológicos e orgânicos, a qualidade dos processos de produção e transformação, os seus atributos de originalidade e autenticidade e a conservação dos ecossistemas cultivados (RADOMSKY, 2010; SABOURIN, 2009).

É possível diferenciar três principais formas de obter a certificação. A primeira delas é a modalidade tradicional, que ocorre por uma organização de certificação externa, com inspeções periódicas, seguindo padrões ISO (Organização Internacional de Normalização), realizadas por um inspetor externo com treinamento em produção orgânica. As atividades de avaliação ocorrem de acordo com conformidades técnicas, e o registro e a documentação possuem um padrão rigoroso e centralizado (SABOURIN, 2012b). O processo de institucionalização dos orgânicos criou as condições para a sua mercantilização (NIEDERLE, 2014), pois, quando os orgânicos são calcados somente na lógica da troca mercantil e esta é realizada por uma empresa privada na condição de um agente externo, há custos que muitas vezes são incompatíveis com os pequenos produtores familiares (RADOMSKY, 2010; SABOURIN, 2009, 2012b e 2011c) e com os consumidores, que acabam sendo excluídos em função das barreiras para participar dessa modalidade de comercialização de alimentos

(RADOMSKY, 2010; SABOURIN, 2010, 2012b). A certificação por auditoria externa, além de custosa, coloca o agricultor sob um rigoroso sistema de inspeção que lhe retira a autonomia sobre o processo produtivo (NIEDERLE, 2014).

Uma vez que não é possível se abster de comercializar os produtos agrícolas na maioria das situações longe do ambiente capitalista, necessita-se de uma articulação ou interface que possibilite um diálogo entre a lógica de troca da relação mercantil e a lógica de reciprocidade no seio da dinâmica de qualificação. Assim, duas possibilidades emergem como uma dupla interface entre as lógicas da reciprocidade e da troca no mercado para a certificação de produtos agroecológicos: a certificação participativa em rede e a cocertificação. São mecanismos de certificação híbridos, adequados para sistemas mistos, que introduzem valores éticos e um projeto de uma sociedade mais justa. Ambas podem estabelecer uma relação de reciprocidade simétrica entre produtor e consumidor, gerando sentimentos e valores de confiança, reputação, honra e responsabilidade, que, geralmente, contribuem para garantir a legitimidade e a autoridade do próprio processo de certificação. Outros aspectos que devem ser ressaltados são o conhecimento mútuo e o contato direto entre produtores e consumidores – estrutura de reciprocidade cara a cara baseada na qualidade e na origem do produto e na informação sobre a natureza do mesmo e suas condições de elaboração, originando conversas e explicações em torno dos produtos, do trabalho, dos processos e também de assuntos pessoais. Essa relação gera valores humanos como a afetividade, a lealdade e a confiança entre produtores e consumidores. Assim, o mecanismo de certificação de qualidade pode reintroduzir a dimensão de reciprocidade no sistema capitalista de mercado (SABOURIN, 2010 e 2012b) ao mesmo tempo que produz um valor agregado material, que se traduz por um preço mais justo para o produtor e medidas de garantia de compra e de fidelização dos produtores (SABOURIN, 2013).

A certificação participativa em rede, assim como na modalidade tradicional, também ocorre por meio de um organismo certificador seguindo os mesmos padrões de certificação ISO. A diferença é que ela é realizada de forma descentralizada e sem um inspetor externo, sendo efetuada por grupos de produtores, técnicos organizados ou até consumidores que são treinados em agroecologia. O registro e a documentação ocorrem de uma forma mais simples, com um custo anual em torno de 13% do valor que é cobrado na modalidade tradicional (SABOURIN, 2012b). Essa modalidade é igualmente aceita na acreditação da conformidade orgânica, sob o reconhecimento e registro no Ministério da Agricultura. Ela também permite maior autonomia dos agricultores no planejamento dos processos produtivos, e a transição

agroecológica passa a assumir um caráter coletivo e territorializado, haja vista que o controle envolve um grupo geralmente formado a partir da proximidade espacial e social (NIEDERLE, 2014).

A cocertificação em grupo não é realizada por um organismo certificador, mas por fazendeiros e associações de produtores especializados em produção agroecológica e que integram a comunidade. Ela também não segue as normas ISO, e sim padrões agroecológicos locais ou regionais, com registro e documentação ocorrendo de forma mais simples. Essas comissões de produtores realizam visitas de inspeção nas unidades produtivas, verificando o manejo dos cultivos e a natureza dos insumos. Os agricultores atuam tanto como avaliadores como avaliados. O sucesso e a minimização dos riscos de fraude nesse tipo de certificação ocorrem em função de que algumas famílias cuidam para que as regras sejam respeitadas, assim o controle da qualidade fica inerente à estrutura de produção, que se vê reposicionada em um sistema de reciprocidade, com a honra e a reputação do agricultor em jogo. O seu custo é irrisório e alcança cerca de 4% da certificação tradicional. Por isso ela ajuda na manutenção da competência e na autonomia dos produtores. O conhecimento mútuo, as relações diretas entre produtores e consumidores e a sua reputação complementam e validam esse processo de autocertificação. É importante mencionar que ainda há aqui o pressuposto de um selo atestando a qualidade e que também recebe apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SABOURIN, 2009, 2011c e 2012b).

O desenvolvimento da autorregulação local e regional é alternativa aos esquemas regulatórios atualmente dominantes, promovidos pelas agroindústrias, por supermercados e pelo Estado, tendo como principais recursos as redes disponíveis, os valores partilhados, as experiências e o conhecimento acumulado, a combinação da confiança com a desconfiança e a capacidade de resolver conflitos internos, de participar de processos de aprendizagem (PLOEG, 2008). A certificação via selos participativos é uma alternativa à mercantilização não hierarquizada e descentralizada de fornecer reconhecimento aos produtos (RADOMSKY, 2010). Por isso, a escolha por esses mecanismos de certificação também pode servir como um contramovimento.

Ainda assim, é evidente a impossibilidade de transferir a um selo a amplitude de valores que os alimentos agroecológicos carregam quando estão permeados pelos laços de solidariedade e reciprocidade, integrando as dimensões de artesanidade, tradição, saber-fazer e localidade. Por essa razão, além desses mecanismos de certificação participativos,



alguns agricultores optam por não certificar seus produtos e utilizar outras estratégias de diferenciação que continuam baseadas no enraizamento local e territorial da produção ou na venda direta. Eles fazem isso também mediante os vínculos de confiança construídos entre eles e seus consumidores (NIEDERLE E ALMEIRA, 2013).

## 5 RESULTADOS

Os resultados aqui expostos sobrepõem meras observações e são um relato da experiência que vivenciei como pesquisadora junto aos produtores rurais, aos indivíduos e às famílias vinculadas a esses agricultores, assim como à totalidade da CSA como uma organização que permeia essa relação de produção e consumo de alimentos. Por isso, em alguns momentos demarco em primeira pessoa as situações nas quais estive presente.

Outro ponto de importância é que, em virtude de os diálogos e situações ao longo da pesquisa terem ocorrido sem formalidade e no contexto específico da ruralidade mineira, isso está refletido na linguagem utilizada na redação. Alguns termos estão apresentados entre aspas, pois referem-se às falas ou às denominações e termos locais. A exposição com um linguajar mais técnico e rebuscado descontextualizariam o ambiente, a essência e a naturalidade por meio da qual a CSA existe em Minas Gerais. Dessa forma, o leitor aqui se defrontará com um relato descomplicado e fidedigno da conjuntura em que se entrelaçam uma série de fenômenos complexos em torno dos padrões de troca analisados. A apresentação dos resultados segue a ordem dos objetivos específicos definidos anteriormente e é acompanhada de fotografias ao longo do texto para auxiliar na contextualização do leitor e complementar as informações trazidas.

### 5.1 O CONTEXTO E AS MOTIVAÇÕES QUE ORIGINARAM A CSA ALFA NA REGIÃO DE MINAS GERAIS

A CSA Alfa surge na região metropolitana de Belo Horizonte, em um contexto no qual se cruzam as trajetórias de vida do Produtor 1 e do Mentor. O Produtor 1 caracteriza um agricultor familiar que sofre os efeitos do processo de mercantilização da agricultura tanto no que diz respeito ao uso de algumas das técnicas da Revolução Verde quanto no alongamento da cadeia distributiva por meio da figura do intermediário. Ele sofre o êxodo rural na sua juventude, retorna ao campo e vive uma série de tentativas produtivas buscando a sua reprodução material e social no ambiente agrícola. O Mentor caracteriza um repórter fotográfico que, em determinado ponto de sua carreira, decide abandonar a sua profissão para ir em busca de uma forma de vida mais próxima de seus valores pessoais. O resgate da história dessa CSA Minas foi possível mediante relatos dos participantes, histórico dos cinco

boletins informativos realizados pelos consumidores, análise dos *e-mails* trocados e comunicações disponíveis no grupo do Facebook.

O Produtor 1 é um homem de 61 anos de idade que nasceu e teve o seu primeiro trabalho na “roça”, na mesma terra em que vive atualmente. Até os seus 18 anos de idade, viveu com seus pais e familiares em atividades que oscilaram entre plantar em suas terras, cuidar de um bananal para terceiros e realizar serviços temporários: “não tinha serviço o tempo todo não, o serviço aqui era braçal, nós chamamos de lavrador” (PRODUTOR 1). Essa existência, considerada por ele como uma constante luta em sobreviver no ambiente rural, foi fortemente afetada quando o seu genitor faleceu e a família, diante das dificuldades financeiras, não encontrou outra opção senão o êxodo rural e a venda das terras para um fazendeiro local.

Quando saiu do campo, o Produtor 1 foi viver na periferia de Belo Horizonte. Lá ele exerceu uma série de atividades, tais como servente de limpeza, auxiliar de depósito em uma loja de materiais, “correndo trecho” (que na linguagem local significa asfaltando estradas) e também trabalhou como motorista. Nesse período, manteve os laços com o local em que nasceu ao casar com uma moradora da região, com a qual teve três filhos. Aos poucos, a família foi adquirindo uma pequena estabilidade financeira no ambiente urbano, com rendimentos superiores àqueles recebidos na roça, o que lhes permitiu comprar um terreno e construir a sua casa. Entretanto, relatou-me, com emoção e lágrimas nos olhos, que sentia falta de viver e trabalhar como agricultor. Por isso, em todos os finais de semana retornava à região para visitar amigos e familiares.

Alguns anos depois, a família montou um negócio próprio, um “sacolão” conjugado com um açougue, em que vendiam uma variedade de alimentos. Ele relata que esse negócio proporcionou-lhe muito dinheiro, “mas não tinha paz, dava a hora de fechar e a gente ficava desesperado com medo de ladrão” (PRODUTOR 1). Além disso, relata que “ganhava muito dinheiro e ainda assim estava sempre pensando em voltar para a roça” (PRODUTOR 1). Em torno dos anos de 1999 e 2000, devido a uma severa enfermidade que a esposa enfrentou e de uma série de assaltos com agressões físicas e ameaças de morte que ocorreram no sacolão, ele decidiu voltar a viver no ambiente rural: “Aí eu cheguei para minha esposa e falei que a gente morava na roça, era feliz e não sabia. Porque na cidade você mexe com muito dinheiro e fica todo mundo de olho em você. Lá na roça a gente ganha mixaria e as pessoas nem ligam” (PRODUTOR 1). Ao procurar terras à venda, descobriu que o fazendeiro que comprou as

suas terras anteriormente estava interessado em dividi-las em vários terrenos menores para vender:

Ele iria chacrear aqui, como os irmãos dele fizeram em outras terras que compraram aqui na região por causa dos outros lavradores que também foram embora. Aí eu brinquei com ele, se ele se interessava pela minha casa e ele se interessou. Mas pela minha casa ele me dava só a metade dessas terras, da minha casa para baixo, aí conversa vai e conversa vem, eu disse que preferia comprar o terreno todo, para ele ver quanto ele poderia financiar o resto. Aí eu botei minha casa e vinte mil na época, pagando 500 reais de financiamento. Mas isso era muito dinheiro na época e eu não dei conta de pagar esse trem todo mês com o meu trabalho na terra (PRODUTOR 1).

O Produtor 1 relata que, assim que retornou ao campo, feliz por ter recuperado as terras que foram de sua família, realizou o plantio de alimentos da mesma forma que exercia as suas atividades em momentos passados, isto é, com agricultura convencional, com monocultura e utilizando agrotóxicos e fertilizantes químicos. Ao longo de muitos anos, ele cultivou apenas uma variedade de alimentos por safra, sempre com o uso de fertilizantes químicos e, em alguns plantios, valia-se do uso de agrotóxicos, especialmente nos períodos em que cultivou couve e tomate. Ele explica que é uma prática cotidiana no ambiente rural desrespeitar as orientações das bulas dos agrotóxicos. Por exemplo, se a indicação for para “bater veneno” (uso de agrotóxico no dialeto do produtor) no tomate quinzenalmente, é comum fazer a aplicação semanalmente de forma preventiva ou inclusive em períodos menores a esse para a contenção de pragas. Isso ocorreu por quase uma década, período em que teve de renegociar sua dívida uma série de vezes.

Nesse período, a comercialização dos alimentos era realizada por intermediários que revendiam os produtos em outros canais ou diretamente na Ceasa da região (Central de Abastecimento de Minas Gerais). “Nessas de vender para o atravessador, eu perdi tudo, fica tudo com ele”, diz o Produtor 1. Explica que isso ocorria por dois motivos, o primeiro era porque “estava barato demais de dar conta”, havia situações que, para vender, ele precisava colocar um preço abaixo do seu custo. O segundo motivo é porque todos os alimentos que não eram de boa aparência acabavam sendo descartados. Em razão dos prejuízos sofridos, ele oscilava entre o trabalho em sua própria terra e o trabalho informal para terceiros ainda na agricultura, quando buscava capitalizar-se. Essa situação defrontou o agricultor com a decisão entre abandonar novamente o campo, sofrendo um segundo êxodo rural, ou vender parte de suas terras. Ele optou pela segunda opção. Por isso, o seu território que inicialmente era de 11 hectares foi reduzido a 7,5 hectares. Ele afirma:

Mas é aquilo que eu te falei no outro dia, não entrava no bolso. Eu vendi por questão financeira, não se conseguia comer, o trem foi apertando né, não tinha renda. Eu achei que eu plantando ia dar, mas aí não deu e eu precisei vender. Nessa época eu vendia por intermediário, o ATRAVESSADOR. Eu plantava um produto só, era todo o espaço só com um produto. Eu cheguei a plantar repolho, tomate, quiabo e abobrinha e mais um monte de coisas. Aí deu fumo. Você sabe o que é fumo? Fica barato demais até na Ceasa e não compensa pagar o carreto. Aí eu desisti de plantar. E passei a ser motorista de caminhão [...]. Aí depois eu trabalhei quase dois anos para o menino do ônibus escolar, pegando criança [...]. Depois eu peguei serviço de temporário também, de empreito, eu trabalhei também com esse negócio de matar mato. Eu na verdade eu sou randapeiro, eu já trabalhei muito com isso, sempre para os outros (PRODUTOR 1).

*Roundup* é o nome dado para um herbicida fabricado pela empresa Monsanto, que tem como principal componente o glifosato. Segundo o agricultor, ele é utilizado para acabar com plantas daninhas, geralmente em pré-plantio das lavouras, pois mata tudo no local em que é aplicado, por isso recebe o nome popular de mata mato.

Um tempo depois, aproveitando a existência de seis açudes logo na entrada de suas terras, resolveu iniciar um Pesque e Pague, atividade que manteve com sucesso por muitos anos. Nesse período, conseguiram se estabelecer financeiramente. Entretanto, nessa atividade também sofriam receios de assaltos em razão do alto valor movimentado em espécie e viviam cansados e “no estresse porque o local era frequentado até por bandidos da região” (PRODUTOR 1). Em dado momento, alguém realizou a denúncia da irregularidade da atividade do Pesque e Pague e a fiscalização aplicou-lhe uma multa em valor inviável para quitar, o que levou-o ao encerramento das atividades. A filha do Produtor 1 comenta que, de certa forma, sentiu-se feliz quando o Pesque e Pague encerrou, pois acredita que poderia ter acontecido “algo pior”.

Em 2014, o Produtor 1 decide tentar a vida como agricultor pela terceira vez. Ele compra um tratorito, aparelho que facilita o trabalho de cultivo ao abrir sulcos na terra para o plantio das sementes ao mesmo tempo em que suas enxadas rotativas reviram a terra, cortam o mato e limpam a área a ser plantada. A compra foi realizada sem financiamento. Em seguida à compra, ele procurou o responsável da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) na região para solicitar uma ajuda com a análise da água.

O Produtor 1 novamente retorna ao monocultivo, plantando rúcula para um intermediário (na região chamado de atravessador) que vendia em feiras, mercados e outros canais. Entretanto, nessa plantação já não utilizava “veneno”, não era necessário. Ele fala que

“fazia orgânicos sem saber, o controle era pelo capricho” (PRODUTOR 1). No início estava bom na percepção do agricultor, pois esse intermediário fornecia as embalagens e pagava um real pelo molhe de rúcula, com dias em que vendia até 100 molhes. A compra das mudas e do esterco eram de responsabilidade e custo do produtor, sendo que as mudas eram compradas direto desse intermediário. Com o passar do tempo, o custo da bandeja foi alterado significativamente, ela passou a ser descartável, e passou a vir uma quantidade menor de mudas. O que antes rendia de 70 a 90 molhes de rúcula passou a render de 30 a 40. Esse aumento de custo tornava inviável a atividade produtiva. Além disso, nesse período, o Produtor 1 adquire alergia à rúcula. Foi nesse contexto em que ele recebeu a visita do técnico da Emater acompanhado pelo Mentor, que foi a pessoa que originou a CSA Alfa.

O Mentor, por sua vez, é um homem de 60 anos que trabalhou 30 anos como repórter fotográfico e, em um determinado momento da carreira, desiludido com a profissão e o seu estilo de vida, foi morar em uma Ecovila no litoral do Rio de Janeiro no ano de 2010. Ele explica que essa Ecovila, além do viés da sustentabilidade, que era a sua grande busca pessoal, também tinha um viés de espiritualidade, por ser uma comunidade do Movimento Hare Krishna. Assim que ele chegou nessa Ecovila, a pessoa que cuidava da horta que fornecia parte da alimentação para as pessoas de lá havia deixado o grupo e não encontravam um substituto que estivesse interessado nessa atividade. Nessa conjuntura, o Mentor recebeu o convite para cuidar das hortas. Apesar de não ter qualquer experiência no assunto, ele ficou interessado e aceitou a proposta.

Em busca de maior conhecimento, o Mentor começou a estudar os materiais disponíveis na comunidade sobre agricultura orgânica, a interagir com os agricultores da região, explicando que lá existe muitos produtores de agroecologia que vendem em feiras agroecológicas. Ele começou a participar dos mutirões desses agricultores e foi na Emater buscar auxílio para fazer a horta orgânica. Ele explica que o trabalho na agricultura é um trabalho que não é extremamente difícil e compreende que qualquer pessoa que tenha interesse e seja observadora, em pouco tempo, consegue trabalhar com a agricultura, em especial a horticultura, que são plantas de ciclo muito rápido.

Ao longo do tempo, a agricultura passou a prover o seu sustento; em troca do seu trabalho na horta, recebia alojamento e comida. Com o tempo e com o desenvolvimento de suas habilidades, a horta passou a gerar renda para a comunidade da Ecovila. Isso ocorreu porque a horta antes era voltada somente para abastecer a cozinha da comunidade e, com o

aumento da produção, ele passou a vender o excedente que o grupo não comia. Era com certa dificuldade que passou a realizar essa atividade, explica, pois por iniciativa própria saía carregando na mão quatro caixinhas de verdura e andava 3 quilômetros até o ponto do ônibus para ir até a cidade vender. Em cerca de um mês, o Mentor obteve uma clientela fiel na venda de porta em porta:

Eu não conseguia atender a demanda que eu tinha, mas não conseguia produzir nem levar mais porque eu estava sozinho. Eu via que tinha um potencial imenso de produzir e de abastecer a cidade com produtos orgânicos, mas eu não tinha o apoio da comunidade em que vivia, porque o interesse deles era a religião. Isso não é uma crítica, é uma questão de foco, de propósito. E o meu foco é mais a sustentabilidade (MENTOR).

O Mentor permaneceu nessa Ecovila por dois anos, período em que estudou muito sobre o assunto. Mas ali houve uma mudança que ele me esclareceu com um amplo sorriso: “Eu brinco que foi lá onde eu me contaminei com um vírus que não tem cura, o vírus da agroecologia” (MENTOR). Por isso, após essa experiência na Ecovila, ele retornou para Belo Horizonte e decidiu procurar uma horta ou uma comunidade para dar continuidade ao trabalho que havia iniciado:

Eu tinha um ideal voltado para a sustentabilidade, o meu sonho é uma ecovila produtiva e inclusiva. Produtiva porque ela é autossustentável, ela produz para consumir e para gerar renda para sustentar a comunidade, as pessoas que moram e trabalham lá. Mas aí a pessoa que não tiver dinheiro e quiser sair aqui da selva de pedras e ir para lá, se ela tiver disposição para trabalhar na agricultura, que são poucas as pessoas na cidade que tem, ela pode ir para lá sem dinheiro. Vai trabalhar e morar lá, vai gerar renda nos ajudando com o trabalho.

O Mentor realizou um concurso público para um cargo não relacionado à agricultura na prefeitura de um município da região metropolitana de Belo Horizonte. Ele relata que, antes mesmo de ser nomeado, o seu interesse em voltar a trabalhar com a agroecologia era tamanho que foi até a Emater da região e comunicou o técnico de que gostaria de conhecer os agricultores orgânicos locais. O técnico da Emater informou que precisava de alguém para ajudar no trabalho com as hortas comunitárias da cidade e que havia solicitado para a prefeitura uma pessoa para esse trabalho, sem sucesso. Tão logo foi nomeado no concurso, o Mentor entrou em contato com o Secretário do Meio Ambiente informando a sua disponibilidade para trabalhar junto à Emater incentivando a produção de orgânicos na região e quase imediatamente ele foi requisitado para realizar esse serviço. O Mentor passou a trabalhar coordenando as hortas comunitárias da região, um programa que foi lançado pelo

Ministério do Desenvolvimento Social como parte do Programa Fome Zero, buscando incentivar a produção de alimentos dentro das cidades a fim de trabalhar a questão da segurança alimentar.

O Mentor relata que buscava incentivar as pessoas, especialmente aquelas de baixa renda que precisavam realizar um grande deslocamento entre a cidade em que viviam e o local de trabalho em Belo Horizonte, a perceberem as hortas como uma possibilidade de geração de renda para as famílias, mas que poucas pessoas percebiam-na dessa forma e muitos não queriam compromisso com a produção, apareciam apenas quando lhes sobrava tempo como uma atividade de lazer. Ainda que a proposta original dessas hortas estivesse atrelada aos seus objetivos pessoais no que concerne à segurança alimentar e nutricional e à inclusão social produtiva, ele acabou desiludido com a atividade em razão da baixa adesão.

O conhecimento sobre a existência da Agricultura Sustentada pela Comunidade ocorreu enquanto estava nas hortas comunitárias. Nesse período, receberam estudantes dos Estados Unidos para conhecer a agricultura urbana, explicando que a região de Belo Horizonte é uma referência nesse assunto no País. Foi nessa visita que os estudantes explicaram sobre a CSA nos Estados Unidos, onde essa atividade já se encontra mais disseminada. Desde então ficou interessado no tema e participou de uma palestra sobre a CSA em Belo Horizonte, que foi ministrada pelo responsável pela CSA de Botucatu, a primeira que se tem registro no País.

Inicialmente, o Mentor pensou em adaptar as hortas comunitárias em algo parecido com a CSA, entretanto os participantes não quiseram fazer parte com a justificativa de que não poderiam assumir o compromisso. Foi nesse momento que pensou nos agricultores da região e resolveu articular-se com o técnico da Emater para buscar interessados. Foi por meio da indicação desse técnico que tomou conhecimento do Produtor 1.

A data do primeiro encontro entre o Mentor e o Produtor 1 foi em setembro do ano de 2014, em uma visita acompanhada pelo técnico da Emater. O Mentor relata que explicou para o Produtor 1 como funcionava uma CSA, informando que desejava iniciar um grupo, mas que não havia nada formado até o momento, pois era somente uma ideia, e questionou se esse agricultor gostaria de participar. Ele diz: “O Produtor 1 não fala porque ele é muito legal, mas ele estava desconfiado de mim” (MENTOR).



De fato, o Produtor 1 relatou claramente que, quando o Mentor apareceu, todos de sua família ficaram desconfiados com a ideia: “Foi aí que apareceu o Mentor, onde que eu não acreditei nele, eu até não fiz fé não, porque já tinha vindo vários aqui antes” (PRODUTOR 1). Explica que receberam o Mentor com desconfiança e que, de início, não acreditou que o projeto da CSA fosse possível. Além da desconfiança em relação ao Mentor e ao projeto, ele não acreditou que os consumidores pagariam adiantado e aceitariam receber o que fosse produzido sem assinar contrato. Por isso, o Produtor 1 explica que, apesar de estar em uma situação delicada e de dificuldade em relação ao rendimento de sua atividade produtiva com a rúcula, precisando de uma nova oportunidade, resistia em aceitar participar do CSA, foi preciso muita insistência do Mentor. A filha do produtor acompanhou o pai ao longo do processo decisório e relata: “A gente não acreditava que vinha uma oportunidade tão boa, estava descrente com as coisas que ocorreram no passado e desconfiava de todo mundo” (FILHA DO PRODUTOR 1).

O Produtor 1 disse que “nós somos aquele caipira que tem vergonha na cara, a palavra vale mais do que a assinatura” para expressar que, além da desconfiança em relação à proposta, acreditava que não conseguiria realizar uma produção de alta variedade, pois sempre fora do monocultivo. Ele seguiu dizendo que “Isso se as pessoas realmente pagassem antes, pois nós não acreditamos nesse trem de que as pessoas fossem pagar os três meses antes e esperar, ainda mais que CSA é toda na base da confiança, não tem nada assinado, aí no início a gente desconfiou” (PRODUTOR 1). A filha do Produtor 1 conta que sempre questionava o seu pai a respeito dos insucessos na agricultura no passado em relação às propostas que recebiam e dizia “Qual é a bondade disso?” (FILHA DO PRODUTOR 1).

Ao longo dos meses de outubro e novembro daquele ano, o Mentor seguiu visitando o agricultor e insistindo para que ele aceitasse participar da CSA. Após muita insistência e considerando que o plantio da rúcula estava inviável, o Produtor 1 resolveu aceitar, mas recusou-se de todas as formas a aceitar o recebimento antecipado do valor pago, na dúvida do cumprimento de sua palavra em produzir a variedade solicitada. Pediu que o valor ficasse em uma conta administrada pelo Mentor e que ele somente aceitaria o recebimento após a primeira colheita. Ambos relatam a insistência do Mentor em que ele aceitasse e a constante explicação de que essa é a principal base da CSA, o financiamento prévio, mas não houve argumento que convencesse o agricultor, o qual inicialmente financiou sua própria produção. A esse respeito, o Mentor corrobora o relato do Produtor 1 e diz que “Aí tem o negócio da índole dele que eu falo que ele me conquistou. Quando eu falei que eu queria adiantar o

dinheiro para ele plantar, ele não aceitou de jeito nenhum e disse que somente aceitaria quando começasse a entregar, que não queria dinheiro assim” (MENTOR). Nessa situação, a atitude do produtor indica um afastamento da lógica da troca mercantil diante da sua dúvida sobre a capacidade produtiva variada, ainda que ele fosse receber o valor pago pelos consumidores independentemente de conseguir ou não produzir o que se estava solicitando. Muito além do interesse individual, o Produtor 1 estava preocupado em não ter a sua reputação atingida diante daquelas pessoas, mesmo que isso lhe custasse perda de dinheiro.

Um ponto de conflito foi na definição da logística. O Produtor 1 relata: “O Mentor queria que eu entregasse com o meu carro. Mas aí eu falei: eu não quero sair do mato. O meu interesse é ficar aqui no mato. Esse compromisso de entregar eu não quero fazer, mesmo que eu receba um valor menor” (PRODUTOR 1). O produtor define-se como um “homem do mato” e “um pouco avesso às tecnologias”, explicando que também ficou desconfortável e desconfiado quando o Mentor começou a medir a área do plantio e “veio com essa história de satélite”.

Quando eu questionei o Produtor 1 sobre qual foi a sua maior motivação para participar da CSA, ele respondeu da seguinte forma:

Foi a questão da garantia. Na época eu ainda falava consumidor, e o Mentor falava coprodutor. Ele já veio me falando que era sem o atravessador, foi por isso que eu achei interessante. Eu perguntei para ele quanto que iriam cobrar e ele me explicou que por enquanto não faziam ideia, mas que achava que não iriam cobrar nada. Eu falei para ele que de graça não tem como ninguém trabalhar. Ele me disse que não tinha ideia e que isso teríamos de ver mais no futuro. Primeiro ele pretendia formar o grupo, porque ele já tinha visto assim. Eu já tinha visto algo parecido com isso na televisão, mas era diferente, era eu tendo que ir entregar tudo semanalmente, por isso não quis antes. Aí quando ele vem com essa ideia, eu já tinha sonhado com isso há tempos atrás, porque para gente ficar na roça tem que ser uma coisa tipo isso. Aí aconteceu que o Mentor veio, a gente ficou com o pé atrás se faz ou se não faz, não sabia se iria dar certo, se iriam pagar, o tipo de produção que ele queria que eu plantasse. Eu fiquei muito assustado, porque ele já chegou falando da variedade e eu pensei que tinha que ter muita terra, por isso também eu estava desistindo, e o detalhe, a minha terra é alta, terra alta tem produto que não consegue produzir. Aí eu fiquei naquele impasse, eu não sabia se eu pegava a CSA ou não, eu falei pro Mentor que eu estava com um pouco de medo, eu nunca desconfiei tanto dele, mas também nunca fiz muita fé, porque igual ele falou assim, que ele iria arrumar o consumidor e ainda me disse que o meu produto seria mais caro do que eu entrego para o atravessador, que o preço seria melhor. Mas aí o Mentor firmou, não desistiu, e eu firmei também, não desisti. Aí aconteceu que teve essa reunião com os coprodutores quando ele arrumou o grupo e me deu muita firmeza. Logo no início eu já conheci a metade dos coprodutores e gostei deles.

O Produtor 1 explica que, desde o início, buscou ser sincero e claro para as pessoas confiarem nele e contou que cerca de cinco anos antes havia utilizado química em suas terras,

inclusive fazendo capina química com *Roundup*. Em resposta, o Mentor explicava-lhe que por isso a produção era considerada agroecológica e o técnico da Emater esclareceu que grande parte do produto já havia saído do solo.

O Mentor relata que divulgou a sua ideia inicialmente já enquanto negociava com o agricultor em grupos ativistas ou de consumo específico, como, por exemplo, de vegetarianos ou consumidores de alimentos orgânicos, que aderiram à proposta e também se interessaram em auxiliar na organização e gestão da CSA. Tão logo obteve o aceite do agricultor em participar, o Mentor inicia a formação do grupo de consumidores. Assim, no dia 24 de dezembro de 2014, na sua página pessoal do Facebook, divulgou que estava iniciando a formação de um grupo de CSA. Eles ficaram surpresos quando as 30 vagas iniciais foram esgotadas em menos de um mês. Em janeiro de 2015, o grupo estava completo, com os pagamentos por parte dos consumidores já realizados em uma conta separada, que seria disponibilizada ao Produtor após a primeira colheita em razão da insistência de que fosse dessa forma por parte do agricultor.

Ao longo da pesquisa, conversei de forma mais aprofundada com 20 consumidores para tentar compreender a sua motivação de engajamento na CSA Alfa e, aparentemente, há indícios de um forte afastamento da lógica predominante na troca de mercado. A maioria dos relatos indica a busca por uma alimentação saudável e de qualidade por meio de alimentos orgânicos e o desejo de uma aproximação de pessoas que tenham valores compartilhados e o mesmo estilo de vida. Essa busca pela construção de um vínculo associativo pode ser o primeiro indício de uma intenção desses indivíduos em relação à ampliação e ao fortalecimento dos laços sociais por meio da participação na CSA. Além disso, a impessoalidade, a individualidade, o egoísmo, a busca de vantagem sobre os demais e o mero interesse em adquirir alimentos pelo menor preço não foi a fala predominante entre esses consumidores. Eles buscam na CSA a interação, assim como, quando questionados se havia diferença de preço entre a CSA e outros canais, a grande maioria informou que não sabiam, pois não realizaram um comparativo entre os preços. Apenas dois dos vinte consumidores fizeram comparação de preço para decidir sobre a sua participação.

Os consumidores também relataram motivações atreladas a preocupações com a saúde, o incentivo à produção agroecológica local, a proximidade com os agricultores e o ambiente rural, a eliminação do intermediário ao comprar direto do produtor, a certeza da origem do produto que consome e a busca por comprar alimentos com confiança. É

interessante ressaltar que muitos desses consumidores já integram outros movimentos sociais, tendo sido predominantes aqueles relacionados à alimentação e à espiritualidade.

Alguns consumidores apresentam justificativas mais elaboradas. Por exemplo, um consumidor que participa desde a fundação da CSA Alfa diz o seguinte:

Eu estou ligado ao grupo do Produtor 1 desde o início. Eu participo de iniciativas relacionadas à alimentação, como o Comida Viva, e foi lá que conheci o Mentor e me interessei imediatamente pela proposta, pois era uma ideia que tinha tudo a ver com a minha história, eu sou vegetariano há muito tempo. Por conta da alimentação saudável, eu me importo muito com isso, gostei dessa questão de valorizar o agricultor, enfim, de estar em grupo, estar compartilhando, estar interagindo. Toda a CSA tem a ver comigo, com as coisas que eu acredito, valorização do pequeno, do local, da união, a eliminação do atravessador e do lucro excessivo, tudo tem a ver comigo. Eu já participava de outros grupos de promoção e incentivo à alimentação saudável, mas comprava em mercados ou feiras. Se eu fosse pensar pragmaticamente sobre o dinheiro e a logística para mim, a CSA não é interessante, porque eu tenho uma feirinha de orgânicos e um supermercado orgânico praticamente do lado da minha casa. Mas a proposta da CSA é muito mais interessante, muito mais abrangente, bonita e alegre, por isso eu acabei ingressando (CONSUMIDOR 1).

Um outro consumidor, que também participa desde o início, faz um relato acerca do significado que o alimento tem para ele e de que forma isso o levou a ingressar na CSA:

A motivação para entrar foi simples, eu já tinha um vínculo com o Movimento *Slow Food*, a minha preocupação é mais o alimento, pensando que a gente está perdendo a noção do que é um alimento, achando que ele é somente mais uma compra como outra no mercado, mas ele não é. O alimento é uma coisa que mudou em várias situações. Por exemplo, você pode comprar um orgânico que veio da Califórnia, mas isso não é sustentável, apesar dele ser orgânico. Às vezes pode ser até melhor comprar com agrotóxico do vizinho, mas aí você também está prejudicando a sua saúde, comprando veneno, particularmente no Brasil que o uso de agrotóxico é muito pesado, mais ainda na agricultura familiar. Tem vários agrotóxicos que se usa aqui que são proibidos no exterior. No *Slow Food*, assim como na CSA, também se valoriza muito o alimento e o produtor, mas ele é mais amplo. Eu acho muito legal saber onde cresce o seu alimento e ter contato com o produtor, por isso resolvi participar da CSA (CONSUMIDOR 2).

Uma consumidora explica que a preocupação com uma alimentação saudável reflete-se em outros aspectos:

A motivação para eu entrar é pela questão da alimentação, pois eu sou vegetariana e me preocupo muito com a questão de retirar o agrotóxico. Eu gostei da ideologia da CSA, por essa questão de eliminar os intermediadores, de comprar direto do produtor, que é algo que eu já venho tentando fazer na minha vida faz uns dois anos, que isso desperta vários outros setores, um desencadeia o outro (CONSUMIDORA 3).

Outros consumidores apontaram críticas mais fortes e dizem que a motivação provém: “da vontade de participar de uma cooperativa com relações pautadas menos na lógica capitalista e mais na lógica comunitária” (CONSUMIDOR 4) e “participar de um movimento com fluxo diferente das relações de mercados hegemônicas” (CONSUMIDOR 5). Dentro da CSA Alfa, o termo consumidor sequer é utilizado, o grupo faz referência a “coprodutores”. O mentor explica que “o consumidor é aquele que vai lá no sacolão comprar e consumir, enquanto o coprodutor não é um consumidor, ele está financiando a produção e é um parceiro do produtor, pois tem o compromisso da tolerância e de aceitar o que foi colhido no período” (MENTOR).

O Produtor 1 iniciou o plantio por vontade própria em dezembro de 2014 de forma “um pouco bagunçada” como descreve. No dia 06 de janeiro de 2015, quando o grupo de consumidores estava praticamente formado, o Produtor 1 iniciou oficialmente o plantio da CSA com o auxílio do Mentor em algumas questões, o qual ensinou como praticava o plantio nas hortas agroecológicas, e de forma mais forte e constante com o auxílio do técnico da Emater, que ajudava o produtor a determinar o que plantar, quando plantar e em que quantidade.

O primeiro contato entre o Produtor 1 e os consumidores da CSA ocorreu em seguida, no dia 31 de janeiro de 2015, quando os consumidores passaram um final de semana acampando em suas terras. Em diversas ocasiões, o produtor relatou a importância que esse encontro teve para que ele passasse a acreditar no projeto da CSA e adquirisse confiança nos envolvidos. Ele explica que marcaram um primeiro encontro em suas terras:

O Mentor foi claro comigo desde o início e explicou que, na CSA, as pessoas viriam aqui várias vezes, nesse primeiro encontro foi para nós conhecer o povo e eles conhecerem a gente e o local. Aí eu dei carta branca e aconteceu que o grupo de consumidores veio, nos conhecemos, todo mundo se apresentou, eu falei para eles na época que isso era o meu sonho de ter mais garantia, mas que a gente estava dando uma foçada no escuro, porque estava muito bom para ser verdade, porque podia acontecer de que eu não conseguisse produzir o que eles queriam e eles já tinham pago. Eles me responderam que já sabiam do risco, todos os coprodutores, que eles sabiam que a colheita podia ser boa ou ruim e até que poderia não receber. Aí eu senti firmeza. Eu falei que iria dar o meu melhor, dos produtos e em termos de confiança e tudo, liberei qualquer um que quisesse chegar aqui qualquer dia da semana, que podia vir me fiscalizar, independente de reunião. Isso tudo na confiança, eu não tenho nada assinado com eles, foi no fio do bigode que nós firmamos o compromisso, eu dei a minha palavra, e eles a deles (PRODUTOR 1).

Ainda que o princípio da troca mercantil não deixe de existir, pois a CSA Alfa comercializa produtos agrícolas, a interface entre a troca mercantil com o princípio da

reciprocidade pode ser visualizada no encontro entre o produtor e o consumidor. Esse contato direto entre eles pode estabelecer relações de reciprocidade binária simétrica, que geram valores afetivos, como o reconhecimento mútuo, e morais, como fidelidade e respeito. Essa relação de reciprocidade torna-se aparente na CSA Alfa mediante o estabelecimento do contrato verbal fundado em uma palavra de honra ou, como diz o Produtor 1, “no fio do bigode”, calcado tanto na proximidade das pessoas quanto no estabelecimento da confiança entre elas.

Outro relato muito interessante do produtor sobre esse encontro tratou do momento em que ele levou os consumidores para conhecer a área do plantio, que eles se referem como “a horta”, que já estava funcionando:

Aí nós na roça aqui, chega o cara bem vestido, a gente fica meio acanhado. Nós fomos conhecer a horta e o Consumidor 2 pegou um jiló que estava crescendo direto da terra. Eu falei para ele: esse aqui não se come não, já estava maduro, era para jogar fora e ele chegou e meteu aquilo na boca e comeu, e ainda me falou que eu não podia jogar nada fora, que eles comiam tudo isso. E tudo o que eu tinha plantado aqui, que era jiló, pimentão e chuchu, os consumidores metiam a boca e comiam direto da terra, sem lavar nem nada. Aí eu pensei: gente esse povo não conhece nada de mato, o que está acontecendo? Aí na banana também, não tinha frescura, aquela banana feinha, eles batiam a boca e comiam aquele trem. Ah, e tinha um pé de alface que estava na ponta do canteiro e por isso ele pega menos água e esterco e fica amargando, naquele verde feio. Eles vinham e comiam até aquele trem, batiam a boca e comiam, até alface que a gente joga fora para as galinhas eles batiam a boca e comiam, isso tudo naquela visita. Eles ficaram maravilhados com a horta, aí a gente foi conversando e conversando e eu pensei: esse povo é doido mesmo, isso é capaz de dar certo (PRODUTOR 1).

A primeira entrega ocorreu após 11 semanas do plantio, em 21 de março de 2015, com um grupo de 34 consumidores vinculados ao Produtor 1. Nesse momento, ele aceitou receber o valor que fora depositado antecipadamente pelos consumidores, pois havia finalmente “cumprido com sua palavra”. O grupo havia combinado para que o produtor buscasse desenvolver uma cesta semanal com sete itens, no mínimo. Segundo documentos do grupo, na primeira cesta foram entregues 11 variedades de alimentos, dentre eles alface, almeirão, cebolinha, couve, quiabo, rúcula, salsa, rabanete, mandioca, banana e limão. Apesar disso, o Produtor 1 compreende que a cesta não foi “bonita” e explica: “Aí eu pensei, meu Deus isso não é possível, foi só a metade da caixa e eles ficaram alegres. Aí eu fui gostando. Eu criei confiança neles e hoje acredito no projeto, está aí, está dando certo” (PRODUTOR 1). A seguir, segue uma foto do agricultor com a sua primeira colheita:

Figura 3 – Produtor 1 com as cestas da primeira colheita na CSA Alfa



Fonte: Arquivo da CSA Alfa

O Produtor 2 é um homem de 48 anos que passou a fazer parte da CSA em fevereiro de 2015. Ele mora em uma distância de 8 quilômetros do sítio do Produtor 1, que já conhecia daquela região, em uma área de 7,2 hectares. Ele conheceu o Mentor por intermédio do Banco de Alimentos da Prefeitura da região, de onde surgiu o convite para fazer parte da CSA. Assim como o Produtor 1, as suas terras pertenciam à família, eles tinham um bananal, mas cresceu majoritariamente no ambiente urbano. Ele relata que sempre quis viver no ambiente rural e que, entre os anos de 1996 e 2000, quando trabalhava para uma empresa automotiva na cidade, recebendo 10 salários mínimos, decidiu abandonar o ambiente urbano e passar a viver na roça, mesmo sabendo que seus rendimentos seriam menores.

As suas vendas nesse período ocorriam tanto por intermediários quanto pela venda direta em restaurantes e mercearias da região. Entretanto, em virtude dos rendimentos muito abaixo do esperado com suas atividades rurais, ele saiu do campo diversas vezes para se capitalizar realizando trabalhos no ambiente urbano. Ele diz que “foram várias idas e vindas entre o campo e cidade, ia para a cidade para fazer mais dinheiro, procurava os recursos para melhorar o campo fora do campo, o campo não dava o recurso, na cidade pagava mais” (PRODUTOR 2). Quando ingressou na CSA Alfa, estava há cerca de dois anos sem sair da roça.

A respeito da motivação para ingressar na CSA, o Produtor 2 explica que se deve em virtude da garantia do escoamento da sua produção: “Eu estava fazendo um bico aqui e um bico ali para ganhar um dinheiro e continuar mexendo na terra e apareceu a CSA com a proposta de garantia da venda e do pagamento adiantado” (PRODUTOR 2). Ele relata que gostou muito da proposta de uma produção sem produtos químicos, e explica:

Por último, eu já não usava agrotóxico, só adubo. Eu sempre zelei muito por essa questão do controle, porque o agrotóxico mata tudo. Você mata o que você quer e o que você não quer. Se matou tudo, você não tem nada para se defender depois. Você tem que zelar pelo controle do que você está fazendo, pela saúde, por tudo. Por exemplo, eu estou com pulgão ali na couve. Daí você bate agrotóxico, só que ele não mata só o pulgão, ele mata tudo, alguns são nocivos e outros não são. Você mesmo produz o seu desequilíbrio. Aí, no desequilíbrio, vêm mais problemas do que tinha antes, porque você não tem mais defesa natural, aí tem que partir de novo para o químico, é um ciclo isso. Aqui na região tem várias hortas, tudo com agrotóxico. E veneno é veneno. E eu gostei da CSA por isso, porque tudo é natural e respeita o funcionamento da natureza (PRODUTOR 2).

O Produtor 3 é um homem de 28 anos de idade que passou a fazer parte da CSA em outubro de 2015. Ele tem um histórico de vida e uma motivação diferente dos demais produtores para ingressar na CSA Alfa. Ele é um dependente químico que foi para uma fazenda de recuperação onde aprendeu a plantar e a manusear hortas agroecológicas. Ele explica que, tão logo saiu dessa fazenda, ele foi viver com familiares nessa mesma região em que estão inseridos os produtores para tentar se recuperar longe do ambiente urbano. O seu tio, proprietário da terra, é produtor de banana naquela região e entrou em contato com o Mentor solicitando um trabalho para ele, pois percebia que trabalhar com a CSA seria uma boa oportunidade para ajudar na sua recuperação.

A explicação dos consumidores para justificar a aceitação do Produtor 3 na CSA parece indicar uma preocupação em direção a uma solidariedade naquela comunidade rural, um senso de responsabilidade com aqueles que precisam de ajuda e uma tentativa de estabelecimento de relação de confiança. O Consumidor 1, que também integra a gestão da CSA como voluntário, explica que o grupo decidiu que, apesar do risco, deveria aceitar a participação do Produtor 3. Ele explica: “Como um dos nossos motes é a transformação social, para nós, esse tipo de agricultor também interessa. Na realidade, um produtor constituído e com recursos não é o interesse da CSA. São os nossos dois lados, a produção de saúde e a transformação social” (CONSUMIDOR 1). A Consumidora 6 ofereceu uma explicação na mesma direção: “A gente tem uma responsabilidade social de apoiá-lo, eu vejo



nos olhos dele que é uma boa pessoa. Se a proposta da CSA é transformação social, nada mais justo do que dar uma chance para ele recomeçar” (CONSUMIDORA 6).

O Mentor informa que, ao longo do tempo de existência da CSA Alfa, uma série de produtores entrou em contato solicitando fazer parte do grupo. Ao longo da pesquisa, enquanto acompanhava a entrega das cestas aos consumidores em Belo Horizonte, presenciei uma situação destas. Um produtor rural de uma região um pouco mais afastada procurou o grupo para solicitar a participação na CSA Alfa, que aqui será chamado de Requerente. O Requerente informa que ficou sabendo da CSA Alfa por meio de uma pesquisa na *internet*, quando procurava novas formas de venda e de negociar, e faz um relato interessante que, novamente, resgata o problema da mercantilização da agricultura e a busca por alternativas:

Eu estou muito tempo parado e quero voltar a produzir. Eu vendia para a Ceasa antes e aí me deu aquela pergunta, será que a forma de vender é só aquela forma convencional? Eu comecei a procurar informação e vi alternativas orgânicas no Rio de Janeiro e também vi que muitos usavam a sigla CSA. Eu comecei a ler sobre isso, aí li primeiro lá dos Estados Unidos e achei interessante. Aí eu fui ver o preço de venda final, fui em supermercado grande, fui em feira de rua, em lugares mais pobres e mais ricos, vi os preços de venda, esses produtos de horta já entram como guerra de preço, um produto que vai ser vendido no mercado a 6 reais, o produtor recebe 99 centavos, então a remuneração do produtor é muito ruim. Eu conversei com alguns produtores da região em que vivo e da proximidade, e está todo mundo na mão do comprador de varejão, de sacolão ou de mercadão, que é o intermediário. Quando eu vi que talvez fosse possível eu fazer o preço melhor médio direto para o consumidor e ter a garantia da venda, que o cliente vai poder me financiar, eu gostei da ideia. Quando eu comecei a ler sobre a CSA, como funciona nos Estados Unidos e na Europa, eu achei fantástico, então vamos ver se funciona aqui também, que lá é diferente daqui né, as pessoas são diferentes. Aí eu fiquei procurando para ver se tinha um modelo desses em Belo Horizonte ou em Minas Gerais e a *internet* ajudou de novo e me trouxe até aqui (REQUERENTE).

Entretanto, o Requerente faz uma ressalva a respeito da crítica que oferece ao intermediário e também complementa a explicação da sua motivação:

O intermediário não é somente vilão, ele também ajuda o produtor, pois exigir que o produtor seja bom produtor e bom comerciante é sacanagem. Eu te falo como produtor, você produz, você acorda muito cedo, se você vai vender o seu produto você encaixota as coisas para o caminhão, a venda é demorada, é estressante e o mercado é muito complicado, você está cansado, longe das terras e de sua família, e isso traz um custo alto também, pois você precisa ter um caminhão, ter um motorista, é complicado. O atravessador tem uma função muito importante. A diferença aqui na CSA é que o desconto desses 30% é muito mais justo, só esse valor custa a logística, vale muito a pena para o produtor (REQUERENTE).

O Requerente explica que tem experiência plantando somente com agrotóxicos e produtos químicos, mas que está com o auxílio da Emater realizando a transição para alimentos agroecológicos. Ele ressalta que o seu principal interesse é ter um canal de

distribuição garantido. O grupo da CSA Alfa explica para ele que, naquele momento, não estavam conseguindo absorver a demanda de produtores solicitando participar e o Requerente conclui que prefere esperar a abertura de novas vagas, pois ele prefere ter a venda garantida e os consumidores gerindo o grupo. Ele explica a sua decisão: “O quanto menos eu tiver que correr atrás de mercado, melhor, eu não quero me preocupar com isso e pelo o que eu vi de vocês não é só produzir e entregar, tem uma interatividade maior, lá em casa a gente pode fazer isso também, tem trilha e outras coisas para fazer, eu adoraria” (REQUERENTE).

De fato, essa interatividade a que o Requerente se refere faz com que a CSA Alfa constitua-se em uma relação comercial diferente de uma simples troca de mercado. A aproximação entre produtor e consumidor e também entre consumidor e consumidor abre espaço para o estabelecimento de relações de reciprocidade que podem ser capazes de estreitar os laços sociais por meio dos sentimentos afetivos e morais gerados.

Dessa forma, o contexto e as motivações que levaram à formação da CSA Alfa e ao engajamento dos produtores e dos consumidores, em primeiro lugar, sinaliza uma forte presença da mercantilização no ambiente agrícola e nos sistemas alimentares. Em segundo lugar, pode indicar uma forma de contramovimento para preservar a reprodução material e social desses indivíduos como uma alternativa a essa mercantilização. Em terceiro lugar, é nessa conjuntura que a reciprocidade e os valores que se afastam da lógica da troca mercantil podem favorecer a autonomia relativa tanto dos produtores quanto dos consumidores e a partir disso e dos atos de proximidade elevar a coesão social.

A reciprocidade e esses valores podem ser favorecidos e podem ser um resultado das relações de proximidade. Entretanto, os resultados indicam que eles também foram necessários para a formação da CSA Alfa, pois aparecem em alguns momentos prévios às interações entre as pessoas. Por exemplo, parece que a opção por participar da CSA é muito menos relacionada ao interesse individual de *Homo Economicus* e está mais vinculada a preocupações sociais, morais e comunitárias. Inclusive alguns dos relatos falam diretamente que buscam estabelecer e fortalecer seus vínculos sociais. Parece existir um compartilhamento de visões de mundo.

## 5.2 MODO DE OPERAÇÃO DA CSA ALFA

A CSA Alfa é uma associação informal entre produtores e consumidores que assumem para si a responsabilidade da organização da cadeia de produção e distribuição de alimentos agroecológicos mediante a eliminação do intermediário nesse processo. Ela tem a sua formação por iniciativa dos consumidores, que realizam a maior parte da gestão, sendo responsáveis por questões que perpassam a gestão estratégica, financeira, logística e de comunicação, além de auxiliar no planejamento da produção. Eles justificam essa opção explicando que o produtor quer lidar somente com o plantio no ambiente rural e não se interessa em administrar o grupo. Essas informações são confirmadas e, com frequência, ressaltas pelos produtores. O Produtor 1 explica que, além do processo produtivo demandar muito tempo, inviabilizando a realização de outras atividades, ele não gosta de sair do ambiente rural e ir para a “cidade”.

No início do acompanhamento desta pesquisa, a CSA Alfa era composta por dois agricultores (Produtor 1 e Produtor 2) que vivem na zona rural da região metropolitana de Belo Horizonte e um total de 72 famílias de consumidores, a grande maioria residente em Belo Horizonte, Minas Gerais. O Produtor 1 estava com 40 famílias de consumidores vinculadas a ele, em 40 cotas de cestas, cada uma correspondendo a uma cesta para um grupo familiar de quatro pessoas; o Produtor 2 estava com 32 famílias de consumidores vinculadas a ele, em 32 cotas de cestas, cada uma também correspondendo a uma cesta para um grupo familiar de quatro pessoas. Com frequência, os produtores corrigiam a minha fala e explicavam que não são consumidores vinculados a eles, mas “grupos de famílias de coprodutores” (PRODUTOR 1 E PRODUTOR 2).

Entre o início das atividades da CSA, em janeiro de 2015, e o início do acompanhamento desta pesquisa, em setembro de 2015, o Produtor 1 havia ampliado a quantidade de famílias atendidas de 34 para 40. Além disso, o Produtor 1 também incorporou ao processo produtivo para a CSA o trabalho dos seus dois filhos, que não tinham experiência prévia com a agricultura, por isso aqui serão denominados da Aprendiz 1 (que, no capítulo anterior, aparece em algumas falas como Filha do Produtor 1) e Aprendiz 2.

Para ambos os produtores, em setembro de 2015, cada família consumidora pagava o valor mensal de R\$ 110,00 e recebia, semanalmente, uma cesta com os produtos que foram

colhidos nesse período. Os alimentos que a CSA Alfa produz são denominados agroecológicos porque, dentre outros critérios, são produzidos sem agrotóxicos, fertilizantes ou quaisquer produtos químicos. Existe um acordo de que o produtor deve planejar a sua produção para entregar uma variedade mínima de 7 diferentes alimentos nas cestas, dentre legumes, vegetais e frutas, sempre frescos e daquela estação. Do valor pago pelos consumidores, 70% fica para o produtor e 30% para gerir a CSA Alfa. No início da pesquisa, o Produtor 3 estava iniciando a sua participação, mas ainda sem consumidores vinculados.

Ao longo da pesquisa, o Produtor 3 iniciou as atividades, o valor pago pelos consumidores sofreu alteração para um valor mais alto, foi ampliada a quantidade de consumidores vinculados ao Produtor 1, e foi alterada a sistemática das cestas buscando atender famílias menores ou indivíduos que moram sozinhos. O Produtor 3 passou a atender 40 famílias em cotas de cestas familiares para quatro pessoas, e o Produtor 1 passou a atender um total 63 famílias, das quais 37 cestas são familiares nos mesmos moldes antes explicados e 26 cestas são individuais. Um quarto produtor passou a integrar o grupo da CSA nos momentos finais da pesquisa, mas, como houve pouco contato com ele e o grupo não estava com consumidores vinculados, acabou não fazendo parte dos resultados da pesquisa. Assim, em abril de 2016, o grupo pesquisado contabilizou 3 produtores ativos e 135 consumidores vinculados. A tabela a seguir sintetiza as principais informações:

Quadro 4 – Integrantes da CSA Alfa

Grupos de produtores da CSA Alfa	PRODUTOR 1 APRENDIZ 1 APRENDIZ 2	PRODUTOR 2	PRODUTOR 3
Ingresso na CSA Alfa	Janeiro de 2015	Fevereiro de 2015	Outubro de 2015
Primeira Colheita	Março de 2015	Maio de 2015	Março de 2016
Nº de famílias de consumidores vinculadas em setembro de 2015	40 famílias em 40 cestas familiares	32 famílias em 32 cestas familiares	N/A, pois o grupo estava em formação
Valor da mensalidade dos consumidores (cota mensal)	R\$ 110,00	R\$ 110,00	N/A
Nº de famílias de consumidores vinculadas em abril de 2016	63 famílias em 37 cestas familiares e 26 cestas individuais	32 famílias e 32 cestas familiares	40 famílias e 40 cestas familiares
Valor da mensalidade dos consumidores (cota mensal)	R\$ 150,00 cestas familiares e R\$ 80,00 cestas individuais	R\$ 140,00	R\$ 140,00

Fonte: Autora (2016).

A CSA Alfa possui três pilares de sustentação: alimentação saudável, agricultura sustentável e transformação social. O Mentor esclarece:

Alimentação saudável porque toda a alimentação da CSA é agroecológica. Não podemos falar em orgânico porque não somos certificados, por isso se diz que estamos em transição agroecológica. Nós entendemos que a agricultura tem de ser sustentável em função de preservação do meio ambiente, de não usar agrotóxicos, de cuidar do solo e da água. O objetivo da CSA, em relação ao produtor, é a transformação social. E em relação ao consumidor, a alimentação saudável e a transformação social (MENTOR).

Não existe qualquer divulgação formal ou mediante mecanismos de mercado sobre a existência desse grupo. Eles possuem um site na *internet* e uma página no *Facebook* com as informações sobre o que é a CSA Alfa, como fazer parte e com as comunicações cotidianas. A maior parte da divulgação ocorre entre pessoas conhecidas pelo que definem como “boca a boca”. O consumidor ou o produtor que deseja ingressar depara-se no sítio eletrônico do grupo com informações detalhadas sobre o funcionamento da CSA Alfa, os seus objetivos, o regimento interno e uma carta de princípios. Se ele concorda com o regimento e com a carta de princípios, ele está apto a integrar a CSA Alfa.

A carta de princípios integra o regimento interno como um de seus artigos, que está na íntegra no **ANEXO I**. Ao longo de todo esse regimento, aparece uma clara intenção de afastamento da lógica da troca de mercado e uma busca pelo estabelecimento de relações de reciprocidade, como menção direta aos termos ajuda mútua, tolerância e solidariedade. Também há um discurso que fala em buscar um aumento da autonomia dos produtores e o estabelecimento de relações comerciais menos baseadas na busca pelo lucro. O Regimento Interno começa explicando os objetivos da CSA (transformação social, agricultura sustentável e alimentação saudável) e trata de questões como construção de comunidade, soberania alimentar, preservação do meio ambiente, saúde humana, promoção de experiências não lucrativas de modelos socioprodutivos, compartilhamento de responsabilidades, riscos e benefícios, compromisso pela qualidade na produção, relações de amizade e ajuda mútua entre produtores e consumidores, comprometimento mútuo, combate ao êxodo rural, busca por uma trajetória em direção oposta à lógica capitalista do lucro mediante o estabelecimento de preço justo e a retirada dos “atravessadores”, autonomia dos produtores e consumidores no planejamento da produção e corresponsabilidade entre os participantes pelos resultados, aceitando eventuais problemas enfrentados no processo produtivo.

As relações de confiança são essenciais para o funcionamento da CSA Alfa. Essa é a palavra que aparece espontaneamente com muita frequência nos discursos dos produtores e dos consumidores para definir a ausência de um contrato formal entre o grupo, a dinâmica que envolve o pagamento prévio pelos consumidores, o ato de produzir do agricultor e a ausência de certificação formal e para definir que simplesmente acreditam e confiam na realização do “compromisso” que foi assumido por esses produtores e consumidores entre si.

Questiono o Mentor para que me explique como funciona a CSA sem um contrato formal, e ele responde: “Como funciona a CSA sem contrato? As bases da gente, nós trabalhamos na base da confiança. Todo mundo confia em todo mundo. Quando eu comecei, eu achei que não daria certo, mas deu” (MENTOR). Em resposta a esse mesmo questionamento, o Produtor 1 responde: “A CSA não tem contrato. O que foi combinado é um Termo de Confiança, mas não tem nada assinado, não tem papel, é a palavra de honra. Eles me garantem e eu garanto eles. No início, eles me deram o dinheiro na confiança, um acreditando no outro” (PRODUTOR 1). O Produtor 2 diz que “Não temos contrato nenhum. Tem um termo de compromisso que fala do compromisso dos dois lados. Mas não tem contrato. É tudo na parceria e confiança” (PRODUTOR 2).

A respeito de a CSA ser calcada em relações de confiança, uma das consumidoras diz o seguinte:

Eu como advogada sinceramente eu gosto muito disso, eu acho muito interessante a não formalidade e confiar nas pessoas pelo ato de confiar, para mim o excesso de formalidade do nosso meio me cansa, porque quando você formaliza alguma coisa você não está confiando no outro, se tem necessidade de contrato você já trabalha no medo, com a hipótese de que não será cumprido, esse medo trava muita coisa que pode melhorar na sociedade, estar sempre achando que o outro vai te passar a perna a qualquer momento (CONSUMIDORA 3).

Essa relação de confiança e compromisso que falam os produtores e os consumidores sinaliza a manifestação e, mais do que isso, a preponderância do princípio da reciprocidade na sua articulação com a troca de mercado na CSA Alfa. Essa é a primeira pista sobre a existência da pluralidade das formas econômicas na CSA Alfa e dessa hibridação ou interface entre os princípios de regulação. É possível estar diante de uma forma simétrica da reciprocidade, em razão dessa parceria em que todos são “corresponsáveis”, sem formas de submissão e que, em seus objetivos, busca um equilíbrio. Os valores afetivos e morais produzidos e relatados por agricultores e consumidores correspondem ao proposto na literatura, especificamente a confiança e o senso de responsabilidade.

Entretanto, em relação às estruturas de reciprocidade, há uma novidade que se apresenta na CSA Alfa. Poderia arriscar a afirmar que a literatura não oferece categorias de análise para esse momento inicial de engajamento mediante o estabelecimento prévio de confiança. Ao que tudo indica, tanto as estruturas binárias bilaterais quanto as de compartilhamento tem seus sentimentos e valores gerados em decorrência da interação e da relação entre os indivíduos ou entre o grupo. Ela é posterior a isso. Na CSA Alfa, ao contrário, eles são prévios e praticamente um requisito para o engajamento.

Partindo do referencial que diz que a reciprocidade expressa-se em vários níveis, um caminho seria pensar que esses sentimentos e valores surgem no nível simbólico por uma relação de compartilhamento do verbo e das crenças que foram apresentadas no objetivo específico anterior, ou seja, pelo compartilhamento da visão de mundo. Nesse caso, feita a ressalva da ausência de um estabelecimento relacional prévio, seria possível pensar em uma aproximação com uma estrutura binária de compartilhamento por três razões: primeiro porque um indivíduo ou grupo está frente a outro em uma situação de partilha de crenças em círculo. Segundo porque não é tanto o objeto da partilha que importa (alimento), mas as ações e os valores desses indivíduos. Terceiro porque o valor resultante é comum aos parceiros (agricultores e consumidores). Um outro indicativo nessa direção diz respeito à correspondência entre o que a literatura aponta como valores, moralidade ou ética produzidos em uma situação de compartilhamento: sentimento de pertencimento, de comunidade e de confiança.

Um relato que ouvi do Mentor reforça essa compreensão. Ele explica que nem todos os candidatos a consumidores assumem a mesma postura em relação à ausência de um contrato formal. Alguns deles questionam como funciona essa relação entre fornecedor e consumidor. Ele responde que “a CSA não é fornecedora, a nossa relação de consumo é outra” (MENTOR) e finalizada explicando a esses possíveis consumidores as informações da Carta de Princípios da CSA Alfa. O Mentor diz que, se a pessoa não concorda com esses valores, ele orienta e prefere que esse indivíduo não ingresse no grupo. Ele explica que isso normalmente ocorre quando os consumidores buscam apenas uma vantagem econômica, querendo comprar orgânicos com preço menor do que em outros canais, e que por vezes essas pessoas acabam ingressando na CSA mesmo com todas as explicações, mas que, em seguida, acabam saindo:

À primeira vista, a grande vantagem da CSA até pode parecer reduzir o preço dos orgânicos para o consumidor, mas isso não é o mais importante para nós, o mais importante é esse novo modelo de consumo que nós acreditamos, a transformação social. Na CSA, você não vai escolher o que você vai comprar, você está investindo, por isso que paga mais barato, porque não escolhe, vai o que conseguiu produzir e a pessoa tem que aceitar isso, e em geral a maioria entende isso e nós não temos problema. Tem uma minoria que fica questionando e vai saindo depois, o que para nós até é bom, a gente agradece eles saírem, porque não serve ter pessoas que não entendem a filosofia da CSA (MENTOR).

Esses dois relatos também reforçam o porquê da compreensão de que, nessa situação de ingresso, a reciprocidade se sobressai ao princípio da troca de mercado: ao identificar a presença dos valores relacionados à noção do cálculo utilitário e a busca pela satisfação dos interesses materiais privados, a opção adotada na CSA Alfa é a de deixar de realizar a venda dessas cotas mensais para as cestas de alimentos a fim de promover ou valorizar outro tipo de relacionamento entre o grupo.

O Mentor da CSA Alfa tem grande preocupação em deixar o mais claro possível, para o consumidor que participar de um grupo de CSA, que se trata de um compromisso e uma responsabilidade assumida pelo consumidor em relação ao produtor, tanto para financiar antecipadamente a atividade agrícola quanto para aceitar eventuais perdas da colheita. Após o ingresso no grupo, o primeiro pagamento deve ser realizado no valor correspondente a três meses, que é o prazo médio para o agricultor fazer a sua primeira colheita. Assim, o consumidor precisa esperar esse tempo para receber a sua primeira cesta. Esse valor pago antecipadamente pode ser usufruído caso deseje no futuro sair do grupo, quando pelo mesmo período recebe as cestas semanais anteriormente pagas. A tabela a seguir apresenta um trecho de um *e-mail* enviado pela CSA Alfa a um candidato a consumidor que entrou em contato com o grupo logo em seu início, em janeiro de 2015:

Quadro 5 – Trecho de uma resposta de *e-mail* enviado pela CSA Alfa a um consumidor

O que é uma CSA? CSA significa Comunidade que Sustenta a Agricultura e é a sigla internacional de *Community Supported Agriculture*. É uma nova forma de relação de produção e consumo, que visa incentivar a produção de alimentos agroecológicos/orgânicos e eliminar os atravessadores, para aumentar a oferta e reduzir o preço desses produtos. Na CSA, os consumidores deixam de ser compradores e tornam-se investidores, ou melhor, coprodutores.

Como funciona a CSA-BH? Um grupo de coprodutores contribui mensalmente para financiar a produção; por seu lado, o agricultor reserva uma área de plantio onde tudo o que for colhido será entregue semanalmente para ser dividido entre o grupo de



coprodutores. Já temos nosso primeiro agricultor, o Produtor 1, que “comprou a ideia” e iniciou o plantio, de modo que iniciaremos a colheita em março de 2015. O Produtor 1 está confiante de que conseguiremos fechar rapidamente um grupo de 30 coprodutores comprometidos com o pagamento a partir de janeiro de 2015, independentemente da data de adesão. Depois que forem preenchidas essas 30 vagas do primeiro grupo, para entrar será necessário aguardar alguma desistência, ou o início de um novo grupo.

Basta pagar a mensalidade e esperar pelos produtos? Não. Os coprodutores e suas famílias são convidados a acompanhar e participar ativamente do processo produtivo, visitando a área de plantio sempre que possível. O objetivo dessas visitas é criar vínculos de amizade e confiança com o Produtor 1 e sua família, além de ter contato com a natureza, para entender melhor o ritmo da atividade agrícola.

Por que devo começar a pagar em janeiro, se o início da colheita será em março? Esse é o “tempo de carência” do seu investimento e é indispensável para que possamos iniciar a CSA-Alfa. Na lógica do capitalismo isso seria chamado de “caução”, já que esses meses serão compensados no final, caso você queira sair.

Na CSA Alfa não vigora a “Lei de Gerson” nem a lógica capitalista do lucro. Nosso objetivo não é só reduzir o preço dos orgânicos, mas também colaborar com a sustentabilidade do Planeta, portanto os benefícios pessoais são uma consequência, não uma meta.

Passo-a-passo para filiar-se à CSA Alfa:

- 1- Comungar com a nossa Carta de Princípios: [sítio eletrônico retirado para preservar a identidade do grupo]
- 2- Agendar uma entrevista de apresentação (apenas para quem ainda não nos conhece pessoalmente);
- 3- Preencher o Formulário de Inscrição *Online*: [sítio eletrônico retirado para preservar a identidade do grupo]
- 4- Fazer do Depósito Inicial, conforme instruções no Formulário de Inscrição e enviar-nos o comprovante;
- 5- Participar dos nossos encontros, mutirões e visitas ao campo de produção. Nesses encontros serão definidos coletivamente os pontos de retirada dos produtos, com opção de entrega em domicílio.
- 6- Logo que forem preenchidas as 30 vagas desse primeiro grupo, faremos o orçamento anual e o valor da mensalidade será repactuado de forma solidária e participativa.

Nossa responsabilidade social:

A CSA Alfa é uma “escultura social”, baseada em práticas de comércio justo, economia solidária e soberania alimentar, onde aquele que produz é tão importante quanto a mercadoria. Contrariando a lógica capitalista do lucro, na CSA Alfa agricultores e coprodutores unem-se contra a “cultura do preço”, para resgatar a “cultura do apreço”, ou seja, da estima, da consideração.

Na medida em que criam vínculos de amizade e solidariedade com os agricultores familiares locais, os coprodutores comprometem-se com o bem-estar e com a qualidade de vida daqueles que produzem o alimento que chega à sua mesa, contribuindo assim para evitar o êxodo rural.

Sustentabilidade do Planeta: A CSA Alfa promove o desenvolvimento rural sustentável na região metropolitana de Belo Horizonte e contribui para a sustentabilidade do Planeta,

por meio do fomento da agricultura familiar local.

CSA no Brasil e no Mundo: Existem várias CSAs em funcionamento no Brasil e a maior delas fica em Botucatu/SP, no bairro Demétria, sede da CSA-Brasil, onde 14 agricultores sustentam (e são sustentados por) cerca de 400 famílias de coprodutores. A primeira CSA foi criada no Japão em 1970 e deu tão certo que lá já tem 20 milhões de adeptos, ou seja, um quinto da população. Desde então o número de CSAs vem crescendo mundo afora, principalmente na França e nos EUA.

Fonte: Arquivos de *e-mail* da CSA Alfa

Não existe uma determinação nem regularidade da quantidade, do tipo ou da qualidade dos itens que compõem a cesta recebida pelos consumidores. Eles nunca sabem o que irão receber, pois dependerá do que o produtor plantou e conseguiu colher. Ao longo da existência da CSA Alfa, alguns dos itens que já foram enviados nas cestas são: abobrinha, acelga, acerola, alface crespa, alface roxa, almeirão, banana, batata doce, beterraba, berinjela, brócolis, cebolinha, cenoura, chicória, couve, chuchu, jabuticaba, jiló, limão, mandioca, manjeriço, manga, maracujá, mexerica ou bergamota, mostarda, pimentão, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, salsa, tomate, dentre outros.

A colheita da semana realizada pelos produtores é dividida entre os seus consumidores vinculados. Apesar do combinado ser uma cesta mínima de sete produtos, quando o agricultor consegue colher mais do que esse mínimo, esses produtos vão para a cesta. Uma situação como essa ocorreu ao longo de minha visita *in loco*, em que presenciei uma cesta enviada com 14 diferentes produtos. Da mesma forma, na ocorrência de qualquer imprevisto que impossibilite a colheita, serão enviados menos itens ou até não terá envio de alimentos, sendo esse o risco assumido previamente por todos os consumidores. A produção entre os agricultores não é igual, apesar de geralmente conter alguns itens em comum. A única determinação que existe é que a produção seja agroecológica, especialmente que a plantação não receba qualquer tipo de agrotóxico ou adubo sintético.

As cestas com os alimentos são montadas pelos agricultores sempre nas sextas-feiras. Não se utiliza embalagens, para reduzir o custo e porque o grupo tem uma forte orientação para reduzir os impactos ambientais na atividade produtiva e distributiva. Aos sábados pela manhã, um caminhão coleta as cestas nos agricultores e vai para Belo Horizonte. Esse transporte por caminhão até o ponto central é um serviço mobilizado no mercado, cuja escolha ocorreu, ao que tudo indica, mediante o predomínio da troca de mercado, pois um dos principais norteadores da decisão foi o preço cobrado pelo serviço. Não foi possível perceber

relações de reciprocidade, proximidade, amizade ou valores compartilhados permeando essa relação. Tão logo chega em Belo Horizonte, o motorista do caminhão distribui uma parte das cestas para dois entregadores, os “kombeiros”. Um deles realiza entregas em direção à zona sul da cidade, e o outro em direção à zona norte. O restante das cestas permanece no ponto de distribuição. O percentual de consumidores que retira suas cestas e que recebe em casa é variável, entretanto tem se mantido na média de 60% e 40%, respectivamente.

Ao longo da pesquisa, tive a oportunidade de acompanhar duas entregas. Na primeira entrega que acompanhei, foram recebidas 38 cestas para a retirada pessoalmente pelos consumidores, e as 34 restantes foram entregues no domicílio. Os consumidores trazem suas próprias sacolas, em geral sacos de pano, retiram os alimentos da cesta e levam para suas casas sem embalagens. As cestas que não são coletadas são entregues a um asilo. A cada final de semana, são dois novos voluntários, sendo que cada consumidor precisa trabalhar de forma voluntária na entrega das cestas duas vezes ao ano. A exceção fica por conta de um dos consumidores, que assumiu a responsabilidade em gerir a logística – ele geralmente acompanha todas as entregas.

O trabalho para manter a CSA Alfa ocorre primordialmente de forma voluntária, com a participação aberta a todos os consumidores que tiverem interesse em participar. Segue um trecho de um *e-mail* convidando os consumidores a se reunirem: “Agenda de Reuniões do Núcleo de Gestão: As reuniões são abertas aos coprodutores e acontecem normalmente de 10 em 10 dias, às segundas e quintas. Acompanhe a agenda e participe das discussões!” (*E-MAIL ENVIADO PELA CSA ALFA AOS CONSUMIDORES*).

Um grupo menor de consumidores participa mais ativamente formando um núcleo de gestão. Esse núcleo de gestão altera-se constantemente em número e nas pessoas que participam. No início da pesquisa, estava com nove integrantes mais ativos, dos quais dois estavam desde o início da CSA e mais o Mentor. Em conjunto, o núcleo de gestão faz a gestão estratégica, de produção, financeira, logística, de comunicação e de eventos. Esse grupo, em outubro de 2015, encontrava-se semanalmente no turno da noite.

Assim como varia o quantitativo de pessoas envolvidas na gestão da CSA Alfa, o volume de trabalho também varia. Algumas atividades são ocasionais e outras exigem dedicação diária. Por isso, aqueles que têm maior volume de atividades recebem ajuda de custo, isenção ou desconto no valor pago pelas cestas. O Mentor, por exemplo, apesar de

utilizar uma parte das suas horas de trabalho na prefeitura para se dedicar à CSA, tem sua carga de trabalho na CSA Alfa ocupando os três turnos e os finais de semana em momentos alternados. A Consumidora 3 relata que a atividade voluntária lhe exige uma média de 10 horas semanais de dedicação, as quais precisa realizar após o seu turno de trabalho diário. Além das horas de trabalho, essas pessoas têm custos com gasolina, estacionamento, refeições, dentre outros. Por isso, e em soma aos demais custos de manutenção, o grupo de consumidores e produtores chegou ao consenso de que 70% do valor pago fica com os produtores e 30% fica para a gestão da CSA, de modo que a logística representa um custo significativo. A CSA Alfa mensalmente divulga um balancete nos *e-mails* enviados aos consumidores, em que informa o valor total de recebimentos para cada grupo de agricultor, o valor pago ao agricultor e as demais despesas. Esse balancete é realizado e organizado de forma similar a um balanço empresarial, apontando que, na gestão deste grupo, há momentos em que a lógica do mercado se apresenta e, aparentemente, é importante para a manutenção e organização das atividades.

Os produtores são os principais responsáveis pelas decisões sobre o processo produtivo e quase não participam dos outros temas por sua escolha. O Produtor 1, a Aprendiz 1 e o Aprendiz 2 manifestam que não têm interesse em participar das demais decisões sobre a gestão, pois querem ficar somente na terra e produzir. Eles explicam que já foram convidados para reuniões, entretanto negaram o convite em função da distância e da rotina de trabalho deles no campo. Quando as questões dizem respeito à produção, o grupo de consumidores desloca-se até as terras do agricultor. A rotina é a de uma vez por semana alguns membros do núcleo de gestão visitarem o produtor para fazer o acompanhamento da sua plantação, que também tem forte auxílio da Emater daquela região.

Essa mesma situação ocorre com o Produtor 2 e com o Produtor 3, todavia o Produtor 2 gostaria de participar das demais decisões se elas fossem conduzidas no ambiente rural, justificando que, para ele, é inviável o deslocamento até a cidade. De uma forma geral, as decisões cotidianas são realizadas no grupo de comunicação via Whatsapp entre todos os consumidores e algumas são desenvolvidas nas reuniões semanais do núcleo de gestão. Quando se trata de algo de forte relevância, como, por exemplo, mudança de preços, é realizada uma assembleia nas terras dos produtores em que todos os consumidores são convocados a participar. Além disso, há movimentação frequente entre os membros no Facebook. Geralmente uma vez ao mês ou bimestralmente, os membros e suas famílias

realizam um evento ao longo de um final de semana nas terras dos produtores, onde acampam, realizam mutirões na horta e uma série de atividades de lazer e integração.

Dois fatos relevantes ocorreram na CSA Alfa nos períodos finais de acompanhamento desta pesquisa. O primeiro foi que o grupo iniciou uma discussão a respeito de uma possível necessidade de formalização da atividade. O grupo realizou pesquisas sobre as possíveis formas jurídicas, buscou orientação com ONGs nacionais, com outros grupos de CSA do Brasil e inclusive do exterior e concluiu que, no momento, a formalização é inviável. Em primeiro lugar, porque acarretaria aumento de custos tanto para os agricultores quanto para os consumidores. Em segundo lugar, por não encontrar alguma forma jurídica que abarcasse a sua forma de funcionamento. A Consumidora 6 explica que: “Em relação à formalização, a maior dificuldade é associar a ideologia da CSA com a formalização, além de que todas as alternativas que estudamos incorriam em aumento de custos” (CONSUMIDORA 6).

O segundo fato relevante é que havia um grande quantitativo de produtores e de consumidores requisitando fazer parte do grupo, totalizando mais de 200 pessoas, entretanto, a estrutura de gestão não conseguia absorver essas solicitações, que aqui será referida como a ampliação da CSA Alfa. Começou a existir uma divergência interna a respeito de como novos produtores e consumidores viriam a fazer parte. O Mentor e alguns outros consumidores compreendiam que essas novas solicitações deveriam ser atendidas, as pessoas absorvidas no grupo e que, a partir disso, fosse estruturado o processo de gestão.

Por sua vez, a maior parte dos consumidores que integravam o núcleo de gestão e outros membros compreendiam que a CSA Alfa primeiro deveria se estruturar para, aos poucos, realizar essa ampliação. Justificavam a dificuldade para atender aos pedidos de participação, dentre outros, em gargalos no controle financeiro e na logística, principalmente porque a atividade é calcada em trabalho voluntário. Também havia insegurança em relação ao processo produtivo. Estive presente em alguns momentos de conflito nos quais esse tema era debatido em reunião e não chegavam a um acordo, pois as visões sobre a melhor forma de gerir eram opostas. A Consumidora 7 explica que “Entendo a questão do Mentor se sentir muito responsável, são pessoas que depositaram na conta dinheiro e que confiam que irão receber as cestas sempre. E o produtor confia que vai ter a contrapartida. Ele sente muita responsabilidade” (CONSUMIDORA 7).

Em determinado momento, eles chegam a questionar a necessidade de crescimento. Uma das consumidoras pontua que a expansão traz o risco de diminuir os vínculos sociais, no entanto, se o grupo expandisse, eles conseguiriam uma saúde financeira maior e poderiam diluir os custos. O grupo reconhecia e sempre indicava a importância desse conflito para a continuidade daquela CSA. Em um dos encontros, a Consumidora 3 diz o seguinte:

Eu acho que o maior desafio que nós temos agora, digo isso com base na minha experiência na Ecovila, e com o aumento de demanda que temos por parte de consumidores e produtores, é sentar e enxergar o que é a CSA para a gente, pois acho que cada um tem uma visão, isso não é bom, isso no futuro pode destruir um projeto que é muito bonito (CONSUMIDORA 3).

Alguns meses depois, percebendo que o conflito estava se acentuando e poderia se encaminhar rumo ao rompimento das relações, para manter a coesão social e um bom relacionamento entre os membros, o grupo optou por dividir a CSA Alfa em dois grupos menores, cada um com a sua forma de gestão, mantendo como pontos em comum e entrelaçados a logística e o local de entrega das cestas. Os consumidores conversaram com os produtores, fizeram uma Assembleia Geral entre todos os consumidores e a divisão ocorreu por afinidade. Assim, passou a existir a CSA Beta, que manteve a mesma denominação anterior, na qual permanece o Mentor e os consumidores vinculados ao Produtor 1, e a CSA Gama, com grande parte dos integrantes do núcleo de gestão e com os consumidores vinculados ao Produtor 2 e ao Produtor 3. A respeito da separação, o Consumidor 1 explica que “resolvemos pacificamente dividir e trabalhar apoiando um grupo ao outro, não brigamos, mas no final das contas acho que foi bom” (CONSUMIDOR 1).

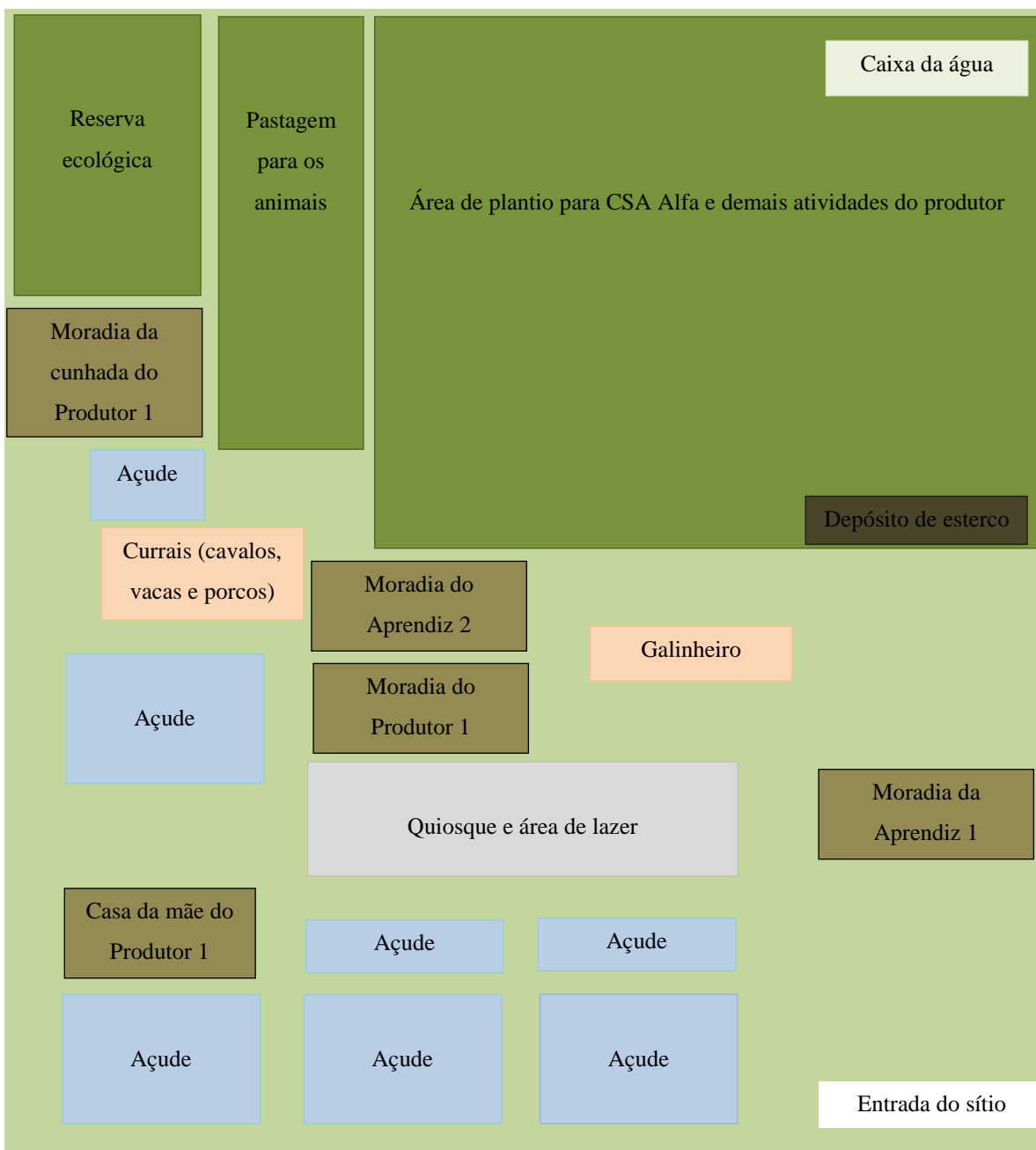
Após a separação, a CSA Beta aumentou a quantidade de famílias de consumidores vinculados ao Produtor 1 e passou a oferecer as duas opções de cestas (familiares e individuais) que já foram mencionadas. O produtor que estava se vinculando à CSA no final da pesquisa passaria a integrar esse grupo. A CSA Gama se mantém oferecendo as cestas familiares nos mesmos moldes anteriores, com planos para, no futuro, também implementar cestas individuais. Tanto o Produtor 2 quanto o Produtor 3 permanecem com o mesmo número de famílias vinculadas, também com planos de expandir no futuro. Foi nesse período que ambos os grupos revisaram os valores pagos pelas cestas dos consumidores, os membros da CSA Beta passaram a pagar R\$ 150,00 por cestas familiares e R\$ 80,00 pelas cestas individuais, e os membros da CSA Gama passaram a pagar R\$ 140,00 mensalmente.

A CSA Beta calculou o reajuste junto ao produtor com base nos custos de produção e de administração. Não foi realizado comparativo de preços com outros canais de venda, indicando outro momento de afastamento da lógica da troca de mercado. Para a CSA Gama calcular o novo valor, realizou-se uma estimativa do valor de mercado, para o qual consideraram os preços da Ceasa e consideraram que os preços pagos pelos consumidores deveriam ser, no mínimo, 30% acima desse valor. Em seguida realizaram uma avaliação dos custos dos produtores para estimar um valor de renda que ambos considerassem justo. Na terceira etapa, avaliaram-se os custos de logística, principalmente, assim como custos de ajuda com os voluntários, gasolina para as viagens até o campo, custos de manutenção, dentre outros. A soma desses três fatores levou o grupo à definição do valor final.

Outro aspecto que merece um olhar mais aprofundado é o processo produtivo agrícola. Partindo da afirmação de que uma CSA é uma forma de organizar a cadeia produtiva e distributiva de alimentos, para alcançar o objetivo de descrever e caracterizar o modo de operação da CSA Alfa, é fundamental um enfoque sobre a vida dos agricultores, pois eles são essenciais para a atividade. O relato que seguirá é o resultado das observações que realizei no período em que morei junto com a família do Produtor 1, acompanhei o seu processo produtivo nas hortas, incluindo as atividades realizadas pela Aprendiz 1 e pelo Aprendiz 2, que são os seus filhos, o seu modo de relacionar com os consumidores, a sua vida em família e em comunidade.

A lógica que rege a vida na roça difere em diversos aspectos da realidade urbana. A começar pela medição das horas, que praticamente não ocorre, pois o que determina o começo e o final da atividade produtiva é o sol. Isso porque o agricultor precisa iniciar o seu trabalho antes do sol nascer, momento mais adequado para irrigar a plantação. As atividades produtivas seguem quase sem intervalo ao longo do dia e só findam ao entardecer. Essa rotina de trabalho é contínua, ela ocorre de domingo a domingo, seja sob forte sol ou chuva. Se, para um olhar externo, esta atividade se mostra como penosa em termos de dedicação e esforço físico, o agricultor oferece um olhar diferente. O Produtor 1 e ambos os filhos a definem como sinônimo de felicidade e liberdade. O esquema a seguir é uma representação aproximada da disposição de vários elementos nas terras do Produtor 1 e tem a finalidade de melhor contextualizar o leitor:

Figura 4 – Disposição de elementos nas terras do Produtor 1



Fonte: Autora

Apesar do intenso trabalho, a rotina não se altera significativamente ao longo dos dias. Geralmente, o Produtor 1 é o primeiro a chegar na horta. Ele faz uma pequena fiscalização para ver se está tudo bem com o plantio. De lá, vistoria e alimenta os animais. Eles possuem porcos, vacas, cavalos, galinhas, coelhos, patos e cachorros, além de peixes nos açudes. A maioria deles permanece em liberdade circulando pelo terreno ao longo do dia e fica em lugares específicos à noite. A seguir, o Produtor 1 começa a hidratar os diversos setores de sua plantação. É nesse momento que geralmente os dois filhos (Aprendiz 1 e Aprendiz 2)



aparecem para começar o trabalho. O termo Aprendiz lhes é atribuído em virtude de que esta é sua primeira experiência como agricultores. A Aprendiz 1 passou a integrar a força produtiva familiar quase instantaneamente junto ao início da CSA Alfa, entretanto por motivações alheias. O Aprendiz 2 tornou-se agricultor para atender ao aumento da demanda de trabalho ocasionada pela CSA Alfa. Essa questão será alvo de análise mais adiante.

Normalmente, a família trabalha em conjunto, canteiro por canteiro. O único momento em que o trabalho é individual é na hora de irrigar a horta. Algumas partes possuem irrigação automática e outras a hidratação precisa ser realizada de forma manual, variando, dentre outros fatores, conforme o tipo de plantação e a necessidade de economia de água. Essa atividade segue até um pouco depois do sol nascer, talvez por cerca de duas horas. As duas imagens a seguir demonstram a atividade e permitem uma contextualização da área do plantio.

Figura 5 – Irrigação automática do plantio



Fonte: Autora

Figura 6 – Irrigação manual do plantio



Fonte: Autora

O local não possui água encanada. A água que utilizam na horta tem origem no riacho local, que alimenta os açudes que estão na entrada das terras do agricultor. No início da CSA Alfa, foi realizada a análise da qualidade dessa água. Em outubro de 2015, período do acompanhamento *in loco*, o Estado de Minas Gerais enfrentava um forte período de estiagem atípica que resultou no desaparecimento do córrego, e os açudes do produtor que armazenavam água estavam com o volume muito reduzido. Na época, a expectativa era de que a água acabaria em meados de novembro se não chovesse, mas a primeira chuva ocorreu na primeira semana de novembro de 2015, amenizando a situação. A imagem a seguir demonstra a seca em um dos açudes que fornece água para o plantio:

Figura 7 – Seca em um dos açudes



Fonte: Autora

O Produtor 1 utiliza pouca tecnologia, a maior parte do seu trabalho é manual. As suas ferramentas de trabalho são a enxada, a pá, a foice, o carrinho de mão, a chibanca, o enxadão, a boca de lobo, a alavanca, as caixas para armazenamento, o regador para as mudas, as mangueiras tradicionais e as mangueiras de irrigação com microfuros. Integra também o ferramental de trabalho o uso da roda da água, que leva a água dos açudes, automaticamente e sem custo, para a caixa da água que irriga a área de plantio, a bomba elétrica, utilizada no período da seca para esse mesmo serviço, o tratorito, que funciona a *diesel*, e a máquina de picar capim (triturador), que é elétrica.

Após irrigar a plantação, geralmente a próxima atividade dos agricultores é a capina que busca retirar ervas daninhas dos canteiros de plantação. O trabalho é realizado manualmente, com o auxílio da enxada e da enxadinha, que “afofam a terra”, permitindo a entrada de mais nitrogênio, e conseguem arrancar raízes de forma mais eficaz do que manualmente. O objetivo dessa atividade é permitir o espaço necessário para a existência da planta e o seu crescimento mais saudável. Um momento do grupo familiar realizando a capina pode ser visualizado na figura a seguir:

Figura 8 – Capina



Fonte: Autora

Os agricultores realizam um intervalo para o almoço quando o sol está no seu ápice. A refeição é preparada previamente pela esposa do agricultor. Após a refeição, que geralmente ocorre na rua, eles descansam por alguns momentos embaixo de uma árvore. Durante a tarde, o trabalho tem continuidade capinando ou preparando a terra para um novo plantio. Um pouco antes do pôr do sol, a irrigação da plantação é retomada e segue até anoitecer. Quando se encerra o trabalho na área de plantação, os agricultores colhem alguns alimentos da horta para consumo próprio.

Entretanto, o trabalho do Produtor 1 e dos Aprendizes não encerra nesse momento. Após a horta, eles colhem alimentos e pastagens para os animais, moem as pastagens, alimentam e limpam o ambiente que esses animais habitam, aproveitando para juntar as fezes que servirão como esterco, e folha soltas que servirão como cobertura verde. Tanto o esterco quanto as folhas soltas são chamados popularmente de adubos orgânicos e passam por um processo de compostagem antes de serem utilizados na plantação. Na foto a seguir, é possível ver o Aprendiz 2 preparando a alimentação dos animais:

Figura 9 – Preparo da alimentação dos animais



Fonte: Autora

Para iniciar o plantio de um novo canteiro, o agricultor prepara a terra com algumas semanas de antecedência utilizando o tratorito. Nesse momento, o esterco e a cobertura verde são colocados na terra, que após esse preparo fica “descansando” em torno de uma semana antes de semear ou implantar as mudas. Eles costumam realizar rotação de plantio nos canteiros, que ficam alguns períodos parados entre as safras para que o solo possa se recuperar. Essa atividade aparece representada na imagem a seguir:

Figura 10 – Preparo de novo canteiro



Fonte: Autora

Após esse período de uma semana, é realizado o plantio ou o implante das mudas no canteiro, sempre no início da manhã. O tempo desde o plantio até a colheita varia de acordo com o alimento, mas aqueles plantados para a CSA costumam ser de ciclo rápido. O agricultor explica que a estação do ano e as fases da lua possuem bastante influência sobre o crescimento, assim como situações de estiagem ou de chuva excessiva, que além da interferência são capazes de aniquilar o plantio. São exemplos de alguns ciclos médios: cenoura (120 dias), beterraba (90 dias), rabanete (30 dias), alface (45 dias), repolho (72 dias), brócolis (90 dias), rúcula (35 dias), dentre outros. Segue uma demonstração de como ocorre o plantio:

Figura 11 – Plantio de mudas de alface



Fonte: autora

Os demais passos possuem variação em decorrência de qual alimento foi plantado. A regra geral é que na primeira semana ocorra a aplicação de uma calda denominada Super Magro, que é o equivalente natural e orgânico aos fertilizantes e agrotóxicos da agricultura convencional. Essa calda costuma ser reaplicada quinzenalmente, quando há necessidade, mas “se estiver bonito e saudável, não precisa” (PRODUTOR 1). Quando é utilizada para conter infestações, a função da calda não é matar o invasor, mas atuar como um repelente. Presenciei uma aplicação do Super Magro, que ocorreu no início da noite, após a realização do trabalho cotidiano. A seguir, a imagem.

Figura 12 – Aplicação de Super Magro



Fonte: autora

Todas as sextas-feiras são reservadas para a colheita e montagem das cestas da CSA Alfa. O Produtor 1 explica que, de forma contrária ao que ocorre no mercado convencional, na CSA, todos os alimentos colhidos são enviados, independentemente do tamanho e da quantidade que foi colhida: “Aqui não perde nada, tudo tem o destino certo” (PRODUTOR 1). Na imagem a seguir, é possível ver uma parte da colheita de alface:



Figura 13 – Colheita de Alface



Fonte: autora

Esse é o dia mais cansativo para o grupo familiar, o que se torna visível em suas feições ao final do dia, pois são mais de 14 horas de esforço físico contínuo, sem qualquer descanso após o almoço, e que somente finaliza tarde da noite. Entretanto, relatam que esse é um dia que lhes causa prazer, pois enxergam o resultado do seu trabalho. A Aprendiz 1 complementa: “É muito cansaço físico, mas a cabeça fica descansada” (APRENDIZ 1). A imagem a seguir demonstra como ocorre a montagem das cestas:

Figura 14 – Montagem das cestas da CSA Alfa



Fonte: autora

Após a montagem de cada cesta, elas são empilhadas, tapadas com um lençol e, em seguida, molhadas, isso para evitar que o vento murche as folhas e para que esteja conservada a umidade até a madrugada seguinte, quando o transporte é realizado até os pontos de entrega, completando o ciclo já anteriormente apresentado.

O que se verifica ao longo do relato sobre o funcionamento da CSA Alfa é que o predomínio da agricultura convencional e dos valores associados ao princípio de troca nos sistemas alimentares não eliminou outras lógicas que também são capazes de atuar na regulação econômica. A comercialização dos alimentos neste grupo de CSA é o que remete ao componente mercantil, entretanto a CSA Alfa apresenta algumas diferenças em relação aos canais tradicionais de mercado. A primeira delas é que ela implementa uma interface ou hibridação (variando conforme a lente teórica utilizada) entre a troca de mercado com vistas ao lucro e a reciprocidade, formando um sistema misto por meio da venda direta de produtos

agrícolas, da eliminação do intermediário e das atividades de integração entre produtor-consumidor e entre consumidor-consumidor.

A segunda interface ou hibridação entre a troca mercantil e os demais princípios de regulação diz respeito à forma de produção da CSA. Os alimentos que são produzidos, distribuídos e consumidos não são originados na forma de produção da agricultura tradicional e com as técnicas provenientes da Revolução Verde. Há uma produção com alta variedade de alimentos pelo mesmo produtor em oposição à monocultura, há a utilização de esterco e folhas como adubos orgânicos, que se opõe ao uso de adubos e fertilizantes químicos, o produtor realiza capinas e tem o cuidado cotidiano na fiscalização em vez de utilizar produtos químicos para eliminar as ervas daninhas, bem como há uso da calda natural e orgânica Super Magro para proteger a plantação e afastar possíveis invasores em oposição ao uso de agrotóxicos. Interligando os relatos dos produtores e dos consumidores que foram apresentados no objetivo específico anterior, outros relatos que aqui constam e essa forma de produzir, torna-se aparente que o que orienta essa forma de produção não é a lógica capitalista do *Homo Economicus*, que busca unicamente a obtenção do máximo lucro. Essas pessoas, tanto produtores quanto consumidores, buscam promover uma qualidade diferente ao alimento por meio da promoção da saúde, da valorização da origem e de quem o produz, da eliminação do intermediário, da aproximação e interação com pessoas de visão de mundo ou valores semelhantes e da preservação do meio ambiente, muitos deles sem avaliar a opção mais vantajosa financeiramente em comparação aos outros canais.

A interface ou hibridação de outras lógicas com a troca mercantil por meio desse encurtamento da distância entre a cadeia produtiva e distributiva, da aproximação entre as pessoas, da forma de produção dos alimentos, que se opõe em diversos aspectos à agricultura convencional, e de outras formas de valoração do alimento além do dinheiro evidenciam a pluralidade das formas econômicas proposta por Polanyi. No entanto, essa interface vai além, ela apresenta características que permitem pensar na existência de um contramovimento à mercantilização dos sistemas alimentares.

Essa noção de contramovimento extrapola o real e adentra o simbólico por meio dos discursos de alguns dos consumidores. Para aqueles que forneciam explicações mais elaboradas e com elementos de crítica quando explicavam a sua vinculação à CSA Alfa, foi questionado se esse consumidor considera a CSA como uma forma de resistência a alguma

coisa e foram apresentadas por eles respostas muito elaboradas e críticas fortes à forma de produzir tradicional. A esse questionamento, a Consumidora 7 responde:

Para mim, é sim. Não sei se as pessoas da CSA e produtores têm esta visão de resistir. Mas, para mim, o fato de criar condições para que uma lógica diferente se concretize é sim um movimento de resistência. Muitos dos nossos valores precisam ser ressignificados para que esta nova lógica funcione. No início, há muitas dificuldades, pois pensamos ainda com a cabeça da economia capitalista, do tempo cronológico e do valor em dinheiro, mas depois vamos mudando, graças a Deus. Para mim, o objetivo da CSA é justamente ser uma das vias para que esta lógica comece a encontrar meios para se modificar (CONSUMIDORA 7).

O Consumidor 8 diz que compreende a CSA como uma "resistência ao capitalismo desenfreado porque o objetivo dela é promover alternativas mais sustentáveis e libertárias ao modelo massificado de consumo alimentar" (CONSUMIDOR 8). A Consumidora 9 afirma: "percebo que a CSA tem fortes indícios da economia solidária, eu faço a leitura que esse é um movimento contra-hegemônico das formas atuais de produção e consumo" (CONSUMIDORA 9). A Consumidora 10 entende que a CSA é um "movimento na contramão do consumo em massa, mais sustentável e que traz consigo a característica de ser uma comunidade onde todos podem opinar e compartilhar experiências [...] se as relações de consumo fossem assim, muita coisa em nossa sociedade poderia evoluir" (CONSUMIDORA 10). O Mentor diz que "A CSA é um movimento de resistência ao agronegócio, aos agrotóxicos, à alimentação envenenada, aos atravessadores e à exploração do trabalho do agricultor" (MENTOR). Por fim, o consumidor 1 diz:

Nós somos um movimento de resistência ao agronegócio, à alimentação não saudável e massificada, ao modelo de exploração do agricultor e de valorização do latifúndio, nós resistimos ao sistema capitalista agropecuário. Nós resistimos porque esse sistema é injusto e não é saudável, ele é fatal para a sociedade como um todo.

Uma questão que, apesar de não ter sido objeto de análise, despertou a atenção ao longo da pesquisa foi a alta qualificação acadêmica e profissional de uma parcela significativa dos consumidores que manteve contato. Além da formação de nível superior, característica que sobressaiu entre essas pessoas, percebe-se a participação de estudantes e egressos dos mais diversos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. O referencial teórico apresentado no Capítulo 1 indica que estudos realizados em grupos de CSA em outros países sobre o perfil dos consumidores perceberam um alto nível de renda entre eles. Talvez no contexto brasileiro seja possível também encontrar alguma correlação nesse mesmo caminho, entretanto é necessária a realização de pesquisas mais aprofundadas para tecer qualquer conclusão a esse respeito.

A CSA Alfa também tem uma apresentação que faz os consumidores e às demais pessoas interessadas em conhecer o grupo. Esse documento, disponível parcialmente no Anexo II, foi elaborado com o auxílio de duas consumidoras que são nutricionistas e apresenta uma crítica à produção convencional de alimentos e aos seus efeitos para a saúde humana e o meio ambiente. Na introdução, há uma crítica à agricultura tradicional em virtude de sua produção em larga escala, fora de safra e com alto uso de agrotóxicos (fungicidas, herbicidas, inseticidas, acaricidas, bactericidas) para o controle de pragas e adubos e aditivos químicos para viabilizar e aumentar a produção. As críticas também são oferecidas aos alimentos transgênicos. Eles explicam o que é um alimento orgânico, quais as suas vantagens, alimentos biodinâmicos e como ocorre o plantio, quais são as frutas locais e da estação, assim como os benefícios ambientais da produção agroecológica. Essa apresentação reflete em grande parte as práticas adotadas, que foram verificadas ao longo do período de acompanhamento.

Em decorrência do que foi exposto, talvez a noção de hibridação e complementaridade entre os princípios de regulação seja menos adequada. A relação entre os princípios não é harmônica sempre, podendo ser mais interessante falar de uma interface em razão do antagonismo que existe entre elas. De toda forma, o que interessa à análise é que despontam como principais elementos geradores dessa pluralidade das formas econômicas que se fazem presentes na CSA Alfa o encurtamento da cadeia pela eliminação do intermediário e a busca pela convivência entre as pessoas. O contato direto entre produtor-consumidor, produtor-produtor e consumidor-consumidor prioriza as relações humanas em detrimento da troca com vistas ao lucro, e daí podem surgir os valores afetivos e morais. É nesse contexto que adquire importância analisar as relações de reciprocidade e seu desdobramento na manutenção e ampliação da autonomia relativa e da coesão social.

### 5.3 TROCAS E IMPLICAÇÕES DAS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE NO CIRCUITO DA CSA

Considerando e ressaltando novamente que a operação ocorre em um contexto capitalista e que a principal atividade econômica é a comercialização de alimentos, as suas relações inevitavelmente são regidas pela lógica inerente ao princípio da troca de mercado. Entretanto, a forma em que essas trocas se concretizam evidencia uma série de situações de ajuda mútua, solidariedade e compartilhamento, que indica a presença das relações de reciprocidade coexistindo com a troca, formando o que Sabourin (2006, 2009, 2011a, 2011b, 2011c e 2014) denomina de sistemas mistos.

Para identificar qual é a lógica predominante, Sabourin (2009) sugere analisar se a relação comercial estabelecida funciona unicamente para obtenção de lucros e satisfação de interesses privados daqueles envolvidos ou se ela busca também estabelecer uma lógica de satisfação das necessidades do grupo. Foram identificados quatro fatores que oferecem pistas sobre o predomínio das relações de reciprocidade. O primeiro fator remete a um compartilhamento prévio da visão de mundo entre os participantes, que foi identificado e detalhado no primeiro objetivo específico, fazendo o engajamento deles não ficar atrelado substancialmente a questões financeiras. O segundo fator refere-se à forma de produção da CSA Alfa, que não se opõe aos métodos da agricultura convencional por interesses de obtenção de lucro, mas porque busca oferecer um qualitativo para o ato de se alimentar e responde às necessidades das pessoas vinculadas.

O terceiro fator diz respeito à forma que a troca diretamente assume: a associação entre as pessoas, a continuidade e a regularidade das prestações, a eliminação do intermediário encurtando a cadeia distributiva, a prática de consumidores ajudarem no planejamento e acompanharem a produção agrícola, a troca de saberes entre eles, o estímulo para que os consumidores retirem a cestas pessoalmente e a participação coletiva nas decisões sobre as atividades do grupo favorecem o estabelecimento das relações de reciprocidade e a geração de valores afetivos e morais (simbólico). O quarto fator é quase uma decorrência desse terceiro e diferencia-se na realização de atividades conjuntas entre as famílias de consumidores e as famílias dos agricultores para além desse circuito da troca comercial. Esses quatro fatores evidenciam a presença de relações de reciprocidade nas operações da CSA Alfa.

Se a reciprocidade é um princípio antagônico à troca ao não buscar apenas a noção do cálculo e a satisfação dos interesses materiais privados (Polanyi 2012a e 2012b; Chabal e Temple, 1998; Sabourin, 2011c), ela necessariamente traz implicações diferentes. Foi identificado que as relações de reciprocidade, além da utilidade material produzida, resultam no afastamento da competição e no estabelecimento de valores afetivos e morais de amizade, confiança, reconhecimento mútuo, solidariedade e fidelidade, que trazem um senso de comunidade em torno dos alimentos para essas pessoas. Alguns desses valores são estimulados em razão da ausência da competição entre os produtores na busca por consumidores. Isso ocorre porque a abertura dos grupos é individual, um novo grupo somente é aberto quando os produtores possuem as suas cotas de venda preenchidas. Uma primeira decorrência disso é que a concorrência típica entre ofertantes que ocorre nos mecanismos de mercado é praticamente anulada e abre espaço para a cooperação entre esses agricultores.

Além disso, as trocas não são um ato impessoal de encontro no mercado entre um agricultor ofertante e um consumidor demandante. Não há venda de cestas individualmente. O produtor e o consumidor que desejam ingressar no grupo precisam estar cientes e concordar com as regras de funcionamento das relações ali estabelecidas e expressas no Regimento Interno, eles devem assumir um compromisso com suas prestações, seja de regularidade, de aceitação de riscos, de tolerância, dentre outros. Isso indica uma busca em estabelecer um compartilhamento de valores comuns, que a literatura classifica como uma estrutura de reciprocidade binária bilateral de compartilhamento (SABOURIN, 2011c; CHABAL 2005), em virtude de que não é tanto o objeto de partilha que importa (alimento), mas as ações dos indivíduos. Os valores produzidos por essa reciprocidade são o estabelecimento da relação de confiança e um senso de comunidade, que aparecem nas falas desses indivíduos quando justificam o seu engajamento, pois é isso que aparentemente possibilita a ausência de um contrato formal entre as partes e o afastamento da lógica mercantil. É possível dizer que esse compartilhamento produz o que Chabal (2005) chama de um sentimento de pertencimento.

A respeito dos níveis de reciprocidade encontrados nesse compartilhamento, talvez seja possível afirmar que, no imaginário coletivo, no qual se expressa a função simbólica (Sabourin, 2011c), a atividade desenvolvida representa, para uma parcela significativa dos consumidores, uma crítica e uma resistência ao modelo convencional de produzir e comercializar os alimentos. Isso tem expressão inicialmente por meio da sua linguagem e da busca em instituir valores universais de reciprocidade entre o grupo através do regimento interno e que, posteriormente, aparece no cenário real, em uma série de ocorrências.

Soma-se a esse argumento a ausência de uma avaliação da vantagem financeira por muitos dos consumidores antes de ingressar na CSA Alfa, como foi apontado em dados anteriores. Essa situação também se repete ao longo da vinculação deles. Para diversos consumidores, além de averiguar se eles realizaram comparativos de preços antes do ingresso na CSA Alfa, questionei se ao longo de sua participação haviam realizado alguma vez um comparativo. A maioria deles respondeu de forma negativa e não souberam dizer se as cestas recebidas eram de maior ou menor valor do que se as comprassem em outros canais. A Consumidora 3 responde: “Então, eu nunca parei para fazer essa análise mesmo. O que eu acho é que a cesta que a gente recebe é muito boa, acho que tem um preço bom e justo, mas nunca cheguei a comparar com o mercado, apesar de que eu já comprava orgânicos” (CONSUMIDORA 3).

A relação de compartilhamento estabelecida também aponta em direção a uma forma de reciprocidade simétrica porque questões como submissão, prestígio em busca de poder ou obrigação não estão presentes. De fato, esta leitura se estende às demais situações de reciprocidade que foram observadas no grupo e em seguida serão descritas: não foi identificada a presença das formas negativa e positiva da reciprocidade, pois o estabelecimento de parcerias entre agricultor e consumidor e a busca pela democratização do processo decisório aparentemente afastam a noção de hierarquia, de autoridade e de assimetria de poder, mesmo nas situações de conflito que foram acompanhadas. Entretanto, é necessário reconhecer que a simetria, como afirma Sabourin (2011c), não significa uma igualdade perfeita e utópica entre os indivíduos. A compreensão de que se estabelecem relações simétricas também decorre dos valores afetivos e morais decorrentes das interações na CSA Alfa que aparecem na fala dos consumidores e dos produtores: a confiança, a amizade, a justiça e a responsabilidade são valores que eles relatam e que estão apresentados na literatura como gerados pela reciprocidade simétrica.

As interações são essenciais para a produção desses valores. Nesse sentido, a primeira dessas interfaces é que a CSA Alfa constitui o que Sabourin (2011b e 2013) define como cadeias curtas controladas por agrupamentos de produtores, caracterizadas por um sistema misto entre troca de mercado e reciprocidade. A interface de encontro entre produtor e consumidor é o que permite redobrar uma relação de reciprocidade binária e gerar valores afetivos e éticos (morais).



Uma das formas de interação entre produtor e consumidor ocorre regularmente em visitas semanais de acompanhamento da produção e suporte técnico, realizadas pelos consumidores. Ainda que os produtores sejam os principais responsáveis pelo processo produtivo e disponham de uma forte orientação da Emater a respeito do método de produção, da regularidade e de outras questões técnicas, os consumidores também participam desse planejamento da produção. Via de regra, ocorrem visitas aos sábados, que são geralmente realizadas pelo Mentor, por uma consumidora que integra o núcleo de gestão e se dispôs a participar mais ativamente e por um técnico agrícola que possui formação em engenharia florestal e também é produtor rural, que ajuda mais intensamente os Produtores 2 e 3, variando a participação dos demais consumidores com menor regularidade.

Tive a oportunidade de acompanhar uma dessas visitas aos três produtores da CSA Alfa que teve a duração média de duas horas em cada um dos agricultores. Enquanto o grupo caminhava pela plantação de cada produtor, as conversas giraram em torno do andamento da produção, de novos plantios, das intercorrências que ocorreram ao longo daquela semana, dos detalhes sobre a cesta enviada aos consumidores e dos assuntos pessoais. O almoço foi na casa de um dos agricultores e, nesse momento, a interação gira apenas em torno de assuntos cotidianos e informais. Em uma das visitas, o produtor colheu um punhado de rúcula e cebolinha e ofereceu como presente à consumidora que semanalmente lhe acompanha. Em momento posterior, questiono ambos a respeito dessa situação. O agricultor justifica dizendo que, dentre os consumidores que realizam a visita, ele tem mais afinidade com ela pela forma que trata os assuntos e explica que, no seu aniversário, essa consumidora também lhe presenteou.

A aproximação entre as pessoas com diferentes profissões e habilidades gera algumas trocas de saberes. O Produtor 1 explica que antes ele plantava “na bistunta” (sem o uso de técnicas) e que plantar para a CSA tem sido um constante aprendizado. Por exemplo, o Produtor 1 conta que, antes de ingressar nesse grupo, não imaginava a quantidade de produtos que era possível plantar em sua terra, em razão das suas práticas do monocultivo, do tipo de terra e da sua inclinação. Ele explica: “A gente passa a conhecer dos produtos, é uma grande vantagem. Por exemplo, eu achava que aqui não dava cenoura, mas o Mentor insistia que dava e, com a ajuda dele explicando como produzia e da Emater com as técnicas, deu certo a produção” (PRODUTOR 1). O Produtor 1 cita outro comportamento que mudou com as trocas de saberes entre ele e o grupo: antes ele queimava tudo e já plantava sobre o local queimado, mas explicou que aprendeu que não precisa queimar, pois as folhas são excelentes

para a compostagem e para nutrir a área que será plantada, fortificando o solo. Da mesma forma, transmitiu-lhes ensinamentos sobre formas de cuidado do plantio, melhores períodos para plantio e colheita, produtos da estação, dentre outros. O próprio técnico da Emater relata que tem lhe propiciado uma série de novos aprendizados, explicando que a sua especialidade é agricultura convencional e, para auxiliar os agricultores, ele tem buscado novos aprendizados com seus colegas especialistas no assunto dentro da Emater. Consumidores, produtores e técnico têm buscado aprender sobre as técnicas de cultivo e repassar a informação para o grupo.

Essas interações correspondem ao que a literatura (Sabourin, 2009) indica como ajuda mútua mediante o compartilhamento dos saberes, com uma estrutura de reciprocidade binária bilateral simétrica. A simetria ocorre porque há retribuição na troca de saberes, cada um assume a posição de aluno e professor e, porque não gera prestígio para aquele que ensina, esse valor não aparece nos relatos. Os participantes indicam relações de amizade e confiança, típicas da reciprocidade simétrica.

Outra forma de interação entre os participantes ocorre nos pontos de entregas das cestas aos sábados. Nesse caso, a aproximação ocorre mais entre consumidores, uma vez que os agricultores raramente se deslocam até a cidade. Particpei de duas entregas de cestas em dois diferentes pontos de retirada. Em ambas as situações foi possível perceber uma forte integração entre os consumidores, que em vez de apenas retirarem a cesta, permaneciam no local em rodas de conversas, alguns pelo turno inteiro da entrega. A imagem a seguir retrata uma dessas situações:

Figura 15 – Entrega das cestas



Fonte: Arquivo CSA Alfa

Os participantes, especialmente aqueles que integram a gestão, relatam que consideram a interação entre as pessoas essencial para a atividade daquela CSA. Por isso, eles buscam realizar atividades paralelas para atrair os consumidores até o local em vez de receberem em casa. Por exemplo, um dos pontos de entrega ocorre junto à uma outra feira de produtores agrícolas. Eles também buscam trazer atividades coletivas e palestras gratuitas, ministradas pelos próprios consumidores, e incentivam a participação por meio de *e-mails* enviados ao grupo. Por exemplo, segue o trecho de um *e-mail* enviado em maio de 2015:

A entrega das cestas aos sábados ficará mais animada a partir de agora. Iniciaremos um programa de palestras e oficinas [...]. Com isso, poderemos nos encontrar com mais frequência, além de criar um momento de troca de ideias e conhecimentos. As atividades são gratuitas, abertas ao público em geral e serão ministradas, a princípio, pelos próprios membros e parceiros da CSA. (E-MAIL ENVIADO PELA CSA ALFA AOS CONSUMIDORES)

Já foram realizadas palestras sobre nutrição (uma delas denominada "A Revolução da Colher: Como mudar o mundo através de sua alimentação"), hortas urbanas, agroecologia, frugivorismo, liderança (denominada Liderança Facilitadora para a Transformação Social), dentre outras. Dentre as atividades coletivas realizadas, foi possível verificar aulas de *yoga*, roda de samba, troca de sementes e mudas, dentre outros. Nessa ocasião, a reciprocidade também aparece em uma estrutura binária bilateral simétrica, cada um dos consumidores

colaborando com o conhecimento do qual dispõe, por vezes na condição de aluno, e em outras na condição de professor.

Nas entregas acompanhadas, foi possível constatar uma prática recorrente entre diversos consumidores: conversas em torno da temática alimentação e uma constante troca de receitas dos produtos que integram a cesta daquela semana. Essas duas práticas movimentam de uma forma bastante intensa os grupos do Whatsapp e Facebook nos dias subsequentes à entrega das cestas. Alguns consumidores enviam fotos de alimentos que receberam e não conhecem, questionando os demais consumidores, outros respondem informando e em seguida diversas pessoas sugerem receitas. Mais tarde, aqueles consumidores que testaram a receita informam o grupo e fornecem um relato sobre a experiência. Além disso, nesses grupos virtuais, os consumidores enviam fotos dos alimentos, fazem elogios, críticas, sugestões, informam sobre atividades relacionadas à CSA que ocorrem na cidade, dentre outros, com uma movimentação diária intensa. Nesse caso, novamente a transmissão de saberes desponta como uma relação de reciprocidade binária simétrica e gera valores e sentimentos como reconhecimento, identificação e amizade.

Em janeiro de 2016, um dia após o recebimento das cestas foi possível acompanhar a seguinte conversação pelo Whatsapp entre quatro consumidoras:

As folhas de brócolos vieram perfeitamente verdes. Vão enriquecer um yaquissoba amanhã! (CONSUMIDORA A).

Pessoal, e a couve congelada? Outro dia fiz e ficou ótimo. Há grande perda de nutrientes? (CONSUMIDORA B)

Sempre tem, mas eu congelo (CONSUMIDORA C)

Temos que ter consciência de que as verduras e legumes que recebemos têm muito mais nutrientes por serem recém colhidos que aqueles comprados em supermercados e outros que percorrem um caminho muito mais longo. Claro que o ideal seria ter uma horta na porta da cozinha e comermos tudo fresquinho! (CONSUMIDORA A).

Gente, todo processamento de alimento tem perdas de nutrientes. Contudo é uma forma de você não perder o alimento todo! Se tenho muita couve, por exemplo, e não vou conseguir consumi-la fresca, melhor congelar do que jogar no lixo (CONSUMIDORA D).

Já congelei picada e inteira, desconfio que inteira é melhor. Como vocês estão fazendo, pessoal? (CONSUMIDORA B)

Inteira você perde menos" (CONSUMIDORA D).

Outra prática que ocorre nos pontos de entrega talvez possa ser considerada uma espécie de mercado de reciprocidade. Isso porque a ideia é que pessoas troquem entre si os alimentos da cesta por outros que sejam de sua preferência. Em situações assim, ocorre uma reciprocidade generalizada, em que cada parceiro pode ter várias relações de reciprocidade ternária, assim como vários parceiros diferentes, de modo a construir uma rede (TEMPLE,

2003). Essa rede é o que origina o mercado de reciprocidade, geralmente demarcada pelo uso de medidas de equivalência (SABOURIN, 2012a), por exemplo, uma alface por uma banana, tal como ocorre nessas práticas da CSA Alfa que são formas simétricas de reciprocidade.

Quando alguns consumidores não podem retirar a sua cesta pessoalmente, solicitam a outros com que tem mais afinidade ou apenas questionam nos grupos da *internet* se alguém pode pegar a cesta, para que o mesmo retire-a mais tarde na residência do outro consumidor. Apesar da literatura não oferecer classificação para ações desse tipo, elas poderiam ser consideradas como formas de ajuda mútua simétrica bilateral face a face, por conter elementos de prestações de trabalho para outra família e pela presença da solidariedade.

A que desponta com a mais ampla e abrangente interação entre os participantes da CSA Alfa e que ocorreu em média bimestralmente no período de acompanhamento é um evento nas terras dos produtores com a duração de um final de semana. Ao longo desse final de semana, as famílias dos consumidores de todos os grupos de produtores acampam nas terras de um agricultor e realizam uma série de atividades, sempre em conjunto com a família desses agricultores. Há uma grande presença de crianças. Os consumidores fazem mutirões no plantio, almoços e jantares coletivos, atividades de lazer como dança e jogos de cartas, caminhadas noturnas ao luar pelas plantações guiadas pelo produtor, práticas mais espiritualizadas como *yoga*, *reiki* e xamanismo, brincadeiras para as crianças, dentre outros. Nem todos os consumidores acampam, alguns apenas realizam as atividades diurnas. O evento geralmente tem sua organização feita pelos consumidores de forma voluntária. Em alguns desses eventos, o grupo realiza assembleias para a tomada de decisão coletiva, daquelas questões que não são cotidianas. Em geral, as decisões coletivas são realizadas em conversas pelo grupo do Whatsapp e nas reuniões semanais presenciais entre o núcleo de gestão. Nas três imagens a seguir, é possível ver o grupo realizando um mutirão na horta, “aplicando *reiki*” nos canteiros da plantação, e em uma atividade de xamanismo.

Figura 16 – Mutirão na horta



Fonte: Arquivo CSA Alfa

Figura17 – Aplicação de *reiki* na horta



Fonte: Arquivo da CSA Alfa

Figura 18 – Ritual xamânico de invocação dos elementais, com fogueira e lua cheia



Fonte: Arquivo CSA Alfa

As pessoas trazem alimentos e ferramentas que são compartilhados entre todos os participantes. Em um dos *e-mails* enviados pelo grupo, informam: “Tragam algo para compartilhar no café da manhã, ferramentas de jardinagem e bastante energia para o mutirão! O custo do almoço será rateado entre os presentes [...] Estamos organizando o transporte solidário: por favor, informe-nos se você precisa ou pode dar carona” (ARQUIVO DE EMAIL CSA ALFA).

Ao longo da pesquisa, tive a oportunidade de participar de um desses eventos, que ocorreu em setembro de 2015 nas terras do Produtor 1. Dentre todas as atividades acompanhadas, merece um detalhamento, pois envolve profundamente todos os consumidores com os produtores, sendo sem dúvida o momento em que mais se fortalecem as interações naquela comunidade. A participação foi uma atividade impressionante, as pessoas demonstravam uma busca por aproximação com os demais consumidores, os eventos eram compostos de simbologias, as pessoas contavam histórias, falavam sobre espiritualidade e se emocionavam em diversos momentos.

Esse evento especificamente teve uma particularidade. Em razão da forte seca que atingia a região, a sua realização estava condicionada à ocorrência de chuva, o que ocorreu

nos últimos dias e resultou no que relataram ser a mais baixa participação de consumidores em comparação aos demais eventos. Além disso, não haveria mutirão na horta para economizar água. Não há transporte público que leve até as terras do Produtor 1, por isso os consumidores se organizaram em grupos de carona.

Logo que chegamos ao local, fomos recebidos de forma calorosa pelo Produtor 1, que já conhecia aquele grupo e se demonstrou muito animado e falante, expressando verbalmente estar muito feliz com o encontro. Esse foi o nosso primeiro contato. Tão logo me apresentei, ele fez questão de levar-me até a horta, explicando como funcionava, as variedades que plantava e contando sobre a CSA Alfa. Nesse momento, o Produtor 1 explicou: “Eles não me dão trabalho, eu não gosto de sair de casa, por causa da muvuca da cidade e do trânsito, mas eu gosto muito quando eles vêm aqui” (PRODUTOR 1).

Dentre as famílias, algumas crianças e uma parte do grupo, na companhia do produtor, foram até os açudes alimentar os peixes. A interação entre eles ocorreu mediante explicações sobre a alimentação dos animais, pescaria, conversas em torno dos problemas ocasionados pela seca, a reação das crianças diante dos peixes, dentre outros. O grupo permaneceu conversando por cerca de uma hora. A imagem a seguir retrata esse momento:

Figura 19 – Integração em torno da alimentação dos peixes



Fonte: Autora



Ao final do dia, um pequeno grupo foi para a cozinha iniciar o preparo da refeição coletiva. Dentre eles, estava a filha do agricultor, a Aprendiz 1. Enquanto cozinhavam, a interação ocorreu em torno da história de vida da família do produtor e dos consumidores. Em um desses momentos, a Aprendiz 1 diz que a família deles foi pioneira da CSA em todo o Estado de Minas Gerais e, para as pessoas que ainda não conheciam a família, ela contou a história de vida deles. A conversa oscila entre questões pessoais e, em alguns momentos, adentrava a CSA Alfa, como quando a Aprendiz 1 manifestou vontade em montar uma estrutura com estufa para preservar as mudas e para evitar os danos do forte sol e das chuvas mais violentas. O grupo comentou saber que na última semana havia chovido muito forte e o granizo havia danificado a plantação de alface, aparentemente estando todos cientes e compreensivos diante daquela situação. Enquanto esse grupo concentrou-se na cozinha, outra parte ficou conversando em um galpão ao lado e outros jogando truco em companhia do Produtor 1.

Figura 20 – Jogo de truco entre Produtor 1 e consumidores



Fonte: Autora (2016)

A refeição noturna demonstrou ser um momento descontraído, com a presença de toda a família do Produtor 1, sua esposa, seus filhos e demais familiares presentes sempre em integração com os consumidores, dividindo e compartilhando uma alimentação coletiva e

bebidas como cachaça, vinho, cerveja e refrigerante. A noite seguiu em uma animada confraternização, entre conversas e risadas. Dentre um grupo que estava conversando com a Aprendiz 1, uma das consumidoras diz que “A alma do Mentor e do Produtor 1 está na CSA Alfa, a gente vai atrás” (CONSUMIDORA 11), explicando em seguida que se sentia contagiada pela “boa energia” deles.

As pessoas seguiram confraternizando até a madrugada, quando o Produtor 1 convidou os consumidores para uma caminhada pela plantação para apreciar as estrelas e a lua. Nessa caminhada, o Produtor 1 seguia na frente com uma lanterna e contava os “causos” da região. Ele expressou diretamente a felicidade, a liberdade e a realização pessoal que sente trabalhando na terra na condição de agricultor. Enquanto caminhavam, a conversa entre os participantes girou em torno de questões de preservação ambiental, questões morais sobre família e mais espiritualizadas, como, por exemplo, a necessidade de “consciência de que o mundo precisa evoluir e ser mais humano”. Em diversos momentos, foi possível observar tanto os consumidores quanto o próprio Produtor 1 emocionando-se, quando seus olhos enchiam de lágrimas. Após a caminhada, houve um pouco mais de confraternização e o grupo foi dormir nas barracas que haviam previamente organizado nas terras do Produtor 1.

No domingo, as atividades iniciaram cedo: às 05h30 da manhã o Produtor 1 foi trabalhar na horta e um pequeno grupo o acompanhou, alguns ajudando a retirar o “mato”, fazendo uma pequena capina, outros observando ele trabalhar e irrigar enquanto conversavam. Para as pessoas que estavam indo pelo primeiro final de semana conhecer o produtor, ele contou como viviam ali os seus antepassados, explicou um pouco da sua história de vida, como veio a conhecer o Mentor e como foi o início da CSA. Os consumidores ouviam atentos e teciam comentários. O Produtor 1 disse aos consumidores que está satisfeito com o andamento da CSA Alfa e que ele está feliz pois tem conseguido manter-se no campo, ressaltando que inclusive depois da CSA conseguiu “arrumar trabalho” para a Aprendiz 1 e para o Aprendiz 2, e que o seu desejo era conseguir alocar os seus filhos no trabalho agrícola porque eles moravam ali naquelas terras, mas precisavam trabalhar “fora”, em outras regiões afastadas. O Produtor 1 relatou, aos consumidores, que ele e o agricultor que estava organizando a formação do terceiro grupo da CSA são amigos desde a infância.

Enquanto realizava as suas atividades, o Produtor 1 ensinava para os consumidores como plantas como berinjelas, chuchu e alface reagem à chuva. Ele também explicou que, como antes exercia o plantio por monocultura, também estava em um processo de

aprendizagem através da CSA Alfa e que contava muito com as orientações que vinha recebendo da Emater e também da experiência do Mentor com hortas agroecológicas. O produtor também mostrou aos consumidores e contou sobre uma parte de seu terreno, que é composto por matas nativas, explicando as normas de preservação para aquele local e qual a sua função.

Alguns consumidores explicaram-me que, nos eventos anteriores, eles participavam mais ativamente plantando, capinando ou semeando canteiros, mas que, em virtude da seca, foi uma sugestão deles não participar, pois compreendem que a sua inexperiência acaba gerando alguma perda do que foi plantado, resultando em desperdício de água que, naquele momento, estava sendo racionada. Um consumidor explicou que “quase tudo o que plantamos morre” (CONSUMIDOR 12), informação confirmada pelo produtor que assentia afirmativamente rindo. Posteriormente, o Produtor 1 explicou que, apesar de ajudarem quando fazem capinas, por exemplo, o plantio dos consumidores acaba ocorrendo mais por diversão e para aproximação da vida na agricultura.

O Produtor 1 relatou ao grupo o seu interesse em chamá-los para um dia de colheita das frutas e a ideia pareceu ter boa aceitação. Nesse momento, ele disse aos consumidores que sempre que eles quisessem, independentemente de ser dia de atividade coletiva, eles estavam convidados para ir lhe visitar. Um desses consumidores que estava presente comentou que gostava muito dessas visitas pois lhe gerava satisfação pessoal e garantia sobre a procedência do alimento que estavam recebendo na sua família, ressaltando que o agricultor sempre fazia questão de lhes mostrar e explicar tudo na plantação. O Produtor 1 respondeu a essa fala e disse que estava muito satisfeito também com o seu grupo de consumidores, pois considera que eles são pessoas diferentes dos consumidores tradicionais pois entendiam que para um produto ser bom não precisa ter boa aparência, em seguida comentando sobre sua dificuldade em vender a produção fora da CSA em razão das altas perdas, porque o intermediário não aceita os produtos “feios”. Nesse momento, enquanto falava o Produtor 1, olhou para o horizonte, encheu seus olhos de lágrima, respirou fundo e falou para aquele grupo de pessoas que eles lhe conquistaram porque “não são frescos e comem os alimentos até direto do pé, com esterco e tudo, isso não tem preço” (PRODUTOR 1). Ele em seguida conta uma situação em que um consumidor lhe visitou e arrancou diversos alimentos da plantação e os comeu direto e sem lavar, provavelmente sendo a situação que ele posteriormente me relatou sobre a primeira visita dos consumidores e que já foi mencionada ao descrever sobre a formação da CSA Alfa.

Quando esse grupo de consumidores saiu da área de plantio da horta e foi para a área onde acampavam, haviam chegado muitos dos consumidores que passariam o dia no local, bem como o Produtor 2 com sua família. A próxima atividade consistiu em uma aula de yoga ministrada por uma das consumidoras. O produtor e sua família apenas observaram a atividade, mas disseram não ter interesse em participar.

Figura 20 – Atividade de yoga entre os consumidores da CSA Alfa



Fonte: Autora

Enquanto esse grupo realizava a aula de yoga, algumas pessoas foram até a área de plantio novamente com o produtor para colher algumas frutas, legumes e vegetais para o café da manhã coletivo e para uma aula que uma outra consumidora faria sobre a temática “Alimentação Viva”, uma prática que aparentemente consiste em alimentar-se somente de frutas, vegetais, legumes ou sementes no seu estado natural, sem passar por processo de cozimento. Os consumidores explicaram-me que pessoas que optam por esse estilo de alimentação também não consomem alimentos industrializados, não comem carne ou qualquer tipo de alimento que tenha sido cozido, utilizando termos para explicar como a palavra “crudivorismo”. Entretanto, ressaltam que apenas uma minoria do grupo dos consumidores possui esse tipo de alimentação mais radical.

A aula sobre Alimentação Viva despertou grande interesse de todos os presentes, inclusive das famílias dos produtores, que interagiam e faziam uma série de perguntas. Em razão disso, a atividade estendeu-se pelo dobro do tempo planejado inicialmente. Nesse momento, estavam presentes cerca de 30 pessoas assistindo a aula, em dois grandes círculos. O grupo que compartilhou esse ensinamento com os demais consumidores preparou diversos tipos de sucos, ensinou as melhores formas de preparo e aproveitamento dos nutrientes e preparou alimentos “cozidos no sol”. Segue um retrato do momento na imagem a seguir:

Figura 21 – Aula sobre Alimentação Viva



Fonte: Autora

Ao longo dessa atividade, o Produtor 1 comentou ao grupo que ficou espantando em razão de que os consumidores estavam usando naquele momento algumas das plantas que ele considerava “mato” e retirava da horta, combinando com esses consumidores que ele passaria a enviar elas nas cestas semanais. A grande diversão do grupo ficou por conta dos produtores experimentando os sucos e os alimentos preparados e tecendo comentários a respeito. Tanto a aula de *yoga* quanto essa aula sobre alimentação foram exercidas de forma voluntária pelas consumidoras.

Em seguida, ocorreu o café da manhã coletivo, que consistia em alimentos trazidos por cada um dos consumidores de suas casas, além do que foi colhido da horta. Um ponto

interessante é que, em todas as atividades que o grupo realizou ao longo daquele final de semana, praticamente não foi gerado lixo seco e todo o lixo orgânico produzido foi para compostagem e posterior uso na horta. A esposa do Produtor 1 que comentou e chamou a minha atenção a esse respeito. Ela relatou que, no primeiro evento daquele tipo, que ocorreu em janeiro de 2015, ela estava trabalhando em outro local e, com base nos eventos que eles realizavam quando a sua família possuía o Pesque e Pague, ela estava preparada para se deparar com muita sujeira e lixo para cuidar quando retornasse. Explicou que, quando chegou em casa ao final do domingo, viu que estava tudo limpo e questionou ao Produtor 1 se fora cancelado, de modo que o Produtor 1 lhe respondeu: “Pelo contrário, mas esse povo é diferente, eles não fazem lixo” (ESPOSA DO PRODUTOR 1). O Produtor 1, em outro momento da pesquisa, proferiu a seguinte fala: “Esse pessoal da CSA que vem aqui é muito educado, eles não deixam lixo. Uma grande vantagem neles é isso, lixo orgânico de um lado, que ainda serve para a horta, e muito pouco lixo seco, tudo bem organizado, tudo direitinho” (PRODUTOR 1).

Em seguida, um novo grupo de famílias com seus filhos foi acompanhado pelo Produtor 1 e pelo Produtor 2 até o açude para alimentar os peixes. O Produtor 2 explicou para mim que já realizam atividades de mutirão nas suas terras plantando alface e que ele particularmente gosta desse evento porque conhece os seus consumidores e pode manter contato com eles. O grupo seguiu conversando, conforme a imagem a seguir:

Figura 22 – Confraternização entre produtores e consumidores no açude



Fonte: Autora

No momento seguinte, um grupo de consumidores acompanhou o Produtor 1 até o local da plantação das hortas. O Produtor 1 foi explicando sobre a sua forma de trabalho, sobre os cuidados com os animais e insetos que ficam ao redor da plantação, desde borboletas até lagartos, informando que a maioria deles é benéfica, ao contrário do que se imagina. Um segundo grupo se uniu a esses consumidores enquanto conversavam sobre as cestas. Nesse momento, o Produtor 1 questionou se eles estavam satisfeitos com as cestas e recebeu inúmeros elogios. Ele caminhou com esse grupo de pessoas em toda a extensão da horta, levou-os para ver os animais e o esterco que utiliza na CSA, explicando o que era comprado fora e o que era produzido por ele. Ele forneceu explicações sobre a importância do esterco e da compostagem para a alimentação orgânica e comentou ter aprendido isso com o Mentor, com a Emater e com uma das consumidoras que acompanha o processo produtivo mais diretamente. Separada do grupo, estava uma consumidora caminhando na horta com o seu filho. Fui ao seu encontro e iniciamos uma conversa. Entre outros assuntos, essa consumidora explicou que ela gosta muito de integrar a CSA, especialmente pela qualidade da alimentação, da cesta recebida e depois pelos eventos, pela relação de amizade que construiu, e entende que eles são importantes para o filho conhecer e aproximar-se de quem produz o alimento e do ambiente rural. Ela explicou que o filho estava muito animado, que havia “até rolado na terra”

(CONSUMIDORA 13) e não queria ir embora. A imagem a seguir é de uma das conversas entre o Produtor 1 e os consumidores:

Figura 23 – Produtor 1 e consumidores da CSA Alfa na horta



Fonte: Autora

Quando retornamos ao local do acampamento, havia um grupo de pessoas preparando o almoço com o que foi produzido ao longo da aula sobre Alimentação Viva, mas também incorporando outros alimentos. Antes da refeição, o grupo realizou uma oração coletiva e agradeceu por estar reunido e pelo sucesso na colheita dos produtores. Junto à área de convivência principal, havia uma caixa onde foram depositadas doações dos consumidores para o produtor que os recebeu. Questionei as pessoas que organizaram o evento e eles explicaram que tem sido uma prática comum como uma forma de agradecimento ao agricultor por lhes ter recebido. Nesse momento terminou meu acompanhamento do evento em questão, pois retornei com outros consumidores para Belo Horizonte. Entretanto, os demais membros da CSA Alfa seguiram na confraternização até o final daquele dia.

Ao final da pesquisa, o Produtor 1, a Aprendiz 1 e o Aprendiz 2 estavam planejando, para os próximos eventos, um mutirão com as famílias dos consumidores para plantarem mudas de árvores frutíferas em suas terras. Eles pretendiam sugerir que cada família



consumidora trouxesse quantas mudas desejassem e que os pés poderiam ser batizados com placas com o nome de cada um dos integrantes da família.

Essa série de interações que ocorrem entre os participantes da CSA Alfa nas visitas de acompanhamento do processo produtivo, na retirada das cestas nos pontos de entrega e nos eventos de integração produz um senso de amizade, de responsabilidade e de confiança, conforme foi relatado por muitos integrantes. Por exemplo, a Consumidora 7 disse o seguinte:

Eu participei do primeiro evento, quando a gente não tinha nem recebido a nossa primeira cesta, foi no final de janeiro. Eram umas 15 pessoas só, pouca gente, foi muito íntimo, tanto que eu fiquei amiga das pessoas que estavam lá [...]. Eu acho muito interessante isso, tentar fazer vínculos de afeto, acho que a CSA precisa disso, mas agora foram poucas pessoas porque foi divulgado muito em cima da data (CONSUMIDORA 7).

O Produtor 1 falou em relações de amizade e confiança entre os integrantes da CSA Alfa:

[...] E a gente ficar com esse senso de comunidade, como vou dizer, fazer amigos, é uma grande vantagem, assim como você saber que a pessoa está satisfeita com o que você está mandando, saber que quem está comendo o meu produto vem lá falar comigo é muito bom, é bom demais de dar conta. É a pessoa ter confiança na gente, que a gente faz aquele círculo de amizade entendeu, e aí vai assim, e a cada dia só vai aumentando, fica mais forte [...]. Um dos sonhos meus era isso, plantar e enviar direto para o consumidor e ter o convívio com eles, com as pessoas, porque assim eles pegam a confiança na gente e a gente neles (PRODUTOR 1).

Outra consumidora explicou que a vantagem de participar da CSA Alfa em relação aos canais tradicionais de compra de alimentos é a interação entre as pessoas:

[...] é um grupo diferente, todo mundo ligado no mesmo assunto, eu acho bacana, porque no supermercado você vai sozinha, compra e não sabe nada. Aqui a gente troca ideia, interage, aprende muita coisa, até receitas nós trocamos, pela primeira vez eu aprendi como se faz o umbigo de banana, me deram dicas boas de como preparar. Então tem muita coisa que através do grupo a gente fica sabendo o que está acontecendo na cidade em coisas que a gente gosta (CONSUMIDORA 14).

Uma consumidora que conhece o agricultor e participou dos eventos de integração fez o seguinte relato: “Foi uma experiência incrível, dou mais valor ao alimento porque sei que quem o produziu colocou amor no que faz. Admiro muito a história do Produtor 1, que, junto com sua família, recebeu a todos com muito carinho [...]. Pude perceber a satisfação dele com o projeto” (CONSUMIDORA 15). Essa consumidora também disse: “Participo do grupo de Whatsapp formado entre os coprodutores, inclusive trocamos experiência e favores. Por exemplo, outro dia uma colega pegou a cesta para mim e fui buscar na casa dela, aproveitei para conhecê-la melhor e ficamos amigas” (CONSUMIDORA 15).

De fato, o Mentor explica que o principal objetivo que o leva a organizar os eventos de interação é a produção de uma relação de amizade entre o grupo. Ele diz:

É uma família né, é uma verdadeira comunidade, tanto os agricultores quanto os coprodutores. Aqueles que frequentam os eventos a gente vai criando amizade, o grupo de gestão criou uma relação de amizade entre si e com os agricultores também. Esse é um dos objetivos da CSA, está na nossa carta de princípios. A função do evento de integração é justamente criar amizade entre os produtores e os coprodutores. O Produtor 1 é o que fica muito sensibilizado com essa relação com os coprodutores, especialmente porque ele está há mais tempo, foi o primeiro agricultor [...]. O Produtor 1 é o nosso produtor mais especial. A relação de amizade que a gente tem com ele é muito importante para ele. Eu sei disso porque eu vi ele falando várias vezes e ele fica com os olhos marejados. O Produtor 1 pegou o espírito da CSA. É em tudo, na solidariedade, no compromisso, na confiança. Eu confio no Produtor 1, eu sei que ele nunca vai nos deixar na mão (MENTOR).

A Consumidora 3 afirmou: “Quando a gente se aproxima do produtor, desencadeia uma série de outras coisas, a gente entende como aquilo chega na nossa mesa e as dificuldades que a pessoa passou, para mim só de tentar entender tudo isso que o mercado tradicional afasta a gente é muito bom” (CONSUMIDORA 3). Entretanto nem todos os consumidores têm interesse na integração com o agricultor. Um dos consumidores com quem conversei no ponto de entrega das cestas me disse: “Acho interessante a proposta da CSA, mas não sinto vontade de participar dos eventos, só de saber que o dinheiro está indo direto para o agricultor para mim já está ótimo” (CONSUMIDOR 15).

Em relação ao estabelecimento de relações de confiança, a Consumidora 16 faz o seguinte apontamento:

A CSA me inspira confiança [...]. Eu confio no agricultor e na rede. Acho muito importante conhecer como a colheita é feita, a origem da produção, muitas vezes estamos afastados do campo e de onde as coisas vem, só sabemos que elas estão lá disponíveis para comprar e não lembramos que há pessoas que trabalham para elas estarem ali. Além de conhecer toda a cadeia produtiva do alimento, conhecer as pessoas que sustentam a rede é muito interessante. E estar no grupo de Whatsapp me fez repensar o uso de algumas folhas e formas alternativas de usar os alimentos que eu já consumia (CONSUMIDORA 16).

Os mutirões que os consumidores realizam na plantação correspondem a situações de ajuda mútua agrícola, indicadas por Sabourin (2009) como uma forma de solidariedade trabalhando em benefício de uma família, que apesar de necessária à produção de bens materiais antes de tudo trata-se de uma relação humana visando à manutenção dos laços sociais, sentimentais e simbólicos. Na CSA Alfa, isso fica muito evidente porque a realização desses mutirões praticamente não é atrelada às necessidades dos agricultores de mão de obra, ela representa um momento de interação entre as pessoas na partilha de esforços e serve

anunciadamente para produzir relações de amizade. Os consumidores e os agricultores têm a clareza disso, conforme aparece nas suas falas.

Por meio dessas relações na CSA Alfa, talvez seja possível compreender a proposição de Sabourin (2011) de que eles constituem tanto um resultado quanto um incentivo para a reprodução dos ciclos de reciprocidade. E o que demarca isso é justamente a celebração com marcas simbólicas, como os rituais compartilhados e festas de consumo de alimentos. Isso responde pelas atividades espiritualizadas de xamanismo e *reiki* que ocorreram nos eventos anteriores e representa todas as interações que ocorreram neste evento que participei. Nesses casos, é evidente que a relação social ou afetiva entre os sujeitos é mais importante que a natureza material da prestação do trabalho.

Esse tipo de ajuda pode ser classificado como uma forma simétrica de reciprocidade com estrutura de ajuda mútua binária entre o grupo inteiro quando se fala de mutirão. A base dessa classificação decorre da afirmação de Sabourin (2009) de que, quando as famílias da comunidade ou os membros do grupo se mobilizam para realizar um trabalho em benefício de um agricultor, existe o compartilhamento bilateral que gera sentimento de amizade e confiança, expressos em termos de qualidade das relações sociais, de obrigações sociais, de satisfação, de reconhecimento, de respeito, de felicidade, de festas e de espírito de grupo, nos mesmos moldes que vivenciei quando acompanhei as festividades da CSA Alfa.

Além das relações de amizade, a CSA indica, na sua carta de princípios, que para a sua forma de produzir e comercializar alimentos é importante o estabelecimento de vínculos de solidariedade e tolerância entre aqueles que participam. Essa necessidade é lembrada aos consumidores com frequência em alguns *e-mails* enviados. Por exemplo:

Lembramos também que o padrão de cesta divulgado serve para nortear a produção e leva em consideração um ciclo de produção anual. Terão épocas do ano em que a produção de folhas será maior, outras que haverá uma maior disponibilidade de raízes, etc. Nem sempre o agricultor poderá enviar uma cesta respeitando exatamente a lista indicada (*E-MAIL ENVIADO PELA CSA ALFA AOS CONSUMIDORES*)

Ao longo da pesquisa, acompanhei algumas situações em que o grupo demonstrou solidariedade, especialmente quando a colheita foi afetada pela seca que ocorreu entre setembro e outubro de 2015 e o período de chuvas em janeiro de 2016. Muito provavelmente essas situações de solidariedade e tolerância sejam em decorrência do estabelecimento prévio das relações de reciprocidade. De uma forma geral, as pessoas demonstravam aceitação e

tolerância em relação à cesta nas condições em que recebiam, com poucos itens ou com itens muito pequenos. A Consumidora 7 que trabalhou como voluntária na gestão da CSA Alfa por um período forneceu a seguinte explicação:

A CSA se sustenta porque a maioria das pessoas que entraram entendem essa questão da tolerância com as questões de produção, pelo contato que eu tive em relação às finanças, às pessoas adeririam na maioria por uma lógica fora da visão lucro-benefício. A CSA tem uma ideia muito bonita mesmo, então até hoje eu acho que as pessoas continuam depositando e confiando numa conta de pessoa física porque é uma coisa fora da lógica mesmo. Quem entrou com a lógica de mercado, pensando que é barato, está saindo, já saiu, eu até fiquei triste nos casos, foram 2 enquanto eu era voluntária. Um dos casos foi pior, a pessoa mandou um *e-mail* ofensivo dizendo que era um absurdo a cesta só com folhas, escrachando. Eu só respondi que a CSA é um processo em construção, que não é uma relação de empresa cliente comum, mas esses casos são raros, quem entra pensando no dinheiro sai porque é diferente do que a pessoa está esperando (CONSUMIDORA 7).

Reproduzo a seguir um diálogo que ocorreu entre o Mentor e alguns consumidores da CSA Alfa no grupo de Whatsapp:

Sobre a qualidade das cestas nas últimas semanas e ontem eu recebi uma ligação de uma coprodutora pedindo para sair por esse motivo. Apesar de todo o nosso esforço para melhorar a qualidade das cestas, nós vivemos tempos de crise e será preciso muita tolerância e solidariedade para não “morrermos na praia”. Portanto exorto todos a nos unirmos para buscar soluções e minimizar os efeitos da crise hídrica que estamos vivendo [...]. Gostaria ainda de lembrar o compromisso social expresso na nossa Carta de Princípios (MENTOR)

Concordo Mentor com você. Estou junto e reconheço seu esforço e dos agricultores (CONSUMIDORA E).

Concordo com o Mentor (CONSUMIDOR F)

É muito bom sabermos que estamos fazendo uma troca: zelamos pela nossa saúde ao mesmo tempo que cooperamos com essas famílias (CONSUMIDORA G).

Gente, o que é isso? Nós somos coprodutores, não consumidores de cestas. Vamos aproveitar o que tem vindo com gratidão e evitar pressionar o Produtor 1 para entregar, por exemplo, uma couve tão pequenininha, que nem teve tempo de crescer, como ocorreu na semana passada. Vai melhorar. O projeto é feito para ter sucesso! Vamos persistir em nossos nobres propósitos. E para quem deseja consumo, desculpe mas tem o Verdemar (CONSUMIDORA H).

Concordo, somos coprodutores, estamos juntos com o PRODUTOR 1 (CONSUMIDORA I).

Uma outra situação ocorreu na CSA Alfa logo no início das atividades do Produtor 2. Apesar de haver um acordo prévio para se buscar uma produção agroecológica, em dado momento esse agricultor utilizou um fertilizante industrial na sua plantação. Os consumidores perceberam isso na visita semanal e, nos arquivos de *e-mail* analisados do grupo, foi possível perceber a expressão desses consumidores relatando a perda da confiança naquele agricultor. Um dos trechos da conversa entre eles contém a expressão “nós realmente perdemos a confiança, mas vamos dar uma chance”. A Consumidora 17 sugere uma solução ao grupo, que perpassa pela ajuda mútua, solidariedade, troca de saberes e que é acatada e posta em prática:

Algumas sugestões que tenho para a questão com o Produtor 2. Considerando que não queremos romper a parceria com ele, que vale a pena prosseguirmos e que a relação deve ser baseada 100% na confiança, devemos ter uma conversa bastante clara com ele. Precisamos partir de uma mesma imagem para conseguir solucionar o problema. Pelo que conversei com o Mentor, o Produtor 2 não está na mesma página que nós, ele não sabe que estamos receosos com a produção e com a dívida que ele possui antes da CSA. Assim sugiro que comecemos a conversa compartilhando as percepções e visões, deixem ele se expressar também e dizer qual é a visão dele. Em seguida podemos reforçar os objetivos comuns e traçar ações e acordos. Para as ações e acordos dentre outros precisamos contemplar, o seguimento do planejamento de produção, podemos também estabelecer um planejamento financeiro para ajudar ele, como o recurso deve ser gasto e empregado na produção, quantos por cento ele pode tirar para ele e para quitar parte das dívidas. Acho que temos que auxiliá-lo na educação financeira, talvez ele precise renegociar as dívidas deles, dividir, etc. (CONSUMIDORA 17).

Duas situações de solidariedade e tolerância estão relacionadas ao ingresso do Produtor 3. A primeira delas foi descrita anteriormente ao explicar como ocorreu o seu engajamento na CSA Alfa. A segunda foi quando o Produtor 3, já integrando a CSA Alfa, participou de uma ação criminosa e ficou em detenção por um período. Os consumidores decidiram manter a relação e seguir apoiando e incentivando as atividades desse novo agricultor na CSA Alfa. A horta foi recomeçada e até o momento não ocorreram problemas significativos. Eles relataram que existe um relacionamento de amizade e ajuda com esse agricultor. A Consumidora 6 relatou que o grupo tem um senso de responsabilidade em seguir apoiando para lhe ajudar.

Outro ponto de solidariedade diz respeito à doação das cestas não retiradas nos pontos de entrega. Os consumidores da CSA Alfa fizeram um acordo de que aquelas cestas que não fossem retiradas pessoalmente seriam doadas para um asilo de Belo Horizonte. Isso tem ocorrido sistematicamente.

Essas situações de ajuda mútua simétrica tanto nos problemas de colheita quando na questão com os agricultores evidenciam que a relação social e afetiva entre os sujeitos tem mais importância do que a natureza material das prestações. Isso indica um afastamento da lógica do mercado. Mas a ajuda mútua que é estabelecida vai além do conceito da presença física das pessoas, por exemplo, realizando os mutirões de capina, plantação ou colheita com os consumidores nas hortas dos agricultores. De fato, a forma como se vinculam e a própria solidariedade entre produtor e consumidor indicam a existência de relações mais profundas de ajuda mútua. Quando o consumidor demonstra tolerância com os alimentos que recebe na cesta no período de dificuldade de colheita, quando aceita produtos de época e diversificados e quando esse consumidor aceita ingressar em uma relação diferente de uma simples compra

no mercado e financiar a produção do agricultor assumindo em conjunto os riscos, ele está de uma forma diferente ajudando esse agricultor a produzir por meio de novas formas de ajuda mútua.

A ajuda mútua também se torna evidente quando há a presença de trabalho voluntário, seja daqueles que atuam na administração, daqueles que acompanham a produção ou daqueles que auxiliam na entrega das cestas. Cada um auxilia com as suas habilidades, indicando o que Sabourin (2009) classifica como o compartilhamento do trabalho (estrutura binária de grupo) em uma relação simétrica expressa no real. Por exemplo, as pessoas que têm formação em áreas relacionadas à agricultura dispuseram-se voluntariamente a trabalhar, nutricionistas que integram o grupo auxiliam na execução de apresentações mais técnicas, pessoas com formação em direito atuam avaliando critérios legais que envolvem o grupo, pessoas com formação e experiência em administração auxiliam na gestão, pessoas com formação em jornalismo se dispuseram a realizar as comunicações do grupo via *e-mail* e Facebook. A Consumidora 14 faz um apontamento interessante:

E dentro da própria CSA Alfa você observa que é muito interessante, tem sempre um que vai ajudar numa coisa que se está precisando, nós temos um agrônomo, teve um outro que entende da água, todos eles ajudam, cada um se dispõe a fazer algo que sabe. Hoje eu estou aqui como voluntária na distribuição das cestas, a gente tem que participar, cada um faz um pouco e a gente vai fortalecendo o grupo (CONSUMIDORA 14).

Em um dos informativos elaborados pela CSA Alfa, há uma pequena entrevista com uma consumidora que tem formação em engenharia agrônoma e trabalhava como voluntária acompanhando o processo produtivo. Nessa entrevista, ela relata que auxiliou na análise da fertilidade e da granulometria do solo do Produtor 1 e que fez um curso sobre Produção de Hortaliças, no qual teve a oportunidade de conhecer pesquisas na área de produção orgânica, como a elaboração de biofertilizantes, a produção de mudas saudáveis, o uso de hortaliças não convencionais na alimentação, o manejo integrado de pragas e doenças, pós-colheita e processamento de hortaliças, além de conhecer as novas variedades de hortaliças resistentes lançadas há pouco tempo pelos pesquisadores e que sua intenção era repassar aos agricultores esse novo aprendizado.

Recentemente, em uma das conversas entre os consumidores no Whatsapp, uma delas comenta que gostaria que viessem tomate e pepino nas cestas, por serem frutos com alto índice de agrotóxico no mercado convencional. O Mentor explica que estão tentando cultivar o pepino e que é difícil cultivar tomate sem estufa. Uma terceira consumidora sugere a

possibilidade de orçar uma estufa e realizar um rateio entre os consumidores, sugestão que é aprovada por outras pessoas que respondem afirmativamente, com um dos consumidores sugerindo a realização de uma rifa para toda a plantação.

Outra questão importante é a ausência de certificação ou selo formal sobre a origem do produto. Isso evidencia um afastamento da lógica de mercado e o estabelecimento de relações de reciprocidade nos termos de Sabourin (2009, 2011c e 2012b). Entretanto, a CSA Alfa não se enquadra conceitualmente nas três principais formas de obter a certificação descritas por Niederle (2014), Radomsky (2010) e Sabourin (2009, 2010, 2012b e 2011c) porque nem chega a existir uma certificação formal. A opção vai ao encontro do que Niederle e Almeira (2013) indicam como a opção por utilizar outras estratégias de diferenciação que continuam baseadas no enraizamento local e territorial da produção ou na venda direta mediante os vínculos de confiança construídos entre eles e seus consumidores (NIEDERLE E ALMEIRA, 2013).

Para definir essa relação, na fala de todos aparece a palavra confiança. O Produtor 1 diz que “O jeito que a gente atesta para os coprodutores que os alimentos são agroecológicos é na confiança, eles confiam que eu faço certo” (PRODUTOR 1). A Aprendiz 1 diz que “Os coprodutores da CSA não exigem a certificação porque é tudo na base da confiança mesmo, não tem assinatura de ninguém, eles confiam que nós vamos produzir sem veneno e a gente confia que eles vão pagar” (APRENDIZ 1).

Em conversas mais extensas com consumidores, também surgiu a palavra confiança para explicar a ausência da certificação formal. O Consumidor 1 disse:

“Eu sei porque eu confio nos agricultores e eu conheço eles” (CONSUMIDOR 1), aparentemente sinalizando a importância do estabelecimento das relações de reciprocidade para fortalecer a confiança. O Consumidor 2 disse: “Os alimentos que recebemos são agroecológicos, não tem certificação, mas na verdade eu confio. Eu confio porque conheço o Produtor 1, participo dos eventos, inclusive no último levei meu filho e porque nós fazemos visitas toda semana para acompanhar a produção” (CONSUMIDOR 2). Alguns outros relatos dos demais consumidores: “Não tem selo, isto também é na base da confiança. Eu particularmente prefiro dessa maneira, pois o selo geraria a institucionalização do sistema e o consequente aumento de gastos com a parte burocrática” (CONSUMIDORA 18), “Não tem selo de certificação além da nossa confiança no produtor. Tenho certeza de que o Produtor 1

compreende a importância do que faz e não coloca aditivos na horta” (CONSUMIDORA15), “Um selo de certificação não é para mim uma garantia de procedência, quando sabemos que não existe fiscalização eficiente no Brasil. A confiança que temos na CSA decorre do envolvimento do grupo” (CONSUMIDORA 19).

Na CSA Alfa, essa opção por não certificar formalmente e utilizar mecanismos de confiança introduz valores morais e um projeto de uma sociedade mais justa como indica uma das possibilidades oferecidas por Sabourin (2013). São estabelecidas relações de reciprocidade simétrica entre produtor e consumidor e essas relações geram sentimentos e valores de confiança, reputação, honra e responsabilidade, que foram claramente indicados nas falas dos integrantes. A relação aqui segue os mesmos moldes que as descritas nos mecanismos de certificação formal por reciprocidade (SABOURIN, 2010 e 2012b): conhecimento mútuo, contato direto entre produtores e consumidores (estrutura de reciprocidade cara a cara), conversas e explicações em torno dos produtos, do trabalho, dos processos e também de assuntos pessoais que geram valores humanos de afetividade, lealdade e confiança, reintroduzindo a dimensão de reciprocidade no sistema capitalista (SABOURIN, 2010 e 2012b) e validando esse processo de certificação de confiança, constituindo alternativas à mercantilização.

Além daquelas relações de reciprocidade que são mobilizadas entre os membros do grupo, há algumas pistas de que a CSA Alfa favorece o estabelecimento de novas relações de reciprocidade na comunidade rural em que estão inseridos os agricultores. Por exemplo, um dos cunhados do Produtor 1 é plantador de bananas agroecológicas e vive nas proximidades. O Produtor 1 também possui um pequeno bananal, mas não é suficiente para enviar essa fruta semanalmente nas cestas. Após o início da CSA Alfa, uma nova relação se estabeleceu entre o Produtor 1 e o seu cunhado. A cada período de tempo, o cunhado lhe presenteia com cachos e umbigos de bananas para que ele coloque na cesta dos consumidores da CSA Alfa. Tive a oportunidade de presenciar essa situação em que o Produtor 1 lotou a caçamba de sua caminhonete com essas frutas, contabilizando 32 cachos grandes e três pequenos, além de uma série de umbigos de banana. Em troca, o Produtor 1 levou como presente alguns pés de alface, couve e outros vegetais que aquela família não planta. Questionei o Produtor 1 sobre como eles definem essas quantidades que serão trocadas e ele respondeu que “Não define, ele me fornece as bananas porque quer, e eu levo para eles o que eles consomem” (PRODUTOR 1). Na imagem a seguir, é possível ver a caçamba da caminhonete com as bananas que recebeu de presente:



Figura 24 – Bananas que Produtor 1 recebeu como presente do cunhado



Fonte: Autora

Além desse mecanismo que desenvolveu com o cunhado, que explica ter ocorrido naturalmente depois que iniciou a CSA em altos períodos de demanda, o Produtor 1 começou a fazer uma troca de serviço com um conhecido da região, a qual define como “troca de dia de serviço”. Ele explica que solicita ajuda desse amigo para realizar a capina ou outras atividades de plantio, mas que não há pagamento. Em outro momento, quando esse amigo tem demanda no seu trabalho, que também é executado no ambiente rural, ele solicita ajuda do Produtor 1. O Produtor 1 explica que, com o ingresso do Aprendiz 2, a “roda de ajuda” foi ampliada. Às vezes, esse amigo ajuda o Produtor 1 e quem paga é o Aprendiz 2 ou ocorre a situação contrária. Atualmente, diz o produtor, ele está devendo uma visita de ajuda, mas que nunca ocorre um balanço igual desse pagamento: “Fica sempre certinho, mas não tem quando paga, pode pagar lá adiante, mas se precisar ajudar um dia a mais não tem problema, fica por elas” (PRODUTOR 1). Ele também explica que essa prática não é uma novidade, apesar de ter iniciado após a CSA Alfa, sendo um costume na região e já tendo sido adotada em outros momentos no passado.

Outra situação observada ao longo do período em que vivi com o Produtor 1 ocorreu entre os agricultores da CSA Alfa. O Produtor 1 emprestou o tratorito para que o Produtor 2,

ao longo de uma semana, pudesse arar suas terras. Esse uso traz um desgaste nas hastes, que frequentemente precisam ser trocadas, mas o empréstimo não teve qualquer cobrança, o Produtor 2 tentou pagar e não foi aceito pelo Produtor 1, explicando ao Produtor 2 que o empréstimo era “pela amizade”. Uma semana depois, o Produtor 2 enviou por meio do caminhão que faz a coleta das cestas para o Produtor 1, em torno de 80 molhes de rúcula para que enviasse na sua cesta aos consumidores. Em momento posterior, questionei o Produtor 2 se o motivo que ele enviou as rúculas havia sido pelo empréstimo do tratorito e ele disse: “Não, eu enviei para ele porque eu tinha sobrando, foi um agrado”. Quando questiono a mesma pergunta ao Produtor 1, ele responde:

Sim, mas a gente nem tinha combinado não, ele não aceitou eu pagar, quando eu fui acertar com ele a rúcula ele não quis me cobrar, nós fala aqui a “breganha” entendeu? Fica “breganhada”, troca e breganha pra nós é uma palavra só, se você tem uma coisa que eu não tenho e aquilo que você tem me interessa, e aquilo que eu tenho te interessa, aí nós faz a troca, mesmo que não tenha o mesmo valor. Como diz, coisa que significa pra mim, mas não significa pra você, coisa que significa pra você e não significa pra mim, não tem preço [...] aí a gente troca, não importa o preço [...]. Na CSA quando nós montamos o grupo eles falaram sobre isso, o Mentor falou sobre essa troca de valores e favores e essas coisas. Isso provável vai acontecer de novo mais adiante, por exemplo, quando eu tiver bastante fruta e tiver sobrando eu vou até incrementar a cesta dele sem cobrar, para ajudar ele pela simplicidade dele e porque ele é um menino muito esforçado para ficar no mato, eu admiro uma pessoa assim, igual ele falou que já trabalhou fora mas que o foco dele é trabalhar no mato, isso é igual ao que já aconteceu comigo, eu também fiquei na cidade e ganhei minha vida lá, também abandonei um salário bem maior pra vir para o campo porque preferia estar no campo (PRODUTOR 1).

Os resultados sinalizam que, em razão dessa aproximação entre produtores e consumidores e das práticas de reciprocidade estabelecidas em virtude dessa aproximação, é possível adicionar, além do valor de utilidade, sentimentos e questões morais às transações, que prevalecem em diversos momentos. Isso possui diversas implicações, uma primeira é que o predomínio da lógica da reciprocidade na CSA Alfa define essencialmente uma nova forma de produção e distribuição de alimentos que, mesmo inserida no sistema capitalista, atua em uma direção oposta à mercantilização em diversos momentos.

A ajuda mútua, o compartilhamento de trabalho e de saberes e a solidariedade aumentam a proteção em relação aos mecanismos de mercado, à competição e à busca pela vantagem e permitem um resgate de valores como solidariedade e confiança, que são ausentes em relações de mercado. O próprio conceito que está por trás da CSA Alfa no seu regimento interno indica uma busca ou uma sensação de ação pelos consumidores e produtores. O fortalecimento da ligação entre eles mediante o encurtamento da cadeia possibilita trazer de volta aspectos decisórios para as comunidades, resgatando um grau de autonomia relativo. As

regras estabelecidas na CSA Alfa induzem os participantes a assumir decisões, responsabilidades e riscos em conjunto e isso fortalece os laços sociais.

Tal como propõe Laville (2001), as associações com a CSA Alfa podem redescobrir o potencial organizador da sociedade fazendo referência à existência de uma maior solidariedade (LAVILLE, 2001). Essa solidariedade permite movimentos que Niederle e Almeida (2013) indicam como capazes de defender os sistemas locais de produção e consumo, os quais Ploeg (2008) forneceu algumas pistas para alertar sobre a importância de atividade de CSA como uma crítica simbólica, uma insubordinação e uma alternativa aos Impérios Alimentares. Essa é a implicação das relações de reciprocidade no circuito da CSA Alfa: afastar da lógica de mercado, proporcionar uma alternativa mais justa de comercialização e ampliar a autonomia relativa e o grau de coesão da comunidade em questão.

#### 5.4 REPRODUÇÃO MATERIAL E SOCIAL DOS INDIVÍDUOS

Os relatos dos consumidores e as interações observadas entre eles parecem indicar que a sua participação na CSA Alfa fortalece alguns aspectos vinculados à sua reprodução material e social. A adoção de uma dieta isenta de agrotóxicos ou outros produtos químicos promove a saúde humana, o conhecimento da procedência e o acompanhamento da produção dos alimentos que a família recebe e a construção de um senso de comunidade em torno da alimentação, sendo esses os principais benefícios gerados aos consumidores pelo engajamento neste grupo de CSA. As observações que foram relatadas e apresentadas ao longo dos resultados apontados permitiram chegar a essas conclusões.

Um outro ponto que merece destaque nesse sentido é que uma parcela significativa dos consumidores alterou os seus hábitos alimentares em direção a uma dieta mais saudável em decorrência do seu engajamento: alguns deles informam que passaram a consumir mais frutas, legumes e vegetais, adaptaram a alimentação aos ingredientes que recebem nas cestas, incorporaram novos alimentos na dieta, passaram a cozinhar e alimentar-se mais no ambiente doméstico e aprenderam novas formas de preparar os alimentos mediante as interações com os produtores e com os demais consumidores. Eles chegam a explicitar que a sua participação na CSA permitiu-lhes uma ampliação do conhecimento sobre a produção e o consumo de alimentos que não teriam adquirido em uma relação convencional de mercado. Recentemente, uma nova integrante do grupo indicou, em uma conversa no Whatsapp, a sua satisfação em

fazer parte da CSA em razão do aprendizado que está adquirindo: “Ei Mentor, que bacana, eu fico muito feliz de estar sendo apresentada a este mundo novo. Eu não sabia de nada disso e me sinto uma verdadeira alienada, aliás eu era, pois agora quero saber cada vez mais sobre o assunto, como é enriquecedor participar desta comunidade” (CONSUMIDORA J). Também há relatos de novo senso de valorização do ato de se alimentar. Por exemplo, em outra conversa observada entre os consumidores do Whatsapp, uma delas escreve:

Já peguei cestas muito fartas e outras mais mirradinhas, mas a amorosidade não muda. Posso ir ao sacolão e comprar cenouras e alfaces enormes, mas estranhamente elas não me despertam o mesmo sentimento. Aprendi que o que se sentimos quando comemos, é tão importante quanto o que se come (CONSUMIDORA K).

Ainda que apenas uma minoria dos consumidores tenha informado que realizou comparativo de preços com outros canais, aqueles que o fizeram disseram que participar da CSA Alfa permite uma redução de gastos na aquisição desses alimentos orgânicos. Por isso, é possível avaliar esse ponto como um facilitador da reprodução material desses indivíduos. Até porque alguns integrantes do núcleo de gestão daquilo que veio a se tornar a CSA Gama informam que, para propor os novos valores das mensalidades para os consumidores em 2016, um dos critérios utilizados foi estabelecer um preço que ficasse intermediário entre os valores pagos a produtores na Ceasa e os valores cobrados de consumidores em pontos de venda de alimentos orgânicos.

Em relação aos agricultores, uma série de questões vêm a favorecer a autonomia relativa e fortalecer a sua capacidade de produção e reprodução no ambiente rural, tanto nos aspectos materiais de existência quanto naqueles atrelados ao seu ambiente social e cultural. Já foram aqui relatadas as relações de reciprocidade que se estabelecem entre produtor e consumidor por meio da ajuda mútua e do compartilhamento que resultam, dentre outros, em solidariedade, tolerância, fidelidade e comprometimento mútuos; o afastamento dos mecanismos de mercado mediante reciprocidade mobilizada na comunidade rural e incentivada pela CSA Alfa; e a garantia do escoamento da produção em virtude do financiamento prévio. Também devem ser considerados sob esse viés a aceitação e a valorização por parte dos consumidores dos alimentos que recebem na cesta, independentemente do seu tamanho e aparência; a ampliação dos recursos mobilizados na unidade produtiva agrícola ao invés do mercado, a autonomia de decisão a respeito do processo produtivo; a remuneração do agricultor; e a manutenção de outros canais de comercialização que não geram dependência das atividades da CSA.

Em relação à aceitação dos alimentos, em diversas situações ao longo do tempo que acompanhei o trabalho do Produtor 1 na roça, ele mencionou a frase “Os consumidores da CSA querem qualidade, e não boniteza” (PRODUTOR 1). Uma dessas situações ocorreu ao retirar as bananas que o seu cunhado havia lhe presenteado, quando o Produtor 1 mostrou um cacho com algumas bananas pequenas e explicou que, no comércio convencional, aquelas frutas seriam descartadas em razão do seu tamanho, complementando: “Essa é descartável, nem se vende, essas pequenas meu cunhado alimenta os porcos, porque a Ceasa e o intermediário somente aceitam as grandes e bonitas” (PRODUTOR 1). Em seguida, ele explicou que em algumas ocasiões os canais tradicionais aceitam comprar os frutos pequenos, mas que o valor pago é irrisório e não cobre os custos de produção e transporte. De forma contrária, explicou que na CSA Alfa as bananas pequenas são aceitas porque o grupo valoriza a qualidade em detrimento da aparência.

Uma outra situação semelhante ocorreu na colheita de cenouras, quando o Produtor 1, a Aprendiz 1 e o Aprendiz 2 mostraram cenouras pequenas que são aceitas na CSA e são descartadas nos canais convencionais de mercado. Elas aparecem à direita na imagem a seguir. A Aprendiz 1 afirma: “Eles comem o que tem saúde, não o que tem beleza” (APRENDIZ 1).

Figura 25 – Cenouras pequenas e aceitas na CSA Alfa



Fonte: autora

Em uma das conversas realizadas, o Produtor 1 fez o seguinte depoimento:

Muitas pessoas comem com os olhos, enxergam uns tomates bonitos e grandes e nem imaginam que são cheios de veneno. Aí os nossos tomates que são pequenos e algumas vezes têm bichinho, as pessoas não querem. Mas se tem bicho é porque geralmente não tem veneno, tem saúde. [...] A grande vantagem da CSA é como te falei. Se você tem dois pés de alface feinhos mas que são bons, de qualidade, você pode mandar dois pés para um, um mais bonitinho para outro, de toda maneira não fica sem, você tem como escoar aquela produção que não sairia no mercado. [...] eles procuram qualidade e não boniteza, se o que foi colhido está bonito vai para eles, mas se não está bonito também vai, porque tem qualidade. A CSA não quer padronização, ela não quer boniteza, ela quer qualidade e para comércio infelizmente tem que ter a padronização e a beleza, porque senão eles nem compram. Hoje a CSA ganha disso e porque eu tenho a garantia, se eu produzir ou não produzir eu estou ganhando. Entendeu? Nem que vá mais ou que vá menos, mas aquilo é firme. Na CSA não perde nada. Porque vamos supor, numa mercearia esse pé de alface estaria perdido, ele não vai crescer para mim vender ele, ninguém compraria ele, ele não tem tamanho. E para a CSA eu possa mandar, isso vai tudo, nem que eu tenha que por dois se for muito pequeno, mas vai tudo, nada vai fora. A grande vantagem da CSA é porque ela não tem perda, eles comem tudo. A CSA é consumo garantido, tem destino certo (PRODUTOR 1).

A CSA Alfa tem levado os agricultores a ampliarem os recursos mobilizados na própria unidade produtiva em vez do mercado. Isso ocorre em quatro diferentes situações: a utilização de esterco e folhas como adubo naturais substituindo fertilizantes industrializados, o uso de caldas orgânicas produzidas pelo agricultor em vez de defensivos químicos industrializados, o movimento ainda em fase inicial em direção à produção de suas próprias mudas e sementes e a produção para o autoconsumo familiar. Nessas quatro situações, a reciprocidade assume papel central e corrobora a afirmação de Ploeg (2008) de que é ela que possibilita um distanciamento dos mercados para obter mão de obra na agricultura familiar e para a produção de recursos.

Na forma de produção da CSA Alfa, os fertilizantes químicos são substituídos por esterco e adubação verde, essenciais para a produção de alimentos orgânicos de qualidade. No início da pesquisa, em setembro de 2015, o Produtor 1 estimou que produzia 30% do esterco utilizado em sua propriedade por meio de suas vacas, cavalos, galinhas e porcos, e os restantes 70% ele mobilizava fora de sua unidade de produção. O esterco de galinha era comprado no mercado tradicional, e a aquisição de esterco de boi não ocorria mediante o mecanismo de compra e venda no mercado, mas de uma parceria com a prefeitura municipal local, que retira de um frigorífico e entrega gratuitamente aos agricultores.

Em relação à adubação verde, todas as plantas que são extraídas ao longo da capina são reaproveitadas e utilizadas como adubo natural. O Produtor 1 explica a forma de utilização:

“Com as folhas se faz adubação verde. Com o resto de alimentos, a compostagem. Eu chamo tudo de compostagem. Você faz um canteiro com isso, deixa uns quatro ou cinco meses na terra até ele decompor todo. Ele tem a mesma função do fertilizante químico, mas é mais demorado. A vantagem dele é porque é natural e não agride a natureza e a terra, ele permanece ali por mais tempo. A desvantagem é que tem que esperar. Mas outra vantagem é que não tem custo, eu posso produzir o meu próprio adubo. [...] E nós damos capim para a vaca, da vaca faz o adubo e assim sucessivo, vai se agregando uma coisa com a outra. [...] O esterco a gente também considera um adubo, só que natural. Hoje eu produzo grande parte do meu adubo, não preciso comprar e gastar com isso”.

O Produtor 1 relatou que o seu objetivo para os anos seguintes é adquirir mais animais e alcançar a autossuficiência na produção de seu esterco. Explicou que o motivo para esse desejo é que, produzindo o seu próprio esterco, tem a “confiança em 100% de que os animais não recebem antibióticos” (PRODUTOR 1), o que pode acabar se transferindo para o esterco. De fato, ao longo da pesquisa foi possível perceber um movimento nessa direção. No terceiro acompanhamento *in loco*, foi observado que o Produtor 1 havia adquirido frangos e galinhas, que explicou ser com o objetivo de gerar esterco, produzir carne para o autoconsumo e vender os ovos para a CSA Alfa. Já no quarto acompanhamento *in loco*, ele incorporou três porcos adquiridos no mercado, um cavalo negociado pela “barganha” e 12 patos que foram resultado de ovos chocados pelos animais que já possuía em suas terras. A nova estimativa feita pelo Produtor 1 é que, com essas mudanças, ele havia aumentado a sua produção de esterco em quase 10% comparado a setembro de 2015.

Um ponto interessante que o Produtor 1 pontua a respeito dos animais que possui é que o gasto com a alimentação deles é praticamente nulo, pois sempre há sobras na horta diariamente que são usadas para alimentar os animais. Ele explica que as vacas, por exemplo, não comem ração, somente o pasto e o capim que o Aprendiz 2 “pica” para ela com cana, que é plantada por eles. As galinhas e os cavalos já se alimentam parcialmente de ração comprada em mercado e parcialmente de restos da horta e da alimentação familiar. Além disso, apesar de ficarem presos de noite, no período diurno eles são soltos e pastam livremente. O Produtor 1 também explica que tem a maioria desses animais “Para prazer mesmo, porque é bom ver a liberdade da natureza, ver eles soltos de dia, aí acontece que o esterco vem de brinde, e ainda é um esterco de qualidade” (PRODUTOR 1). Dentre todos os animais que cria, ele possui uma vaca, uma porca e um frango “que jamais vão para a panela” (PRODUTOR 1), cada um deles é chamado por um nome próprio e todos eles, inclusive o frango, alimentam-se direto na mão do agricultor.

Em relação ao uso das caldas orgânicas, o Produtor 1 explica que elas foram ensinadas pelo técnico da Emater e que elas servem como espécie de fertilizantes naturais e afastam animais e insetos considerados pragas na plantação. Em conversa que tive com o técnico da Emater, ele explicou que essas caldas orgânicas, apesar de comumente serem chamadas de fertilizantes orgânicos pelos agricultores e consumidores, não recebem o nome de fertilizantes para não gerar confusão com os produtos industrializados. Outra diferença que o Produtor 1 apontou em relação aos fertilizantes industriais, é que essas caldas orgânicas raramente ou nunca matam essas pragas, apenas afastam, pois elas são importantes no controle biológico da região e impedem outras infestações ou problemas no plantio. Esse mesmo apontamento foi realizado pelo Produtor 2.

No início da CSA Alfa, todo o plantio do Produtor 1 ocorria por meio de sementes e mudas adquiridas no mercado. Em setembro de 2015, ele explicou que, em razão da sua inexperiência com o plantio de alta variedade de alimentos, essa opção era mais viável:

[...] por questão de praticidade, não vale a pena eu produzir a minha semente por enquanto. Tem coisas que são difíceis de pegar a semente direto da planta, depende de muito cuidado e ela tem que ficar muito tempo no canteiro para produzir a semente. Se fosse orgânico mesmo eu teria que produzir tudo, por isso que é agroecológico. Para mim é muito mais vantajoso comprar semente e muda por enquanto (PRODUTOR 1).

Em outubro de 2015, o Produtor 1 já estava produzindo as sementes de tomate e pimentão que plantava, dessa forma não precisando recorrer ao mercado, mantendo todo o ciclo do produto na sua unidade interna de produção. Nesse período, ele explicou que na medida em que for adquirindo experiência na CSA, a intenção é produzir suas próprias sementes e mudas para adquirir maior autonomia sobre os processos produtivos, mas que será um processo lento: “A ideia no futuro é, quando a gente estiver mais organizado e tiver uma estufa mais organizada, fazer muda de tudo. Se eu faço a muda, digamos, faço 10 bandejas, se eu perder essas 10 bandejas a minha perda vai ser mínima, eu vou perder só o trabalho” (PRODUTOR 1).

A tomada de decisão a respeito do processo produtivo centralizada nos agricultores e apoiada pela Emater e pelos consumidores com conhecimento e sugestões foi percebida ao longo da pesquisa como uma forma de favorecer a autonomia relativa ao mercado desses agricultores. Além das observações realizadas nos momentos de interação do acompanhamento do processo produtivo que levaram a essa análise, o Produtor 1 também oferece o seguinte relato:



Quem decide como vai ser a minha produção sou eu, os consumidores da CSA nunca determinaram nada, mas tanto eles quanto a Emater sempre fazem um acompanhamento de onde eu estou comprando as mudas, do período de plantio entre as safras, da qualidade do solo, da variedade dos alimentos, de tudo. Eles trazem sugestões e orientações de como eu posso proceder, às vezes eu acato e às vezes não, porque eles não determinam. Aqui tenho autonomia no meu trabalho, no jeito que eu faço as coisas, eu que decido, mas a gente sempre troca conhecimento [...]. Aqui quem organiza a vida no campo sou eu, não dependo dos outros, eu determino minha hora de trabalho. Eu acordo muito cedo, mas se preciso parar na hora do sol forte ou para dar uma saída eu tenho essa liberdade. Não tenho que dar satisfação, isso é um conforto demais pra gente, é uma liberdade que você nem imagina (PRODUTOR 1).

Em uma das conversas por áudio no Whatsapp, o Mentor relatava que estava no Produtor 1 acompanhando a colheita da horta daquela semana e que, apesar de terem sido plantados mais de 200 pés de couve-flor, os agricultores tiveram uma perda significativa e havia disponível para enviar nas cestas uma quantidade insuficiente para todos os consumidores. Ao fundo dessa fala, pude identificar o Produtor 1 dizendo ao Mentor para questionar o grupo se eles aceitavam o envio de couve-flor para a metade dos consumidores e, para a outra metade, uma compensação com mais mandioca e frutas, oferecendo uma forma de equivalência. Além da questão do uso de equivalências e da tolerância despontando como ações atreladas à reciprocidade, esse áudio serve para evidenciar a participação do agricultor nos processos decisórios além daqueles de quais variedades plantar, quando plantar e como fazer isso. O Mentor em seguida diz que, em adiantado, pedia a compreensão de todos, o que prontamente foi aceito pelos consumidores nas respostas que se seguiram. Inclusive a formação do grupo de Whatsapp partiu de uma sugestão do Produtor 2. Esse agricultor explica que já conhecia alguns consumidores do Dia de Plantar e das entregas nos pontos de distribuição e que, nessas ocasiões, esses consumidores faziam pedidos e sugestões a ele. Por isso, o Produtor 2 teve a ideia de formar o grupo para manter um contato mais próximo diariamente.

A produção para o autoconsumo do grupo familiar também apareceu como um dos recursos mobilizados na própria unidade produtiva em vez do mercado que foi decorrência da participação do agricultor na CSA Alfa. No Dia de Plantar, em setembro de 2015, surgiu a primeira pista. Naquela ocasião, ao longo do passeio noturno que realizaram pela horta e conversavam sobre os alimentos da cesta, o agricultor relatou aos consumidores que plantando para a CSA a sua família não precisa comprar legumes, vegetais nem frutas no mercado. O Produtor 2 fez um relato muito parecido. Ele explicou que consome praticamente

tudo o que planta para a CSA Alfa e que não precisa comprar legumes ou vegetais no mercado, apenas frutas, porque ainda tem poucas plantadas.

Nesse período em que convivi com a família do Produtor 1, observei que diariamente era colhida uma diferente variedade de alimentos da horta para consumir em suas refeições. O Produtor 1 explica que a prática de produzir para o consumo do grupo familiar era realizada na sua infância, mas que, em razão do monocultivo, esse hábito foi sendo perdido por sua família. Ele relata que desde que adquiriu as terras novamente até o início da CSA Alfa, não adotou essa prática, ressaltando que mesmo as frutas que estavam plantadas no terreno, à exceção da jabuticaba, a maioria “apodrecia” no pé. Explica que foi com o incentivo dos consumidores que a família tem passado a “valorizar mais o que produz e aumentado aos poucos o consumo desses alimentos” (PRODUTOR 1). Ao final da pesquisa, ele fez um novo relato:

Ainda tem a vantagem que toda essa diversidade que planto para a CSA serve para o nosso consumo em casa. Antes da CSA eu comprava algumas coisas fora de casa, eu comprava repolho, cenoura, beterraba jiló, brócolis, porque eu só plantava para nós o alface, a cebolinha e a mostarda e o almeirão. Por causa da CSA os meus gastos na mercearia baixaram, porque várias coisas que eu comprava agora eu não compro, tem tudo aqui [...]. Por isso é que eu plantar para eles é bom para eles e bom para mim. Por exemplo, se eu plantasse para vender somente na mercearia eu não teria plantado jiló, berinjela, repolho, pimentão, nada, nada. Esses meus produtos para vender na mercearia não servem porque não são bonitos e para eu vender caixas desse aqui eu precisaria produzir muito mais e nem seria lucrativo para mim porque o atravessador fica com grande parte. Este tipo de coisa não compensa. Para a mercearia só vale a pena folhas e são poucas variedades. Mas para a CSA eu plantando de tudo um pouco a minha feira é garantida. Antes eu até tinha um pezinho que outro, mas não era sempre que tinha, era meia dúzia de pezinho e não cuidava dele, agora eu tenho fartura, sempre que preciso. A grande vantagem da CSA é por causa disso também para a gente, a gente tem o alimento garantido.

Há fortes indicativos de que a remuneração recebida pelos agricultores na CSA Alfa esteja atrelada a uma maior autonomia relativa. Nas conversas, eles com frequência afirmavam que a CSA lhes proporciona uma situação financeiramente confortável e que a remuneração recebida era melhor do que a das atividades realizadas anteriormente. Por exemplo, em determinada ocasião, o Produtor 1 disse: “A CSA paga mais do que as outras e o dinheiro é garantido, é sagrado, você pode contar com ele” (PRODUTOR 1). O Produtor 2, da mesma forma, disse que a CSA havia sido até o momento a atividade que melhor lhe remunerou no ambiente rural.

Entretanto, nas diversas conversas que tive com o Produtor 1 e com o Produtor 2 a esse respeito até a terceira visita *in loco*, havia uma aparente contradição. Ao mesmo tempo

que referiam à CSA Alfa como a melhor remuneração recebida, eles diziam que o preço “não era justo”. Certa vez o Produtor 1 explicou que, no início do grupo, nenhum dos participantes tinha uma dimensão exata dos custos de produção e de manutenção das atividades de uma CSA e definiram um preço que, após certo período, ele definia como confortável, mas que ainda não era “justo”. Geralmente ele dizia frases como: “A única coisa da CSA é que o preço agora ainda não está bem justo, se fosse um preço mais justo seria melhor” (PRODUTOR 1). O Produtor 1 relata que à medida que foi percebendo essa situação, informou-a ao Mentor, tendo isso ocorrido por volta de setembro de 2015. O Mentor lhes pediu um pouco de paciência, que aguardassem até o final do ano, período acordado entre todos os participantes para realizar uma revisão dos valores de mensalidade e dos valores de remuneração dos agricultores. O Produtor 2 oferecia a mesma crítica. Naquele período, o Produtor 3 ainda não estava em operação para avaliar a remuneração.

Assim, ao mesmo tempo que ofereciam crítica aos valores recebidos, ambos os produtores afirmavam que a CSA foi a atividade desenvolvida no ambiente rural que mais lhes permitiu se consolidar no campo. Por isso, em diversas situações ao longo do meu acompanhamento, eu retomava essa questão com os produtores e fazia uma série de perguntas, muitas vezes repetidas. Busquei entender se a crítica estava relacionada ao percentual de 30% destinado para a logística e para a administração do grupo quando referiam que preço não estava justo, mas ambos os agricultores diziam que esse percentual era adequado e muito superior ao de uma operação de produção mediada por intermediários, portanto esse estava “justo”, inclusive porque não era de seus interesses lidar com a administração e preocupar-se com o transporte.

Ao final, após diversas conversas, compreendi que naquele momento a CSA Alfa não era a atividade mais vantajosa economicamente em relação às demais quando analisado o valor unitário recebido por cada alimento da cesta. Os agricultores relatavam que a CSA adquiria vantagem em razão da garantia do escoamento da produção, do financiamento e dos riscos compartilhados com os consumidores, da aceitação das perdas na colheita e da valorização de produtos que não são aceitos no mercado tradicional em função de sua aparência e tamanho. Entretanto, no montante final recebido, se considerarmos as perdas em outros canais, a CSA era a melhor atividade que já desenvolveram em termos financeiros. A crítica pelo preço não estar justo se referia ao fato de que, se comparassem com o mercado tradicional, o valor unitário de cada item na cesta ficava abaixo do preço final de venda aos consumidores de produtos provenientes da agricultura convencional. Os agricultores

compreendiam que esse valor deveria ficar em uma faixa acima do valor de produtos convencionais no supermercado e abaixo de produtos orgânicos.

Ao final da pesquisa, no quarto acompanhamento *in loco*, os valores das mensalidades haviam sido revistos e a remuneração dos agricultores foi ampliada. Os agricultores relataram que o novo valor de mensalidade estabelecido atendeu à solicitação deles de que o valor unitário dos alimentos da cesta se mantivesse em uma faixa de preço entre produtos convencionais e produtos orgânicos no mercado. Além disso, o Produtor 1 teve mais consumidores vinculados ao seu grupo. Nesse contexto, os agricultores da CSA Alfa afirmam que, após essas alterações, consideravam a remuneração recebida justa. O Produtor 1 disse: “agora sim está 'bão' demais” (PRODUTOR 1).

O acordo realizado entre agricultores e consumidores no início da CSA Alfa é de que a produção não seria exclusiva e que seriam mantidos outros canais de comercialização de alimentos para evitar a dependência única das atividades do grupo de CSA. Assim, o Produtor 1 realiza a venda direta de alimentos na sua unidade de produção e vende para uma mercearia da região, o Produtor 2 realiza a venda direta de alimentos na sua unidade de produção e fornece alimentos para a programa de merenda da prefeitura municipal local e o Produtor 3 realiza a venda direta de alimentos na sua unidade de produção.

Cabe ressaltar que a produção variada da CSA estimula o agricultor a fornecer uma variedade maior de alimentos nesses outros canais. O Produtor 1 relatou que, atualmente, a venda de alimentos para a mercearia local ocorre mediante créditos para a aquisição de produtos e disse: “Os nossos gastos ficam quase zerados, porque muita comida nós temos da horta e anotamos no caderno as entregas para trocar por itens industrializados e de higiene depois” (PRODUTOR 1).

Além disso, na última visita, o Produtor 1 explicou que o Mentor está desenvolvendo um aplicativo por meio do qual os agricultores poderão vender produtos agregados às cestas aos seus consumidores. A intenção do Produtor 1 é oferecer ovos, leite e peixes. O consumidor faz o pedido por esse aplicativo, realiza o pagamento e recebe os produtos junto com a cesta nos pontos de entrega.

Em conjunto, a aceitação e a valorização por parte dos consumidores dos alimentos que recebem na cesta independente do seu tamanho e aparência, a ampliação dos recursos mobilizados na própria unidade produtiva em vez do mercado (a utilização de esterco e folhas

como adubo naturais substituindo fertilizantes industrializados, o uso de caldas orgânicas produzidas pelo agricultor em vez de defensivos químicos, a busca em ampliar a produção de mudas e sementes e a produção para o autoconsumo), a autonomia de decisão a respeito do processo produtivo, a remuneração do agricultor e a manutenção de outros canais de comercialização favorece a autonomia em relação ao mercado dos agricultores e as suas condições necessárias para a reprodução material e social. Essa ampliação da autonomia é acompanhada de um afastamento da lógica do mercado, implicando na diminuição do grau de mercantilização.

Os elementos fornecidos reforçam a tese de que a participação dos agricultores na CSA Alfa tem fortalecido as suas condições de permanência no ambiente rural. Além das observações realizadas, as falas proferidas pelos três agricultores reforçam essa compreensão. Por exemplo, o Produtor 1 diz: “[...] está bão demais para ser verdade, a gente ficar aqui na roça e saber que eles vão consumir os nossos produtos, se for para dar uma nota era 1.000 se continuar no patamar que está” (PRODUTOR 1).

Entretanto, os efeitos imediatos da CSA Alfa parecem ir além da aparente reversão do êxodo rural. Neste grupo de CSA, ocorreu nitidamente a reversão do êxodo agrícola, definido por Abramovay (2007) como a não realização de atividades agropecuárias, mesmo vivendo no campo. Também ocorreu o que Ploeg (2008) define como influxo, que é um movimento de pessoas que não são agricultores camponeses e passam a integrar essa força produtiva. Isso porque os filhos do Produtor 1 passaram a exercer a atividade de agricultores pela primeira vez para atender a demanda da CSA Alfa. Ambos já viviam com suas famílias nas terras do Produtor 1, mas sempre trabalhavam em atividades em zonas urbanas. O Produtor 1 explicou que os seus filhos ainda são aprendizes, pois não têm conhecimento sobre a atividade agrícola e tampouco o mesmo ritmo de trabalho. É o próprio agricultor que realiza a transmissão de saberes para a Aprendiz 1 e para o Aprendiz 2 (estrutura de reciprocidade ternária unilateral).

A Aprendiz 1 passou a trabalhar como agricultura em virtude de um convite de seu pai um pouco antes do início da plantação para a CSA Alfa. O Aprendiz 2 passou a integrar a CSA Alfa como agricultor em meados de julho de 2015 e isso possibilitou que fosse ampliado o número de consumidores vinculados ao Produtor 1. Um dos informativos divulgados pela CSA Alfa contém a seguinte mensagem:

Contando agora com a ajuda de mais um dos seus filhos, a Aprendiz 1, o Produtor 1 solicitou que seu grupo fosse ampliado para 40 coprodutores. Com isso, a CSA Alfa cumpre uma das suas mais importantes finalidades, que é apoiar a fixação do produtor no campo e a autonomia financeira das famílias de agricultores (INFORMATIVO CSA ALFA).

O Produtor 1 explicou que sempre foi uma expectativa sua ter os filhos na atividade produtiva, entretanto não havia volume de trabalho para que fossem incorporados. Essa informação é confirmada pelo Aprendiz 2, que disse: “Sempre fui apaixonado pela roça, mas nunca trabalhei com o pai porque faltava oportunidade, não tinha nem para ele” (APRENDIZ 2). A fala é complementada pelo Produtor 1: “Agora trabalhando na minha própria horta, eu 'to' no céu, ainda mais os filhos aqui em volta, o meu sonho era esse, para dar continuidade, se eu for embora eles têm como sobreviver” (PRODUTOR1).

Para o Mentor esse influxo dos filhos do Produtor 1 indica que a CSA Alfa cumpriu um dos seus objetivos propostos: “Nós estamos atingindo o objetivo da transformação social porque a Aprendiz 1 está lá com o pai dela e o Aprendiz 2 largou o caminhão e está com o pai também. Isso é transformação social, nós estamos revertendo o êxodo rural” (MENTOR). Para alguns consumidores, isso é visto como um dos benefícios de participar de uma CSA. Por exemplo, uma das consumidoras afirma: “Considero um privilégio a oportunidade de fazer parte de um sistema que coopera para que famílias consigam viver no campo” (CONSUMIDORA 19).

Num dos diálogos que mantive com o técnico da Emater para compreender a situação da agricultura familiar naquela região, ele explicou que ali a tendência é o desaparecimento da agricultura familiar camponesa, fato que observa estar ocorrendo ao longo dos anos e que atribui aos baixos rendimentos e à não continuidade do trabalho agrícola pelos filhos dos agricultores. Ele avalia que a CSA produziu um resultado diferente ao possibilitar que os filhos do Produtor 1 tenham saído do ambiente de trabalho urbano e tenham sido integrados ao ambiente rural. Isso evidencia e reforça a análise realizada de que a CSA Alfa até o momento tem permitido um fortalecimento das condições necessárias para a reprodução material e social dos indivíduos, especialmente desses agricultores, no sentido de favorecer a sua autonomia relativa. Isso vai ao encontro das possibilidades sugeridas por Polanyi que são capazes de promover uma maior coesão social. Ao fazer isso, a CSA Alfa se caracteriza como um contramovimento à mercantilização da agricultura e dos sistemas alimentares.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, a preocupação foi além da compreensão da origem do problema da mercantilização na agricultura, oferecendo categorias que levassem a pensar na coexistência de formas de produção e distribuição de alimentos que vão além da concepção tradicional de mercado e do *homo economicus*. Utilizando as ferramentas de análise teórica suscitadas pelas ideias de Karl Polanyi, ainda que haja limites implicados nessa escolha, acredito que a pesquisa tenha alcançado êxito no enfrentamento da hipótese lançada no início desta dissertação. A análise das atividades da agricultura sustentada pela comunidade corroborou para a hipótese de que os indivíduos não são passivos diante dos efeitos da mercantilização e se articulam em movimentos que buscam proteção e ganho de autonomia relativa ao mercado. As principais formas que se configuram na CSA Alfa operam padrões de troca não mercantil, especificamente a reciprocidade. O elemento central que propicia a coexistência da reciprocidade com a relação da troca mercantil é a aproximação entre produtores e consumidores.

A própria troca ocorre de uma forma diferente na CSA Alfa e isso aparece nos resultados, que evidenciam a priorização das relações de reciprocidade estabelecidas. Mas a reciprocidade coexiste e se opõe ao princípio da troca de mercado porque faz referência a uma relação humana (Sabourin, 2011c), que privilegia o ato em vez do objeto e do interesse privado. Isso aparece na CSA Alfa desde as motivações para a sua formação, as motivações de cada um dos indivíduos, cujo engajamento não está atrelado a questões financeiras; no fato de a atividade ancorar-se na associação entre as pessoas e na regularidade das prestações, na ausência de um contrato formal; na formação de preço que leva em conta aspectos alheios ao mercado; na dinâmica que envolve o pagamento prévio pelos consumidores, fazendo com que financiem a produção e compartilhem os riscos com os agricultores; na produção da CSA Alfa, porque busca garantir a qualidade do ato de se alimentar; na mobilização de recursos na unidade produtiva agrícola em vez do mercado, como no caso da utilização de adubos naturais substituindo fertilizantes industrializados, no uso de caldas orgânicas produzidas pelo agricultor em vez de defensivos químicos, na busca em ampliar a produção de mudas e sementes pelo agricultor e no autoconsumo; na participação coletiva nas decisões sobre as atividades do grupo; na prática de consumidores ajudarem no planejamento e acompanharem a produção agrícola; na troca de saberes entre produtores e consumidores e entre consumidores e consumidores; no estímulo à autonomia do agricultor ao ser o elemento-chave

na decisão do processo produtivo, em ter uma remuneração considerada como justa, a manter outros canais de comercialização; na aceitação e na valorização por parte dos consumidores dos alimentos que recebem na cesta, independentemente do seu tamanho e aparência; no estímulo para que os consumidores retirem as cestas pessoalmente; e na realização de atividades conjuntas entre as famílias de consumidores e as famílias dos agricultores para além desse circuito da troca comercial. Essas relações de reciprocidade resultam em solidariedade, tolerância, fidelidade e comprometimento mútuos, mas, principalmente, na ampliação da autonomia relativa dos indivíduos e no estabelecimento de um senso de comunidade, que se faz em torno do alimento. Esse conjunto de relações que está presente na experiência observada de CSA constitui um contramovimento ao favorecer a autonomia e elevar a coesão social de produtores e consumidores participantes.

Entretanto, a proposta da CSA Alfa parece ir um pouco adiante do que a literatura aponta como uma nova perspectiva ou contramovimento nos sistemas alimentares. A iniciativa sai da esfera do agricultor (ESCHER, 2011; PLOEG, 2008; SCHNEIDER, 2004; SCHNEIDER E ESCHER, 2011) para alcançar os consumidores que, nesse grupo, estabelecem novas relações de troca e novas formas de divisão do trabalho em uma direção oposta àquela das grandes cadeias produtivas, do comércio mundial e da dependência do mercado de insumos. É por isso que a CSA Alfa propicia maior autonomia relativa não somente aos agricultores, que inegavelmente despontam como os principais beneficiários, mas à cadeia inteira, que está atrelada a esse processo de produção e distribuição. A CSA Alfa apareceu nesta pesquisa como uma resposta à insatisfação com o modelo agroalimentar hegemônico. A insatisfação dos consumidores vai além das variáveis econômicas e técnicas de produção, sai da esfera mercantil quando a motivação para o engajamento no grupo envolve valores tais como segurança alimentar, justiça social, preservação ambiental, interação entre pessoas e construção de um senso de comunidade. A amplitude dessa resposta atinge os agricultores, que sofrendo os efeitos da mercantilização aceitam ingressar em uma proposta desconhecida e sem precedentes de sucesso naquele Estado.

Portanto, os resultados sinalizam que uma CSA, ao ser permeada também pela lógica da reciprocidade, pode se constituir em um motor da produção tão eficaz quanto aquele unicamente da lógica da troca para acumulação. Na pesquisa, foram identificados três fatores específicos desta eficácia: a forma de produzir o alimento oposto da agricultura tradicional, o encurtamento da cadeia e as atividades em conjunto, mobilizadas pelo grupo para além dos momentos de troca. Os resultados para o sistema transcendem os puramente econômicos. A



CSA Alfa parece colocar em prática os ideais de Polanyi sobre a dependência do homem em relação à natureza e aos seus semelhantes, em uma aproximação e coesão mediadas por espaços de reciprocidade que coexistem com trocas mercantis. Além disso, há uma modificação relevante na vida daqueles que integram uma CSA. Em alguns casos, conforme apareceu nos relatos dos consumidores, a mudança transcende as relações esbelecidas entre o grupo e altera outros comportamentos individuais, tanto alimentares quanto de consumo em outras esferas cotidianas, impactando também nas formas de interação estabelecidas com as pessoas e com a comunidade em que estas pessoas estão inseridas.

Os resultados e conclusões ganham relevância na medida em que contribuem com novas informações e possibilidades de atuação na reversão do êxodo rural, na diminuição da pobreza, na redução de gastos públicos em saúde com uma alimentação mais saudável, assim como na promoção de iniciativas de desenvolvimento local e preservação do meio ambiente. Talvez um desafio que a CSA Alfa enfrente no futuro seja dimensionar de forma criativa seu crescimento, pois a ampliação, ao mesmo tempo que permite uma maior estabilidade das finanças do grupo, pode trazer consigo uma perda dos vínculos afetivos que impactam diretamente o grau de autonomia e coesão. Essa contradição aparece no grupo pesquisado e gerou situações de conflito e um rompimento importante. Consumidores e agricultores da CSA Alfa devem refletir a respeito de como expandir, mantendo a coesão.

A limitação inicial desta pesquisa está relacionada ao estranhamento ao mundo rural, pois ao mesmo tempo que isso determinou a escolha do método, também aparece como uma importante limitação à realização do estudo. Em razão disso é que os resultados permanecem mais no descritivo da identificação dos mecanismos de reciprocidade e coesão do que em uma possível análise de visão de mundo, que poderia levar a uma compreensão mais profunda das motivações. A importância de ter desenvolvido com detalhe talvez demasiado as categorias de análise deve-se a essa limitação de penetrar o mundo social da agricultura camponesa.

Outro aspecto importante e que pode ser um limitador é a experiência e a maturidade do pesquisador para perceber os aspectos relevantes e aqueles que não são explícitos, mas devem ser inferidos das observações e das conversas realizadas. Ainda que a ida ao campo tenha sido precedida de uma intensa preparação por meio do estudo da literatura, da consulta a livros, dissertações, teses e demais estudos etnográficos, é preciso enfatizar que esta foi a primeira experiência desta pesquisadora com a observação participante.

Outra limitação refere-se à abrangência alcançada ao longo da pesquisa. Primeiro porque a realização do estudo de caso em um grupo de CSA não permite uma generalização das inferências para todo o universo de atividades similares. Em segundo lugar, porque o tempo e os recursos disponíveis não possibilitaram um acompanhamento mais prolongado do grupo de CSA pesquisado. Por fim, este tipo de abordagem pode ser desenvolvido de diversas maneiras, pois os problemas aqui tratados de modo algum estão esgotados, sendo possível avaliar outros casos de agricultura sustentada pela comunidade ou mesmo realizar um estudo longitudinal no grupo pesquisado, avaliar a relação entre o consumo e sustentabilidade numa CSA, as características peculiares e as interações entre o rural e o urbano em tais iniciativas e os impactos provenientes do consumo local.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 296 p.
- AKTOUF, Omar. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ANDION, Carolina; SERVA, Mauricio. A etnografia e os estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006. cap. 5, p. 147-179.
- ANDREATTA, Susan; RHYNE, Misty; DERY, Nicole. Lessons learned from advocating csas for low-income and food insecure households. **Southern Rural Sociology**, United States, v. 23, n. 1, p. 116-148, 2008.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Artmed: Porto Alegre, 2009. (Coleção pesquisa qualitativa).
- ARAUJO, Ayana Zanúncio; SILVA, Rosimeri de F. Carvalho. A agricultura familiar e a expansão das relações sociais inerentes à empresa. In: ENCONTRO DA ANPAD, 39., 2015, Belo Horizonte/MG. **Anais...** Belo Horizonte/MG: Anpad, 2015.
- BANERJEE, Subhabrata Bobby. Corporate social responsibility: the good, the bad and the ugly. **Critical Sociology**, United States, v. 34, n. 1, 51-79, 2008. Disponível em: <<http://crs.sagepub.com/content/34/1/51.short?rss=1&ssource=mfr>>. Acesso em: 15 maio 2015.
- BETTI, Patrícia; FENIMAN, Eduardo; SCHNEIDER, Thaís; NIEDERLE, Paulo André. O consumo politizado como resposta à crise socioambiental: as justificativas sociais da compra de produtos orgânicos em feiras-livres de Curitiba. In: NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano; VEZZANI, Fabiane Machado (orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e política para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 267-294.
- BIENEFELD, Manfred. Suppressing the Double Movement to Secure the Dictatorship of Finance. In: BUGRA, Ayse. AGARTAN, Kaan (orgs). **Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century: market economy as a political project**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 13-31
- BÎRHALA, Brîndusa; MÖLLERS, Judith. Community supported agriculture in Romania: is it driven by economy or solidarity? **Discussion Papers**, Deutschland, n. 144, 72 p., 2014. Disponível em: <<https://www.iamo.de/fileadmin/documents/dp144.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2015.
- BORJA, Ross M.; OYARZÚN, Pedro; ZAMBRANO, Sonia; LEMA, Francisco. Sistemas alimentares locais: um caso de sucesso entre consumidores urbanos do Equador. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 27-31, jun. 2013. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-5.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

BOUGHERARA, Douadia; GROLLEAU, Gilles; MZOUGH, Naoufel. Buy local, pollute less: What drives households to join a community supported farm? **Ecological Economics**, New York, v. 68, n. 5, p. 1488-95, 2009. Disponível em: <[http://econpapers.repec.org/article/eeeecolec/v\\_3a68\\_3ay\\_3a2009\\_3ai\\_3a5\\_3ap\\_3a1488-1495.htm](http://econpapers.repec.org/article/eeeecolec/v_3a68_3ay_3a2009_3ai_3a5_3ap_3a1488-1495.htm)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. **A economia solidária**. Brasília: TEM; SENAES, 2015. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BREGENDAHL, Corry; FLORA, Cornelia Butler. **The role of collaborative community supported agriculture: lessons from Iowa**. North Central Regional Center for Rural Development: Iowa, 2006. 84 p. Disponível em: <<https://www.leopold.iastate.edu/files/pubs-and-papers/2006-09-role-collaborative-community-supported-agriculture-lessons-iowa.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRESLER, Ricardo Rocha Brito. **Pesquisa bibliográfica: pesquisa participante e cultura organizacional**. São Paulo: EAESP/FGV/NPP, 1997. (Relatório de Pesquisa, n. 2). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/3171>>. Acesso em: 20 mar 2015.

BROWN, Cheryl; MILLER, Stacy. The impacts of local markets: a review of research on farmers markets and Community Supported Agriculture (CSA). **American Journal of Agricultural Economics**, United States, n. 5, p. 1296-1302, 2008.

BUGRA, Ayse. Polanyi's concept of double movement and politics in the contemporary market society. In: BUGRA, Ayse; AGARTAN, Kaan (orgs). **Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century: market economy as a political project**. Houndmills e Nova York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 173-189.

CANGIANI, Michele. A teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia "desenraizada". In: POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CASTELO BRANCO, Marina; LIZ, Ronaldo S.; ALCÂNTARA, Flavia A.; MARTINS, Hélio A. G.; HANSON, James. Agricultura apoiada pela comunidade: poderia a experiência dos agricultores americanos ser útil para os agricultores urbanos brasileiros? **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 43-49, jan./mar. 2011.

CHABAL, Mireille. Les formes de réciprocité positive, négative, symétrique. In: CONFERÊNCIA-DEBATE, 2006, Cauris. **Anais...** Cauris: Association Cauris, 2006. Disponível em: <<http://afrique.cauris.free.fr/nuers.html>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

CHABAL, Mireille. Les Structures Élémentaires de Réciprocité. In: CONFERÊNCIA-DEBATE, 2005, Cauris. **Anais...** Cauris: Association Cauris, 2005. Disponível em: <<http://afrique.cauris.free.fr/mireille.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

CHABAL, M.; TEMPLE, D. Echange et réciprocité. Présentation de Temple & Chabal. La réciprocité et la naissance des valeurs humaines, 1998. Disponível em: <<http://mireille.chabal.free.fr/echangre.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CONNER, David S. **Community supported agriculture pricing and promotion strategies: lessons from two Ithaca, NY area farms**. Ithaca, NY: Cornell University, 2003. Disponível em: <[http://publications.dyson.cornell.edu/outreach/extensionpdf/2003/Cornell\\_AEM\\_eb0307.pdf](http://publications.dyson.cornell.edu/outreach/extensionpdf/2003/Cornell_AEM_eb0307.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CONTERATO, Marcelo Antônio. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/4549>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

COOLEY, Jack P.; LASS, Daniel. A. What's your share worth? Some Comparison of CSA Share Cost versus Retail Produce Value. In: NORTHEAST ORGANIC FARMING ASSOCIATION. **CSA Farm Network**. Massachusetts: Northeast Organic Farming Association, 1997.

COOLEY, Jack.P.; LASS, Daniel A. Consumer benefits from community supported agriculture membership. **Review of Agricultural Economics**, Norwich, v. 20, n. 1, p. 227-237, 1998.

COX, Rosie; HOLLOWAY, Lewis; VENN, Laura; DOWLER, Liz; HEIN, Jane Ricketts; KNEAFSEY, Moya; TUOMAINEN, Helen. Common ground? Motivations for participation in a community-supported agriculture scheme. **Local Environment**, Oxfordshire, v. 13, n. 3, p. 203-218, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13549830701669153>>. Acesso em: 10 out. 2015.

CRUZ FILHO, Paulo Roberto Araujo. As formas de comercialização na economia social e solidária e os princípios de comportamento econômico de Polanyi. **Otra Economia**, São Leopoldo/RS, v. 6, n. 10, p. 79-97, 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2012.610.07>>. Acesso em: 10 out. 2015.

CSA BRASIL. 2015. Disponível em: <<http://csabrasil.org>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano; VEZZANI, Fabiane Machado (orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e política para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Construção Social dos Mercados. Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 8-13, jun. 2013.

DEVINE, Pat. The 1970s and after: the political economy of inflation and the crisis of social democracy. In: BUGRA, Ayse; AGARTAN, Kaan (orgs). **Reading Karl Polanyi for the twenty-first century: market economy as a political project**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 33-47.

ENDRES, A. Bryan; ARMSTRONG, Rachel H. Diverging values: community supported agriculture, volunteers, and the hegemonic legal system. **Food Studies**, United States, v. 2, n. 2, p. 43-55, nov. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2198674>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

ESCHER, Fabiano. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar**: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná. 2011. 278 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/54519>>. Acesso em: 12 maio 2016.

FARNSWORTH, Richard L. et al. Community supported agriculture: filling a niche market. **Journal of Food Distribution Research**, Minnesota, v. 27, n. 1, p. 90-8, fev. 1996. Disponível em: <<http://purl.umn.edu/27792>>. Acesso em: 24 maio 2016.

FETTERMAN, David M. Ethnography. In: GIVEN, Lisa M. (org). **The SAGE Encyclopedia of qualitative research methods**. SAGE Publications: United States of America, 2008. v. 1, p. 288-92.

FLORA, Cornelia Butler; BREGENDAHL, Corry. Collaborative community-supported agriculture: balancing community capitals for producers and consumers. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, Florida, v. 19, n. 3, p. 329-46, 2012. Disponível em: <<http://ijsaf.org/contents/19-3/flora/index.html>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, mar. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512004000100004>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-74, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2007.1.2041>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

GARLIPP, José Rubens Damas. Marx, Keynes & Polanyi e a economia desregulada: três contribuições críticas ao mercado auto-regulado. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2006. 19 p.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai**. 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/5583>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: Colóquio Agricultura Familiar E Desenvolvimento Rural. **Anais...** Porto Alegre: GEPAD - UFRGS, 2005.

GOFFMAN, Erving. On Fieldwork. **Journal of Contemporary Ethnography**, United States, v. 18, n. 2, p. 123-32, jul. 1989. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1177/089124189018002001>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. In: GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, R. **The sociology of economic life**. Boulder: Westview Press, 1992. p. 53-81.

GROH, Trauger; MCFADDEN, Steve. **Farms of tomorrow revisited: community supported farms – farm supported communities**. Kimberton, PA: Biodynamic Farming and Gardening Association, 1997.

HALLIDAY, Tereza Lúcia. **A retórica das multinacionais: a legitimação das organizações pela palavra**. São Paulo: Summus, 1987.

HARMON, Alison H. Community supported agriculture: a conceptual model of health implications. **Austin Journal of Nutrition and Food Sciences**, v. 2, n. 4, p. 1024, 2014. Disponível em: <<http://www.austinpublishinggroup.com/nutrition-food-sciences/fulltext/ajnfs-v2-id1024.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2015.

HENDERSON, Elisabeth; VAN EN, Robyn. **Sharing the harvest: a citizen's guide to community supported agriculture**. 2. ed. Vermont: Chelsea Green Publishing Co., 2007.

HENDRICKSON, John. **Grower to grower: creating a livelihood on a fresh market vegetable farm**. Madison, WI: University of Wisconsin-Madison, 2005. Disponível em: <<http://www.cias.wisc.edu/wp-content/uploads/2008/07/grwr2grwr.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

HOONAARD, Deborah K. van den; HOONAARD, Will C. van den. Data analysis. In: GIVEN, Lisa M. (org). **The SAGE Encyclopedia of qualitative research methods**. SAGE Publications: United States of America, 2008. v. 1, p. 186-8.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 15.

ISHII-EITEMAN, Marcia. Democratização da agricultura: rumo a sistemas agroalimentares sustentáveis e equitativos. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 29-35, 2013.

Disponível em: <<http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/sistemas-agroalimentares/democratizacao-da-agricultura>>. Acesso em 30 nov. 2015.

KOLODINSKY, Jane M.; PELCH, Leslie L. Factors influencing consumer satisfaction with a Community Supported Agriculture Farm (CSA). **Journal of Consumer Satisfaction, Dissatisfaction and Complaining Behavior**, v. 10, 1997, p. 131-8. Disponível em: <<https://faculty.unlv.edu/gnaylor/JCSDCB/articles/1997-%20Volume%2010/Kolodinsky%20et%20al%201997.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2015.

LAMB, Gary. Community supported agriculture: can it become the basis for a new associative economy? **The Threefold Reviews**, n. 11, p. 39-43, 1994. Disponível em: <<http://plantbiopath.rutgers.edu/faculty/robson/AGECOLOCT28-6.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2015.

LASS, Daniel A.; LAVOIE, Nathalie; FETTER, T. Robert. **Market power in direct marketing of fresh produce**: community supported agriculture farms. (Working paper n. 2005-2). Massachusetts: University of Massachusetts, 2005. Disponível em: <[http://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1214&context=peri\\_workingpapers](http://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1214&context=peri_workingpapers)>. Acesso em 19 nov. 2015.

LASS, Daniel; STEVENSON, G.W.; HENDRICKSON, John; RUHF, Kathy. **CSA Across the nation**: findings from the 1999 CSA survey. Madison, WI: University of Wisconsin-Madison, 2003. 26 p. Disponível em: <<http://www.cias.wisc.edu/wp-content/uploads/2008/07/csacross.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2015.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 7-47, mar. 2009. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL\\_Laville\\_RCCS\\_84.pdf](http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf)>. Acesso em 12 out. 2015.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 57-98, jun./dez, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922001000100004>>. Acesso em 12 out. 2015.

LAVILLE, Jean-Louis. Mudança social e teoria da economia solidária. uma perspectiva maussiana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 36, p. 60-73, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/49614>>. Acesso em 12 out. 2015.

LISBOA, Armando de Melo. A atualidade de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico. **Otra Economía**, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <<https://revistaotraeconomia.wordpress.com/2009/11/25/a-atualidade-de-karl-polanyi-para-la-reconstrucao-do-pensamento-economico/>>. Acesso em 18 out. 2015.

LIZIO, Warren; LASS, Daniele A. **CSA 2001**: an evolving platform for ecological and economical agricultural marketing and production. Massachusetts: University of Massachusetts, 2005. 24 p. Disponível em: <[http://api.ning.com/files/3FyohVhrK-m5eIn2G2jfkF2vpDUXaYlfQtSpRUvy4u2WE1tMaovZ673Tnfo\\*fd8T3ysBa9ncJb4Z81pTN EIQUaoTvYJIe6Qs/NESAWGCSA2001.pdf](http://api.ning.com/files/3FyohVhrK-m5eIn2G2jfkF2vpDUXaYlfQtSpRUvy4u2WE1tMaovZ673Tnfo*fd8T3ysBa9ncJb4Z81pTN EIQUaoTvYJIe6Qs/NESAWGCSA2001.pdf)>. Acesso em 18 out. 2015.



MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e a nova sociologia económica: notas sobre o conceito de (dis)embeddedness. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 90, p. 71-94, set. 2010. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/1771>>. Acesso em 18 out. 2015.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio Zamboni; BORBA, Marcos Flavio Silva; WAQUIL, Paulo Dabdab; SCHNEIDER, Sérgio Schneider. A realocização e o mercado de cadeias curtas na pecuária familiar do território Alto Camaquã no Sul do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 7., 2014, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2014. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/113428/1/Artigo-7-EEG-Matte-et-al.pdf>>. Acesso em 18 out. 2015.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: formas e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac e Naify, 2013.

MCFADDEN, Steven. **Community farms in the 21st century**: poised for another wave of growth? Kutztown, PA: Rodale Institute, 2004. Disponível em: <<http://newfarm.rodaleinstitute.org/features/0104/csa-history/part1.shtml>>. Acesso em 8 set. 2015.

MCKECHNIE, Lynne E. F. Participant observation. In: GIVEN, Lisa M. (org). **The SAGE Encyclopedia of qualitative research methods**. SAGE Publications: United States of America, 2008. v. 1, p. 598-599.

MEIRA, Fabio Bitencourt. “Grupos minoritários”: forma e organicidade dos empreendimentos (ditos) solidários. *Psicologia Política*, v. 12, n. 23, p. 121-37, jan./abr. 2012.

MEIRA, Fábio Bittencourt. **As encruzilhadas da autogestão: imaginário e simbólico nas empresas assumidas por trabalhadores**: uma análise de empreendimentos da economia solidária. 2009. 359 f. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2009.

NIEDERLE, Paulo André. Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, jun. 2013. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Editor-convidado.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

NIEDERLE, Paulo André. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. 2007. 218 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11008/000602633.pdf?...1>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

NIEDERLE, Paulo André. Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contramovimentos e novos circuitos de comércio. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 79-97, set./dez. 2014.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIRA, Luciano. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano; VEZZANI, Fabiane Machado (orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e política para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 23-67.

OBERHOLTZER, Lydia. **Community Supported Agriculture in the Mid-Atlantic Region: results of a shareholder survey**. Stevensville, MD: Small Farm Success Project, 2004. Disponível em: < <http://www.wilson.edu/community-supported-agriculture-mid-atlantic-region-results-shareholder-survey> >. Acesso em: 15 nov. 2015.

OSTROM, Marcia Ruth. Community Supported Agriculture as an Agent of Change: Is It Working? In: HINRICHS, C. Clare; LYSON, Thomas (org). **Remaking the North American Food System: strategies for sustainability**. Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 2007, p. 99-120.

OTERO, Gerardo. El regimen alimentario neoliberal y su crisis: estado, agroempresas multinacionales y biotecnologia. **Antípoda**, Bogotá, n. 17, p. 49-78, jul./dez. 2013.

PAUL, Mark. **Community Supported Agriculture: a model for the farmer and the community?** Amherst, MA: Equity Trust, 2015.

PEREZ, Jan; ALLEN, Patricia; BROWN, Martha. Community Supported Agriculture on the Central Coast: The CSA Member Experience. **Research Brief**, Califórnia, n. 1, 2003. Disponível em: <[http://casfs.ucsc.edu/documents/research-briefs/RB\\_1\\_CSA\\_members\\_survey.pdf](http://casfs.ucsc.edu/documents/research-briefs/RB_1_CSA_members_survey.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

PEREZ-CASSARINO, Julian; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia. In: NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano; VEZZANI, Fabiane Machado (orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e política para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 171-213.

PETERSEN, Paulo. Editorial. Construção social dos mercados. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, jun. 2013.

PETERSEN, Paulo. Editorial. Equidade e soberania nos mercados. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jun. 2008.

PINTO, Nathalia Lima; FROEHLICH, José Marcos. Entre a dívida e a dádiva: as relações de reciprocidade entre o comércio justo e a agricultura familiar. In: Encontro Nacional de Estudos do Consumo, 6.; Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo Vida Sustentável: Práticas Cotidianas de Consumo, 2., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENEC, 2012. Disponível em: <[http://www.estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2012-GT01-Pinto\\_e\\_Froelich-Entre\\_a\\_divida\\_e\\_a\\_dadiva.pdf](http://www.estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2012-GT01-Pinto_e_Froelich-Entre_a_divida_e_a_dadiva.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

PLEIN, Clério. Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. **Informe Gepec**, Toledo, v. 14, n. 2, p. 96-111, jul./dez. 2010.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 376 p.

PLOEG, Jan Douwe van der. Poverty alleviation and smallholder agriculture: the rural poverty report 2011. **Development and Change**, v: 43, n. 1, p.:439-48, 2012.

PLOEG, Jan Douwe van der. The food crisis, industrialized farming and the imperial regime. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 1, p. 98–106, jan. 2010.

PLOEG, Jan Douwe van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 114-40, mai./ago. 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012a.

POLANY, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.

POLANY, Karl. The economy as instituted process. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. (Orgs). **Trade and market in the early empires: economies in history and theory**. Nova York; Londres: The Free Press, 1957. p. 243-70.

POLANYI, Karl. The two meanings of economic. In: POLANYI, Karl; PEARSON, Harry (Orgs.). **The livelihood of man**. New York: Academic Press, 1977. p. 19-34.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual**. 2010. 301 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/27154>>. Acesso em: 14 ago 2015.

SABOURIN, Eric Pierre. A construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. **Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012b. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/5178>>. Acesso em: 11 maio 2016.

SABOURIN, Eric Pierre. A qualificação das transações econômicas: aportes e limites da contribuição de Karl Polanyi. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Periódico del Mauss**, online, 18 p., 2007. Disponível em: <[http://www.jornaldomauss.org/jornal/extra/2007\\_08\\_06\\_18\\_57\\_21.pdf](http://www.jornaldomauss.org/jornal/extra/2007_08_06_18_57_21.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2016.

SABOURIN, Eric Pierre. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidaria. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45,

(suplemento especial). p. 18-30, 2014. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren\\_2014\\_2\\_sabourin\\_v2.pdf/fd3a079c-7c23-4dad-ace0-da2981a978fe](http://www.bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren_2014_2_sabourin_v2.pdf/fd3a079c-7c23-4dad-ace0-da2981a978fe)>. Acesso em: 13 maio 2016.

SABOURIN, Eric Pierre. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, Eric Pierre. Comercialização dos produtos agrícolas e reciprocidade no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 5-33, 2013. Disponível em: <[https://agritrop.cirad.fr/571026/1/document\\_571026.pdf](https://agritrop.cirad.fr/571026/1/document_571026.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2016.

SABOURIN, Eric Pierre. Mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 4., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba, PR: ENRER, 2010.

SABOURIN, Eric Pierre. Políticas públicas de desenvolvimento sustentável e reciprocidade. **Raízes**, v. 31, n. 2, jul./dez. 2011a. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_268.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_268.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2016.

SABOURIN, Eric Pierre. Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil. **Ruris**, Campinas, v. 6, n. 2, set. 2012a. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/1538/1046>>. Acesso em: 11 maio 2016.

SABOURIN, Eic Pierre. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2011c.

SABOURIN, Eric Pierre. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24-51, maio/ago. 2011b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a03v13n27.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2016.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda; HIRAI, Wanda Griep. Mudanças nas práticas de autoconsumo dos produtores familiares: estudo de caso no sul do Brasil. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 30, p. 115-25, jan./jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S1316-03542010000100007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S1316-03542010000100007&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 11 nov. 2015.

SAGE, Colin. The transition movement and food sovereignty: from local resilience to global engagement in food system transformation. **Journal of Consumer Culture**, v. 14, n. 2, p. 254-75, jul. 2014. Disponível em: <<http://joc.sagepub.com/content/14/2/254.abstract>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

SANNEH, Njundu; MOFFITT, L. Joe; LASS, Daniel A. Stochastic efficiency analysis of Community-Supported Agriculture core management options. **Journal of Agricultural and Resource Economics**, v. 26, n. 2, p. 417-30, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40987118>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

SCHMITT, Claudia Job. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. Relocalizando os sistemas agroalimentares. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 4-8,

set. 2011. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/editor-convidado.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluratividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluratividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 180-219, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a08v13n27.pdf>>. Acesso em: Acesso em: 17 ago. 2015.

SCHNEIDER, Sergio; GRISA, Catia. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032008000200008>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

SCHNELL, Steven M. Food miles, local eating, and community supported agriculture: putting local food in its place. **Agriculture and Human Values**, v. 30, n. 4, p. 615-28, nov. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s10460-013-9436-8>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

STIGLITZ, Joseph E. Prefácio. In: POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TEGTMIEIER, Erin; DUFFY, Michael. **Community Supported Agriculture (CSA) in the Midwest United States: a regional characterization**. Ames, IA: Leopold Center for Sustainable Agriculture; Iowa State University, 2005.

TEMPLE, Dominique. El principio de lo contradictorio y las estructuras elementales de la reciprocidade. **La Revue du M.A.U.S.S.**, Paris, n. 12, 1998. Disponível em: <[http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocite\\_2&id\\_article=336](http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocite_2&id_article=336)>. Acesso em 11 abr. 2016.

TEMPLE, Dominique. **Teoría de la reciprocidad**. 3 t. La Paz: PADEP/GTZ, 2003. Disponível em: <[http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad&id\\_rubrique=170](http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad&id_rubrique=170)>. Acesso em: 12 nov. 2015.

TONON, Rafael. A gente não quer só comida. **Galileu**, São Paulo, online, abr. 2013. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI336358-17773,00-A+GENTE+NAO+QUER+SO+COMIDA.html>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

URGENCI. **The International Network for Community Supported Agriculture**. Aubagne, FR: Urgenci, 2016. Disponível em: <<http://urgenci.net>>. Acesso em: 10 maio 2016

## **ANEXO I – REGIME INTERNO DA CASA**

### **REGIMENTO INTERNO DA CSA**

Aprovado em Assembleia Geral no dia 29-08-15

#### **CAPITULO I**

##### **Da denominação e das finalidades**

Art. 1º. A Comunidade que Sustenta a Agricultura em Minas Gerais tem denominação simplificada de CSA, em referência à sigla internacional de Community Supported Agriculture.

Art. 2º. São finalidades da CSA:

- I- Promover ações que visam difundir e promover a alimentação saudável, a agricultura sustentável e a transformação social.
- II- Resignificar as relações de consumo para construir uma verdadeira comunidade entre agricultores e consumidores de alimentos agroecológicos e orgânicos, baseada em práticas de comércio justo e soberania alimentar.
- III- Promover o desenvolvimento econômico e social, de forma sustentável, incentivando agricultores a adotarem a transição agroecológica para um modelo de produção orgânica, permacultural, biodinâmica, ou qualquer outro sistema que busque a produção agrícola em equilíbrio com a natureza.
- IV- Cumprir os preceitos de saúde integral do ser humano, defender o meio ambiente e proteger a biodiversidade.
- V- Prestar assessoria, consultoria, e/ou treinamento para capacitar agricultores familiares e não familiares, organizados em grupo ou isolados, através de projetos, programas e atividades subsidiados por organismos públicos ou privados, ou de competência e recursos próprios.
- VI - Prestar assessoria, consultoria e/ou treinamento para consumidores, distribuidores e comerciantes, para facilitar a abertura de canais e caminhos para a comercialização permanente ou temporária de produtos agroecológicos e orgânicos.

VII- Promover a experimentação não lucrativa de novos modelos sócio-produtivos, criando sistemas alternativos de crédito, produção e comercialização, incentivando práticas de economia popular solidária, comércio justo e soberania alimentar.

VIII- Promover palestras, cursos, estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias sociais, visando produzir e divulgar informações e conhecimentos técnico-científicos que digam respeito às finalidades descritas nos itens acima.

§1º. Para consecução de suas finalidades, a CSA poderá firmar convênios e parcerias com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, bem como criar e estabelecer coordenadorias regionais.

§2º. Para garantir a qualidade de produtos orgânicos a CSA poderá formar sistemas participativos de garantia, tais como um OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade ou uma OCS - Organização de Controle Social, de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º. No desenvolvimento de suas atividades, a CSA observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, solidariedade e sustentabilidade, sem fazer qualquer discriminação de raça, cor, gênero, nacionalidade, convicção política ou religiosa.

## CAPITULO II

### Carta de Princípios

Art. 4º. Os membros da CSA comprometem-se a respeitar e propagar os seguintes princípios:

I- Produção no modelo de transição agroecológica: É condição pética para a participação na CSA que os PRODUTORES adotem o modelo de transição agroecológica, de produção orgânica, permacultural, biodinâmica, ou qualquer outro sistema que busque a produção agrícola em equilíbrio com a natureza, visando uma alimentação saudável, a proteção da biodiversidade e o respeito ao meio ambiente.

II- Compartilhamento de responsabilidades, riscos e benefícios: Os COPRODUTORES são responsáveis pelo financiamento antecipado da produção agrícola, comprometendo-se a pagar pontualmente as mensalidades, conforme orçamento acordado de forma solidária e colaborativa, assumindo os riscos e benefícios do investimento realizado.

III- Assiduidade e qualidade na produção: Os PRODUTORES comprometem-se a plantar, colher e entregar os produtos regularmente, conforme a variedade, qualidade e periodicidade acordada previamente. Há também o compromisso do aperfeiçoamento constante nos métodos de produção, de acordo com as orientações técnicas repassadas pela CSA.

IV- Relações de amizade e ajuda mútua: A CSA trabalha com relações humanas, é uma “escultura social”, baseada em práticas de comércio justo, economia solidária e soberania alimentar. Na medida em que criam vínculos mais profundos e responsáveis com os PRODUTORES, os COPRODUTORES comprometem-se com o bem estar e com a qualidade de vida daqueles que produzem o alimento que chega à sua mesa, contribuindo assim para evitar o êxodo rural. Dessa forma, os COPRODUTORES tem a oportunidade de participar ativamente da produção e de conhecer melhor de onde vem seu alimento.

V- Transparência, gestão colaborativa e preço justo: Contrariando a lógica capitalista do lucro, na CSA não há lugar para a exploração do trabalhador, nem para atravessadores. Os PRODUTORES e COPRODUTORES participam ativamente do planejamento (administrativo, financeiro, de produção e logística), dando suporte aos gestores de modo a se obter um preço justo e transparente.

VI- Co-responsabilidade e tolerância: Os coprodutores estão dispostos a se co-responsabilizar pelas dificuldades inerentes ao funcionamento da CSA. Haverá co-responsabilidade principalmente no sentido de aceitar sua cota de produtos, levando-se em conta a sazonalidade, as condições climáticas e a imprevisibilidade da produção agrícola. Portanto haverá tolerância dos coprodutores caso os produtos nem sempre estejam disponíveis na quantidade e constância desejada.



## ANEXO II – APRESENTAÇÃO PARCIAL DA CSA ALFA

### ALIMENTOS ORGÂNICOS

### VIDA SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL



## Alimentos convencionais

- É o sistema mais utilizado no Brasil;
- Produz frutas, verduras, legumes, ervas e especiarias, inclusive fora da safra;
- Cultivo em solo;
- **Utilização constante e intensiva de agrotóxicos** (fungicidas, herbicidas, inseticidas, acaricidas, bactericidas) para o controle de pragas e adubos e aditivos químicos para viabilizar e aumentar a produção;
- Produção em larga escala

## Alimentos convencionais

- **Pontos negativos:**
- falta de controle e fiscalização da quantidade de agrotóxicos utilizada nas lavouras; uso de pesticidas banidos em outros países;
- impactos negativos ao meio ambiente;
- efeitos deletérios à saúde humana com a exposição crônica aos agrotóxicos (via oral, cutânea ou por inalação)



### ***AGROTÓXICOS***



### ***Distúrbios metabólicos***

**CA  
de mama**

**Diabetes  
tipo 2**

**CA  
de próstata**

**Obesidade**

**Parkinson**

## Pesticidas analisados:

### 12 bifenis policlorados (PCB):

<i>PCB 99</i>	<i>PCB 163</i>	<i>PCB 180</i>
<i>PCB 101</i>	<i>PCB 153</i>	<i>PCB 187</i>
<i>PCB 118</i>	<i>PCB 156</i>	<i>PCB 183</i>
<i>PCB 138</i>	<i>PCB 170</i>	<i>PCB 194</i>

### Dicloro difenil tricloroetano (DDT)

### Dicloro difenil tricloroetileno (DDE)

### Hexacloro cicloxigenases ( $\alpha$ -HCH, $\beta$ -HCH, $\gamma$ -HCH)

### Hexacloro benzeno (HCB)

### Cis-clordanos

### Trans-clordanos

### Oxy-clordanos

### Cis-nonachlor

### Trans-nonachlor

RUDGE, C.V.; SANDANGER, T.; ROLLIN, H.B. et al. Environ Int; 40: 162-9, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

[www.inca.gov.br](http://www.inca.gov.br)



POSICIONAMENTO DO INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER  
JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA  
ACERCA DOS AGROTÓXICOS

**Publicado em abril/2015**

**Objetivo do documento:** demarcar o posicionamento do INCA contra as atuais práticas de uso de agrotóxicos no Brasil e ressaltar seus riscos à saúde, em especial nas causas do câncer, assim, espera-se:

- fortalecimento de iniciativas para regulação e controle destas substâncias
- incentivo a alternativas agroecológicas como solução ao modelo agrícola dominante

# TRANSGÊNICOS

- Alimentos produzidos por empresas transnacionais em larga escala, principalmente soja, milho, algodão e canola;
- A produção destes alimentos utiliza um processo em laboratório que modifica geneticamente sua estrutura, por meio do recebimento de genes de outras plantas e até mesmo de vírus e bactérias;
- Com a **modificação genética, estes alimentos ficam mais resistentes a pragas, vírus e bactérias e mais tolerantes a herbicidas;**

## ALIMENTOS TRANSGÊNICOS

- **Pontos negativos:**
- não possuem segurança à saúde confirmada;
- os efeitos adversos, principalmente em longo prazo, ainda não foram estudados, o que causa grande preocupação à saúde pública;
- há indícios de reações alérgicas e aumento da resistência a antibióticos;
- podem gerar um grande impacto negativo ao meio ambiente, pois há riscos de contaminação em plantações não-transgênicas que estejam próximas



# ALIMENTOS ORGÂNICOS

- Produz frutas, verduras, legumes, ervas, especiarias, cereais, leguminosas e oleaginosas;
- Não utiliza agrotóxicos, aditivos ou adubos químicos nas etapas de produção;
- Utiliza adubos orgânicos e técnicas que visam minimizar a contaminação de toxinas do ar, solo e água;
- Devem ser certificados por órgãos responsáveis, como o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), com o selo de produtos orgânicos do Brasil;

## Alimentos Orgânicos

- **Pontos positivos:** os alimentos são isentos de agrotóxicos e podem apresentar maior qualidade sensorial e nutricional; valorização dos aspectos de sustentabilidade e preservação do meio ambiente.



## ***Benefícios à saúde auto relatados por consumidores de alimentos orgânicos***

**566 participantes – 70% relataram sentir benefícios com o consumo de orgânicos:**

- ❑ 70% = melhora do bem-estar de modo geral, incluindo sentir-se mais disposto e com mais energia, e com uma maior resistência à doenças;
- ❑ 30% = efeito positivo sobre o bem-estar mental;
- ❑ 24% = percepção de melhor funcionamento do intestino e estômago;
- ❑ 19% = vivenciaram um melhor aspecto da pele, cabelo e/ ou unhas
- ❑ 14% = menos episódios de alergias
- ❑ 14% = aumento da sensação de saciedade

VIVIER, L.P.L.; VLIET, M.E.T. Health effects of an organic diet—consumer experiences in the Netherlands. *Journal of the Science of Food and Agriculture*; 2012.

## **Níveis de antioxidantes, pesticidas e cádmio em alimentos orgânicos *versus* convencionais**

### **Alimentos orgânicos**



**Concentração significativamente maior de antioxidantes:**

ácidos fenólicos, flavonoides, estilbenos, flavonas, flavonóis, antocianinas, vitaminas C e E

### **Alimentos convencionais**



- Ocorrência de resíduos de **pesticidas** → **4 vezes mais elevada**  
 - Concentração de **cádmio e outros metais** **significativamente maior**

Baranski, M. et al. Higher antioxidant and lower cadmium concentrations and lower incidence of pesticide residues in organically grown crops: a systematic literature review and meta-analysis. *Br J Nutr*; 112(5):794-811, 2014.

## Alimentos biodinâmicos

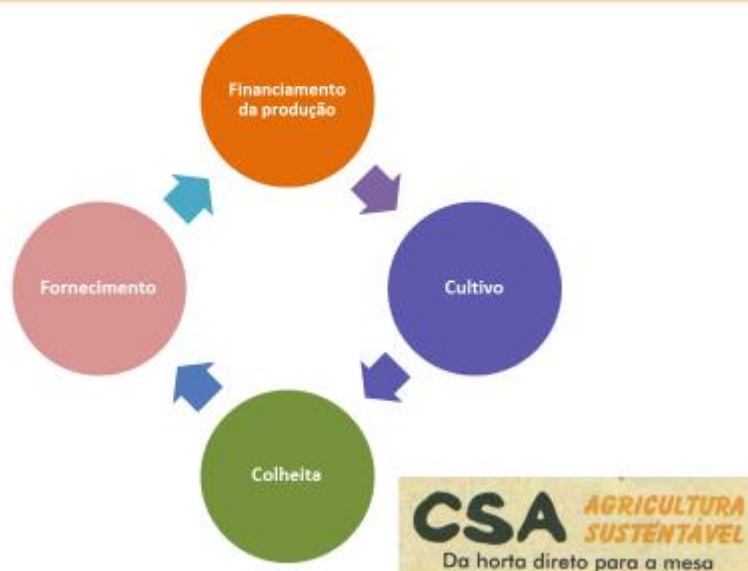
- Produz frutas, verduras, legumes, ervas, especiarias, cereais, leguminosas e oleaginosas;
- O cultivo considera **a safra e o ciclo astronômico** sobre a terra e plantas e a **inter-relação entre os componentes da propriedade agrícola (solo, vegetais, animais, recursos naturais e humanos)**;
- Cultivo em **solo equilibrado biologicamente**, com métodos para melhoria da saúde do solo e para o aumento da força vital da propriedade agrícola, com adaptação do local aos ritmos naturais;
- **Utiliza adubos verdes e preparações especiais de compostagem** (preparados biodinâmicos à base de **substâncias orgânicas, minerais e fitoterápicos** aplicados ao solo de forma **homeopática**), pulverização foliar especial, plantio “companheiro” (de espécies diferentes para benefício mútuo);

## Alimentos biodinâmicos

- Não utiliza agrotóxicos, aditivos ou adubos químicos nas etapas de produção;
- **Pontos positivos:** os alimentos são isentos de agrotóxicos e podem apresentar maior qualidade sensorial e nutricional; valorização conceitos de sustentabilidade e preservação do meio ambiente; estímulo ao sistema de agricultura familiar sustentada pela comunidade (CSA), com grupos de compras e comunicação direta entre produtores e consumidores (co-produtores).



## CSA – Ciclo básico da produção



***O objetivo não é somente produzir alimentos, mas também consciência!***

- ✓ **Meta econômica:** produzir uma variedade de produtos;
- ✓ **Meta social:** possibilitar o acesso a um solo frutífero para todos os participantes
- ✓ **Meta espiritual:** despertar, por meio da comunidade de produtores e consumidores, uma compreensão para a agricultura como um organismo agrícola. Para os produtores uma comunhão entre planta e animal, ser humano e a terra.

**CSA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**  
Da horta direto para a mesa



## MÉTODO BIODINÂMICO

### Práticas biodinâmicas

Práticas biológicas	Práticas dinâmicas
Aubos verdes	Preparações especiais de compostagem
Cobertura das plantas	Pulverizações foliares especiais
Compostagem	Plantio por calendário
"Plantio companheiro" (plantio de espécies diferentes para benefício mútuo)	Aumento do controle de pragas
Integração lavoura-pecuária	Homeopatia
Plantio direto e cultivo	Radiônica (considera a interligação entre matéria, energia e mente)

DIVER, S. *Biodynamic farming & compost preparation - Alternative farming systems guide. Appropriate Technology Transfer For Rural* (ATTRA), 1999.

## ADUBAÇÃO BIODINÂMICA

- ✓ Enfatiza a ideia de fazenda biodinâmica
- ✓ Intervém nos processos metabólicos e de crescimento das plantas
- ✓ Revitaliza o solo e as plantas; protege a fertilidade em longo prazo
- ✓ Mantém e renova a vida de micro-organismos importantes para a nutrição da planta
- ✓ **Utilização de preparações caseiras à base de substâncias orgânicas e minerais, geralmente fermentadas, aplicadas após diluição e mistura (processo de dinamização). A ação é semelhante à homeopatia (utilização em quantidades mínimas)**



### PREPARADOS BIODINÂMICOS

PEÑA, R.P. *Rendimento, qualidade e conservação pós-colheita de cenoura (*Daucus carota* L.) sob adubações mineral, orgânica e biodinâmica*. Botucatu: Universidade Estadual Paulista, 1996. 100p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, 1996.  
 PFITSCHER, E.D.; PFITSCHER, P.C.; SOARES, S.V. *Agricultura biodinâmica: uma forma de autossustentabilidade das propriedades rurais*. *Revista em Agronegócios e Meio Ambiente*; 3(3):179-195, 2010.

## PREPARADOS BIODINÂMICOS

✓ Dois tipos:

✓ **Líquidos ou de pulverização** (solo e plantas), obtidos das composteiras (códigos 500 e 501);

✓ **À base de plantas naturais**, que são aplicados nos compostos ou outras formas de adubos orgânicos (códigos 502 a 508), servindo como suplemento dos mesmos



AVILA, J.C. A compostagem biodinâmica. Disponível em: <<http://www.biodinamica.org.br/artigos/compostagembiodinamica.pdf>>. Acesso em 30/08/12.  
DIVER, S. Biodynamic farming & compost preparation - Alternative farming systems guide. Appropriate Technology Transfer For Rural (ATTR), 1999.

## LEITE BIODINÂMICO



- ?** quantidade de ervas (pastagem) fresca sob o cultivo biodinâmico
- ?** Alteração no perfil de ácidos graxos e triglicérides do leite



- ?** Quantidade relativa de ácido  $\alpha$ -linolênico (ALA), ácido vacênico, ácido linoleico conjugado (CLA);
- ?** quantidade total de ácidos graxos saturados

Kusche, D. et al. Fatty acid profiles and antioxidants of organic and conventional milk from low- and high-input systems during outdoor period. *J Sci Food Agric*; 95(3):529-30, 2015.  
Capuano, E. et al. Fatty acid and triglycerides profiling of retail organic, conventional and pasture milk: Implications for health and authenticity. *Int Dairy Journal*; 42: 58-63, 2015.

# PANCS

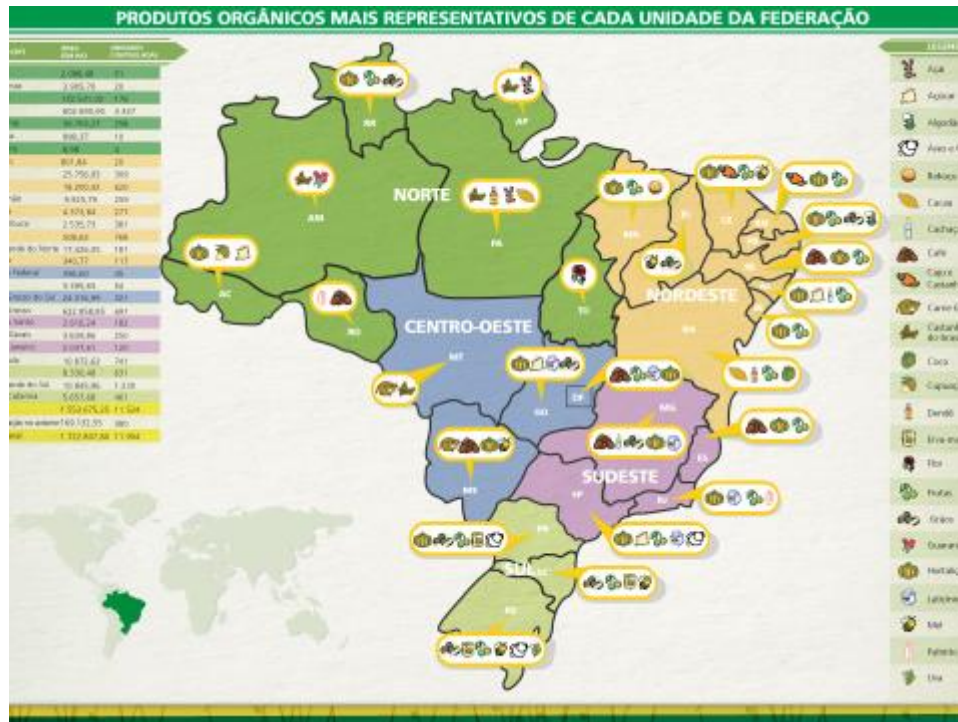
- São plantas espontâneas presentes em determinadas localidades ou regiões e que exercem influência na alimentação e cultura tradicional/regional;
- A grande maioria das espécies não se enquadra em cadeia produtiva, sendo seu cultivo associado à população tradicional



## Resgate à agricultura familiar

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Hortaliças não-convencionais : (tradicionais). Brasília : MAPA/ACS, 2010.





## Impactos do acúmulo de lixo no meio ambiente

### Quanto mais lixo, mais problemas

O aumento na geração de resíduos sólidos tem várias conseqüências negativas: custos cada vez mais altos para coleta e tratamento do lixo; dificuldade para encontrar áreas disponíveis para sua disposição final; grande desperdício de matérias-primas. Por isso, os resíduos deveriam ser integrados como matérias primas nos ciclos produtivos ou na natureza.

Outras conseqüências do enorme volume de lixo gerado pelas sociedades modernas, quando o lixo é depositado em locais inadequados ou a coleta é deficitária, são:

- contaminação do solo, ar e água;
- proliferação de vetores transmissores de doenças;
- entupimento de redes de drenagem urbana;
- enchentes;
- degradação do ambiente e depreciação imobiliária; doenças.